



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 106, SEXTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2018



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 109^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE JULHO DE 2018

| | |
|---|----|
| 1.1 – ABERTURA | 7 |
| 1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE | |
| 1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) | 7 |
| 1.2.2 – Oradores | |
| Senador Acir Gurgacz – Defesa da redução das taxas de juros cobradas pelos fundos constitucionais de financiamento às micro e pequenas empresas; e outros assuntos. | 7 |
| Senador Lindbergh Farias – Críticas à atual situação política, econômica e institucional do País; e outros assuntos. | 15 |
| Senador Roberto Requião – Considerações acerca da decisão do Tribunal Regional Federal da 4 ^a Região em suspender o habeas corpus do ex-presidente Lula; e outro assunto. | 24 |
| Senador Ataídes Oliveira – Destaque para os resultado da CPI destinada a investigar os juros dos cartões de crédito; e outro assunto. | 28 |
| Senadora Kátia Abreu – Reflexões sobre a necessidade de educação das mulheres brasileiras ante a recente visita ao Brasil da ativista paquistanesa e prêmio Nobel, Malala Yousafzai; e outros assuntos. | 31 |
| Senador Rudson Leite – Considerações sobre a precariedade da segurança pública no estado de Roraima. | 41 |
| 1.2.3 – Comunicação | |
| Do Senador Eunício Oliveira, que comunica a ausência de S. Ex ^a do País, no período de 16 a 19 do corrente. | 43 |
| 1.2.4 – Oradores (continuação) | |
| Senador Benedito de Lira – Comentários a respeito da necessidade de introdução no mercado brasileiro de medicamentos veterinários genéricos. | 43 |
| 1.2.5 – Deferimento de requerimentos | |
| Nºs 419 e 420/2018, do Senador Benedito de Lira. Deferidos. | 49 |



1.2.6 – Oradores (continuação)

| | |
|--|----|
| Senador Pedro Chaves – Reflexões a respeito da segurança pública nas fronteiras do Mato Grosso do Sul; e outros assuntos | 49 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | 51 |

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 109^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazo

| | |
|---|----|
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 427/2017 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 105/2018-CCJ) | 53 |
|---|----|

2.1.2 – Comunicação

| | |
|--|----|
| Do Senador Eunício Oliveira, que comunica a ausência de S. Ex ^a do País, no período de 16 a 19 do corrente. | 56 |
|--|----|

2.1.3 – Mensagens do Presidente da República

| | |
|--|----|
| Nº 387/2018, na origem (Mensagem nº 72/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro. | 58 |
|--|----|

| | |
|--|-----|
| Nº 388/2018, na origem (Mensagem nº 73/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã. | 117 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| Nº 389/2018, na origem (Mensagem nº 74/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sr ^a GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá. | 152 |
|---|-----|

2.1.4 – Ofício da Câmara dos Deputados

| | |
|--|-----|
| Nº 826/2018, na origem, que encaminha a relação dos membros eleitos por aquela Casa para compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional. | 187 |
|--|-----|

2.1.5 – Projetos de Lei do Senado

| | |
|---|-----|
| Nº 339/2018, do Senador Pedro Chaves, que <i>cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.</i> | 190 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| Nº 340/2018, do Senador Lindbergh Farias, que <i>inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.</i> | 198 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| Nº 341/2018, do Senador Lindbergh Farias, que <i>acrescenta o § 6º ao art. 611-A; e o art. 605-B; à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar, mediante assembleia geral, a expressa e prévia anuência do empregado, para desconto da contribuição sindical, e dá outras providências.</i> | 205 |
|---|-----|



| | |
|--|-----|
| Nº 342/2018, do Senador Lindbergh Farias, que <i>acrescenta o § 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante.</i> | 211 |
| Nº 343/2018, do Senador Lindbergh Farias, que <i>veda a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais.</i> | 215 |
| Nº 344/2018, do Senador Ataídes Oliveira, que <i>altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.</i> | 218 |
| Nº 345/2018, do Senador Lindbergh Farias, que <i>altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais.</i> | 223 |
| Nº 346/2018, do Senador Lindbergh Farias, que <i>dispõe sobre distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica.</i> | 228 |

2.1.6 – Requerimentos

| | |
|--|-----|
| Nº 419/2018, do Senador Benedito de Lira, de licença para tratamento de saúde no período de 12 a 15 do corrente. | 234 |
| Nº 420/2018, do Senador Benedito de Lira, de licença para tratamento de interesses particulares por 117 dias a contar do dia 16 do corrente. | 236 |
| Nº 421/2018, do Senador Lindbergh Farias, de informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. | 238 |

2.1.7 – Término de prazo

| | |
|---|-----|
| Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 334/2017-Complementar. | 243 |
|---|-----|

PARTE III

3 – RESOLUÇÃO

| | |
|-------------------|-----|
| Nº 19/2018. | 245 |
|-------------------|-----|

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

| | |
|-------|-----|
| | 248 |
|-------|-----|

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

| | |
|-------|-----|
| | 251 |
|-------|-----|

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA

| | |
|-------|-----|
| | 254 |
|-------|-----|

7 – LIDERANÇAS

| | |
|-------|-----|
| | 255 |
|-------|-----|

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

| | |
|-------|-----|
| | 259 |
|-------|-----|

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

| | |
|-------|-----|
| | 272 |
|-------|-----|

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

| | |
|-------|-----|
| | 276 |
|-------|-----|

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

| | |
|-------|-----|
| | 325 |
|-------|-----|



**Ata da 109^a Sessão, Não Deliberativa,
em 12 de julho de 2018**

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Requião, Ataídes Oliveira, Rudson Leite e Benedito de Lira.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 17 minutos e encerra-se às 13 horas e 26 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu tenho alguma dúvida sobre a presença de Deus no Senado Federal quando estamos votando entrega de patrimônio nacional, entrega do pré-sal, retirada de direitos de trabalhadores. Eu acho que Deus tem estado ausente.

De qualquer forma, está aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos.

Em primeiro lugar, com a palavra o Senador Acir Gurgacz, sem limite de tempo, uma vez que, nesta gloriosa quinta-feira, há, até o momento, três Senadores no plenário: eu, que estou presidindo a Mesa; o Senador Lindbergh Farias; e, na tribuna, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos e amigas que nos acompanham através da TV Senado, é um prazer usar da tribuna sob o comando do nosso colega conterrâneo Roberto Requião, Ex^{mo} Senador do Estado Paraná.

Quero falar hoje um pouco sobre desenvolvimento e geração de emprego e renda para sairmos da crise econômica que se arrasta por mais de quatro anos em nosso País.

Muita gente acha que são as grandes empresas que fazem a economia do Brasil ir para frente, mas não é bem assim. As micro e pequenas empresas têm tido um papel fundamental para promover o crescimento econômico do País.

Segundo dados recentes do IBGE e do Sebrae, as pequenas empresas ou empresas de pequeno porte representam 27% do PIB brasileiro e são responsáveis por, pelo menos, 60% dos quase 100 milhões de empregos no País.

Esse fenômeno se repete também no campo. No Brasil, o número de estabelecimentos rurais é de 5,2 milhões, dos quais 84% são da agricultura familiar. Em Rondônia, dos quase 120 mil empregos ou estabelecimentos rurais existentes, 102 mil são enquadrados na agricultura familiar. Ou seja, 85% são de base familiar, com área de até 100 hectares. O setor emprega mais de 250 mil pessoas, o que corresponde a 80% da mão de obra do campo, e por nada menos que 74% do valor bruto da produção agropecuária do nosso Estado de Rondônia. Os agricultores familiares respondem ainda por 90% da produção de café, 93% da produção de feijão, 92% da produção de mandioca, 82% da produção de leite, 65% da produção de aves e 49% da produção de bovinos do Estado de Rondônia.

É por isto que eu defendo a pequena empresa, a agricultura familiar e o pequeno agricultor: porque eles representam a maior parcela da nossa economia, mas também porque são o lado mais frágil das disputas por mercados cada vez mais concorridos dessa economia global.

São os pequenos que mais precisam de políticas públicas, de crédito bom e barato, de incentivos fiscais e de apoio do Governo para continuar produzindo e gerando empregos no País. E são também as pequenas empresas que resistem mais facilmente às crises cíclicas da economia e que podem ajudar o País a sair de mais esta crise que estamos atravessando.



Portanto, é disto que o nosso País precisa, é disto que temos que tratar, de apoiar os trabalhadores, os empreendedores individuais, as pequenas e médias empresas. É sobre isso que precisamos legislar.

Por isso, destaco aqui meu voto favorável ao Projeto de Lei da Câmara 76, de 2018-Complementar, que foi votado ontem, dia 11. Esse projeto permite a readmissão dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial, em 1º de janeiro, por dívidas tributárias.

Para retornarem ao Simples Nacional, as empresas interessadas deverão aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. É o Refis das referidas empresas. A reinclusão deverá ser pedida, de forma extraordinária, no prazo de 30 dias contados da data da adesão do Refis, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018.

Em dezembro de 2017, o Congresso aprovou uma lei complementar para que as micro e pequenas empresas pudessem ter um sistema de refinanciamento das suas dívidas nos mesmos moldes em que as grandes empresas já tinham sido atendidas em novembro de 2017. Mas o texto foi vetado pelo Presidente Michel Temer em janeiro, o que levou à exclusão de quase 500 mil empresas do Simples.

Em abril, o Congresso derrubou o veto, reabrindo o direito de essas empresas aderirem ao Simples Nacional e fazerem o parcelamento das suas dívidas. É por isso que precisávamos aprovar essa lei complementar, para que as empresas pudessem ter acesso a esse Refis, o que aconteceu ontem.

As pequenas e microempresas são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil, pois, como já falei, mesmo diante da crise econômica e do desemprego, conseguem apresentar um saldo positivo na geração de postos de trabalho.

Nessa mesma linha, destaco aqui o papel importante que os fundos de fomento poderiam ter no estímulo das microempresas. São os chamados fundos constitucionais, regulamentados pela Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, tais como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Esses fundos foram criados para equilibrar o desenvolvimento de regiões mais carentes com as mais desenvolvidas do País. Deveriam estimular o desenvolvimento dos mercados menos pujantes, regiões mais novas e com grandes extensões de seca ou de floresta, como o Nordeste e a Amazônia. No entanto, essas regiões sofrem com juros altos, iguais aos das regiões mais desenvolvidas do País.

E, então, perguntamos: que fundos de fomento são esses que praticam as mesmas taxas de juros dos bancos privados? Para que servem esses fundos, que não beneficiam, de fato, as regiões mais carentes do Brasil? Fomentam o que em momentos de crise? A verdade é que esses fundos iludem os empreendedores das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Se, por força de lei, esses fundos constitucionais devem praticar juros bem abaixo do mercado, que assim seja, mas não é isso que acontece.

Outra pergunta que lançamos para a equipe econômica do Governo é: a quem beneficiam esses fundos com taxas semelhantes às dos grandes bancos comerciais? Ao desenvolvimento dos empreendedores e dos milhões de brasileiros das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte é que



não é. Senão, vejamos: em seu inciso V do art. 3º, a lei determina claramente a obrigatoriedade dos juros diferenciados e favorecidos.

Vou fazer um rápido parêntese, pois antes quero destacar que a Constituição determina que empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte devem ter tratamento diferenciado, o que não ocorre na prática.

Em Rondônia, o pequeno empresário rural tem dificuldades para crescer, porque não é garantidor de crédito com suas essências amazônicas. Quem extrai o açaí, a castanha e tenta beneficiá-los para agregar valor não consegue, pois não tem crédito para isso, está praticamente condenado a permanecer como extrativista para o resto da vida, caso não haja uma política governamental, como há, em Rondônia, o Banco do Povo, uma iniciativa do Governo do Estado, que defendemos e apoiamos.

Pensem a crise financeira internacional de 2008 com juros baixos, que variavam de 0% a 1% ao ano. O objetivo maior era salvar as empresas e os empregos; e conseguimos. Por que agora não adotamos essa política? Por que não baixar os juros dos bancos públicos e forçar o mercado a praticar juros mais baixos também? O Governo pode e deve fazer isso, porque os subsídios a bancos públicos que emprestam recursos a juros mais baixos que os do mercado devem ser encarados como uma política de ajuste das taxas brasileiras, muito altas em relação ao resto do mundo. Vemos a comprovação nas taxas apresentadas e pelo plano de aplicação do Fundo Constitucional do Norte (FNO) para 2018.

Vejamos: a taxa anual do FNO, sem bônus, para operações de investimento, com ou sem custeio associado, é de 6,65% para mini e pequenas empresas; de 7,53% para médias empresas; e de 9% para grandes empresas. Vejam que a diferença percentual do pequeno para o grande empresário é pequena. E chamo também a atenção para a inflação de 2017, que fechou o ano em 2,97%; e a estimativa para 2018 é fechar em 3,70%.

Como podemos ter um juro de 10% em média nas operações dos fundos de fomento quando a inflação é de 3,7% ao ano? Ou seja, um fundo que constitucionalmente pretende desenvolver uma região menos favorecida, cobra 123% acima da inflação em sua menor taxa de juros. Chegamos aos escorchantes 312% acima da inflação para os tomadores de empréstimos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Estamos desenvolvendo o quê? Privilegiando que empresas e criando que tipo de empregos?

Resumidamente, os fundos constitucionais não atendem ao objetivo pelo qual foram criados, a legislação que lhes deu forma é uma falácia e suas taxas e *modus operandi* destroem muito mais que constroem empresas, renda, empregos e dignidade a uma parcela da população que acreditou que haveria um mecanismo de equidade com os fundos constitucionais brasileiros. Hoje pegar dinheiro dos fundos constitucionais é o mesmo que pegar dos bancos privados.

Igualmente, o BNDES pode e deve criar... Equidade, somente os fundos constitucionais podem fazer, quando respeitarem os limites da inflação como taxa real para balizar suas contratações, acrescidas com juros, *spread* e lucro bancário justos, mas jamais com taxas com mais de 100% acima da inflação brasileira.

É dessa forma que nós entendemos que temos de agir para cobrar dos fundos constitucionais, através do FNO, FNE e FCO, para que pratiquem juros que realmente venham produzir efeito na geração de emprego e renda para as nossas regiões.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Senador Requião.



O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Belo pronunciamento, Senador Acir Gurgacz.

Agora, embora esteja presidindo a Mesa do Senado, eu gostaria de travar com V. Ex^a um rápido diálogo. Por que os bancos privados não baixam os juros? Porque os bancos públicos não baixam os juros, como V. Ex^a colocou? Porque eles é que mandam no Banco Central e na Fazenda.

Nós estamos com os juros mais altos da história do mundo, batendo recordes do livro Guinness. O Brasil está na mão do capital financeiro. O Banco Central está na mão do Itaú e na mão do Bradesco. Então, é evidente que nós não vamos ter queda de juros.

E esse liberalismo econômico, Senador Acir Gurgacz, acabou com a Grécia, desgraçou a Itália, dificulta o governo na Espanha, complicou a vida da Angela Merkel na Alemanha, fez a Inglaterra sair do Mercado Comum Europeu, com o Brexit. É uma fórmula liberal bárbara de conduzir a economia, uma regressão, que não deu certo no mundo. E nós estamos insistindo nisso.

Então, o que nós precisamos é mudar o governo do Brasil. E, mudando o governo, muda-se o Banco Central, muda-se a Fazenda e nos encaminharíamos para uma solução keynesiana. A solução, por exemplo, com a qual a Alemanha saiu da crise nos anos 30, como os Estados Unidos nos anos 30 também saíram da grande depressão, da grande recessão.

A Alemanha com Hjalmar Horace Greeley Schacht, ministro da Economia. Os Estados Unidos com o Franklin Delano Roosevelt e com políticas keynesianas também, que se suportaram na experiência alemã – uma associação entre a iniciativa pública e o capital privado para retomada do desenvolvimento.

Agora, aqui no Brasil, Senador Gurgacz, nós paralisamos por vinte anos os investimentos públicos. Nos Estados Unidos, hoje, o Trump, que não tem nada de ortodoxo, pede e o Congresso Nacional lhe dá a possibilidade de deficitariamente investir R\$1,5 bilhão em infraestrutura, para retomar o crescimento do país.

Numa crise recessiva, Senador, capital privado não investe. Eu não investiria, V. Ex^a não investiria também. Porque, se nós não temos consumo, como é que nós vamos produzir alguma coisa que não tem comprador? Quem pode investir para retomar o desenvolvimento é o Poder Público, basicamente em infraestrutura, mobilizando a iniciativa privada, contratando empresas e restabelecendo o círculo virtuoso do desenvolvimento econômico. Nós estamos num caminho errado, num caminho horrível. E o Congresso vota tudo isso com uma farta distribuição de emendas.

Estive no interior do Paraná semana passada e me deparei com uma situação absolutamente incrível. Pequenas prefeituras... Uma delas, por exemplo, tinha oito ambulâncias. Mal podia fazer funcionar as oito ambulâncias, é uma prefeitura pequena, com recursos parcos. De repente, ganha mais cinco novas das emendas dos Deputados. A prefeitura não sabia o que fazer com aquilo, mas não era só isso.

Três retroescavadeiras hidráulicas, aquelas máquinas fantásticas, maravilhosas. A prefeitura não tinha operador, não tinha necessidade, não tinha o que fazer com as máquinas e não tinha as plataformas de caminhão para conduzi-las ao local onde provavelmente poderiam operar. É a bagunça total. Mas os Deputados que deram à prefeitura o que ela não pediu e não queria trocaram as suas máquinas pelo voto nessas barbaridades que estão ocorrendo.

Eu acho o seu discurso perfeito, mas o erro é da condução da política econômica.



(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)

– Voltando à questão dos juros, Presidente. Nós chegamos ao cúmulo de ver o BNDES acabar com a TJLP, aumentando o juro porque tem que praticar o juro do mercado. Ora, então para que existe o Banco de Desenvolvimento Social?

Então, fecha o BNDES, e vamos ficar apenas com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, pois o BNDES é exatamente para investir no crescimento e no desenvolvimento, é ter juros diferenciados para a produção. Não, tiraram R\$100 bilhões do caixa do BNDES e trouxeram para pagar juros da dívida interna brasileira. Tiraram o dinheiro da produção e levaram para o mercado financeiro. E, aí, sim, ganharam muito dinheiro, meia dúzia de pessoas talvez, dez, doze, e o resto do País ficou sem o dinheiro para investir na produção, no transporte...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)

– E aí acontece exatamente o que nós estamos vendo; não há consumo.

Falava hoje pela manhã com o seu amigo Assis, que me dizia que ele recebeu a visita da diretoria da Volvo para discutir a questão do mercado. A produção de caminhões, de ônibus está menos de 50%, porque não há consumo, ninguém está investindo, não há compra. Não há como fazer investimento com juros dessa natureza.

Essa linha de raciocínio nós estamos defendendo já há algum tempo. Tenho acompanhado V. Ex^a, que tem um conhecimento mais amplo sobre a economia brasileira do que nós, mas temos o mesmo pensamento: se não mudar... Esse debate, essa discussão começou com o Levy, indicado pelo sistema financeiro. E aí começou toda a confusão da economia brasileira na época da Presidente Dilma. Saiu Levy, entrou Meirelles, potencializou aquilo que ele vinha fazendo, e chegamos a essa crise na qual o BNDES não consegue emprestar com juros subsidiados e quer promover o desenvolvimento com juros altíssimos.

Realmente, concordo com V. Ex^a: se não mudar o Governo, nós não teremos mudança na economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Senador Acir, as soluções para as crises recessivas são antigas. Os Estados Unidos, depois da Independência, fizeram aprovar no seu Congresso, obra do Alexander Hamilton, o pai da nova economia norte-americana, o tratado das manufaturas, que contestou todas aquelas ideias do liberalismo bárbaro econômico de Adam Smith e estabeleceu uma política protecionista. O tratado das manufaturas deu início ao crescimento dos Estados Unidos.

E, hoje, todos nós sabemos que essa volta à barbárie está sendo contestada no mundo.

Veja, por exemplo, as posições assumidas pelo Papa Francisco Bergoglio, o Papa Francisco. Na reunião de Davos, dos homens mais ricos do mundo com os dirigentes dos principais países, ele mandou um recado: o capital é bom, o capital é bom quando ele é investido numa fábrica, produz bens, gera salários razoáveis, empregos, facilita a vida das pessoas, mas o capital não pode comandar o mundo. É o velho princípio bíblico: não se pode servir a Deus e a Mamom. E Mamom, na Bíblia, não é nem outro deus e não é o diabo. Mamom em hebraico significa singelamente dinheiro. Não se pode servir a Deus e ao dinheiro, não se servir ao povo e ao dinheiro.



E nós, depois da queda da Dilma, aqui no plenário do Senado Federal, vimos uma política extremamente bárbara: a valorização absoluta do capital financeiro na mão de meia dúzia de pessoas. O País está acabando.

Ontem, por exemplo, nós votamos o tabelamento do frete. Bom, isso está ocasionando um locaute dos produtores. Eles não estão transportando mais; estão estocando, principalmente a soja. Enquanto, no Brasil, sobe o preço da soja brutalmente porque o frete está em valores rigorosamente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– Está inviável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – ... inviáveis, nos Estados Unidos, na guerra econômica entre o Trump e a China, o Trump tributa pesadamente produtos chineses e a China mete um imposto pesado em cima da soja americana. Estados Unidos são o maior produtor de soja do mundo: 70% da soja norte-americana vai para a China. Então, no mercado interno, desaba o preço da soja. No Brasil, o preço da soja aumenta. Nós estamos criando uma confusão brutal na Bolsa de Chicago, e a economia brasileira está parada.

Eu vi um dado estatístico – até tenho que comprovar com maior profundidade – do meu Estado do Paraná: 18% da produção industrial caiu. Daí dizem: "É pela greve dos caminhoneiros." Não! A greve dos caminhoneiros atinge os grãos. Nós não somos grandes produtores de minério. É a paralisação da economia brasileira. E nós, no Congresso Nacional, continuamos votando esses absurdos, de uma forma desideologizada, muito pouco informada, e com Parlamentares trocando apoio por um trator, por um retroescavadeira, por uma ambulância, muitas vezes desnecessárias, mas, de qualquer forma, completamente fora do planejamento de uma prefeitura municipal. As prefeituras tinham que ter recursos para investir naquilo que o projeto de seus governantes, no momento, que foram aprovados nas urnas, reclamasse.

Então, nós estamos numa bagunça monumental. Ainda bem que a Mesa do Senado, em acordo com as Lideranças, resolveu não votar a Eletrobras – não é isso, Senador Lindbergh? – e alguns outros absurdos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Mas o que vai acontecer com esse tabelamento? É claro que o Supremo Tribunal não vai poder confirmar o tabelamento, porque ele é inconstitucional. É claro também que os caminhoneiros não podem funcionar, não conseguem ter lucro com as suas atividades. Sobrevivem os autônomos. E por que sobrevivem? – e sobrevivem mal. Porque eles não têm empregado. O dono do caminhão é quem opera o caminhão e acaba andando na estrada por um período extraordinário de tempo sem dormir, colocando em risco a sua vida, a vida dos outros. Mas ele não tem a carga do INSS, das despesas sociais e tudo o mais. Agora, se o caminhão quebra, ele não pode consertar. Mas, de qualquer forma, o que vai acontecer é que o Supremo não poderá confirmar esse tabelamento, porque isso não é serviço público...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– Isso é um problema de economia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – ... não é concessão de serviço público. E o que fez o Ministro Fux? Tinha que julgar isso no dia 28 do



mês passado e transferiu para 27 de agosto, esperando um entendimento. É incompatibilidade absoluta.

A crise anunciada é inevitável, e só poderíamos resolver isso com um novo governo, um pacto à moda do *new deal*, à moda da nova política alemã, como Trump está fazendo hoje, protegendo o mercado interno de emprego norte-americano. Ao lado da barbárie que orienta a sua política, com racismo e tudo o mais, o que é uma estupidez absoluta, há uma proteção muito clara do emprego e das empresas norte-americanas. Contra quem ele está jogando? Contra o domínio do capital internacional, que só pensa no dinheiro e que vai tentar se instalar onde houver impostos mais baixos e trabalho mais barato, sem escravizado, para o enriquecimento de muito pouca gente. Então, é isso que está acontecendo no mundo.

Agora, o nosso Governo é de uma falta de informação e de uma incompetência absoluta. Estão enterrando o Brasil, provocando uma crise fantástica. Tiraram o direito dos trabalhadores. Insistiam no fim da previdência pública. Estão entregando o petróleo. Estão vendendo terras sem limite de tamanho. Daqui a pouco teremos um fundo de pensão de um "paiseco" qualquer europeu com uma área de terra no Brasil maior que a área dos países onde se originaram. Isso é uma verdadeira loucura, uma irresponsabilidade absoluta.

Mas o Congresso está interessado nas eleições agora. Estamos aqui os três: eu, o Senador Acir Gurgacz e o Senador Lindbergh Farias. Os outros estão em campanha, desesperadamente em campanha, quando, na verdade, nós devíamos estar reunidos aqui, evitando a entrega do Brasil, a destruição da economia.

Mas, Senador, a questão dos juros é fundamental. O capital financeiro está acabando com o Brasil. E qual é a solução disso? Eu vou na linha dos novos discípulos do Adorno, na Alemanha. A solução disso é uma aliança entre o capital produtivo e o trabalho, porque o capital vadio não produz um botão, não produz uma peça de uma máquina, não produz um bem utilizável. Ele vive dos juros, da rolagem e, fundamentalmente, hoje, da rolagem de dívidas públicas nunca auditadas, como a dívida pública brasileira. Ou o mundo enfrenta essa bárbara dominação do capital financeiro ou nós vamos entrar em um caos absoluto. Aliás, já entramos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Já entramos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – É só você ver as populações saindo dos seus países depois da intervenção dos grupos econômicos tomando as suas riquezas minerais, o petróleo, os minérios, e o desespero instalado. Daí o Trump diz: "Não. Nos Estados Unidos não entram, porque, senão, o povo americano vai ter que arcar com a responsabilidade."

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Qual é a justificativa dele? Foi o capital financeiro que provocou essa crise e quer que o trabalho americano e as empresas paguem. Do ponto de vista teórico, ele não está errado. Agora, do ponto de vista da fraternidade, que viabiliza a convivência no Planeta Terra, ele está totalmente equivocado. Mas o capital financeiro tem que ser enfrentado. Não é possível que, na crise que o Brasil vive hoje, nós tenhamos os juros mais altos do mundo. E ninguém acredita nesta história de que o juro caiu.

Como é composto o juro? O custo do dinheiro – não é? –,...



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– Exato.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – ...o *spread* – o *spread* é a taxa de risco das pessoas que não podem pagar, é um cálculo atuarial – e a inflação. A inflação no Brasil desabou, mas o juro não caiu no mesmo ritmo da inflação. A PEC nº 95, que paralisou a economia, fez com que o juro acabasse, porque a economia não gira mais. O juro não; a inflação. E o juro não acompanhou a queda da inflação. Nós estamos sendo tungados por um esquema econômico-financeiro que está mandando no Brasil.

Por isso que eu e o pessoal dizemos: Fora, Temer. Por que tirar o Temer? Ele é um peão nesse jogo. O Brasil está na mão do Bradesco, do Itaú e dos interesses geopolíticos de países mais fortes que o nosso do ponto de vista econômico.

Mas, de toda forma, Senador, quero parabenizá-lo por ter abordado esse problema dos juros. Agora, como vamos sair dessa crise da inviabilização do agronegócio com o aumento estúpido do frete? Um caminhão de calcário tem, no preço do transporte, um valor maior que o da carga. Em um caminhão de milho, 56% do valor da carga é juro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– É a economia que vai regular isso, Senador Requião. Não é o tabelamento de preço que resolve a questão do caminhoneiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Não é o tabelamento de preço.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– Não é.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Não é o tabelamento de preço do frete.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– Do frete, claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Mas seria a redução do preço do combustível.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– É evidente. Hoje nós temos o combustível mais caro do que os Estados Unidos, por exemplo, o dobro do preço em dólares. Aqui no Brasil é praticamente o dobro do preço do que é praticado nos Estados Unidos.

E, aí, a Petrobras coloca que o custo é internacional. Mas, se for internacional, vamos pegar o dos países mais desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – O petróleo é extraído no Brasil, refinado no Brasil, o que é que temos nós a ver com o custo internacional?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)
– Mas, mesmo se fosse, o custo internacional está abaixo do custo brasileiro. Não dá para entender.

Agora, para resolver a questão dos caminhoneiros, é fazer a roda da economia girar, para que tenhamos mais frete, mais serviço. Não há consumo, não há serviço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Também, claro.



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)

– É isso que vai regular o preço dos fretes. Não é tabelando o preço do frete que vai resolver, porque não há produto para ser transportado. A economia está paralisada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Temos duas vertentes, então: a paralisação da economia brasileira e a vinculação do nosso petróleo, em dólar, e aos custos internacionais em outros países.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)

– Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Nós estamos sendo roubados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)

– Vamos investir na produção. Se não investirmos na produção, nós não vamos sair desta crise.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Mas nacionalizar a Petrobras, Senador Acir. É fundamental que a Petrobras atenda aos interesses do País.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO)

– Sem dúvida.

Muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Absolutamente não regimental com o nosso diálogo da Mesa com o orador, mas tudo é permitido num plenário em que só há três Senadores.

Se o João Alberto estivesse aqui, já tinha cortado a palavra do Acir Gurgacz.

Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um pouco sem voz, mas aqui, nesta quinta-feira, depois de debates importantes nesta semana, Senador Requião, eu estou convencido de que toda essa crise, essa confusão, essa anarquia institucional, os últimos fatos envolvendo o Presidente Lula, Curitiba, tudo traz uma reflexão mais profunda, Senador Requião.

É necessário refundar o Estado brasileiro. Nós temos que ganhar a eleição, um projeto popular novamente na nossa candidatura do Lula, mas é fundamental ir além. Chamar uma Assembleia Nacional Constituinte, fazer uma reforma do Estado brasileiro, do Poder Judiciário, deste Poder Legislativo aqui, discutir tributação de grandes fortunas, um novo sistema tributário. Discutirmos democratização dos meios de comunicação. Hoje nós temos uma concentração violentíssima de poder nas mãos da mídia, em especial, da Rede Globo.

O que houve no País foi a ruptura de um pacto democrático construído na Constituição de 1988. Sabe, há um escritor português, Miguel Sousa Tavares. Esse escritor português já havia falado sobre aquela farsa que foi o *impeachment* da Dilma. E, falando sobre aquela votação, presidida por Eduardo Cunha, disse que aquilo era uma assembleia de bandidos, presidida por um bandido.

Mas ele falou mais. Ele, falando do Brasil, disse que o que acontece aqui é uma fantochada jurídica e afirmou que o Brasil está numa situação tão grave, que precisa ser refundado. Essa também é a minha avaliação.



De pouco valerá eleger um Presidente e deixar o Presidente refém desse Congresso, que só atende aos interesses dos grandes grupos econômicos, um Presidente refém de um Poder Judiciário que hoje assume um papel de uma ditadura do Poder Judiciário. Sabe, Rui Barbosa tem uma frase conhecida, que diz que a pior ditadura é a ditadura do Poder Judiciário, porque contra ela você não tem a quem recorrer.

Mas, veja bem, quais eram as bases da Constituição Federal de 1988? Primeiro, assentava-se num pacto de respeito às regras democráticas, em cima do voto popular e soberano. Disputaríamos as forças políticas nas eleições. Quem ganhasse a eleição levaria. Teria a oposição de outras forças políticas, mas dentro de determinadas regras democráticas.

E há um problema central em todo esse processo – é o povo. Tiraram a Dilma, que foi eleita com 54 milhões de votos, sem crime de responsabilidade algum. A gente viveu aquilo aqui, aquela farsa. Eles não conseguiram explicar, sustentar por que tiraram a Dilma. Tentam impedir de todos os jeitos, prendem o Presidente Lula, porque, no fundo, o que eles não aceitam é a decisão do povo. O problema para eles, Senador Requião, é que o povo não concorda com esse conjunto de políticas que estão aí.

O povo não quer, o povo não aceita a reforma da previdência que eles querem propor, em que o trabalhador, uma professora, por exemplo, teria que trabalhar 15 anos a mais, em que todo mundo teria que trabalhar 40 anos, para poder se aposentar com salário integral. O povo não concorda com essas posições deles, com a política econômica do mercado, do grande capital. E, aí, o que fazem? Atacam a democracia.

A gente vive, Senador Requião, um momento de um neoliberalismo radical, que se funda numa política de ataques.

A gente está vivendo um momento, no País, de profunda desnacionalização: são fundos privados, corporações transnacionais que estão tomando conta de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Senador, não é de profunda desnacionalização. É do maior projeto de desindustrialização da história do planeta Terra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas desnacionalização também. Sabe por quê, Senador Requião?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Sim, também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nem as empresas ... Olha, até os ... Onde estão os grandes empresários nacionais? Não existem mais. São poucos. Você conta nos dedos. São fundos privados norte-americanos, que estão comprando empresas privadas e se apossando e recursos naturais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Mas estão transformando o Brasil em produtor de matéria-prima.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Ha-Joon Chang, um economista coreano que é professor nos Estados Unidos, tem um trabalho belíssimo sobre isso. Ele denuncia. É a maior desnacionalização da economia da história do planeta Terra. Estão transformando o Brasil num produtor de matéria-prima com trabalho semiescravizado.

Agora, como é que a população vai aguentar isso? O trabalho está acabando. E veja: enquanto há uma exploração do trabalho, com essa reforma da CLT... Não que não tivessem



que mudar algumas coisas, mas ela acabou com todos os direitos. Enquanto acontece isso, a marginalização de quem está fora do mercado de consumo e de trabalho é ignorada; é lixo. Uma parte da população não tem uma política compensatória, não tem uma política social. É a ausência absoluta da fraternidade e o estabelecimento da barbárie. É contra isso que a Igreja do Papa Francisco se insurge. Esse sujeito é argentino. Não podemos nunca mais fazer uma brincadeira com argentino. (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas, Senador Requião, V. Ex^a está certo. Na verdade, nós estamos vivendo um momento, na minha avaliação, do capitalismo, que se choca fundamentalmente com a democracia, porque eles querem aqui se apossar de riquezas. Há uma superexploração dos trabalhadores.

Isso que a gente está vendo, na consequência da reforma trabalhista, é isso. Depois vou falar mais.

Ontem fez um ano daquela votação absurda. O povo, Senador Requião, está sentindo na pele, está trabalhando mais, está sendo demitido, para ser recontratado por um salário maior, sem direitos...

Então, veja bem: há um projeto aqui. Qual é o problema? É o povo, é o voto popular.

E aqui entram em questão outros aspectos: separação dos Poderes. Interessa a eles um Presidente desmoralizado como o Temer, um Poder Executivo fraco. Eles querem um Presidente desmoralizado. Não pode haver uma liderança popular, com apoio do povo. Não pode. Eles querem um Congresso como este, domesticado, de joelhos ao mercado. Interessa, sim, um Poder Judiciário que atue dessa forma, porque no Poder Judiciário não é necessário o voto popular, Senador Requião. Não é necessário o voto popular.

E nesse sistema que está montado para explorar o País, que tem a Rede Globo como um dos pilares, e esse sistema judicial como outro, e tem este Congresso também, essa turma que apoia esse projeto, nesse sistema todo que a gente vive aqui, o papel do Poder Judiciário para eles é central. A gente viu, desde o começo, como as decisões do Juiz Sergio Moro forcaram o andamento daquele processo do *impeachment*. Aquela condução coercitiva do Lula – lembra? Condução coercitiva ilegal. Para você conduzir coercitivamente uma pessoa, você tem que intimar duas vezes. Fizeram um *show*. Aquilo deu força àquela movimentação do *impeachment*.

E, aí, quando a Dilma decidiu chamar o Lula para a Casa Civil – porque com o Lula, como Ministro da Casa Civil, as coisas poderiam ter mudado –, o que faz ele? Uma interceptação telefônica criminosa. O Moro cometeu um crime! Ele não poderia ter interceptado o telefone da Presidente da República. Só o Supremo Tribunal Federal. E ele pega aquilo e divulga, horas depois do anúncio de Lula como Ministro da Casa Civil, na Rede Globo. O Teori disse: tomou uma decisão em cima daquilo.

Agora, o CNJ até agora não fez nada. Nós representamos o CNJ contra o Juiz Sergio Moro, porque aquilo foi um crime. Imagine isso nos Estados Unidos, Senador Requião: um juiz de primeira instância interceptar o telefone de um Presidente da República. Estaria preso. Mas aqui não. Era atuação *pari passu* com a luta política aqui no País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Ou seja, Senador, nunca se preocuparam realmente com o Lula. Estavam dando cobertura a um processo político e econômico de desnacionalização do País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É isso o que eu quero dizer. É isso o que eu quero dizer. A gente tem que olhar em



profundidade o que está acontecendo. Eles não querem o voto popular. O povo é o problema. É mais do que Lula; é o povo. O Lula só é problema porque o povo quer Lula e porque Lula tem um programa popular. É o povo. O povo não aceita esse conjunto de medidas.

E aqui é necessário o quê? Criminalizar a política, tirar força da política. E fortalecer quem? O Poder Judiciário. Só que, nesse final de semana, Senador Requião, rasgaram todas as fantasias. Pelo amor de Deus. O que houve nesse domingo? Veja bem, o Juiz Sergio Moro, lá de Portugal... Ele, que não tinha jurisdição mais sobre o caso...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Senador, o Juiz Sergio Moro declarou, na sua defesa ao CNJ, que ele não estava em Portugal, estava em Curitiba. Mas não tem importância se ele estava em Portugal...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – ... ou em Miami ou na China. Ele estava em férias. Agora, o fundamental...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, e ele não era parte coautora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – ... é que, mesmo se estivesse na ativa, ele não era parte desse processo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não era parte do processo. Agora, imagine o que aconteceu. E eu fiquei impressionado com a Procuradora Raquel Dodge, que abriu um processo contra o Desembargador Rogério Favreto e não falou nada do Moro. Quero falar depois do Favreto sobre isso.

Mas veja bem: naquele caso do Moro, ele telefona, Senador Requião, para os delegados da Polícia Federal, para não cumprirem a ordem judicial. Aí, começaram a ligar um para o outro. O Delegado da Polícia Federal que estava lá, Dr. Roberval, também.

Como é que um delegado da Polícia Federal... Chega uma decisão judicial, uma ordem, um *habeas corpus*, mandando soltar o Lula, e o que o delegado faz? Liga para o Moro, o Moro liga para um, o Moro liga para outro. O Moro articula, o Moro liga para o Gebran, e não soltaram. Descumpriram ordem judicial.

V. Ex^a conhece o Procurador Celso Três. Ele deu uma declaração dizendo que, desde que foi fundado o TRF4, e se eu não me engano foi em 89, nenhum *habeas corpus*, nenhuma ordem deixou de ser executada. Essa é a primeira. Chicana jurídica.

Aí, depois, o Desembargador Gebran tinha um juiz plantonista. Desconsideraram. Não podiam soltar Lula. E não podiam soltar o Lula porque iria ter um efeito político. Porque eles poderiam... Se seguissem o processo normal, o correto seria o quê? Soltar. Depois recorressem ao STJ. Depois a própria Turma, quando o plantonista saísse do seu exercício.

Mas eles tinham medo até da repercussão. A saída do Lula... Como é que iria ser isso? Porque eles, de fato, têm medo do Lula, porque eles achavam que a prisão do Lula seria o fim do Lula, iria ser o dia de consagração do Moro. E o Lula saiu foi nos braços do povo, naquela foto que circulou o mundo.

Então, eles não podiam deixar o Lula sair. Só que, para não deixar o Lula sair, voltou a dizer: rasgaram as fantasias. E esse Thompson Flores, Presidente do Tribunal, o que faz? Vai lá, segura, também diz que é para descumprir ordem judicial.



O Ministro Raul Jungmann tem um WhatsApp que fala... O Presidente do TRF4 pediu aos delegados da Polícia Federal para não cumprir... Senador Roberto Requião, V. Ex^a é professor de Direito. Como é que se pode fazer tudo isso, com o apoio dessa mídia? E, aí, qual é a minha surpresa? A posição dessa Procuradora. Ontem, em uma clara tentativa de intimidação, abriu processo contra o Desembargador Rogério Favreto; pediu para ouvir os Deputados Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Wadih Damous. Vestiu camisa.

Ali é uma ditadura de um lado só. Vale tudo contra a esquerda, contra o PT e contra o projeto popular, porque o Desembargador Favreto, Requião, agiu de forma correta.

E ontem também houve a decisão da Juíza Carolina Lebbos. O que diz a juíza? Que o Lula não pode dar entrevista. E fala sobre pré-candidatura, discute, diz que o Lula é inelegível.

Ora, não é a juíza de execução penal que vai dizer se Lula é inelegível ou não. O Lula ainda tem recursos. O Lula vai se registrar no dia 15. Aí é que começa o processo sobre a inelegibilidade dele, Senador Requião.

Agora, o que é que eu quero discutir disso tudo? São os direitos políticos do Lula, que o Desembargador Rogério Favreto levou em consideração. E a Juíza de Execuções Penais Carolina Lebbos fala da Lei de Execução Penal para impedir entrevista do Lula. Apesar, Senador Requião, de que tudo que é preso dá entrevista.

As argumentações dela são...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Fernandinho Beira-Mar deu entrevista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Todos os presos. *Serial killer* dá entrevista! A Suzane Richofen – entrem na internet – tem, no programa do Gugu, o Gugu entrando na cela dela. Todos deram. É só Lula. Por que não querem? Não querem que Lula fale para o povo. Agora, com qualquer um, com qualquer crime desse *serial killer*, gente que matou família, vá lá que tem entrevista de todos. Todos!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Senador Lindbergh, no fascismo italiano, Antonio Gramsci foi preso – era um intelectual de esquerda, um intelectual comunista famosíssimo no mundo. Preso, ele publicou os seus livros que são conhecidos no mundo inteiro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – *Cadernos do Cárcere*.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – ... até hoje. Ele publicou os seus livros, preso. Então, vamos admitir que, se chegasse à conclusão que, pelo direito brasileiro, o Lula não poderia disputar uma eleição, mas ele não pode falar, ele não pode emitir uma opinião?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é escandaloso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – São duas coisas completamente diferentes. É evidente que está havendo um tratamento diverso para o Lula, porque o Lula hoje representa uma alavanca para fazer regredir esta barbárie econômica toda que nós estamos vivendo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Requião, na decisão do Desembargador Rogerio Fraveto – e eu também comento a decisão da Juíza Carolina Lebbos –, há um ponto aqui que são os direitos políticos. A Juíza



Carolina Lebbos fala da Lei de Execução Penal, só que ela tem que lembrar que existe uma Constituição que está acima da Lei de Execução Penal. O que o Supremo decidiu numa interpretação, a meu ver, contra a Constituição é que pode haver prisão a partir de segunda instância, desde que fundamentada. O caso de Lula não está fundamentado. É um grave problema. Não fundamentaram por que o Lula tinha que ser preso após prisão em segunda instância. Isso para mim é contra a Constituição, porque a Constituição é clara no art. 5º, que é uma cláusula pétreia, inciso LVII:

Art. 5º.....

.....

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Para mim, houve uma interpretação contra a Constituição e contra uma cláusula pétreia. Cláusula pétreia nem emenda constitucional muda, tem que haver Assembleia Nacional Constituinte, mas o Supremo se acha tão grande, se acha do tamanho de uma Assembleia Nacional Constituinte!

Em relação aos direitos políticos, o Lula tem seus direitos políticos preservados. Sabe por quê, Requião? Porque há um artigo da Constituição Federal que diz o seguinte:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

.....

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

O Lula tem condenação criminal transitada em julgado? Não tem. Seus direitos políticos estão preservados, Senador Requião. A discussão da inelegibilidade é lá na frente. Ele tem direitos políticos. O que essa Juíza quer é impedir que Lula fale para o povo, porque o Lula lidera em todos os cenários, sem falar, há três meses sem falar com o povo. Então, é isso que está por trás dessa decisão absurda.

Agora, veja, Senador Requião, é um Poder que não tem voto popular, que se assenta – e a gente sabe – em filhos de classe média alta que estudam nas melhores escolas, que vão para as universidades, que passam em concursos, que recebem R\$100 mil, auxílio-moradia, auxílio-creche, auxílio-saúde, todo tipo de penduricalho! Quando vão discutir isso, eles se calam!

Veja a discussão do auxílio-moradia no Supremo e no CNJ, de proibir que seja acima do teto, de proibir que um juiz e uma juíza, casados, que tenham apartamento próprio tenham dois auxílios-moradia. Sabem o que eles fizeram com a discussão? Pararam. Está aqui a Senadora Kátia Abreu, que foi a Relatora da discussão do teto, para colocar um teto salarial. Eles não deixam votar. A gente votou no Senado, mas não votam na Câmara.

Eles, do alto dos seus privilégios, sendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...1% da população, dessa população mais rica do País, sem um voto popular, decidem que são eles que mandam em tudo, que vão interferir na política. Eles só decidem a favor dos grandes grupos econômicos. Eu fico vendo: tudo contra trabalhador passa hoje na Justiça neste País. Eles assinam embaixo de toda essa entrega do patrimônio nacional.



Aqui, Senador Requião, da Constituição de 1988, não temos mais separação dos Poderes, não temos mais instituições vinculadas ao Judiciário agindo de forma isenta, republicana, não temos mais a democracia... Nós não vivemos um período de democracia plena! Nós nos acostumamos com aquela Constituição de 1988 para cá. Aquilo acabou! Houve uma ruptura daquele pacto democrático. O problema é o povo, é o voto popular.

Por isso, Senador Requião, eu digo – e os senhores sabem como eu defendo aqui o que foi feito no governo do Presidente Lula – as pessoas podem ter a maior crítica ao Lula, mas, na época do Lula, a vida do povo pobre era diferente, a vida dos trabalhadores era diferente. O salário mínimo subiu 70% acima da inflação. Foram 20 milhões de empregos com carteira assinada criados neste País. Não é agora, porque o povo... A maior vítima de todo este processo é o povo. A vida do povo, Senador Requião, piora a cada dia. O povo está sendo massacrado pela política deste Temer e deste sistema. É um sistema. O Temer, como falou muito bem o Senador Requião, é uma pecinha deste sistema, desta dominação econômica desses grandes grupos, que hoje se sustentam, fundamentalmente, na Rede Globo, neste sistema judicial e numa política permanente de desmoralização e de criminalização da política.

O que é que eu digo hoje? Nós temos que lutar muito para interromper esse processo nas eleições. Agora, Senador Requião, não basta – e eu defendo a candidatura do Lula – só eleger o Lula. Se eleger o Lula e não mudar o sistema, com este sistema que está podre, não vão deixar o Lula governar. Eu fico vendo o que o Eduardo Cunha fez naquele período do governo da Dilma, como ele paralisou tudo. Se nós elegermos o Lula, nós temos que chamar, imediatamente, uma Assembleia Nacional Constituinte neste País e colocar o povo para participar desse processo. Temos que instituir mecanismos de democracia direta, com mais plebiscitos e referendos, e temos que reformar o Estado brasileiro, refundar o Estado, começando por uma reforma política deste Congresso Nacional aqui, mexendo nas estruturas do Poder Judiciário, abrindo o Poder Judiciário para o povo, democratizando. Nós vamos ter que discutir o sistema tributário. Nós vamos ter que discutir a democratização dos meios de comunicação. É aquele momento da história em que ou vamos para um lado ou vamos para outro. Não há espaço nem para uma política de conciliação de classes com esses grupos econômicos, nem para uma política de conciliação com este sistema. Ou lutamos para mudar este sistema, ou este sistema vai impedir qualquer governo progressista de governar com o povo. Essa é a luta – você entendeu, Senador Requião? –, é a reflexão que quero trazer aqui.

É um momento diferente da história. Houve vários momentos da história em que foi possível uma política de conciliação entre capital e trabalho. O Estado do bem-estar social esteve por 30 anos na Europa – 30 anos gloriosos. Havia a União Soviética de um lado, e ali, por questões políticas e econômicas, foi necessário construir o Estado do bem-estar social, que trouxe conquistas fabulosas ao povo europeu na área da educação, na área da saúde pública, na área da previdência social. Nós começamos e tivemos aqui também a Constituição de 1988, que é uma espécie de tentativa de construção do Estado do bem-estar social tardia, com a CLT de Vargas sendo um começo. Porém, eles se decidiram para o grande capital, para o capital financeiro no momento. Não há conciliação.

Se não entendermos isso e acharmos que estamos vivendo no período anterior e que a vitória do Lula vai trazer de volta 2003, vamos estar profundamente enganados. Então, temos que fazer um programa, na minha avaliação hoje, com radicalidade, para enfrentar tanto o capital financeiro como este sistema que eles montaram e que temos que desmontar.



Senador Requião, eu, neste meu discurso, digo a V. Ex^a como parte dessa discussão: ontem fez um ano da votação daquela reforma trabalhista aqui, por este Senado Federal. Eu vi aqui Senadores que diziam "Essa reforma trabalhista vai trazer emprego para o trabalhador". Vocês deveriam ter vergonha do que fizeram com o País, vocês deveriam vir aqui para pedir desculpas, porque a vida do povo está insustentável, mas a maior parte desses Senadores – vocês aí – pouco está ligando para a vida do povo. O povo hoje tem que escolher: ou compra botijão de gás ou compra comida. As pessoas estão voltando a cozinhar com fogão a lenha, mas vocês não estão nem ligando. Aqui é Senador que tem jatinho, que viaja no seu conforto – sabe, Senador Requião, do absurdo? – e que paga a gasolina do jatinho com verba pública. Há um projeto meu para ser votado para impedir isso. Vocês não estão nem aí, vivem nos seus privilégios e não estão ligando para o povo. Sabem o que está acontecendo com o povo? Conversem. Eles dizem o seguinte: "A minha empresa me demitiu e contratou com um salário mais baixo"; "Eu estou trabalhando e, agora, na hora da rescisão, estou recebendo menos"; "Não estou recebendo nada na hora da rescisão". Agora, vocês não estão nem aí. As pessoas não estão nem tendo coragem de entrar na Justiça, porque vocês aprovaram, na reforma trabalhista, que, se o trabalhador entrar na Justiça contra o patrão e perder – sabem o que acontece? –, tem que pagar o advogado do patrão. E ele não tem dinheiro, não vai fazer isso.

Agora, o trabalhador tem a figura do trabalho intermitente, em que ele pode receber por hora, pode receber menos que o salário mínimo. Acabando o mês, ele pode receber um salário de R\$200. Vocês deveriam ter vergonha, mas volto a dizer: vocês não estão nem aí, não se colocam no lugar do povo mais pobre. Vocês só querem saber aqui de aprovar projetos para os bancos, para as multinacionais do petróleo. Aí, sim, vocês dão benefícios. Deram R\$1 trilhão para as petroleiras, como a Shell. Agora, quando é o povo...

Volto a dizer: vocês não estão nem aí que o Brasil está voltando ao Mapa da Fome, que as pessoas estão dormindo nas ruas. O Lula tirou 32 milhões de pessoas da pobreza em 2017; 1,5 milhão voltaram à pobreza absoluta, mas vocês não querem saber. No projeto de vocês, não existe a palavra povo, não existe a palavra trabalhador. E eu sei – agora está todo mundo calado, bonitinho – que não falam de reforma da previdência, porque a eleição está chegando, mas, quando acabar a eleição, vocês vão querer vir aqui mexer na aposentadoria do trabalhador.

Se há uma coisa que eu tenho orgulho, nesses meus oito anos de Senado, é que eu nunca votei contra trabalhador. E eu vou disputar a eleição dizendo quem é quem; quem defende banqueiro, empresário e quem defende trabalhador. Na hora de vocês votarem contra a reforma trabalhista, fomos eu e vários outros Senadores, Senador Requião, Gleisi, Lídice, Vanessa, que brigamos aqui enquanto vocês massacravam o trabalhador. E eu falo da covardia de vocês também! Brigar com juiz que ganha R\$100 mil? Vocês não têm coragem de brigar, vocês bajulam, vocês dão salário alto, vocês não mexem nos interesses dos juízes, dessas corporações. Cadê a coragem de vocês? Agora, para fazer em cima do pobre... Essa reforma trabalhista é uma vergonha. Eu tenho orgulho de ter votado contra. E digo de antemão: vou votar contra a reforma da previdência, porque vocês querem a reforma da previdência. Imaginem colocar um trabalhador para trabalhar 40 anos para ter aposentadoria integral. Volto a dizer: vocês deviam ter vergonha por tudo isso que estão fazendo no País com o povo mais pobre deste País. É por isso que eu digo que esse sistema aqui está podre.

Eu vou lutar muito para eleger Lula Presidente, mas depois tem de mexer na política toda daqui deste País, tem de fazer uma Assembleia Nacional Constituinte, reformar este Congresso



e este Senado que só defendem os poderosos, os ricos, tem de mexer nesse Poder Judiciário, que é um Poder Judiciário de privilégios, que também só defende os interesses dos grandes grupos econômicos. São todos contra o povo!

Eu encerro o meu pronunciamento, Senador Roberto Requião, dizendo que nós não vamos aceitar essa decisão da Juíza Carolina Lebbos, Juíza de Execução Penal, que quer calar o Presidente Lula sem base alguma, porque, como eu falei aqui, nós temos o art. 15 da Constituição, que fala sobre direitos políticos. Eu já li e vou ler pela última vez:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

.....

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

Não há condenação criminal transitada em julgado do Presidente Lula! Nós vamos registrar o Presidente Lula e vamos lutar para que ele fale com o povo neste momento. A decisão da Juíza é mais uma decisão política deste Poder Judiciário que rasgou a fantasia, que tem um lado, que é o lado dos poderosos, dos grupos econômicos, e que quer calar o Lula. É uma decisão clara para calar o Lula, porque eles morrem de medo de que o Lula fale, neste momento, e cresça mais ainda nas pesquisas!

Aqui vai a nossa resposta, pois vocês, desde o começo deste processo, tentavam nos oferecer uma saída: "Desistam do Lula que, nesses processos, a gente vai baixar a bola." E nós dizíamos que não íamos desistir do Lula, que é o nosso candidato.

Aí, vários de vocês diziam na imprensa articulista: "Olha, se o Lula desistir de ser candidato, ele não vai ser preso." A gente sabe, pessoal. Se tivesse desistido, eles não tinham prendido o Lula. Essa prisão em segunda instância, a mudança toda da interpretação do Supremo foi por causa do Lula.

Se bem que a decisão do Supremo não é que a prisão em segunda instância é obrigatória. Ela pode ocorrer com fundamentação. A do Lula não tem fundamentação. Prenderam o Lula porque ele, candidato, ganha a eleição. E agora vocês querem dizer para a gente o seguinte: "Olha, ele não vai falar! Desistam! Construam um plano B!". Não, nós não vamos desistir. Nós vamos com tudo com o Lula. Vamos lutar para que ele fale ao povo porque ele tem direitos políticos preservados. Vamos lutar para que ele seja eleito Presidente da República. Ele vai ser candidato, e nós vamos registrá-lo no dia 15 de agosto.

E o problema deles novamente – eu encerro dizendo isto – é o povo. Porque o povo fica vendo tudo isso, aí fazem pesquisas. O povo diz: "Meu candidato é Lula!". E o povo fica vendo toda essa armação contra ele e vai firmando mais o voto. Então, o que vai haver neste País, eu não tenho dúvida em dizer: essa é uma eleição em que o Lula é o personagem, é o programa porque ele sintetiza isso. Lula significa novamente a esperança desse povo trabalhador, a esperança dessa juventude negra de filho de trabalhadores, que entraram nas universidades, que conquistaram direitos.

Agradeço ao Senador Requião. Lula livre.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – Senador Lindbergh, eu pediria que V. Ex^a assumisse a Presidência. Eu farei um breve pronunciamento e, posteriormente, o Senador Ataídes e a Senadora Kátia Abreu.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Ataídes...

Eu peço desculpas, mas não vou conseguir assumir a Presidência. V. Ex^a poderia, Senador Ataídes? (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/MDB - PR) – O Senador Ataídes, na condição de Líder do PSDB, acata a solicitação do Líder do PT e assume a Presidência, para viabilizar a continuidade da sessão.

(*O Sr. Roberto Requião deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Concedo a palavra ao Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Ataídes, que neste momento preside o Senado, com a minha presença agora na tribuna, Senador Ataídes na Presidência e Senadora Kátia Abreu, que aguarda a oportunidade de se dirigir ao público da TV Senado e da Rádio Senado através da possibilidade que lhe oferece a tribuna.

Senador Ataídes, eu quero fazer algumas considerações sobre esse fato que foi provocado pelo *habeas corpus* concedido pelo Juiz Federal Favreto ao Presidente Lula e que foi desobedecido pela Polícia Federal, com a intervenção do Juiz Sergio Moro, do Juiz Gebran e do Juiz Presidente do Tribunal Federal de Porto Alegre, Thompson Flores.

O *habeas corpus* do Juiz Favreto, sem sombra de dúvida, como qualquer despacho judicial, pode ser contestado, Senador. Só que quem poderia contestá-lo no caso específico era o Ministério Público Federal. Então, eu não quero nem analisar o acerto ou o fato de o despacho ser ou não inapropriado. Ele poderia ser contestado sim pelo Ministério Público Federal.

Ele não era contra um despacho do Juiz Sergio Moro, nem do Juiz Gebran. Ele dizia respeito a uma interpretação dada pelo Juiz Favreto de que o ex-Presidente Lula teria direito de se expressar embora preso. O que parece ser, até trânsito em julgado final, uma garantia constitucional e que esse direito estaria sendo obstado pela vara de execuções. Então, ele determina a soltura.

Agora, o Juiz Sergio Moro estava em férias. Cheguei replicando informações da internet até dizendo que ele estava em Portugal. E eu aconselhava, Senador Ataídes, que, se estivesse em Portugal o Juiz, em férias, teria todo o direito de comer um bacalhau e tomar um vinho, mas não se imiscuir em um processo que estava fora da sua jurisdição.

E realmente é como eu vejo. O Ministério Público Federal poderia ter recorrido da decisão do Juiz Favreto. Agora, o Juiz Sergio Moro interfere num processo que não estava sob a sua jurisdição. O Juiz relator na vara de Porto Alegre dá uma informação em cima de um pedido do Juiz Sergio Moro sobre um processo que não tinha nada a ver com ele. Eles não tinham mais jurisdição sobre isso.

Veja, não estou no momento defendendo a posição do Juiz Favreto, que falava pelo Tribunal Federal, porque ele era o Juiz de plantão. E falando pelo Tribunal, ele estava falando inclusive com a condição de falar pelo próprio Presidente do Tribunal. Ele era o plantonista, Juiz Federal plantonista.



Então, o que nós vemos aí foi uma coisa absolutamente inusitada. E a Polícia Federal se recusando a cumprir o despacho. Tinha que cumprir o despacho imediatamente. Nunca houve uma situação igual a essa na história do Tribunal desde que foi criado, como afirmou recentemente o Promotor Federal Celso Três, importantíssimo na categoria, que foi quem cuidou daquele escândalo incrível que partiu de uma denúncia minha no Governo do Estado do Paraná sobre as CC5, as contas de não residentes no Brasil, que monta, algumas vezes em volume, mais do que a questão da Petrobras e que acabou não botando nenhuma pessoa importante na cadeia. Foi driblada pelas instâncias da Justiça Federal.

Então, não há cabimento o comportamento dos juízes e o comportamento do Presidente do Tribunal, porque eles não tinham nada a ver com isso. Agora, contestar a decisão cabia ao Ministério Público Federal, que poderia tê-lo feito imediatamente ou não; cabia ao Ministério Público Federal tomar a providência.

O que nós vimos aí foram juízes transformados em juízes de acusação. Eu me lembro de fatos conhecidos pela nossa história da inquisição. O Savonarola, na Itália, queimou na fogueira, na frente do Palácio Vecchio, dezenas de italianos, até que, um dia, por ordem do Papa, por ter se imiscuído na política do Vaticano, foi ele próprio queimado. Não é possível que o Judiciário se comporte dessa maneira. Um juiz se suporta nas regras e disposições dos tribunais e nas leis. As leis são feitas aqui, no Congresso Nacional, e, quando se nega a uma pessoa o cumprimento dessas leis, se colocam em risco o direito e a segurança de todos os cidadãos do País.

Eu acho extremamente estranho o que aconteceu. Agora, o Juiz Sergio Moro disse que não estava em Portugal. Ah, mas tem viajado muito. Eu já vi notícias dele em Andorra, nos Estados Unidos, na França. Ele tem passeado muito, tem feito conferências – não sei se remuneradas ou não –, mas esse é um problema dele. Se eu pretendesse contestar o que ele faz, eu entraria em juízo; eu não ia, na condição de Senador, interferir nesse processo, pois existem regras legais para isso.

Agora, eu quero falar sobre outro assunto que envolve o Judiciário também, Senadora Kátia Abreu. Eu, o Senador Lindbergh e a Senadora Gleisi Hoffmann entramos na Justiça Federal do Paraná com uma ação popular com um pedido de liminar para interromper o aumento do custo de combustível no Brasil. Ora, a Petrobras foi criada para descobrir petróleo, extraír petróleo e refinar petróleo no Brasil. Portanto, ela foi criada para que o desenvolvimento brasileiro contasse com abundância de combustível e de lubrificante e com preços módicos. Por isso, ela é estatal. Agora, de repente, não mais que de repente, cai uma Presidente da República, e o novo Governo estabelece a vinculação do preço do petróleo brasileiro com o dólar e com os preços nos mercados internacionais. Não faz sentido. É a mesma coisa que fixarmos o preço do litro de água mineral para o preço corrente no deserto do Saara. Não há nenhuma similitude de situação, não há nenhum nexo entre uma coisa e outra. E nós entramos com uma ação popular com um pedido de liminar. Uma juíza em Curitiba acatou a ação, mas declarou imediatamente nos autos que ela só consideraria a liminar – ela não deu a liminar de pronto – depois da manifestação da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo. A Agência Nacional já se manifestou, mas, Senador Ataídes, nós entramos no dia 12 de junho, e a Petrobras nem sequer foi citada até hoje. Portanto, nega-se o exame judicial numa questão extremamente importante para o País, o que está paralisando a nossa economia e provocando um caos, uma regressão no mercado de *commodities* e o desespero dos transportadores. Como é que se explica isso? Hoje, Senadora Kátia, o pedido de um precatório não depende mais dos Correios; ele é instantâneo,



ele é feito pela internet, ele é feito num segundo. Por que não foi citada ainda a Petrobras? Que contradição com a incompetência jurisdicional para manter o Lula na cadeia e a velocidade extraordinária possível não cumprida de uma intimação de uma empresa para resolver um assunto que prejudica o País inteiro! Parece que nós temos um Judiciário que funciona sem o respeito das leis e das suas regras.

Em razão disso, eu fui Relator de um projeto que tramitava há 9 anos no Senado, do crime de responsabilização dos abusos de poder. Ele foi aprovado no Senado, praticamente por maioria quase absoluta – um pequeno número de Senadores votou contra –, mas está engavetado pelo Maia na Câmara.

Então, nós estamos vendo que o Judiciário brasileiro inventou, ou pelo menos uma parte dele, a tal hermenêutica livre, a livre interpretação da lei. A lei diz que determinada situação é branca, e o juiz resolve que ela é cor-de-rosa, azul, lilás, preta ou qualquer outra cor e julga conforme a sua visão ideológica, a sua formação filosófica, a sua tendência apartidária. Não pode ser assim.

Por isso, eu, que entrei, ainda nesta Legislatura, com uma mudança constitucional para permitir a condenação de réus condenados em segunda instância, parei com esse processo. Eu acho que a condenação em segunda instância é interessante para acabar com a imunidade. Eu me inspirava, no momento em que redigia essa lei... E pedi a opinião do Sergio Moro e do Ministro Fachin. Eles, de certa forma, colaboraram na redação dessa lei. Eu desisti dela porque ela só é possível se houver a responsabilização por crime de abuso de poder. Senão, eles vão colocando na cadeia as pessoas conforme a sua formação ideológica, a sua convicção econômica, sem nenhum nexo com a legislação brasileira. Isso põe em risco o direito no Brasil.

O que realmente me preocupa, neste momento, são estes dois fatos: primeiro, a intromissão de três juízes federais num processo com o qual eles não tinham nada a ver. Eles cumpriram a sua função. Eles condenaram o Lula para o bem e para o mal. Podemos concordar ou não com isso. Não concordando, queremos que a possibilidade dos recursos seja garantida e que as reivindicações dos advogados do Lula sejam julgadas, mas nós não podemos aceitar que a hermenêutica, a visão dos Juízes seja absoluta. Eu nem estou dizendo que eles julgaram certo ou errado, embora eu tenha a convicção de que, naquele caso do apartamento de São Paulo, valeu uma convicção de uma notícia publicada na Globo. Não há nenhuma prova material que levasse à condenação. Mas essa é uma visão minha. O Lula também não concorda. Seus advogados recorreram. Mas como, em determinado momento, os juízes que julgaram e cumpriram a sua função para o bem e para o mal, fazendo o que acreditavam – a meu ver, ao arreio da legislação –, interferem num processo que não tem nada com eles para manter o Lula preso?

Na Itália, Senador Ataídes, o Mussolini e o fascismo italiano botaram Antonio Gramsci, que era um líder comunista, na cadeia, mas, na cadeia, ele escreveu e publicou livros sobre política e filosofia, que são importantíssimos no mundo hoje, com os quais você pode concordar e discordar. O fascismo permitia isso. Agora, por que o Lula não pode falar? O Fernandinho Beira-mar deu entrevista para meios de comunicação brasileiros, condenado, preso em prisão de segurança máxima. Aquela moça que matou o pai e a mãe em São Paulo foi entrevistada pelo Gugu ao vivo no seu programa.

Então, o que nós estamos vendo é um ativismo jurídico que não tem nada a ver com o Direito e que deprecia muito o Direito brasileiro e coloca em risco as garantias de qualquer



cidadão, porque interferiram nesse processo três juízes federais, quando não eram parte dele, quando nele não tinham jurisdição.

Não vou – insisto – defender de forma absoluta o despacho do Juiz Favreto, mas ele era passível de recurso e o recurso caberia ao Ministério Público Federal. O mais é ativismo jurídico; são juízes que estão assumindo uma condição partidária, estão fazendo o que não podem fazer. Isto pode acontecer, Senador Ataídes, com qualquer ouvinte ou telespectador da TV Senado, comigo ou com V. Ex^a em determinado momento em que desagradarmos a um juiz. Então, eles se concertam numa trinca e resolvem desobedecer à legislação, interpretar e impedir o cumprimento de uma sentença. Mas, mais uma vez, quero deixar claro que não estou fazendo a defesa, neste momento, do despacho do Favreto, mas estou dizendo que é claro o ativismo político que deu cobertura a esta interferência de três juízes federais, indevidamente, sem jurisdição, na interrupção da soltura do Lula, que poderia ser interrompida rapidamente, em seguida, com o recurso do Ministério Público Federal. Isto não é mais Judiciário.

E quero deixar mais claro que falo com autoridade de quem fez oposição à política econômica do Lula e da Dilma na tribuna do Senado e, segundo me lembro, eu era um dos únicos a fazer oposição, Senador Raimundo Lira, porque o PSDB estava a favor, o PMDB estava a favor, o DEM estava a favor e o PT, evidentemente, a favor. Fiz oposição, não concordava, mas eu não posso, neste momento, dizer que, na condição de advogado, com a minha formação jurídica, eu concordo com os absurdos que estão ocorrendo, que criam problemas seriíssimos para o Direito no Brasil, para o Estado de direito no Brasil.

Senador, me disponho a reassumir a Presidência para que V. Ex^a possa utilizar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a. E o Senador Rudson também está se disponibilizando. Portanto, se V. Ex^a quiser retornar, retorne; senão, ele se dispôs.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR) – Dai ao Rudson o que é de Rudson.

Eu, até agora, estava na Presidência do Senado, ocupei a Presidência, falei. E, para nós do Senado, é uma honra haver um Senador novato, aproveitando o seu noviciado, presidindo, numa quinta-feira, a Mesa do Senado.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Sem revisão da oradora.) – Senador Requião, eu só espero que a gente possa ser brindado com a continuidade da sua presença neste plenário, por gentileza, porque, após o meu pronunciamento, gostaria de falar-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Coaduno com a Senadora Kátia Abreu, do meu querido Estado do Tocantins, e passo, então, a Presidência ao Senador Rudson Leite.

(O Sr. Ataídes Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rudson Leite.)

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. PV - RR) – Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB, do Tocantins.

A palavra é sua, Senador.



O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Rudson Leite. Seja bem-vindo a esta Casa!

Presidente, eu estou presidindo a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor desde fevereiro do ano passado. Fizemos algumas reuniões para tratar desses juros extorsivos e abusivos cobrados pelas credenciadoras de cartões de crédito e também pela rede bancária.

As reuniões, lamentavelmente, Sr. Presidente, não surtiram efeito. Não tivemos outra alternativa senão abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa Comissão funcionou por mais de 90 dias e, no dia de ontem, querido Senador Raimundo Lira, encerramos a CPI, lendo e aprovando o relatório do Senador Fernando Bezerra.

Pois bem, como primeiro passo, nós queríamos saber qual era a causa ou as causas, os motivos que levaram os bancos e essas credenciadoras a chegarem a cobrar 850% de juros ao ano nos cartões de crédito rotativos. Então, fomos buscar as causas. Começamos, então, a ouvir todos os lados. Na primeira audiência, ouvimos os representantes dos consumidores; depois, os representantes dos lojistas; depois, audiência com os representantes dos atacadistas; depois, ouvimos os bancos, os representantes de bancos; e, por derradeiro, ouvimos, então, os órgãos reguladores desse segmento de cartões de crédito, que são o Banco Central do Brasil e também o Cade.

Ouvindo todos os lados, chegamos à conclusão de que essa cobrança, esse assalto legalizado no Brasil há longa data, primeiro, tinha a conivência do Banco Central e do Cade, porque nada o Banco Central fez, nesses últimos anos, para botar um freio de arrumação nesse assalto, principalmente do cartão rotativo e do cheque especial. Pois bem, chegamos à conclusão, sem dúvida nenhuma, de que um dos motivos que levou esses bancos e essas credenciadoras a cobrarem o que achavam que deveriam cobrar era o cartel. Hoje, no Brasil, nós temos tão somente cinco bancos: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal. Então, primeiro, o cartel. E a gente pode perceber que havia um acordo – imagino eu que havia um acordo – entre esses grandes bancos para uma cobrança de juros mensais e anuais muito semelhantes. Então, o primeiro ponto: cartel.

Segundo: credenciadoras. O cartão Visa e o Mastercard detêm 90% de toda a movimentação do dinheiro que nós chamamos de dinheiro cartão de crédito, que, em 2017, movimentou R\$1,3 trilhão, mais de 20% do PIB.

Então, primeiro, cartel; segundo, as credenciadoras, que detinham praticamente todo o mercado nacional. E terceiro ponto, repito, havia aí uma conivência do Banco Central e do Cade.

O.k., mas, além dessas cobranças desses juros exorbitantes, havia uma coisa – que ainda há – que se chama trava bancária. O que é a trava bancária? O consumidor chega; compra do lojista no parcelado ou não; ali há uma verticalização; essa credenciadora tem um banco; e esse recebível ou esses recebíveis desses lojistas, desses atacadistas só podem, Sr. Presidente, ser utilizados – o seu recebível, o seu crédito – tão somente junto a essa instituição financeira. Eles não podem utilizar esses recebíveis para dar em garantia junto a fornecedores ou a outras instituições financeiras. Mais uma vez, o cartel.

Pois bem, por derradeiro, esses recebíveis, hoje, no Brasil, somam algo em torno de R\$900 bilhões – todo esse volume de recebíveis dos nossos empresários, quer seja no cartão parcelado,



quer seja no débito. E eles só recebem o seu dinheiro 30 dias depois da venda efetuada – 30 dias depois da venda efetuada! No mundo inteiro, no dia seguinte as credenciadoras e o banco repassam para os empresários; e, aqui, 30 dias depois. Isso é um pecado. Isso inibe o consumo. Isso aumenta a recessão. Isso inibe o emprego. O empresário não tem o dinheiro que é seu para investir no seu negócio.

Pois bem, diante de tudo isso, então, nós fomos até o Banco Central conversar com o Presidente. E lá tivemos uma boa audiência com ele. Ficou muito claro que esses juros são abusivos. Esses 494%, em média, cobrados em 2017 hoje estão na faixa de 280% ao ano, para uma taxa Selic, uma taxa básica de referência de 6,5% ao ano.

Ou seja, esse foi o primeiro passo.

O segundo passo foi que o Banco Central, vendo essa movimentação e os trabalhos dessa CPI, imaginei eu, imediatamente editou uma resolução, no final do mês de abril deste corrente ano, em que passou a tratar o consumidor do cartão rotativo inadimplente com igual tratamento dado para o consumidor do rotativo adimplente, ou seja, normal. Qual foi a modificação que aconteceu, então, nesse tratamento, nessa isonomia do inadimplente para o adimplente? O inadimplente tinha que pagar no mínimo 15% da sua fatura no vencimento; deixou, então, de pagar os 15%. E os juros desse rotativo inadimplente, que eram extremamente abusivos, passaram a ser cobrados, então, como se ele fosse adimplente. Então, essa foi a primeira resolução do Banco Central, que muito nos agradou dentro da CPI.

O Banco Central editou, imediatamente, mais duas resoluções, criando as famosas *fintechs*. O que são *fintechs*? São empresas que poderiam entrar no mercado para concorrer com essas credenciadoras e aumentar a competitividade no mercado. Extraordinária também foi essa medida do Banco Central do Brasil. Hoje, temos centenas de *fintechs* já em funcionamento em nosso País.

Mas isso não basta. O Banco Central disse que essa trava bancária... Os técnicos do Banco Central estão trabalhando, estão em cima para que esses recebíveis dos nossos empresários possam ser utilizados junto a outras instituições. E esses recebíveis, que são D+30, nós recomendamos ao Banco Central que sejam D+15.

Além de tudo isso, nós entramos com várias proposições legislativas. Somente eu entrei com três; por exemplo, a da trava bancária e também a dos recebíveis, que não podem ser D+15, e, sim, D+2.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerrei ontem os trabalhos desta CPI. Gostaria eu, como Presidente, de ter tido um resultado melhor, mas, pelo menos, caminhamos bastante.

E eu juntamente com a minha equipe fizemos um trabalho consolidado que se aproximou a 600 páginas falando sobre cartões de crédito não só no Brasil, mas no mundo afora. Eu, por exemplo, antes da CPI, usava meu cartão de crédito, mas não sabia o que era cartão de crédito. Chegava a fatura, a minha financeira pagava e pronto. Hoje eu sei o que é o cartão de crédito. Escrevemos, inclusive, um livro que eu devo deixar aqui nos *Anais* desta Casa, que é *Análise Brasil e Mundo sobre o Dinheiro de Plástico*.

Sr. Presidente, ainda me sobram seis minutos.

Nós estamos num Estado democrático de direito. Todo mundo sabe que eu fui um dos protagonistas da retirada do PT do poder. Eu vim a esta tribuna, pelo menos, três vezes por semana, porque eu sabia que havia uma quadrilha administrando este País. E, daqui desta tribuna, cheguei a perder a minha saúde, mas tiramos o PT do poder. Tiramos o PT do poder



no dia 31 de agosto de 2016. Na semana seguinte, eu vim a esta tribuna e disse: eu não falo mais nada sobre o PT, eu não discuto mais com o meu colega Lindbergh Farias, com a minha colega Gleisi e com tantos outros petistas. Eu nunca mais discutirei com eles. E assim, Sr. Presidente, eu ajo já há praticamente dois anos. Mas hoje eu resolvi falar desse Desembargador Rogério Favreto.

Eu venho do Direito também. A decisão que esse magistrado tomou é algo inaceitável, inconcebível no mundo jurídico. Ele simplesmente passou por cima de um tribunal regional, do Superior Tribunal de Justiça, da Procuradoria-Geral da República e da Suprema Corte Federal só porque é petista de longa data, só porque tinha no seu quadro Patrus Ananias, porque tinha no seu quadro Tarso Genro, porque tinha no seu quadro, como ex-assessor, José Dirceu, porque foi nomeado por Dilma Rousseff. Por isso, ele, esquecendo tudo o que aprendeu na faculdade e nas suas centenas de sentenças, deu aquele *habeas corpus* num domingo. Eu não poderia deixar de falar sobre esse assunto, Sr. Presidente.

Ele causou uma verdadeira balbúrdia no mundo jurídico e no nosso Poder Judiciário, que já está um verdadeiro caos. Para a nossa Suprema Corte – e nós colocamos todos lá, Senador Requião –, em relação à PEC da bengala, de 75 anos, agora nós temos que fazer uma PEC da bengala para 65 anos, porque a nossa Suprema Corte, pela qual eu tenho muito respeito, infelizmente não tem agido bem. Você vê um ministro olhando para outro e falando palavras absurdas, que eu jamais imaginei que um ministro da Suprema Corte, ao vivo, pudesse dirigir ao seu colega, e vice-versa.

A Ministra Laurita Vaz colocou, na sua decisão, algumas palavras que me chamaram muito a atenção com relação a essa decisão desse magistrado. Ela disse que aquela decisão é inusitada, ou seja, fora do comum. Ela disse que a decisão é teratológica, que significa que é uma decisão deformada, absurda, horrível. Ela disse também, na sua decisão, que houve um flagrante desrespeito. Ela falou em incompetência, em perplexidade, em intolerável insegurança jurídica, em esdrúxula situação processual. Ou seja, a Presidente do Superior Tribunal de Justiça usou todos esses adjetivos para qualificar a decisão desse magistrado.

A Presidente da nossa Suprema Corte, Ministra Cármen Lúcia, também usou algumas palavras que muito me surpreenderam. Ela disse que ele foi imparcial. Ela falou em desrespeito aos ritos e recursos da Justiça. Ela também disse que...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... houve uma quebra da hierarquia. E, por derradeiro, a nossa competente e responsável Ministra da Suprema Corte disse, e eu anotei, que faltou com o rigor absoluto no cumprimento das normas vigentes.

E o Juiz Sergio Moro, que, para mim, é um enviado de Deus, com todo o respeito a qualquer outro juízo de valor, disse que era absolutamente incompetente a decisão, que a prisão estava em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal.

E aí vem, então, a Procuradora-Geral da República e também faz aqui suas considerações dizendo que foi um episódio atípico e inesperado que produziu efeitos nocivos sobre a credibilidade da Justiça, sobre a higidez do princípio da impessoalidade, que a conduta de Favreto foi para satisfazer interesses pessoais. E denunciou o magistrado junto ao Conselho Nacional de Justiça. Ou seja, diante do quadro que estamos vivendo, dessa crise sem precedente,



dessa crise política... Porque o problema do Brasil não é a crise econômica, financeira, ética e moral. Eu tenho dito: a crise do Brasil é política. Ela é a culpada por tudo isso.

E agora, então, o nosso Poder Judiciário se encontra também nessas condições. Isso é lamentável, porque traz ao País, à Nação uma insegurança jurídica e política enorme. Empresário nenhum do mundo, diante de um quadro como esse, vem investir seus bilhões no Brasil.

Mas isso tudo vai passar. Tudo vai passar, porque Deus está no comando de tudo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Obrigado, Senador Ataídes Oliveira, pelas palavras, pelo belo discurso.

Convido à tribuna a Senadora Kátia Abreu, do PDT, Tocantins.

Com a palavra, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia aos telespectadores da TV Senado, que nos ouvem por todo o País, aos meus colegas Senadores Benedito Lira e Requião e ao nosso Presidente da Mesa.

Muito obrigada pela cessão da palavra.

Nesta semana, o Brasil recebe, pela primeira vez, a visita de uma figura ilustre, um símbolo ilustre para todo o mundo, que é uma das maiores vozes da atualidade pelo direito das mulheres à educação. E isso para mim é fundamental.

Nunca tive e nunca trabalhei com bandeiras feministas, não se trata disso. Mas nós temos que reconhecer e defender todos aqueles que estão em desvantagem, não interessa o gênero – todos que se sintam em desvantagem. É obrigação de qualquer Parlamentar lutar por aquilo que acredita.

Trata-se da jovem paquistanesa Malala, a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz, quando tinha apenas 17 anos, Senador Benedito de Lira. Essa menina, desde os 11 anos, morando num país de regime talibã, totalmente machista... Não é nem machista, a mulher para eles não existe, a não ser para procriar. E ela, desde os 11, registrava, num pequeno blogue, o seu protesto contra o impedimento de meninas estudarem no seu país, o Paquistão.

Ela tinha outras amigas que falavam que também pensavam igual a ela, mas os pais não deixavam fazer nenhum tipo de manifestação. E os pais de Malala, ao contrário, permitiam que ela escrevesse, no seu pequeno blogue, a respeito do seu protesto contra a ausência de educação para as mulheres – a proibição, não é nem a ausência. E quando ela tinha 15 anos, os talibãs a seguiram e a procuraram dentro de um ônibus, junto com as amigas, e deram um tiro na cabeça dela, ferindo, inclusive, duas outras amigas. Ela esteve na UTI por muito tempo, mas, graças a Deus, ela sobreviveu e tornou-se um símbolo importante para todos nós, um símbolo da luta pela educação para as mulheres.

Há uma frase muito bonita dela que eu gostaria aqui de ler: "Eles acharam que as balas nos silenciariam, mas falharam e do silêncio surgiram milhares de vozes", diz a ativista. Disse também: "A minha melhor vingança será educar a todos, inclusive as filhas e irmãs daqueles que me atacaram."

Então, ela, desde o Prêmio Nobel, roda o mundo todo. Ela montou uma fundação que tem alguns milhões de dólares conseguidos por doações para lutar pela educação das mulheres. Aqui no Brasil, no momento em que ela está aqui, ela está adotando – vamos assim dizer – três



meninas brasileiras com esse fundo: uma é de Pernambuco, a outra é da Bahia e uma é de São Paulo. A da Bahia, inclusive, é uma menina indígena. Então, são símbolos, não é quantidade que Malala está procurando, mas é a simbologia do gesto para que outras pessoas... Uma menina da Malásia vem ao Brasil, onde há 1,5 milhão de mulheres, de meninas sem escola, e, quando ela patrocina e apoia três dessas meninas de todo o Brasil, de certa forma, dá uma sacudida em todos nós, no Governo Federal, na Justiça, no Congresso Nacional, com o seu exemplo.

Segundo a Unesco – por isso, essa luta dela por todo o mundo –, quase 16 milhões de meninas entre seis e onze anos nunca irão à escola. O número é duas vezes maior do que o de meninos: 8 milhões de meninos na mesma idade não irão à escola. Mas meninas são 16 milhões que nunca irão à escola.

Nesta semana, ela completa 21 anos, nessa visita. Tudo começou aos 15 anos, com o atentado, e hoje ela está com 21 anos rodando todo o mundo, um símbolo duradouro e sustentável, um símbolo verdadeiro que não se desfez ao longo do tempo, porque a sua bandeira é justa e genuína. Ela colocou em risco a sua própria vida, uma menina daquela idade.

E, às vezes, eu fico me lembrando de mim com essa idade da Malala, se eu me interessava tanto assim pelos estudos. Quantas meninas que podem estudar pelo Brasil afora e pelo mundo afora, às vezes, são despicantes com a escola, com o estudo, com essa importância – como eu própria nessa idade? E essa menina, desde os 11, era uma criança que já tinha paixão pela escola, pela educação e se interessava por tudo, era uma menina extremamente curiosa.

Então, eu quero dizer que desse 1,5 milhão de meninas no Brasil, essas três foram escolhidas, porque também são ativistas no Brasil, são ativistas da mesma bandeira. E o objetivo dela, principalmente – apesar de ser branca –, e do fundo é tratar especialmente as meninas afrodescendentes. E, aqui no Brasil, ela está dando uma atenção especial.

Mais frases de Malala: "Não existe educação sem segurança", porque depois ela tinha que ir à aula com guardas. "Entendi que educação era mais do que ler e escrever, era sobre empoderamento e emancipação."

Quando se fala em empoderamento da mulher, muitos homens têm um pouco de implicância porque a palavra empoderamento pode não ser, talvez, muito bem-vinda e muito bem-vista porque trata-se de poder, de ser maior do que os homens. Às vezes, pode levar a uma determinada competição. Mas não se trata disso.

Quando se fala de empoderamento, é espaço. Muito mais do que espaço, é emancipação. Então, quando você não é emancipado, você não tem poder nenhum. Não significa o poder de mandar no outro, de ser autoridade sobre o outro, mas principalmente de ser autoridade sobre si, sobre si mesmo, de se empoderar, de ter confiança própria. E, sem a educação, ninguém tem confiança. Muito raramente isso pode acontecer.

Então, ela diz que precisamos sempre lembrar nossos políticos de que a responsabilidade é deles, que eles precisam ouvir as pessoas para saber o que pode ser feito no país, para eles saberem – para nós, políticos, sabermos – o que as pessoas de verdade querem e anseiam.

E eu aproveito, falando de violência, para aqui falar alguns números a respeito da violência nas escolas. Nós estamos com um número muito elevado de violência nas escolas, muito além do que está sendo mapeado porque as estatísticas são novas. O Tocantins, por exemplo, já é o sétimo Estado do País, entre 27 Estados, com índice de violência nas escolas, o professor que recebeu algum tipo de violência por parte dos alunos.



Então, é o oposto da Malala. Ela recebeu violência porque ela queria ir à escola. No caso aqui no Brasil, as crianças são obrigadas a irem para a escola – é uma meta brasileira e muito correta. Agora, quando chegam à escola, estão praticando violência contra os seus próprios professores.

Nós tivemos uma eleição suplementar no Tocantins e eu fui candidata e rodei todo o Estado, dialogando, conversando com todos os segmentos. Eu vi infinidades, centenas de professores e professoras do meu Estado desesperadas, angustiadas, depressivas, com problema de pânico, justamente pela violência, especialmente dos adolescentes na sala de aula. E ninguém pode dizer nada, ninguém pode dar suspensão, ninguém pode dar advertência porque o Estatuto ECA não permite.

O ECA tem um valor especial para a criança e o adolescente, agora ele não pode ser usado para o mal. Ele não pode ser usado para ser uma autorização de agressividade e de desrespeito ao professor. O número, Senador Requião, de professores hoje afastados fazendo terapia, sofrendo de pânico e depressão não é brincadeira. Nós temos que tomar providências.

E aqui, como mãe e avó, eu quero dizer que muitas famílias estão entregando para as escolas uma responsabilidade que é sua. Professor não é pai e mãe, não. Professor é educador, tem que ensinar Português, Matemática, História, Geografia. Quem ensina princípios é a família. E ninguém vai abrir mão disso. Não tem Estatuto da Criança e do Adolescente que permite que isso aconteça.

Então, além de ganhar mal, além de ter trabalho precário, ainda vai receber abuso de menino mal-educado, de menino agressivo, de menino que não recebe a educação adequada? Então, não se trata só de educação propriamente dita. Não se trata apenas disso, mas o desemprego muito elevado, os pais também em conflitos, as famílias se debulhando. Porque, quando falta o dinheiro da luz, do gás e da comida, desestrutura a família toda. O desemprego é um dos causadores disso tudo, inclusive da violência.

Então, os pais e as famílias estão desarticulados e desestruturados e não conseguem mais segurar os seus filhos, não conseguem mais dar o sentido de família para que eles continuem. Por que antigamente as crianças... no meu tempo de criança e adolescente, nós tínhamos um respeito impressionante pelos professores. A minha alegria era ir à escola e levar um presente para minha professora. O que está acontecendo com o País? A Malala pede segurança para ir à escola, os nossos alunos vão à escola e querem agredir os nossos professores. Não têm direito de suspensão, não têm direito de nenhuma punição, porque justamente apelam pelo Estatuto. Crianças e jovens nem lá queriam estar.

Agora, voltando ainda ao número das mulheres, o Brasil tem uma estatística, Senador Requião e meu Presidente Benedito de Lira, muito impressionante. Dos jovens, entre 15 e 17 anos, no Tocantins – vou falar o número de Tocantins, mas no Brasil é semelhante –, 8% dos meninos de 15 a 17 não estuda e nem trabalha. Agora, das meninas, 12%. No Tocantins, 8% dos homens e 12% das meninas, mocinhas.

Vamos mais além: entre 18 a 24 anos, 18% de meninos, rapazes, no Tocantins, não estuda e nem trabalha. Sabem quantas meninas? 36% de meninas, entre 18 a 24 anos, não estuda e nem trabalha.

Então, quando se fala que não estuda e nem trabalha, não é obrigatoriedade das duas coisas, mas de estudar, sim. Não estuda porque trabalha. Não, nesse caso nem trabalha e nem estuda.



Assim, entre 25 a 29 anos – podem procurar nos Estados de V. Ex^{as}s e verão que não é diferente –, rapazes e moças maiores, 15% dos meninos, em Tocantins, não estuda e nem trabalha; as meninas a mesma coisa, 36%.

Para um Estado de 1,5 milhão de habitantes, quase 100 mil rapazes e moças, no Tocantins, entre 15 e 29 anos, não estuda e não trabalham; 100 mil pessoas desalentadas, jovens, com uma energia enorme dentro de si, no coração, com vontade de fazer, com vontade de crescer, com vontade de ser alguém na vida e estão com o seu futuro jogado fora, porque quem não estuda está desistindo de sua própria vida, de seus estudos.

Então, eu peço e conclamo que possamos olhar para essas pessoas. Não são só as crianças. As crianças precisam estar na escola – isso está quase universalizado no País, menos entre aquelas de zero a três anos, que está um horror –, mas nós precisamos de um esforço concentrado, porque a equação é mundial, que ninguém discute mais, Presidente: quanto menos estudo, mais pobreza; quanto mais estudo, menos pobreza. Aliás, os recursos da pobreza e da educação deveriam ser juntos, porque não há como combater pobreza se não der escolaridade, se não der aprendizado. Não é uma frase feita. Se você pegar os brasileiros, que são 24,4% que estão abaixo da pobreza, pegar aqueles que estão na extrema pobreza – em Tocantins são 55% que estão abaixo da linha da pobreza, segundo o Banco Mundial, e 22% destes estão na extrema pobreza –, são 200 mil famílias passando fome, literalmente. Se pegar o currículo de cada uma delas e fizer uma pesquisa, pode ter certeza que a maioria não tem o ensino fundamental primeira fase, muitos analfabetos. Então, é constatado em estatística, não é só uma frase feita para poder ganhar eleição – eu nem candidata sou em outubro. Então, nós estamos com as mulheres com bastantes dificuldades. Há um agravante: a gravidez na adolescência. Em 2015, que é o último dado que temos no Brasil e no Tocantins, quase 6 mil meninas de dez a dezenove anos engravidaram. Então, esse é o primeiro motivo delas largarem a escola.

Eu gostaria de deixar uma sugestão para os candidatos a governador – eu fiz essa proposta na suplementar: que aqueles que possam se eleger se comprometam em fazer a sala de aula creche. Nas escolas onde há adolescentes que não vão à aula porque têm um bebê e não têm quem cuidar, o que custa esvaziar uma sala e transformá-la numa pequena creche, simples, otimizada, pagar uma pessoa para fazer isso, um primeiro emprego, um estágio de universidade? É uma opção. Não é a bala de prata, é uma opção. Então, se a gente não tiver vontade verdadeira, impulso verdadeiro e profundo para combater a desigualdade através da educação, isso não vai acontecer.

O que nós vamos fazer com os jovens, meninos e meninas, que estão abandonando o ensino médio em 50%? Cinquenta por cento dos jovens do ensino médio estão abandonando a escola, principalmente no primeiro ano; no segundo, mais ou menos; no terceiro, estabiliza, são aqueles que querem ficar e estudar por algum dos motivos. A maioria quer trabalhar, mas não vê nenhum alento e nenhuma motivação para ir à escola. Não existem laboratórios, principalmente de informática, não existe um laboratório de Biologia, não existe um laboratório de Química. "Ah, mas um laboratório desse para todo o País!" São *kits* de laboratório que custam R\$350, R\$400 e que, comprados em grande quantidade, são muito mais baratos. Nós não precisamos ter os laboratórios de informática, uma sala para todo mundo; faz os carrinhos de informática, que vai levando nas salas de aula – já estão à venda em todo o mercado. As creches para as meninas.



Por que não premiar todos os jovens que terminarem o ensino médio com a carteira de habilitação para aqueles que não podem pagar? A carteira de trabalho não é de graça para todos, inclusive para os ricos? E por que a carteira de habilitação não pode ser gratuita para os pobres? Sabe quanto custa uma carteira de motorista no meu Estado, Senador? R\$2,9 mil. O senhor acha que essa turma que está na extrema pobreza vai tirar uma carteira de motorista algum dia na vida? Jamais, porque não tem dinheiro nem para comer, e a carteira de motorista, se ele souber dirigir, é um direito. É um dever do Estado habilitá-lo, se ele estiver em condições. Isso não é máquina de ganhar dinheiro. Carteira de motorista não é para ganhar dinheiro. O Estado tem a obrigação. Transformaram os DETRANS do Brasil em secretarias da Fazenda. Arrecadação total. Taxas e mais taxas. No Tocantins, é um absurdo, é um horror! Então, por que não? O Cadastro Único está aí, o CadÚnico. A gente sabe quem é pobre, a gente sabe quem é extremamente pobre. Carteira de habilitação tem que ser um direito. Eu vou protocolar um projeto de lei, estou preparando para protocolá-lo na Casa, para que nós possamos debater esse assunto da maior importância. Mas por que você está falando tanto em carteira de motorista? Para os homens, especialmente, a carteira de motorista é tão importante quanto é para as mulheres a casa própria. A carteira de motorista é autoafirmação. A carteira de motorista é mais do que isso, Senador: pode ser o primeiro emprego. Ele pode fazer um bico com sua carteira. Cobrar R\$2,9 mil? Que direito o Estado tem de fazer isso, de impedir que um cidadão possa ter seu direito, com 18 anos, de aprender a dirigir e de ter sua carteira de motorista? Isso é uma blasfêmia!

Então, eu digo que as mulheres estão em bastante desvantagem – desviei um pouco no geral. A gravidez na adolescência é um fato no Brasil. As meninas estão abandonando...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Esse número é alto, maior do que o dos homens aqui. São filhos, casamento fora de hora, e a mulher não tem condições de deixar os filhos com ninguém. Por quê? Porque não há creche. Então, uma coisa leva à outra. A família está desagregada porque não há emprego. Gravidez na adolescência, drogas... Quer trabalhar, mas não tem emprego; quando tem, o salário é menor. Quando arruma um emprego, não há creche para deixar os meninos. Como faz? E a escola de tempo integral? Como a mulher vai arrumar um emprego de copeira, de cozinheira num restaurante, se tem que trabalhar o dia todo e a aula dos filhos termina ao meio-dia? Ou se há aula das 13h às 18h? Vai deixá-los pela manhã com quem? Ser pobre neste País não é fácil, não, gente; é muito duro ser pobre aqui. Há países no mundo em que as pessoas com renda mais baixa são mais bem tratadas.

E ainda essas mulheres pobres, sem escola, muitas grávidas na adolescência, quando arrumam emprego, ainda podem trabalhar em local insalubre, porque a reforma trabalhista aprovada aqui, votada inclusive por mulheres, permite que o patrão possa colocar grávidas em trabalho insalubre. Quando Ciro Gomes disse isso lá na CNI, foi criticado. Eu quero saber quem é que tem coragem de criticar isso em público? Ele foi vaiado por isso ao criticar que moças, mulheres grávidas podem trabalhar em lugar insalubre. Ponham sua filha lá, vocês que votaram; coloquem a sua filha grávida em lugar insalubre, dentro de uma câmara frigorífica com não sei quantos graus abaixo de zero, trabalhando no frigorífico. Ponham sua filha grávida lá dentro. A



filha dos outros pode, a filha do pobre pode; agora, a sua, a de quem votou, nunca vai chegar lá dentro.

Michel Temer fez um compromisso de mandar uma MP corrigindo as distorções, as aberrações e as excrescências. Nós estamos esperando aqui até hoje. Eu nunca vi essa MP. Todo mundo votou com este compromisso...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – ... de que o Líder Jucá é um homem que tem palavra. Por isso, ele é o Líder de todos os governos até aqui. Cadê a palavra, Senador Jucá? Cadê a MP que o senhor prometeu aqui, no dia de votar a reforma trabalhista – o senhor que é candidato lá em Roraima? Cadê a MP que o senhor ia trazer do Governo? Empenhou sua palavra para tirar oito pontos imorais da reforma trabalhista. Há muita coisa boa nela, muita coisa moderna, mas há barbaridades que precisam ser corrigidas, especialmente contra as mulheres.

Quero lembrar ainda que a Meta nº 1 do Plano Nacional de Educação não tem sequer custo, viu, Senador Requião? Se perguntar quanto vai se gastar para poder fazer as creches e cumprir a meta para a gente colocar no Orçamento de forma responsável – estou discutindo isso agora na Comissão de Educação –, ninguém sabe. Então, a Meta 1 é: 50% das crianças de zero a três, até 2024, têm que estar nas creches. Já pensou? Imagine! No meu Estado, há 74 creches abandonadas, que não foram terminadas, e assim é no Brasil inteiro: há centenas, milhares de creches abandonadas perdendo a obra, e a meta... Cadê a meta? É a Meta 1 do Plano Nacional de Educação!

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – E as mães que se danem, porque não têm como trabalhar, não têm onde deixar seus filhos. Gravidez e filho viraram um peso, porque elas têm que trabalhar e comer e não têm como deixar as crianças.

Então, a creche é uma das maiores emancipações que uma mulher pode ter – é ela ter sossego, tranquilidade, para deixar o seu filho bem cuidado e poder ir à luta pela sua família. A creche é o primeiro ponto. Aí, sim, ela precisa estudar e trabalhar.

Quero ainda terminar minhas palavras falando de um programa que saiu agora. Ele é o *top 10* do ridículo. Eu li na coluna de Marcelo Garcia, que é um especialista em assistência social, foi ministro, secretário do Rio de Janeiro muitos anos, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, um especialista, sobre o cofrinho da família.

O Ministério do Desenvolvimento Social, agora, está fazendo as oficinas do cofrinho, pegando mulheres pobres do Minha Casa, Minha Vida, fazendo oficina, montando um cofrinho, para elas aprenderem a poupar, Senador Requião, porque elas estão muito gastadeiras. Elas estão gastando demais – as mulheres do morro, da favela, do interior, que moram nas roças, que moram nos assentamentos, nos povoados...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – O Ministério do Desenvolvimento Social acha que vocês estão gastando muito.



E as coitadas que moram nas favelas, que têm que bancar traficante, para poder ter sossego e ficar dentro da sua casa? Uma mulher que paga R\$95 pelo gás. No Tocantins e em Brasília, o gás está R\$95. A energia subiu 14% no Brasil todo, em média. A alimentação, disparado – o preço de alimento.

Olha, gente, fora de brincadeira: mandar uma mulher dessa poupar, Senador Requião, é deboche. É deboche. E essas mulheres ainda ficam se sentindo culpadas: "Meu Deus, será que eu não poupo? Será que eu estou sendo irresponsável? Será que eu tenho que poupar?" Quer dizer, é tratar pobre como se fosse criança. Isso é um instrumento de infantilizar pobre: mexer com caixinha e fazer cofrinho.

Faça-me o favor. Se não tem o que fazer, não atrapalha o que já foi construído até aqui, em 20 anos. Não é de governo Dilma ou de Lula não. É desde Fernando Henrique.

A proteção social no Brasil vem em franco desenvolvimento, e foi destruída nesses dois anos, porque, para construir, precisa de 20; para destruir, não precisa mais que um mês, seis meses. Em dois anos, acaba com tudo.

Este Governo acabou, destruiu com 20 anos de política de proteção social no País. Destruiu. E agora vem me trazer cofrinho.

O próximo governo vai ter muito trabalho para recomeçar o Brasil e rever, imediatamente, essa humilhação do cofrinho da família. Sr. Ministro e Presidente da República, vão ensinar outras pessoas da sua família a fazer cofrinho, as pessoas ricas, apoderadas, que têm contas recheadas...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – ... dinheiro em malas, dinheiro em apartamentos. Agora, ensinar pobre a poupar... Faça-me o favor: isso é desumano.

Então, em favor da educação, quero me aliar a Malala. Ela nem precisa me conhecer, e eu não preciso conhecê-la pessoalmente, para levantar esta bandeira: educação para as mulheres, para a sua emancipação, para a sua independência, por uma questão de justiça e nada mais.

Senador Requião, gostaria de fazer um aparte?

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – Um aparte, Senadora, não dirigido exclusivamente para V. Ex^a. É um aparte que eu gostaria que fosse ouvido pela população do Tocantins. Quando cheguei ao Senado, acreditava-se que a minha oposição ao que eu pensava sobre economia, aos princípios que eu defendia, teriam como antagonista V. Ex^a. Realmente, nós tínhamos e temos algumas divergências, mas, a cada dia que V. Ex^a ocupa a tribuna, que fala nas comissões, eu vejo muito mais identidade entre as nossas formas de pensar e de atuar do que divergências. Eu acredito, Senadora, como acreditam...

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – ... a nossa Igreja Católica e o Papa Francisco, que nós temos uma grande oposição, hoje, à barbárie do capital, ao capital financeiro que se opõe ao trabalho e ao capital produtivo, a esse liberalismo econômico, "financeirizado", que se opõe e que, para nós, origina uma recomendação de uma aliança entre o capital produtivo e o trabalho. A exploração do trabalho é um dado fundamental da política que nós vivemos hoje, e a Senadora se insurgeu contra isso, mostrando que é detentora de uma visão



fraterna do mundo. A fraternidade é essencial. Nós estamos vendo, com o fim da CLT, com as mulheres trabalhando em locais absolutamente sem...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Insalubres.

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – ... sem condições de sanidade, de salubridade, votada pelo Plenário do Senado, pela Câmara, nós estamos vendo uma volta à barbárie. A orientação da Ponte para o Futuro do atual Governo brasileiro é de exploração do trabalho, mas de ausência absoluta da fraternidade. As pessoas que estão fora do mercado de trabalho são tratadas como lixo. Não existem mais políticas compensatórias; é exploração absoluta. E a Senadora Kátia Abreu tem-se insurgido contra isso. Eu diria à população do Tocantins, aos nossos eleitores...

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – ... que a sua sensibilidade e a visão fraterna que tem da sociedade e do mundo são hoje indispensáveis no Senado da República. Temos algumas divergências quanto à orientação global da economia. Eu me suporto mais nas ideias do Keynes, eu sou um nacionalista, vamos dizer, populista, porque, para mim, o populismo é exatamente a obediência às necessidades e exigências do povo, e o resto é submissão ao mercado. A Senadora Kátia Abreu não se submeteu ao mercado. Tem tomado, com coragem, posições, que podem originar críticas pela direita econômica, mas que são fundamentais e indispensáveis para fazerem o Senado e o Congresso Nacional pensarem um pouco mais sobre o que está acontecendo no mundo, as migrações que são rejeitadas pelos países, a marginalização completa das populações que não estão integradas no mercado de trabalho. Suas atitudes têm significado, na minha leitura, sensibilidade e fraternidade.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Obrigada, Senador.

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – E eu diria que, apesar de algumas divergências que certamente mantemos até hoje, eu, se fosse eleitor no Tocantins, não perderia a oportunidade de trazê-la de volta ao Senado da República, Senadora. Era o que queria deixar registrado...

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – ... nesta quinta-feira em que estamos aqui, numa solidão incrível, no Senado da República, com alguns Senadores que estão preocupados em dirigir a sua palavra através da nossa TV e da nossa Rádio ao Brasil. Parabéns, Senadora. Teria, sem sombra de dúvida, o meu voto nas próximas eleições ao Senado, no Tocantins. E é o que eu recomendaria às pessoas que pensam como eu penso. A visão fraterna e a solidariedade são essenciais para a política do Brasil e do mundo, e estas não lhe faltam, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Requião. Suas palavras me emocionam, de verdade, porque eu tenho muito orgulho do senhor. Eu acho o senhor um dos Senadores mais preparados desta Casa, experiente, como governador do Paraná, Senador da República, uma pessoa extraordinária. E confesso que, no passado, tinha muito preconceito contra o senhor. Era aquela coisa de ouvir dizer, aquela coisa de ouvir falar. E a gente se deixa levar, às vezes, por impressões de terceiros



e comete grandes injustiças. E eu já lhe disso isto pessoalmente, que não fiz injustiça física ou verbal contra o senhor. Mas, no pensamento, na alma, eu tinha preconceito contra as suas ideias. E, depois que eu o conheci, isso acabou totalmente. E eu lhe pedi até desculpas, embora o senhor nem soubesse disso, por essa injustiça. O senhor é um homem preparado...

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – ... um homem que administrou o Paraná e, por isso, está nos primeiros lugares nas pesquisas lá, mas, graças a Deus, vai voltar para o Senado, porque acho que aqui o senhor é muito importante. Então, a sua opinião para mim é superimportante. Para mim, o senhor traduziu exatamente o que eu penso, o que eu sinto.

Quando passei pela CNA, algum tempo atrás, e foi uma experiência maravilhosa para mim, porque pude desempenhar um trabalho muito grande naquela casa, de ativismo, de protagonismo, de humanismo, no sentido de tentar mudar um pouco as visões a respeito das invasões, da fragilidade daqueles que querem terra. Não se trata de defender invasões, mas de defender apenas o desejo de quem quer ter terra. Se a gente compreender esse desejo, evitará invasões, inclusive.

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – A compreensão evita a invasão. Agora, se você, de forma truculenta, apenas se colocar contra, vai criar o constrangimento e vai criar o conflito. Então, foram exatamente esses pensamentos que eu tentei levar, à época, para a CNA.

Fizemos um trabalho com as escolas esquecidas da zona rural, escolas paupérrimas, que não podem nem ser chamadas de escolas. Fizemos uma pesquisa junto com a Fundação Montenegro, do Ibope, que participou gratuitamente dessa pesquisa. Criamos o programa "O campo na classe média", porque a pobreza no campo é enorme. Eu já discuti isso na CNA, há quase oito anos, ou seja, que essa pobreza no campo é inadmissível. Nós temos uma concentração muito alta, de 6 a 8% de produtores considerados grandes, em renda, e não em tamanho de terras. Nós temos quase que 75% de produtores que estão pobres...

(Interrupção do som.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – ... nas classes D e E, e apenas 12% na classe média rural, ao contrário das cidades, em que 50% estão na classe média. Discutimos isso com profundidade.

Depois, quando me tornei Ministra da Presidente Dilma, eu apresentei esse projeto para ela. Nós iríamos apresentá-lo em todo o campo brasileiro, em todos os Estados, mas, infelizmente, não houve tempo e não foi possível.

Então, eu sempre digo e fiz uma entrevista à revista *Veja*, logo depois do *impeachment*, nas páginas amarelas, e disse que eu não mudei de lado, eu sou a mesma pessoa. Eu acredito no trabalho, eu acredito no mercado, eu acredito no mercado internacional, no emprego... Mas ele não resolve tudo. Achar que o mercado é solução mágica para tudo.... Ele não é. A médio e longo prazo, poderá ser, mas, no curto prazo, o mercado que tanto critica...

(Soa a campainha.)



A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – ... o Bolsa Família, que critica as questões sociais... O que é que eu digo para 200 mil famílias, no Tocantins, que estão na extrema pobreza? Eu sei o que eu vou dizer: "Ó, o mercado disse que é para vocês esperarem, que daqui a pouco o mercado chega aí, para dar-lhes um emprego". Quer dizer, o mercado não tem essa obrigação. Não estou dizendo que tem essa obrigação. Quem tem é o Estado! Então, enquanto o emprego não chega até elas, enquanto o mercado não chega até elas, eu digo o quê? E o remédio? E a comida? E a casa? E a moradia? E os filhos, que estão viciados em drogas? Vão tratar onde? Então, o Estado brasileiro precisa atuar. É assim no mundo inteiro.

Então, eu não mudei quanto aos meus princípios. Sou contra invasões de terra, sou contra o conflito agrário, sou a favor do direito de propriedade, sou a favor da segurança jurídica, do Estado de direito.

Agora mesmo houve um discurso aqui, criticando o tal Ministro Favreto. Não ouvi dizer nada sobre o Moro. Não, o Moro não erra; o Moro é um santo! Gente, pelo amor de Deus: nem para o mar, nem para a terra. Então, nós temos que tratar as coisas com seriedade. Estado de direito é uma coisa muito séria. Nem Favreto nem Moro podem descumprir o Estado de direito. Eu concordo com isso. O Ministério Público não pode agredir o Estado de direito.

Então, nós estamos muito parciais no Brasil. Nós estamos perdendo o princípio geral. O princípio só vale para os meus. Para os contra mim, o princípio é um pouco esquecido.

Então, se a fraternidade, a sensibilidade e a solidariedade é ser de esquerda, eu quero avisar a todos que eu sou fraterna, sou uma pessoa sensível, sou mãe, sou mulher, avó, sou solidária ao próximo, sou solidária às pessoas mais pobres, mas nem por isso sou de esquerda. Eu também acredito no mercado, acredito na livre iniciativa.

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Mas, se nós não colocarmos o nosso coração a prova... Nós viemos aqui para isso neste mundo. O dinheiro não pode ser a atividade fim; o dinheiro é atividade meio. E nós trocamos os lugares. O dinheiro é instrumento para alegria, felicidade e paz no mundo. Não: nós colocamos o dinheiro como foco, e por isso fazemos guerra, matamos, gente morre de fome, tudo, e nada tem importância. Eu não tenho culpa se há gente que pensa assim. Eu não penso assim. Dinheiro, para mim, não é atividade fim; dinheiro é atividade meio. É instrumento para trazer felicidade. Quando eu digo felicidade, é paz. Só há paz sem pobre e sem fome.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela paciência. Fico muito contente...

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – Senadora, V. Ex^a está repetindo as palavras do Papa Francisco Bergoglio.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – E eu nem sabia...

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – O dinheiro é bom, quando ele é investido numa indústria, quando ele produz bens, quando ele dá empregos e garante salário decente e a vida das pessoas e das famílias. Mas ele não pode se colocar duma forma superior à felicidade dos homens. A Bíblia já diz isso, desde as suas primeiras versões: "Não se pode servir a Deus e a mamon." E mamon, em hebraico, não é nem o diabo, nem outro deus; mamon é singelamente dinheiro. E o Papa diz isso: o dinheiro tem que servir à sociedade, e não a



sociedade servir ao dinheiro e à acumulação. Eu acho que é aí que as nossas visões de mundo, com algumas pequenas diferenças, porque eu acho que o mercado tem que ter, de certa forma, em determinado momento, a intervenção do Estado... Eu acho que, numa crise econômica, é o Estado que tem que investir, porque o capital não vai investir...

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/MDB - PR) – ... se não houver quem compre o que produz. É o Estado que tem que investir no momento da recessão, como aconteceu na recuperação da Alemanha, dos Estados Unidos, do Japão. Nós nos encontramos na fraternidade e na solidariedade, e isso é indispensável para uma política sã para o País. É a rejeição de toda a barbárie que nós estamos vivendo. Parabéns, Senadora.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Obrigada, Senador Requião. É exatamente isso. Quem não quiser dar importância às pessoas e ao seu sofrimento, que espere a barbárie.

O Senador Requião disse: submissão ao mercado ou submissão ao povo. Ele está corretíssimo. Se eu sou submissa ao povo, eu sou populista, mas, se eu sou submetida 100% ao mercado, está tudo certo? Então, eu prefiro dizer que eu sou submissa ao povo e respeito e sou parceira do mercado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Kátia Abreu, o Sr. Rudson Leite deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Benedito de Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu, pelo seu histórico pronunciamento, contando histórias e vivendo o dia a dia da nossa população.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Rudson Leite, de Roraima.

O SR. RUDSON LEITE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores – e parabéns, Senadora Kátia, pelo belo discurso –, quando a gente lê um livro, há frases que a gente grava e não esquece. Eu li uma frase do papa da administração chamado Peter Drucker. Esse pensador disse que não existem nações ricas e não existem nações pobres, mas que existem, sim, nações que sabem administrar os seus recursos naturais, humanos e tecnológicos e outras que ainda não sabem.

Ontem, quando a gente estava votando a LDO, eu fiquei prestando atenção nas discussões. A disputa era por recursos: tira recurso daqui, bota recurso para ali, tira recurso da saúde e bota para estrada, não tem dinheiro para os dois. Então, a tônica da discussão foi mais ou menos assim, assim como para outros setores.

E aí eu quero concentrar o meu discurso, Sr. Presidente, na questão da segurança pública. O meu Estado de Roraima foi invadido por venezuelanos – invadido, porque as pessoas foram praticamente expulsas do seu país e estão se refugiando lá em Roraima. E, se a violência já existia, ela está aumentando agora, porque as pessoas chegam desamparadas, desassistidas e terminam indo para a criminalidade.

Na segunda-feira, venceu a medida que destinava recursos aos venezuelanos. Eu estive lá com o Ministro Eliseu Padilha, que havia me dito que no dia seguinte seria editada uma nova



medida provisória. Parece que não foi necessário. Eu vi uma publicação dando conta de que os recursos já haviam sido empenhados, os 190 milhões, e de que não haveria necessidade de uma nova medida provisória. O que a gente espera agora é que esses valores que foram empenhados sejam realmente aplicados no meu Estado de Roraima – eles estão sendo administrados pelo Exército – para resolver essa questão social que, de uma hora para outra, afetou o meu Estado.

Falando em segurança pública, lá há uma polícia que não tem evitado a criminalidade, que não consegue evitar essa criminalidade. E os crimes estão acontecendo, crimes bárbaros atribuídos a facções etc. E o pior é que a polícia não consegue evitar, e a Polícia Judiciária não consegue investigar. Há vários crimes lá que não têm resposta, que a polícia não consegue investigar. Então, é um caos que ocorre.

Se a gente for atrás perguntar do Secretário de Segurança, da Governadora ou seja lá de quem for, eles irão dizer que não têm recursos, não têm recursos para contratar. Se há gente, se há pessoal, não há viatura; quando há viatura e pessoal, falta o combustível; quando há o combustível, o pessoal e o carro, falta o equipamento, como revólver ou um equipamento mais moderno. Então, é sempre uma desculpa, uma forma de justificar, e o problema continua.

Na verdade, eu penso que segurança pública se resolve com um conjunto de coisas, pessoal, equipamentos e tecnologia, mas também é preciso que haja uma construção de uma relação de cumplicidade entre quem faz segurança pública e a população. Não adianta ter os melhores equipamentos, o melhor pessoal, se a população não contribui, se ela não confia em quem faz a sua segurança pública. É por isso que estou dizendo que é preciso uma boa gestão em cima da segurança pública para que ela funcione, e não só da segurança pública, mas também da saúde, da educação, enfim, de tudo o que envolve a questão pública, os serviços públicos.

Aí, Sr. Presidente, o que estou defendendo é que quanto mais agentes públicos da segurança atuando em favor das populações será melhor. Não é só a Polícia Militar, não é só a Polícia Civil, não é só a Polícia Federal combatendo os crimes federais, mas também é preciso envolver as guardas municipais, é preciso envolver os agentes de trânsito do Dmtrans etc. E, para eles, para envolver tudo isso, faltam recursos. A escassez de recursos impede que a gente faça uma segurança pública melhor.

Eu tenho aqui a PEC 534, de 2002, que foi elaborada pelo Senador Romeu Tuma, que já não está entre nós. Ela foi apresentada no dia 02/05/2002 e altera o art. 144 da Constituição Federal para dispor sobre a competência da guarda municipal. E há a criação da guarda nacional. São dois projetos do Senador Romeu Tuma. Essa PEC possui 26 outras PECs apensadas por terem matérias idênticas ou correlatas. O seu texto foi aprovado por unanimidade na CCJ da Câmara dos Deputados, mas está pendente de apreciação no plenário daquela Casa. Vários Deputados já entraram com requerimento de inclusão da PEC na Ordem do Dia do Plenário da Câmara, mas, até hoje, essa matéria não foi apreciada. Então, essa matéria precisa ser apreciada para corroborar com a segurança pública.

O Subinspetor Elio Moreira, de Roraima, que pertence à guarda municipal e é um ativista, uma pessoa que se preocupa muito com a segurança, me disse: "Senador, faça esse pedido por mim!" E eu estou fazendo este pedido endereçado à Câmara Federal: coloquem essa PEC em votação, votem essa PEC e a mandem para a gente, aqui, no Senado, para a gente corroborar com a segurança pública apreciando essa PEC, votando essa PEC, para que a gente possa melhorar a segurança pública no País.



A gente viu aí o Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro sofreu uma intervenção federal, porque a segurança pública lá está fora de controle. E, se a gente for olhar, vai ver que não é só o Rio de Janeiro. Há outros Estados que têm situação muito parecida com a do Rio de Janeiro. No meu Estado, por exemplo, que faz fronteira com a Venezuela, armas entram por lá, drogas entram por lá. E é a droga que tem feito o grande mal à sociedade brasileira.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado ao Senador Rudson, a quem convido para assumir a Presidência enquanto eu vou falar. E depois falará o Senador Pedro Chaves.

Antes de passar a Presidência, faço a leitura de um requerimento.

Nos termos do art. 39, item I, do Regimento Interno, comunico minha ausência do País no período de 16 a 19 de julho de 2018. (**Vide item 2.1.2 do Sumário**)

Atenciosamente, Senador Eunício Oliveira.

Está feita a comunicação.

(O Sr. Benedito de Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rudson Leite.)

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Benedito de Lira, do PP, de Alagoas. A palavra é sua, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer a Senadora Kátia Abreu pela presença neste momento em que vou fazer uma manifestação aqui a respeito de um assunto que é, no meu entendimento, de interesse nacional.

Nos idos de 2003, quando eu era Deputado Federal, Senador Pedro Chaves, como membro da Comissão de Agricultura daquela Casa, conversando com outros companheiros da mesma comissão, nós que fazemos parte do setor agropecuário verificamos que havia certa dificuldade, como há ainda hoje, principalmente para os pequenos e até para os médios criadores e, naquela oportunidade, enfrentamos um projeto para criar produto genérico de produtos veterinários. Isso teve uma tramitação longa, de 2003 até 2012.

Pois bem, no ano que passou, enquanto o setor de serviço cresceu 0,2% e a indústria permaneceu estagnada, o agronegócio cresceu 13%, registrando o melhor resultado da série histórica indicada pelo IBGE desde 1996, isto é, se não fosse o agronegócio, o PIB brasileiro apresentaria crescimento próximo a zero.

Também em 2017, o agronegócio contribuiu significativamente para o superávit da nossa balança comercial, já que as exportações do setor cresceram 13%, totalizando US\$96 bilhões – descontadas as importações, um excedente da ordem de US\$81,8 bilhões. O agronegócio se destaca ainda na produção de empregos, com um total de cerca de 19 milhões de pessoas ocupadas no setor, segundo dados estimados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.



Ante essa realidade, é de se esperar que o Governo Federal devote máxima atenção e prioridade ao agronegócio, o que infelizmente não tem ocorrido em uma área muito importante: a introdução no mercado e a comercialização de medicamentos veterinários genéricos.

Ainda quando Deputado, apresentei um projeto de lei, em 2003, que dispunha sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário. O objetivo desse projeto era regulamentar a comercialização do medicamento veterinário genérico, de modo que sua introdução no mercado propiciasse a redução de preços, beneficiando toda a pecuária brasileira, mas principalmente os pequenos e médios produtores rurais. Após uma longa tramitação, o referido projeto foi finalmente aprovado em ambas as Casas do Congresso Nacional e foi convertido na Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012 – e nós estamos exatamente no dia 12 de julho de 2018. Parecia que finalmente deslancharia a produção e a comercialização do medicamento veterinário genérico. Lamentavelmente, o Governo ainda levou mais quase três anos para regulamentar a nova lei.

Estive no Ministério da Agricultura por diversas vezes, conversando com o Ministro e com o Secretário Nacional de Defesa Animal. Foi preciso chegar uma mulher ao Ministério da Agricultura, e essa mulher a que me refiro é a Senadora Kátia Abreu. Naquela oportunidade em que a visitei, numa audiência que ela me concedeu, eu disse à Ministra: "Nós temos esse projeto aqui, Ministra, e está faltando a sua regulamentação." Ela automaticamente, Senador Pedro Chaves, apanha o telefone, liga para a área técnica e determina – ela não perguntou o porquê, não, ela determinou – que se tomassem as providências no sentido de regulamentar a lei que criava os genéricos para produtos veterinários.

E ela determinou a data, parece-me, se a memória não me falha, 20 de março, quando iria despachar com a Presidente Dilma e já queria o decreto pronto. Pois bem, eu achei até que aquilo era talvez um exagero da Ministra. Mas, não, Ministra, eu dou a mão à palmatória, no dia preestabelecido por V. Ex^a, o decreto estava pronto, e V. Ex^a despachou com a Presidente Dilma na época, isso em abril de 2016.

Então, no meu modo de ver, estava resolvido o problema, não faltava mais nada. Por quê? Por conta exatamente do êxito que ocorreu quando se estabeleceram produtos genéricos para humanos. O reino humano tem o produto genérico, que é uma coisa fantástica, uma diminuição de mais de 40%, até 50%, 60% no valor do produto de marca, e tem a mesma importância, é a mesma droga, com a mesma formulação. Pois bem, parecia que finalmente deslancharia a produção e a comercialização do medicamento veterinário genérico. Lamentavelmente, o Governo Federal ainda levou quase três anos para regulamentar.

Novamente, com a edição do Decreto 8.448, de 2015, os produtores rurais brasileiros voltaram a se animar com a perspectiva de adquirir medicamentos a um preço mais acessível. Entretanto, a realidade que temos hoje é que, pela inação e negligência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não foram adotadas as providências de ordem técnica necessárias para que se agilizasse o registro dos novos medicamentos genéricos.

Poderiam até imaginar: "Mas não é o Ministério que vai produzir!", mas é o Ministério que deveria puxar. Porque quando surgiu a hipótese, a necessidade do produto humano genérico, o Ministério da Saúde foi quem tomou todas as providências e agilizou. Eu sei que existe um *lobby* muito forte dos grandes laboratórios para se evitar. É preciso dizer claramente, e vou dar um exemplo técnico, prático de um produto hoje. Um litro de Ivomec para vacinar os animais deve custar hoje cerca de R\$400, e o genérico custaria cento e alguma coisa ou duzentos e alguma



coisa. Então, minha gente, isso é uma espécie de cartel – não tenho a menor dúvida – dos laboratórios neste País.

Daí a nossa indignação: para que lei? Para que ter sido regulamentada, se não há interesse nenhum por parte do Ministério da Agricultura – repito –, por parte dos técnicos da Secretaria Nacional de Defesa Animal, em se tomarem as providências, e o produto ir para as prateleiras das casas especializadas, evitando-se que mais de 40% do rebanho brasileiro não seja vacinado e tenha mais saúde? Quantas e quantas vezes o Brasil sofre bloqueio por falta dessa atenção. Infelizmente, a gente assiste a tudo isso de braços cruzados. Para o Governo, tanto faz como tanto fez.

Então, em agosto nós vamos promover, sobre Senadora Kátia, uma audiência pública para chamar o Ministro da Agricultura, a Secretaria Nacional de Defesa Animal para que eles possam dar explicação. Aí, vão dizer: "Mas os laboratórios não procuraram!". Mas, lógico, eles não têm interesse. Eles não têm interesse porque eles estão vendendo o produto de marca, mesmo sabendo que mais de 40% do rebanho brasileiro não tem sido vacinado na hora do momento de vacinação.

Ora, todos nós conhecemos a experiência exitosa dos medicamentos genéricos de uso humano, que, em alguns casos, chegam a custar até 70% menos do que os produtos de marca. No entanto, também não é desconhecida a batalha que foi implantar no Brasil o genérico de uso humano, tendo em vista a oposição dos grandes laboratórios.

Caso não haja empenho por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o produtor rural vai continuar a pagar mais caro do que o necessário pelo medicamento de uso animal.

Eu digo que isso é até vergonhoso. Nós temos um país que tem uma população animal, um rebanho da ordem de mais de 200 milhões de cabeças. É o vetor do desenvolvimento deste País, que é exatamente o agronegócio. E não há, por parte do Ministério, a menor vontade, a menor intenção. Se, por acaso, eles estivessem agindo e estivesse havendo alguma reação, teria que haver alguma providência coercitiva, a fim de que as coisas pudessem acontecer, para beneficiar aquele que produz, aquele que é, na verdade, responsável pelo superávit da nossa balança comercial.

Cabe, portanto, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dar uma explicação ao setor do agronegócio e resolver de imediato qualquer pendência que esteja impedindo que o genérico veterinário se torne uma opção concreta para os produtores rurais.

Então, hoje, desta tribuna do Senado, eu faço um apelo veemente ao Ministro Blairo Maggi para que se empenhe pessoalmente, no sentido de dar total efetividade a este decreto, possibilitando a implantação do medicamento genérico de uso veterinário para atender aqueles que na verdade produzem, para atender aqueles que fazem do campo a sobrevivência, para atender aqueles que produzem para abastecer a mesa do brasileiro e a mesa das pessoas que moram fora do País.

Então, eu queria, nessa oportunidade, considerando a presença da Senadora Kátia Abreu, cumprimentá-la e dizer: ainda bem que V. Ex^a passou um período no Ministério. Garanto que, se tivesse continuado no Ministério V. Ex^a, hoje as prateleiras das casas especializadas já estariam vendendo os produtos veterinários genéricos.



Infelizmente, em abril, se a memória não me falha, S. Ex^a deixa o Ministério da Agricultura e volta para o Senado. Pena, mas fazer o quê? Por essa razão, eu concedo o aparte à Senadora Kátia Abreu para confirmar ou negar essas afirmações e as visitas que eu lhe fiz.

Ela, na verdade, determinou algo que me deixou feliz da vida e que ao mesmo tempo me deixou...

A Sr^a Kátia Abreu (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Duvidando...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL)

– Ela não apenas perguntou o que estava havendo com a área técnica que ainda não tinha feito a regulamentação, mas também disse: "Eu estou marcando a data para o dia tal, vou despachar com a Presidente e quero o decreto pronto."

Concedo um aparte a V. Ex^a, minha querida Senadora.

A Sr^a Kátia Abreu (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) –

Muito obrigada, Senador Benedito de Lira. É verdade, foi exatamente do jeito que o senhor está contando. É uma proposta simples! Normalmente muito pouca gente vai ao Ministério ou aos Ministérios do Brasil levar coisas tão simples, tão óbvias e de grande alcance, como é o caso desse projeto de lei do Senador Benedito de Lira que está há 12 anos aprovado, esperando meia dúzia de frases para ser regulamentado através de um decreto. O que há por trás disso tudo? Quando você vê uma coisa tão simples de se fazer e tão óbvia e ninguém quer fazer, pode procurar por trás que há dinheiro. Não há outra coisa, é dinheiro que vai achar. Então, eu achei tão bacana, gostei tanto do projeto, porque hoje, e sempre, estamos numa fase para buscar redução de custos. A competição lá fora do País é duríssima, é cada dia se inventando e criando, e a pesquisa e a inovação acontecendo, para poder produzir mais com menos tempo e concorrer no mercado, porque o consumidor quer comer bem e quer comer comida barata. Ele está certo. Então, eu não entendo por que nenhum ministro regulamentou esse projeto de lei que há 12 anos dorme esperando regulamentação no Ministério. E, segundo o Benedito de Lira, ele foi lá várias vezes, com todos os ministros, sem citar nomes. Nós fizemos o decreto em 2015, logo, já no primeiro ano em que assumi o Ministério do governo da Presidente Dilma. E é exatamente isto que está faltando no Brasil, Senador Benedito de Lira, o sentimento de urgência. Tudo que é público é para amanhã, é para depois, é para daqui a 12 anos. Por isso essa questão de se estabelecer prazo é tão importante! Às vezes as pessoas até acham que eu sou muito dura, que eu sou um trator de esteira para trabalhar, que eu sou rápida – ainda me falam que eu gosto de desmatar e me põem o apelido de Trator de Esteira... Aí que estou perdida! –, que eu sou um trator traçado, porque as pessoas não têm o sentimento de urgência. Então, graças a Deus, eu tive a parceria no Ministério da Agricultura, conversando bastante com os funcionários, cuja grande maioria eu peguei da Casa mesmo, convidei para trabalhar, estão lá até hoje servindo o Blairo Maggi, uma equipe competente que tinha espírito público, não tinha era chefe. Então, o que acontece, respeitando todos os ex-ministros, para não exigirem a urgência? Eu até entendo um pouco porque os ministros no Brasil são trocados tantas vezes, que aquele que chega não sabe quanto tempo vai ficar e, assim, não quer mexer muito, não quer criar muita complicação nos andares de baixo – o 8º andar é o andar dos ministros normalmente. Então, se enclausuram no 8º andar e, às vezes, não dão a devida atenção às coisas porque estão lá empacotadas. Dessa forma, nós estabelecemos no Ministério prazos para tudo, não foi só para o caso do Senador Benedito, não. Para tudo que fosse prioridade, importante para o agro e para o País, nós



iríamos ter prazo, prometer para as pessoas e cumprir, para ganhar credibilidade. E, graças a Deus, nós conseguimos cumprir tudo. Em cem dias – nós marcamos cem, não foi cento e um, não! –, havia cinco mil processos empilhados esperando análise, e em cem dias nós liberamos a pauta. Distribuímos os projetos por área para o Brasil todo, para o Ministério, e, em cem dias, estava tudo de volta. Foi um espetáculo. Ficaram apenas pendentes os processos químicos porque não havia químico para analisar no Ministério. Havia um e estava doente. Eu tive que requisitar nove químicos de outros ministérios para analisarem os processos químicos de pedido de registro, como esse, por exemplo, que podia ser de um remédio. Então, de fato, Senador Benedito, eu dei à equipe, porque um decreto, gente... A lei está pronta, e, para regulamentá-la, são cinco, seis linhas. Então, não precisa de mais de 30 dias, pelo amor de Deus! Não se trata de elaborar um estatuto, como muitas coisas que nós fizemos lá e que demoraram mais. Em 30 dias, o decreto estava pronto, despachado com a Presidente e publicado. Ela ficou encantada com esse decreto, com esse projeto. O que acontece? O Senador Benedito de Lira mencionou aqui os produtos para animais na área da agricultura, na área da pecuária – suínos, aves, bovinos, peixes, enfim –, e não mencionou outro grande mercado, que é o mercado *pet*, formado por cachorros, cães, gatos. Hoje as famílias movimentam R\$18,9 bilhões...

(*Soa a campainha.*)

A Sr^a Kátia Abreu (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – ... no mercado *pet*. Esse produto veterinário não é só para boi; é para gato e cachorro. Hoje as pessoas estão gastando fortunas com seus animais, estão zelando por seus animais. Então, a parte mais cara é justamente a de medicamentos. Há a parte da alimentação, dos banhos, mas o principal, a parte cara é medicamento. Assim, a sociedade toda ia ser beneficiada, porque quem não tem boi tem um gato, tem um cão, e quem não tem suíno e aves também. Ia beneficiar praticamente o Brasil inteiro. Fiz uma reunião com a indústria de produtos veterinários, estimulando... Fiz a primeira reunião, mas, infelizmente, houve o *impeachment*, e nós não pudemos continuar nessa guerra, que é uma guerra dura. O que o Serra fez na época dos medicamentos para aids? Quebrou a patente; quebrou a patente e acabou! Era de interesse público. Então, o medicamento não pode ser só barato para os humanos; tem que ser barato também para os animais. Por que não, se já existem os genéricos? É claro que a indústria não quer criar uma competição para ela própria. Eles são poucos, combinam, e ninguém produz. Fica todo mundo quieto, ninguém está falando nada. Então, falta, de fato, uma pressão; tem que se fazer uma pressão maior para que isso ocorra, estimulando empresas, estimulando empresas menores a fabricarem o genérico e a se debruçarem sobre isso, porque, acima de tudo, além de favorecer o consumidor, nós estamos falando em competitividade para a agropecuária brasileira lá fora. Reduzir medicamentos caríssimos hoje – vermífugos, vitaminas, vacinas – é da maior importância, porque qualquer tantinho que se reduz de custo já melhora a situação para o produtor e para o País. Então, eu quero parabenizar o Senador Benedito de Lira mais uma vez – fiz isso à época – pela sua persistência. Ele está em cima. Faz quanto tempo já que ele está lutando por essa causa? Ele podia se dar por satisfeito, porque aprovou e regulamentou seu projeto, e cruzar os braços. Benedito de Lira está aqui na tribuna, quantos anos depois – desde 2015, são três anos –, e volta a falar no assunto. Eu quero ser sua parceira para entrarmos nessa guerra. Todos os dias vamos procurar jeito de reverter isso e fazer com que esses remédios sejam produzidos no Brasil. Conclamo todas as indústrias de medicamentos humanos, aquelas que já



têm produção de genéricos: por que não olham esse outro mercado? A fábrica é a mesma. É só fazer o plano de negócios, com poucas adaptações, para poder fabricar. Não é especificamente só para medicamentos de produto animal. Então, nós temos que estimular esse mercado, porque ele é enorme. E isso vai dar lucro para a sociedade, para o País e para o empresário também. Então, parabéns, Senador Benedito de Lira. Muito obrigada pela menção honrosa ao meu nome. De fato, eu gosto de ser ligeira. Eu gosto de fazer as coisas todas para ontem mesmo. E é assim que o povo brasileiro quer. Por isto que está todo mundo fadigado com a política: porque tudo é para depois. Muito obrigada.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL)

– Muito obrigado à Senadora Kátia Abreu. V. Ex^a tocou num assunto para o qual talvez falte coragem ao Ministério da Agricultura para tomar essa providência.

Quando o Ministro Serra quebrou as patentes, o cara não queria fazer. Quebrou a patente. Eu digo isso com absoluto conhecimento de causa, até porque, quando lancei o projeto, protocolei o projeto na Mesa da Câmara dos Deputados, eu recebi uma comitiva de representantes dos laboratórios grandiosos que há no Brasil para que eu não mantivesse o projeto. Eu disse o seguinte: eu propus o projeto para o pecuarista brasileiro, para o agronegócio do meu País; eu não propus o projeto para conversar ou saber qual era o laboratório que podia fazer ou deixar de fazer. E, consequentemente, em função da minha reação, esse projeto de lei passou...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL)

– ... praticamente oito anos para ser aprovado e, depois, mais três anos para ser regulamentado. Já estamos com dois anos da sua regulamentação e, até agora, o Ministério da Agricultura não andou um passo de uma criança. Quer dizer, então não existe vontade, e, sim, má vontade.

Eu queria agradecer à Senadora Kátia e a V. Ex^a, Presidente, pela tolerância.

Vamos continuar, Kátia! Vamos continuar! E eu vou sugerir ao Ministro Blairo Maggi, que foi para lá para desenvolver o Ministério da Agricultura, porque esse setor é de responsabilidade.

Se eu soubesse, Kátia, que daria no que está dando, eu tinha transferido, no mesmo projeto, a ação para o Ministério da Saúde, para cuidar também da saúde dos animais, o que não era possível, porque o Ministério da Saúde é para cuidar da saúde dos...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL)

– ... humanos e o Ministério da Agricultura, da... *(Fora do microfone.)* ... saúde dos animais. E o melhor é atender ao produtor rural para que ele tenha capacidade e condições de vacinar 100% do seu rebanho, seja ele pequeno, médio ou grande.

Assim sendo, eu quero, mais uma vez, agradecer.

Em agosto, quando retornarmos do recesso, nós vamos manter contato mais diretamente, de novo, com o Ministério da Agricultura para ouvir a mesma conversa. Aí eu vou ter uma conversa mais dura, trazendo esses representantes para uma audiência pública na Comissão da Agricultura.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Senadora.



O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Senadora Kátia Abreu, realmente é uma política admirável.

Há sobre a mesa um requerimento do Senador Benedito de Lira solicitando licença saúde e licença particular, respectivamente.

Os requerimentos lidos serão publicados e despachados, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal. (**Requerimentos nºs 419 e 420/2018 – Vide item 2.1.6 do Sumário**)

Vamos chamar para usar a tribuna o Senador Pedro Chaves, do PRB, de Mato Grosso do Sul.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, o nosso bom-dia.

Eu gostaria de voltar hoje a um assunto que já tive a oportunidade de abordar desta tribuna. Refiro-me, Sr. Presidente, à questão da segurança nas fronteiras do Estado de Mato Grosso do Sul.

De certa forma, a segurança nas fronteiras é a base e o fundamento da possível solução do gravíssimo problema da segurança pública. E todos vemos que esse problema tem atingido no Brasil proporções realmente inéditas. Digo que é a base e o fundamento, Sr^{as}s e Srs. Senadores, porque é por ali, por nossas fronteiras extensas, que entram as armas e as drogas que vão alimentar e sustentar o crime organizado dentro do País, com todo o cortejo de desgraças sociais que vêm junto com ele.

O crime organizado instalado em nosso País não sobrevive sem o contrabando de armas e o tráfico de drogas, que comercializa, mas não produz. Se fecharmos o cerco na fonte, secamos a torrente de violência que infelizmente tem ganhado cada vez mais volume no Brasil e se espalhado por todo o Território nacional.

Preocupa-me muito, Sr. Presidente, a situação do meu Estado, Mato Grosso do Sul, que tem fronteiras extensas. São mais de 1,5 mil quilômetros e muitos permeáveis com a Bolívia e o Paraguai, facilitando a atividade dos contrabandistas.

Em razão dessa preocupação, lutei para o estabelecimento de um fórum permanente sobre segurança pública nas fronteiras em nosso Estado, contando com a presença honrosa do nosso Ex^{mo} Ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, justamente para amplificarmos a discussão sobre a temática. Esse fórum será realizado em 19 de julho, em Campo Grande.

Há oito anos, a CPI da Violência Urbana, da Câmara dos Deputados, já apontava sete cidades de Mato Grosso do Sul que faziam parte da rota do tráfico de armas e de drogas. Quase todas são cidades que transbordam as fronteiras nacionais e constituem o único núcleo urbano com cidades do Paraguai ou na Bolívia, o que facilita enormemente a atividade criminosa que se move entre os países como quem circula de um bairro para outro.

A situação continua crítica, Sr. Presidente, mas fico feliz de poder reconhecer que o Governo Federal trata a questão com a importância e a prioridade que merece. Já em novembro de 2016, o Presidente da República assinava o Decreto 8.903, que criou o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.

Sob a égide desse novo regulamento, que integra as ações dos órgãos de segurança pública e de inteligência, envolvendo Receita Federal, Ministério da Fazenda e Forças Armadas, o



Comando Militar do Oeste desencadeou a operação Ágata de Aço I, intensificando o patrulhamento na região da fronteira com o Paraguai.

Esse reforço das Forças Armadas é sempre bem-vindo, Sr. Presidente, porque nossas Polícias Militar e Civil atuam nos seus limites e com eficiência relativa, devo dizer, já que Mato Grosso do Sul é o Estado campeão em apreensões de drogas no País.

Mas essa mesma eficiência tem um preço: nosso sistema penitenciário está superlotado. Hoje, 40% dos presos por tráfico de drogas estão em prisões de Mato Grosso do Sul. O Estado gasta com eles mais de R\$120 milhões por ano. É necessário que o Governo Federal aloque recursos para contribuir com o nosso Estado.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, os problemas da fronteira são, decerto, um problema localizado, mas que tem, claramente, repercussões nacionais. Se não focarmos a atenção e os esforços de todo o País nessas regiões não é só a população local que sofrerá as consequências, e, sim, todo o País. Ademais, Sr. Presidente, embora Mato Grosso do Sul tenha investido consistentemente em segurança pública, o Estado aumentou em 45% os investimentos na área, passando a ser o quinto Estado brasileiro que mais investe em segurança. Não temos condições de, sozinhos, dar conta de um problema que tem a dimensão de todo um País. Precisamos de um esforço conjunto e de recursos mais amplos do que o Estado, por si só, pode reunir.

Nesse sentido, merece efetivamente reconhecimento a instituição do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, que mencionei há pouco. Façamos votos, Sr^as e Srs. Senadores, de que essa excelente iniciativa seja continuada e levada adiante nos próximos anos. Uma ação articulada, constante e eficiente nessa área certamente será sentida no médio prazo por todo o País, na medida em que forem secando as fontes do crime organizado. Mas creio que, para além da articulação e da integração das diversas instâncias que têm responsabilidade no controle das fronteiras, seria um passo muito importante criar no País um órgão especializado no policiamento fronteiriço. Já tive oportunidade de dizer isto e repito hoje: vejo com muito bons olhos a proposta de criação de uma polícia nacional das fronteiras.

Ademais, apresentei um Projeto de Resolução, o PRS 30, de 2018, que institui a Frente Parlamentar de Segurança Pública das Fronteiras, no âmbito do Senado. A criação dessa Frente Parlamentar irá contribuir decisivamente na busca de soluções para o desenvolvimento e a vigilância de todas as nossas fronteiras.

Dentre os grandes problemas que ainda desafiam nossa sociedade, a violência endêmica, patrocinada pelo crime organizado, é um dos mais deletérios. O medo, a insegurança, a falta de confiança – sem falar nas perdas associadas à violência homicida e nas sequelas que todo tipo de violência sempre deixam em suas vítimas –, tudo isso afeta o nível de cooperação social, dificultando ainda mais nossos esforços de desenvolvimento.

Temos sempre o cuidado, Sr. Presidente, de trancar as portas de nossas casas, porque lá estão nossos maiores valores – nossa família, nossos bens, nossos filhos e tudo que queremos proteger. Não podemos trancar nossas fronteiras da mesma forma, Sr^as e Srs. Senadores, mas podemos manter um olho especialmente vigilante nelas, de modo a proteger o que é mais valioso para o País: seus próprios cidadãos.

Era o que tinha a dizer. Mas eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para dizer que recebi do Sr. Presidente do Banco do Brasil a informação de que o banco está recalculando os limites das cooperativas de crédito de todo o País, principalmente de Mato Grosso do Sul e todo o Centro-Oeste, com o intuito de ampliar o repasse de recursos do FCO, de forma a apoiar



e melhorar as condições de financiamento no Centro-Oeste. Atualmente, a Lei nº 13.682, de 2018, permite aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito o repasse de 10% dos recursos previstos para cada exercício no Fundo. É um valor extremamente alto, que vai dar muito mais capilaridade para os empréstimos do FCO. E o Banco do Brasil, que é o banco modelo deste País, está recalculando os limites de crédito para cada cooperativa.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de pedir que o Ministério da Integração Nacional avalie o Ofício da Sudeco nº 1.331, de 2018, de 5/7/2018, no qual foi apresentada alternativa de simplificação temporária da implementação das alterações regulatórias ocorridas ao final de junho no FCO Empresarial, para propiciar tempo hábil de ajuste e manutenção dos sistemas tecnológicos dos bancos, a fim de inibir a suspensão de contratação do FCO, fato que afeta negativamente toda a economia do Centro-Oeste, que é fundamentada no agronegócio.

Então, parabéns ao Banco do Brasil por esse gesto. E eu peço ao Ministro da Integração que faça esse procedimento, que é muito importante para a continuidade do desenvolvimento, porque o agronegócio representa, na verdade, um acréscimo de 15% no PIB.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Obrigado, Senador Pedro Chaves.

Como não há mais oradores inscritos, declaro esta sessão encerrada.

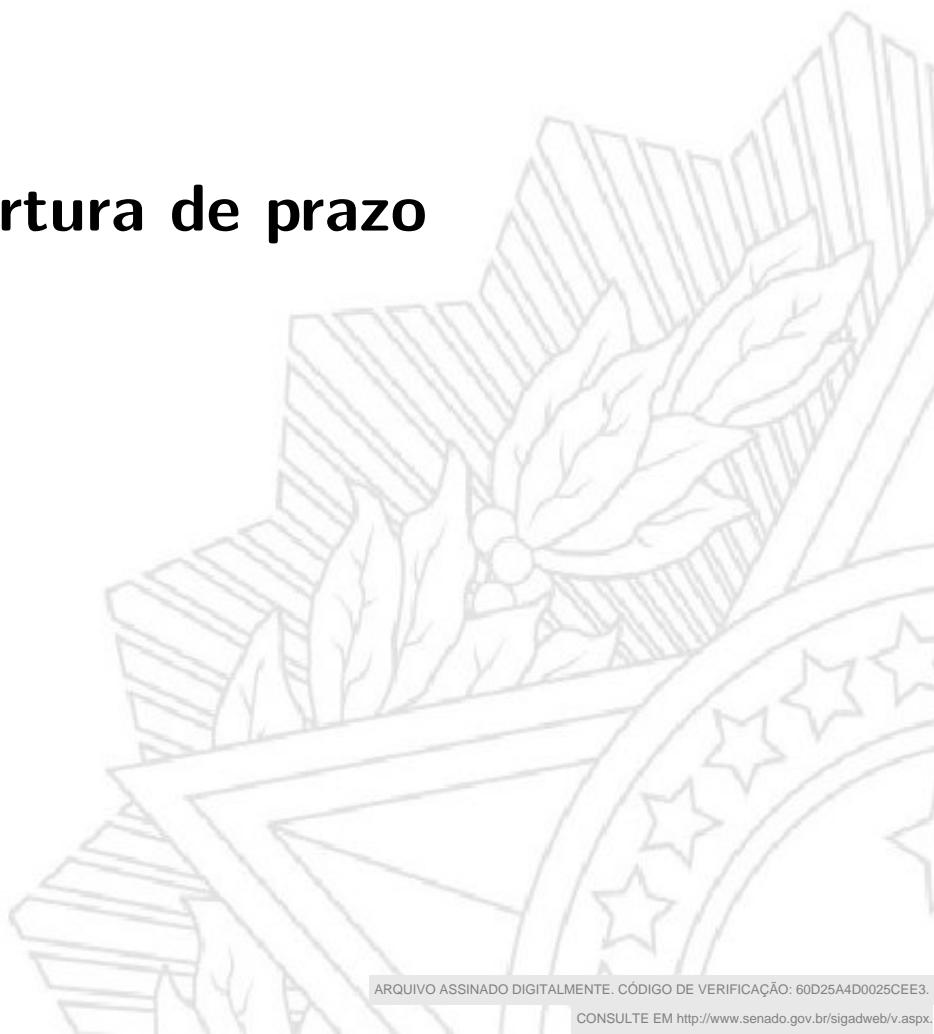
(Levanta-se a sessão às 13 horas e 26 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 109^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o Ofício:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 105 /2018-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: aprovação em turno suplementar.

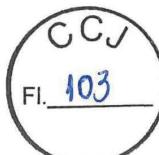
Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em turno suplementar, **pela aprovação, com as Emendas nºs 4-S-CCJ, 5-S-CCJ, 14-S-CCJ (de redação), e a Emenda nº 8-S nos termos da Subemenda nº 1-CCJ**, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2017, que “altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão”, de autoria do Senador José Serra, e pela rejeição das Emendas nºs 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S e 13-S.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Comunicação





SENADO FEDERAL
Presidência

à Publicação

Com 13/07/2018

Assinatura

REQUERIMENTO , DE 2018

Nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, comunico
minha ausência do País no período de 16 a 19 de julho de 2018.

Atenciosamente,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 72, DE 2018

(nº 387/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

DESPACHO: À CRE



[Página da matéria](#)

MSF 72/2018

Mensagem nº 387

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Os méritos do Senhor Eduardo Botelho Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de julho de 2018.




00001.002556/2018-68



EM nº 00146/2018 MRE

Brasília, 18 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Exceléncia o nome de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



EM N° **146** /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, **19** de **JUNHO** de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO BOTELHO BARBOSA

CPF.: 491.956.207-10

ID.: 7484 MRE

1952 Filho de Braulino Botelho Barbosa e Jandacy Leal Botelho Barbosa, nasce em 12 de maio, em Glasgow, Reino Unido (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1976 Ingénieur Comercial, pela Solvay, da Université Libre de Bruxelles, Bélgica

1983 CAD - IRBr

1993 Mestrado em International Public Policy, pela Johns Hopkins University, School of Advanced International Studies, Washington-DC/EUA

2001 CAE - IRBr, Promoção comercial: considerações gerais, Canadá, e reflexões sobre o caso brasileiro

Cargos:

1977 Terceiro-secretário

1980 Segundo-secretário

1986 Primeiro-secretário

1997 Conselheiro

2004 Ministro de segunda classe

2010 Ministro de primeira classe

Funções:

1977 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente e chefe, substituto

1982 Consulado-Geral em Nova York, segundo-secretário

1986 Embaixada em La Paz, segundo e primeiro-secretario

1988 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor

1988 Agência Brasileira de Cooperação (ABC), assessor diplomático

1990 Embaixada em Washington, primeiro-secretário

1997 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor e chefe

1998 Consulado-Geral em Toronto, cônsul-geral adjunto

2001 Embaixada em Londres, conselheiro e ministro

2005 Embaixada em Moscou, ministro-conselheiro e encarregado de negócios

2007 Ministério da Saúde, assessor especial do Ministro da Saúde

2013 Embaixada em Argel, embaixador

Condecorações:

1988 Ordem Condor de Los Andes, Bolívia, Oficial

2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial



ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL**

REPÚBLICA DA SÉRVIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018**



| DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA DA SÉRVIA | |
|---|--|
| NOME OFICIAL | República da Sérvia |
| GENTÍLICO | sérvio (a) |
| CAPITAL | Belgrado |
| ÁREA | 88.361 km ² |
| POPULAÇÃO | 7,03 milhões de habitantes |
| LÍNGUA OFICIAL | Sérvio |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES | Cristianismo (80,5%); agnósticos (9,7%); muçulmanos (7%) |
| SISTEMA DE GOVERNO | República Parlamentarista |
| PODER LEGISLATIVO | Assembleia Nacional da Sérvia |
| CHEFE DE ESTADO | Aleksandar Vučić (desde abril de 2017) |
| CHEFE DE GOVERNO | Ana Brnabić (desde junho de 2017) |
| MIN. DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | Ivica Dačić |
| PIB NOMINAL (2017) | US\$ 41,47 bilhões |
| PIB PPP (2017) | US\$ 105,45 bilhões |
| PIB "per capita" NOMINAL (2016) | US\$ 5.899 |
| PIB "per capita" PPP (2017) | US\$ 14.999 |
| VARIAÇÃO DO PIB | 0,8% (2015); 2,8% (2016); 1,81% (2017) |
| IDH (2017) | 0,776 |
| EXPECTATIVA DE VIDA | 75,4 anos |
| ALFABETIZAÇÃO | 98,1% |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO | 14,61% |
| UNIDADE MONETÁRIA | dinar sérvio |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA | Veljko Lazic |
| COMUNIDADE BRASILEIRA (est) | Pequena em relação a outros países da Europa, residindo principalmente na capital. |

| INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – SÉRVIA (fonte: MDIC) | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------------------|
| BRASIL - SÉRVIA | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 (jan. mai.) |
| Intercâmbio | 30.6 | 20.5 | 27.3 | 46.8 | 62.0 | 69.6 | 60.0 | 50.5 | 66.0 | 62.0 | 24.5 |
| Exportações | 26.9 | 19.2 | 22.8 | 23.9 | 27.5 | 44.8 | 36.4 | 33.1 | 39.9 | 40.8 | 14.6 |
| Importações | 3.6 | 1.3 | 4.5 | 22.8 | 34.5 | 24.8 | 23.6 | 17.3 | 26.1 | 21.2 | 9.9 |
| Saldo | 23.2 | 17.9 | 18.3 | 1.07 | -6.9 | 19.9 | 12.8 | 15.8 | 13.8 | 19.5 | 4.6 |



APRESENTAÇÃO

A República da Sérvia é um país europeu situado nos Balcãs e na Panônia, cuja capital é Belgrado. Faz fronteira com Montenegro, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Macedônia, Albânia, Romênia, Bulgária e Hungria. Sua população está estimada em mais de sete milhões de habitantes, e aloca diferentes religiões como o cristianismo (80,5%), agnosticismo (9,7%) e islamismo (7%). O idioma oficial é o sérvio. O país constitui uma república parlamentarista.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a Sérvia tem sido a fundadora da maioria dos Estados eslavos meridionais, que pertenciam originalmente ao Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (rebatizado mais tarde de Reino da Iugoslávia). Fez parte da então República Socialista Federativa da Iugoslávia, da República Federal da Iugoslávia e da União de Estado da Sérvia e Montenegro. Após referendo em 2006, a Sérvia reconheceu a independência de Montenegro em 5 de junho daquele ano. O Kosovo proclamou unilateralmente a sua independência da Sérvia em 17 de fevereiro de 2008, mas o governo sérvio não reconhece a soberania kosovar.

A Sérvia é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho da Europa, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro. Ademais, é candidato oficial à adesão à União Europeia (UE). Possui o estatuto de observador na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC).



PERFIS BIOGRÁFICOS

ALEKSANDAR VUČIĆ

Presidente

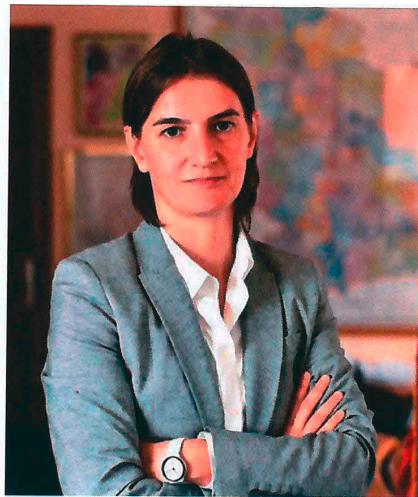
Nasceu em 1970, em Belgrado. Formou-se em Direito pela Universidade de Belgrado. Em 1993, aderiu ao Partido Radical (SRS), pelo qual foi eleito deputado na Assembleia Nacional no mesmo ano. Em 1995, aos 24 anos, tornou-se secretário-geral do partido. Em 1998, foi nomeado ministro da Informação do governo de Mirko Marjanović, considerado extensão da gestão de Slobodan Milošević.

Candidatou-se à prefeitura de Belgrado em 2004 e 2008, tendo perdido ambas as eleições para o candidato do Partido Democrata (DS). Em 2008, trocou o Partido Radical pelo Partido Progressista (SNS), pelo qual foi ministro da Defesa entre 2012 e 2013.

Em abril de 2014, com a vitória do SNS nas eleições parlamentares, foi nomeado primeiro-ministro. Em abril de 2017, foi eleito presidente da República da Sérvia.



ANA BRNABIĆ
Primeira-Ministra



Nasceu no dia 28 de setembro de 1975, em Belgrado. Cursou Master Business Administration na Universidade de Hull, e trabalhou por mais de dez anos com organizações internacionais, investimentos estrangeiros e o setor público na Sérvia.

É primeira-ministra da República da Sérvia desde 29 de junho de 2017, sendo a primeira mulher e primeira homossexual assumida a estar no cargo. Foi ministra da Administração Pública e do Autogoverno Local da Sérvia entre 2016 e 2017, no mandato do então primeiro-ministro Aleksandar Vučić.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado — mesmo na condição de observador — e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da OTAN em 1999. O governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta União de Estados (união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro entre 2003-2006).

As relações bilaterais são marcadas pelo bom nível de diálogo político. Os contatos de alto nível foram estimulados pelas cinco visitas do ex-chanceler Vuk Jeremić ao Brasil: realizou visita de trabalho em 2008; participou do Fórum



Econômico Mundial para América Latina, em 2009; do III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010; novamente do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2011; e, por fim, visitou Brasília em 20 de abril de 2012. Em todas as ocasiões, manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores brasileiro.

Registre-se, ainda, visitas a Brasília do ex-ministro da Agricultura da Sérvia, Sasha Dragin, e do então vice-primeiro-ministro (atual chanceler) Ivica Dačić, ambas em 2010. Nesse mesmo ano, o então chanceler Celso Amorim e o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, realizaram visitas oficiais à Sérvia. Em julho de 2014, a Sérvia acreditou seu primeiro adido de Defesa em Brasília.

O mútuo interesse no fortalecimento da cooperação entre os dois países foi ressaltado por ocasião de visita a Brasília, em julho de 2017, do Embaixador Zoran Vujic, Diretor de Assuntos Políticos da Chancelaria, na qualidade de Enviado Especial do presidente Aleksandar Vucic, e de reunião de consultas políticas presididas pelo subsecretário-geral de Assuntos Políticos, Multilaterais, Europa e América do Norte, embaixador Fernando Simas Magalhães, em Belgrado, em junho corrente.

Em 2018, estão sendo celebrados os 80 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Sérvia.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Grupos parlamentares de amizade

O grupo parlamentar de amizade com a Sérvia foi criado em 2013 e reuniu-se duas vezes, em junho de 2013 e março de 2015, ocasião em que foi reinstalado. O deputado Ricardo Barros (PP/PR) realizou missões parlamentares à Sérvia em fevereiro e junho de 2015, com enfoque na cooperação bilateral no setor da indústria de defesa. Em julho de 2017, o senador Hélio José (PROS/DF) visitou a Sérvia, na condição de presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Reuniu-se com a ministra da Construção, Transporte e Infraestrutura e com a presidente do parlamento local.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

Acessão da Sérvia à Organização Mundial do Comércio



A antiga República Federal Socialista da Iugoslávia aderiu ao antigo GATT 1947 em 25 de agosto de 1966, tendo participado como membro ativo nas diversas rodadas que se seguiram. Devido a problemas políticos que levaram à fragmentação do país no início dos anos 1990 e às controvérsias que opuseram as novas repúblicas quanto à sucessão das obrigações internacionais assumidas pela antiga federação, a Iugoslávia não participou do fechamento da Rodada Uruguai. O pedido de acesso da Sérvia foi tratado pelo Secretariado da OMC como acesso de um novo membro.

O Grupo de Trabalho (GT) para acesso da Sérvia à OMC foi instituído em fevereiro de 2005 e reuniu-se mais recentemente, pela décima terceira vez, em junho de 2013. Entre essa data e 2018, houve diminuição da atividade na OMC, ainda que Belgrado tenha mantido seu comprometimento com o processo e com as reformas estruturais requeridas para adequar o país às regras da OMC. Atualmente, no trilho bilateral, permanecem três negociações pendentes (Brasil, Ucrânia e Rússia).

A primeira oferta sérvia tomada em consideração pelo Brasil consistiu naquela apresentada durante a quinta reunião do GT, ocorrida em maio de 2008. Apesar de a negociação bilateral com o Brasil ter evoluído inicialmente, permanecem dificuldades em relação à oferta sérvia para carnes (bovina, suína e de aves) e açúcar refinado.

Comércio bilateral

Em 2017, de acordo com o Instituto de Estatísticas da Sérvia, o intercâmbio comercial Brasil-Sérvia cresceu 29,4%, comparado ao ano anterior, totalizando US\$ 123,9 milhões. O Brasil figura na posição de 32º maior fornecedor de produtos para a Sérvia, sendo responsável por 77% das importações sérvias do Mercosul; por 58% do total das importações sérvias oriundas da América do Sul, e, por 18,8%, de todo o continente americano.

As exportações brasileiras concentram-se, basicamente, em seis produtos, que perfazem 80,8% de todas as exportações brasileiras para a Sérvia, a saber: i) café cru em grãos (junto com os extratos, essências e concentrados de café), que figura como o principal produto brasileiro importado, respondendo por 46,78% (US\$ 51,63 milhões) do total das importações provenientes do Brasil; ii) tabaco, com parcela de 12,52% (US\$ 14,95 milhões); iii) minério de ferro e seus concentrados, com participação de 8,85% (US\$ 9,88 milhões); iv) suco de laranja congelado, com participação de 5,28% (US\$ 5,83 milhões); v) celulose, com participação de 3,84% (US\$ 4,24 milhões); e vi) ferronióbio, com outras ligas de ferro, com participação de 2,77% (US\$ 3,06 milhões).



Em contrapartida, as exportações sérvias para o Brasil foram de US\$ 13,5 milhões, o que representa crescimento de 42,4%. As exportações sérvias para o Brasil concentram-se em produtos "tradicionais" da indústria local, ou seja, pneus de borracha para automóveis e motocicletas e tripas artificiais, utilizadas na indústria de carnes. Em 2017, o aumento das exportações sérvias para o Brasil deve-se, em especial, ao crescimento do valor das exportações de pneus para motocicletas (US\$ 4,35 milhões).

Há uma importante discrepância existente entre as estatísticas brasileiras e as sérvias. As estatísticas do comércio exterior do MDIC registram, por exemplo, o valor de US\$ 40 milhões para as exportações do Brasil para a Sérvia, muito menores, portanto, do que aquelas registradas pelo lado sérvio (US\$ 110,4 milhões). A diferença proviria do fato de que os órgãos sérvios computam a totalidade de produtos brasileiros – como o café cru em grãos, o concentrado de suco de laranja congelado, o minério de ferro, a celulose, bem como outras "commodities", adquiridos por empresas locais em armazéns/distribuidores, localizados em portos italianos, eslovenos ou holandeses, enquanto as do Brasil só levam em consideração as que são diretamente vendidas a distribuidores sérvios (primeiros destinatários).

Investimentos

Com transição recente para o regime de mercado, a economia sérvia é baseada largamente no setor de serviços, que representa 49,1% do PIB nacional. Destacam-se, no setor industrial, as áreas de energia, indústria automotiva, maquinário e mineração.

Ambiente de negócios

A transição de economia planificada para economia de mercado do país é recente, ganhando fôlego após a destituição do antigo dirigente Slobodan Milošević. A mão de obra, seguindo o padrão das antigas repúblicas socialistas, é bem qualificada, apesar da significativa fuga de cérebros durante as guerras dos Balcãs. Houve, recentemente, série de privatizações de estatais de relevância nacional.

Investimentos do Brasil na Sérvia

Não há presença de investimentos brasileiros de grande porte na Sérvia. Há potencial registrado para a entrada da Embraer no mercado sérvio, em função da recente reorganização da empresa aérea estatal JAT.

Investimentos da Sérvia no Brasil

Não há presença de investimentos sérvios no Brasil de grande porte, nem de recente interesse de empresas sérvias em investir no Brasil.



Dados de investimentos

Não há registro, pelo Banco Central do Brasil, de estoque ou fluxos de investimentos da Sérvia no Brasil ou do Brasil na Sérvia.

POLÍTICA INTERNA

As eleições presidenciais, no ano passado, confirmaram o "status" de Aleksandar Vučić como principal articulador e personalidade política sérvia. Embora a Constituição sérvia confira ao chefe de estado atribuições predominantemente representativas, de acordo com a prática do sistema parlamentarista, Vučić, líder do Partido Progressista da Sérvia (SNS) e ex-primeiro-ministro (2014-2017), continua a exercer influência decisiva na atuação do governo, amparado na manutenção da aliança com o Partido Socialista da Sérvia (SPS).

Desafios

Embora disponha de confortável maioria parlamentar, construída em torno da aliança SNS-SPS, para fazer avançar suas propostas, o atual governo enfrenta vários desafios. Além de ter de lidar com dificuldades estruturais complexas, a Sérvia tem de lidar também com a promoção de reformas técnicas e legais, decorrentes do processo de harmonização com as normas e padrões da União Europeia.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior sérvia estrutura-se em torno de dois eixos prioritários: (1) a adesão à União Europeia e (2) o encaminhamento da questão do Kosovo de forma negociada, segundo os parâmetros da Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). São também objetivos importantes: melhores relações com os vizinhos, as antigas repúblicas iugoslavas, de que resultará gradual arrefecimento das tensões regionais; inserção econômica nos fluxos financeiros e comerciais internacionais; e boas relações com a Rússia.

A questão do Kosovo remete ao início dos anos 1980, quando, no contexto de profunda crise econômica na então Iugoslávia, um levante de kosovares albaneses deu início a longo período de tensões étnicas entre sérvios e albaneses da província. Em 1990, a Assembleia Nacional do Kosovo proclamou a independência da província, desencadeando conflito armado entre o exército sérvio e o Exército de Libertação do Kosovo, no qual a OTAN interviria, em 1999, sem anuência da ONU.



Logo após o cessar-fogo, a província foi colocada sob a administração da UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas para o Kosovo), criada pela Resolução 1244 (1999) do CSNU. Em novembro de 2005, têm início as negociações sobre o status final do Kosovo entre Belgrado e Pristina, mediadas pelo Enviado Especial da ONU, Martti Ahtisaari. Ahtisaari propõe um plano que prevê a concessão de amplo grau de autonomia (na prática, independência) supervisionada para o Kosovo. O impasse gerado em torno do Plano Ahtisaari leva a que o Kosovo declare unilateralmente sua "independência", em 17 de fevereiro de 2008.

A "independência" kosovar foi respaldada por Berlim, Londres, Paris e Washington. A Sérvia, apoiada por Moscou, considera a declaração ilegal. Até o momento, 110 países membros das Nações Unidas reconheceram o Kosovo como país independente, inclusive 23 membros da União Europeia (UE) (à exceção de Eslováquia, Espanha, Romênia, Grécia e Chipre), além de Austrália, Canadá, EUA, Japão, Turquia e, na América Latina, Belize, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Panamá, Peru e República Dominicana. O Brasil, a China, a Rússia e a Índia, por outro lado, não reconheceram a independência da província.

O governo sérvio, ao final de dez reuniões realizadas em Bruxelas sob os auspícios da União Europeia e facilitadas pela então alta comissária da União Europeia para Política Externa, Catherine Ashton, assinou, em 19 de abril de 2013, acordo quadro com as autoridades provinciais do Kosovo. Em 1º de janeiro de 2014, foram oficialmente abertas as negociações para futura adesão ao bloco europeu, ora em curso.

O presidente da Comissão Europeia (CE), Jean-Claude Juncker, em visita a Belgrado, em fevereiro de 2018, reiterou a visão de que a Sérvia, para lograr acesso à União Europeia, dependeria primordialmente de si mesma. Juncker destacou a Sérvia como "forte candidata", assim como reconheceu os progressos por ela feitos, durante o processo negociador; salientou, porém, haver muito ainda a ser feito, em especial nas áreas Judiciária e do Estado de Direito. Juncker reiterou, ainda, a necessidade de se alcançar acordo legal entre Belgrado e Pristina, com vistas à normalização das relações bilaterais.

Sérvia: perspectivas de adesão e cooperação com a UE

Em 6 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia publicou documento intitulado "A credible enlargement perspective for an enhanced EU engagement with the Western Balkans". Ao mesmo tempo em que sinaliza as intenções de



expansão na próxima década, o texto estabelece a estratégia europeia para os Balcãs ocidentais, traçando as prioridades comunitárias para o processo de adesão dos países balcânicos, cujo horizonte temporal mais otimista para o ingresso de Sérvia e Montenegro seria 2025. Salienta a necessidade de reformas estruturais nos candidatos e de boas relações regionais. O documento reitera a necessidade de que a Sérvia normalize suas relações com Kosovo como condição para ingressar no bloco.

A nova estratégia da Comissão oferece incentivos aos países balcânicos enquanto aguardam a adesão plena. São seis as áreas prioritárias para intensificar a cooperação: fortalecimento do Estado de direito; engajamento redobrado nas áreas de segurança e migração; desenvolvimento econômico e social; ampliação da conectividade energética e interligação dos transportes; avanço da agenda digital; promoção da reconciliação e da boa vizinhança entre os candidatos e potenciais candidatos.

Realizou-se em Sófia, nos dias 16 e 17/5, a Cimeira UE-Balcãs Ocidentais. A Cimeira foi presidida pelo presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, e contou com a participação de chefes de governo dos países membros da UE, dos Balcãs Ocidentais, e, pela UE, do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e do comissário responsável pela Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento, Johannes Hahn. Três documentos foram assinados durante a Cimeira: interconexão por gasoduto entre a Bulgária e a Sérvia; Memorando de Entendimento entre Sérvia e o Banco Europeu de investimentos; e declaração de apoio à agenda digital para os Balcãs Ocidentais assinada pela comissária europeia para a Economia Digital e Sociedade, Mariya Gabriel.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A despeito dos esforços realizados pelas autoridades governamentais, o crescimento da ordem de 2% do PIB sérvio, em 2017, ficou abaixo das expectativas e aquém do observado no entorno regional dos Balcãs, que se situou em torno de 4%.

O dinamismo econômico em 2017 deveu-se, principalmente, ao crescimento do volume de exportações, ao aumento dos investimentos estrangeiros e ao consumo privado. A renda proveniente do turismo (US\$ 1,2 bilhão), bem como a entrada de divisas, oriundas das remessas dos trabalhadores sérvios no exterior (US\$ 2,8 bilhões), contribuíram, igualmente, para o resultado positivo da economia sérvia. Houve, no entanto, queda no crescimento dos setores energéticos e agrícola, da ordem de 6,2% e 18%, respectivamente, o que terá contribuído, em grande parte, para

que a projeção de 3,5% de crescimento do PIB em 2017 não tenha sido atingida.

Apresenta-se, a seguir, análise dos principais indicadores econômicos sérvios:

Produto Interno Bruto

Com base no desempenho da economia em 2016, quando o PIB obteve crescimento de 2,6%, as autoridades sérvias projetavam que o mesmo cresceria, em 2017, entre 3% e 3,5%. De acordo, porém, com dados do Instituto de Estatísticas da Sérvia, o crescimento de 2,5%, no quarto trimestre de 2017, teria sido insuficiente para elevar a média anual de crescimento, que deverá alcançar cerca de 2% no total anual.

Para o ano de 2018, contudo, o governo e os analistas do FMI e do Banco Mundial preveem aceleração do crescimento, com taxa de 3,5%. Espera-se que tal resultado seja alcançado graças ao maior ingresso de investimentos diretos estrangeiros (IDEs), à venda de empresas estatais e ao crescimento da produção industrial e agrícola (esta última bastante afetada pela seca de 2017). Outra variável importante para a concretização do resultado projetado fundamenta-se no aumento da demanda interna, em razão do aumento do salário do funcionalismo público e das aposentadorias.

Investimento Direto Estrangeiro

As autoridades do Banco Nacional da Sérvia (BNS) estimam que, em 2017, a entrada de investimento direto estrangeiro na Sérvia situou-se entre EUR 2,1 e 2,2 bilhões, o correspondente a 40% do total de IDE na região dos Balcãs Ocidentais.

A Sérvia, classificada no grupo de países com risco comercial moderado pela empresa norte-americana "Dun&Bradstreet", líder internacional na avaliação de negócios, registrou crescimento de 12% no nível de IDE no decorrer do último ano. De acordo com a primeira-ministra Ana Brnabić, a Sérvia obteve os melhores resultados no tocante à atração de IDE na região. Brnabić tem assinalado, ainda, que a prioridade do governo será intensificar a atração de IDE nas áreas da inovação e tecnologias da informação.

Inflação

A inflação anual, em 2017, registrada pelo Instituto de Estatísticas da Sérvia, foi de 3%, tal como projetada pelo Banco Nacional da Sérvia e pelo FMI. Em dezembro de 2017, houve aumento dos preços apenas em alguns setores: energia elétrica (0,4%), gás e outros combustíveis (0,4%), transporte (0,3%), cultura (0,3%), comunicações (0,2%), condomínio (0,2%). Paralelamente, houve queda no preço do setor de vestuário e calçado (-0,6%), bebidas não alcoólicas, restaurantes e hotéis (-



0,2%).

Câmbio

No decorrer de 2017, o dinar fortaleceu-se nominalmente em relação a todas as principais moedas: dólar americano (10,9%), iene japonês (18,20%), libra esterlina (9%), franco suíço (11,8%) e euro (4,1%). A apreciação da moeda nacional, particularmente acentuada no decorrer do último trimestre do ano, baseia-se mais no esforço de consolidação fiscal levado a cabo pelas autoridades do que pela atividade real da economia. Esse fortalecimento acentuado do dinar tornou as exportações menos competitivas e estimulou o setor importador, resultando em aumento do saldo negativo da balança comercial.

Produção Industrial

Em dezembro de 2017, a produção industrial registrou desaceleração significativa, com crescimento de apenas 0,5%. O Escritório de Estatísticas registrou, contudo, aumento de 3,5%, da produção industrial em 2017, com relação ao ano anterior. Comparado com 2016, os setores industriais importantes observaram resultados díspares: o setor das indústrias de processamento cresceu 6,4%, o de mineração, 2,7%; enquanto o de energia elétrica e gás diminuiu 6,2%. Observe-se ter sido aquele último considerado como o principal responsável pelo desempenho do PIB aquém do planejado.

Para 2018, a fim de atingir o patamar de crescimento proposto, o governo servio necessitaria dedicar maior parte do orçamento em investimentos e em acelerar reformas tributárias, com o objetivo de incentivar o setor produtivo nacional, particularmente o relativo às pequenas e médias empresas. Reformas administrativas, por sua vez, deveriam melhorar a previsibilidade do ambiente empresarial, contribuindo para aumentar o índice de confiança dos investidores estrangeiros no mercado local.

Agricultura

Em 2017, o peso bruto da produção agrícola na composição do PIB foi de 7% a 8% (cerca de US\$ 4,4 bilhões), ou seja, 18% menor do que em 2016. Condições climáticas adversas e a forte seca afetaram as safras dos mais importantes grãos, ocasionando queda importante, comparado a 2016: trigo - 2,27 milhões de toneladas (-21%); milho - 4,02 milhões de toneladas (-45,5%); açúcar - 2,5 milhões de toneladas (-14,6%); girassol - 541 mil toneladas (-13%); soja - 461 mil toneladas (-20%).

A produção de frutas diminuiu, igualmente, 6,9%, ao passo que a produção de



uvas foi a única a registrar safra superior (13,5%) à do ano anterior. Segundo as autoridades competentes sérvias, não haverá escassez de produtos agrícolas de base e as exportações não deverão ser afetadas drasticamente, graças aos excedentes, em reserva, dos anos anteriores.

Considerações sobre a economia sérvia

O FMI aprovou, em 20 de dezembro de 2017, a oitava e última revisão de seu "Acordo de *stand-by*" com a Sérvia, firmado em fevereiro de 2015, e demonstrou aprovação quanto à execução do programa de austeridade estabelecido por aquele instrumento. As contas públicas foram equilibradas e a dívida pública, consideravelmente, reduzida (passou de 74,7% do PIB para 61,5% em três anos). A percepção geral é de que foram alcançados progressos macroeconômicos significativos nos últimos três anos, o que contribuiu para melhorar a imagem da Sérvia no mercado internacional e fortalecer a confiança dos investidores estrangeiros.

Junto com a implementação de reformas para aumentar a eficiência da administração e do setor público em geral, estima-se que a Sérvia, caso logre avançar nessas tarefas, pode vir a alcançar, nos próximos 12-18 meses, crescimento econômico de 4 a 5%, aproximando-se dos níveis de desenvolvimento dos países do sudeste europeu, membros da União Europeia (UE). Melhorar os níveis de crescimento seria, ainda, fator relevante para facilitar a entrada do país na UE, prevista, em princípio, para 2025.

Comércio exterior

De acordo com o Instituto de Estatísticas da Sérvia, a balança comercial da Sérvia, referente a 2017, registrou o valor de US\$ 38,93 bilhões de intercâmbio com o exterior, um aumento de 15,2%, comparado ao ano anterior. As exportações atingiram US\$ 16,99 bilhões (aumento de 14,2% em comparação a 2016), enquanto as importações observaram crescimento de 16,1% (US\$ 21,94 bilhões).

Registre-se, em 2017, o aumento de 23%, em comparação ao ano anterior, do déficit comercial, da ordem de US\$ 4,95 bilhões. Por trás desse incremento figura o fortalecimento da moeda nacional, em relação ao euro (+4,4%), ao dólar norte-americano (+16,2%), o aumento dos preços do petróleo e o crescimento das importações de minério de ferro (devido à retomada da atividade da Siderúrgica de Smederevo, adquirida, em 2016, por capital chinês). Em consequência, a taxa de cobertura das importações pelas exportações passou de 78,8%, em 2016, para 77,4%, no último ano.



O intercâmbio mundial sérvio mantém-se ainda pouco diversificado em termos geográficos: 93% das exportações sérvias estão dirigidas para países europeus. Do total, em 2017, 64% do comércio exterior sérvio teve por destino a União Europeia, porcentagem que se mantém relativamente estável nos últimos cinco anos. Em contrapartida, a UE é a origem de 80,3% das importações sérvias. Com os países asiáticos, particularmente em razão das importações oriundas da China, o intercâmbio foi de 10,8%; e, com o continente americano, 2,38% do volume total das trocas comerciais, assim dividido: América do Norte – 1,8%; América Central e Caribe – 0,02%; e América do Sul – 0,56%.

Os principais parceiros sérvios foram a Alemanha, com US\$ 4,90 bilhões (Importações US\$ 2,77 bilhões e Exportações US\$ 2,13 bilhões); a Itália, com US\$ 4,45 bilhões (Importações US\$ 2,21 bilhões e Exportações US\$ 2,24 bilhões); a Rússia, com US\$ 2,57 bilhões (Importações US\$ 1,58 bilhão e Exportações US\$ 995 milhões); a Bósnia e Herzegovina, com US\$ 1,95 bilhão (Importações US\$ 584 milhões e Exportações US\$ 1,27 bilhão); a China, com US\$ 1,83 bilhão (Importações US\$ 1,7 bilhão e Exportações US\$ 62 milhões); a Hungria, com US\$ 1,68 bilhão (Importações US\$ 1,07 bilhão e Exportações US\$ 618 milhões); a Romênia, com US\$ 1,46 bilhão (Importações US\$ 645 milhões e Exportações US\$ 817 milhões); a Polônia, com US\$ 1,32 bilhão (Importações US\$ 902 milhões e Exportações US\$ 422 milhões). Cabe ser mencionado ainda que a Croácia, a Eslovênia, a Bulgária, a Turquia, a Áustria, a França e a República Tcheca figuram também na lista de países com os quais a Sérvia teve um intercâmbio comercial superior a um bilhão de dólares norte-americanos.

Os maiores superávits da Sérvia são observados no comércio com as ex-repúblicas iugoslavas e os países vizinhos: Bósnia e Herzegovina (+US\$ 786 milhões); Montenegro (+US\$ 762 milhões) Macedônia (+US\$ 397 milhões); Bulgária (+US\$ 200 milhões); Romênia (+US\$ 172 milhões); Croácia (+US\$ 85 milhões); Eslováquia (+US\$ 64 milhões). A Sérvia, ademais, continuou registrando, nos últimos cinco anos, leve superávit comercial com a Itália (+US\$ 19 milhões), tradicionalmente seu segundo maior parceiro comercial, devido, principalmente, à exportação de automóveis fabricados localmente pela FIAT.

No que se refere aos déficits comerciais da Sérvia, o principal deles se dá com a China (-US\$ 1,7 bilhão), seguido da Rússia (-US\$ 691 milhões). Neste último caso, o déficit decorre, em grande medida, de dependência energética.

Considerando a pauta importadora da Sérvia, os maiores recursos por setores de atividade, foram gastos com as importações de máquinas e equipamentos de



transporte (US\$ 5,53 bilhões; +5%); seguido por produtos manufaturados, classificados por materiais (US\$ 4,09 bilhões; +19,5%); produtos químicos e afins (US\$ 3,08 bilhões; +11,5%); combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados (US\$ 2,29 bilhões; +34,1%); artigos manufaturados diversos, (US\$ 1,63 bilhão; +13,7%); matérias primárias, não comestíveis, exceto combustíveis (US\$ 1,06 bilhão; +36%); alimentos e animais vivos (US\$ 1,242 bilhões; + 13,8%); bebidas e tabaco (US\$ 311 milhões; +1%); e óleos animais e vegetais, gorduras e ceras (US\$ 164 milhões; +28%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

| CRONOLOGIA HISTÓRICA | |
|---------------------------|--|
| 1389 | Nobreza sérvia dizimada por tropas otomanas na Batalha dos Campos do Kosovo. |
| Séculos XV a XVIII | Sérvia é absorvida pelo Império Otomano. |
| 1878 | Independência sérvia reconhecida internacionalmente |
| 1918 | Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado após a I Guerra Mundial. |
| 1929 | Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos renomeado Reino da Iugoslávia. |
| 1945 | Sérvia se torna uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia. |
| 1991 | Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separam-se da Iugoslávia. |
| 1992 | Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia |
| 1995 | Acordos de Dayton encerram Guerra da Bósnia. |
| 1998 | Início da Guerra do Kosovo. |
| 1999 | Bombardeios da OTAN. Rendição sérvia. Kosovo torna-se um protetorado da ONU, permanecendo parte da Sérvia. |
| 2000 | Renúncia de Slobodan Milošević. |
| 2003 | Iugoslávia renomeada como União da Sérvia e Montenegro. |
| 2006 | Milosevic morre nas dependências do Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia, na Haia. |
| 2006 | Montenegro declara independência após referendo. O país passa a |



| | |
|-------------|--|
| | intitular-se República da Sérvia. |
| 2008 | Kosovo declara independência. Belgrado considera declaração ilegal, mas a independência é reconhecida pelos Estados Unidos e principais potências europeias. |
| 2008 | Parlamento sérvio ratifica acordo de estreitamento de laços com a União Europeia. |
| 2012 | A União Europeia concede à Sérvia o status de candidata oficial. |
| 2012 | Tomislav Nikolić é eleito presidente da República. |
| 2012 | Ivica Dačić, do partido socialista, assume como primeiro-ministro da Sérvia. |
| 2013 | Assinatura dos Acordos de Bruxelas, que regularizam as relações entre a Sérvia e o Kosovo. |
| 2014 | Abertura oficial das negociações com a União Europeia para adesão ao bloco. |
| 2014 | Aleksandar Vučić, do partido progressista, assume o cargo de primeiro-ministro. |
| 2017 | Aleksandar Vučić é eleito presidente da República |
| 2017 | Ana Brnabić assume o cargo de primeira-ministra |

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|-------------|---|
| 2003 | O primeiro-ministro da Sérvia, Zoran Djindjic, comparece à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva |
| 2003 | Visita ao Brasil do chanceler da então Sérvia e Montenegro, acompanhado de missão empresarial |
| 2003 | Os primeiros-ministros da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, respectivamente, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista, onde se avistaram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva |
| 2005 | Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília |
| 2006 | Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas |



| | |
|-------------|---|
| 2007 | Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado |
| 2008 | Visita oficial ao Brasil do chanceler sérvio |
| 2008 | Encontro entre os chanceleres do Brasil e da Sérvia à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas |
| 2008 | Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília |
| 2009 | Visita a Brasília de enviado de alto nível do chanceler sérvio para encontros no Ministério das Relações Exteriores |
| 2009 | Encontro entre os chanceleres do Brasil e da Sérvia no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina |
| 2010 | Visita a Brasília do ministro da Agricultura sérvio |
| 2010 | Participação do chanceler sérvio na Conferência da Aliança das Civilizações, no Rio de Janeiro |
| 2010 | Visita do primeiro vice-primeiro-ministro e ministro do Interior Ivica Dačić ao ministro da Justiça do Brasil |
| 2010 | Visita do chanceler brasileiro, embaixador Celso Amorim, a Belgrado, onde manteve encontros bilaterais com seu homólogo sérvio, o presidente da República, o primeiro-ministro e os ministros da Defesa e do Interior |
| 2010 | Visita do ministro da Defesa brasileiro a Belgrado. Encontrou-se com o presidente da República da Sérvia e visitou seu homólogo e várias instituições militares |
| 2012 | Encontro dos chanceleres brasileiro e sérvio, Vuk Jeremić, em Brasília (20 e 21 de abril) |
| 2012 | Participação do presidente Tomislav Nikolic e do chanceler sérvio na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Encontro com o chanceler brasileiro |
| 2013 | Entrada em vigor do acordo sobre dispensa de vistos de turista e de negócios entre os dois países |
| 2016 | O presidente Tomislav Nikolic visita o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio2016 |
| 2018 | Comemoração dos 80 anos das relações diplomáticas Brasil-Sérvia |
| 2018 | Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado |

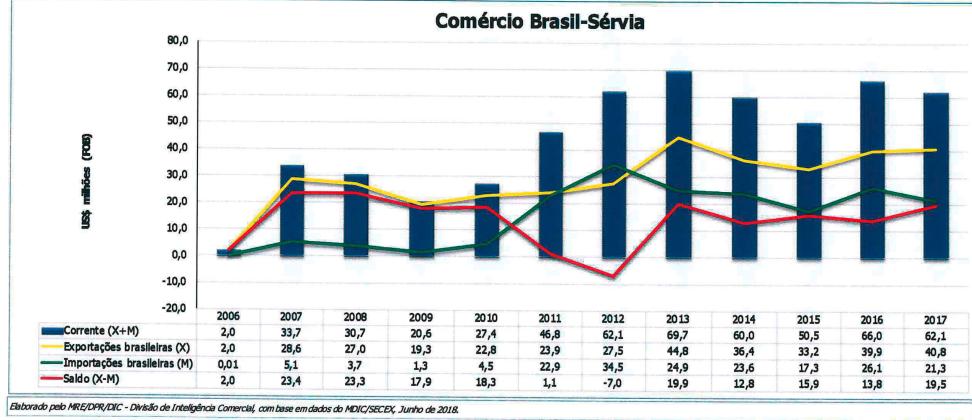


ACORDOS BILATERAIS

| Título do Acordo | Assunto | Data | Status da Tramitação |
|---|--|------------|----------------------|
| Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação no Campo Veterinário. | Sanidade Animal e Vegetal Cooperação Técnica | 05/01/2010 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais/de Serviço. | Vistos e Imigração | 20/06/2010 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a isenção de vistos para seus respectivos nacionais. | Vistos e Imigração | 20/06/2010 | Em Vigor |
| Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia sobre Consultas Políticas. | Consultas Diplomáticas | 20/06/2010 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa | Defesa e Assuntos Militares | 29/11/2010 | Em Vigor |



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



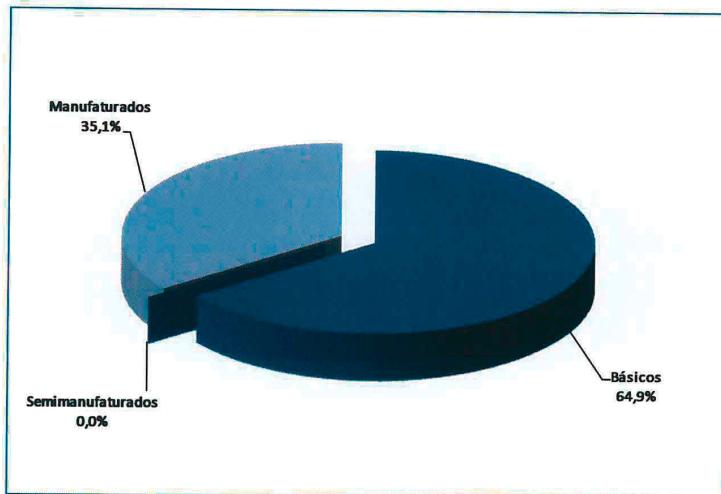
| 2017 / 2018 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|-------|
| 2017 (jan-mai) | 17,1 | 10,2 | 27,3 | 6,9 |
| 2018 (jan-mai) | 14,6 | 10,0 | 24,6 | 4,6 |

20
Parte integrante do Aviso da MSF nº 72 de 2018.

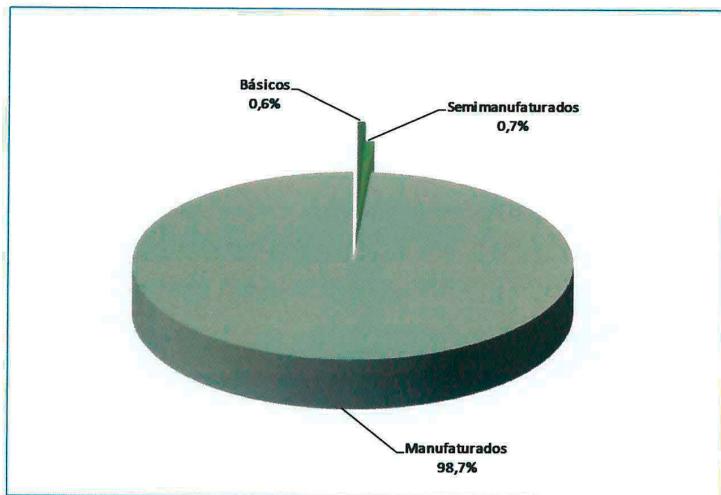
Página 25 de 59

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.



Composição das exportações brasileiras para a Sérvia (SH4)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|---|-------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Tabaco não manufaturado | 6,7 | 20,1% | 8,8 | 22,0% | 10,4 | 25,5% |
| Carnes de frango | 9,6 | 29,0% | 12,4 | 31,1% | 9,0 | 22,1% |
| Café solúvel | 6,5 | 19,7% | 7,2 | 18,1% | 8,3 | 20,4% |
| Carnes bovinas congeladas | 5,6 | 16,7% | 4,0 | 10,1% | 6,8 | 16,6% |
| Calçado com sola e parte superior de borracha ou plástico | 1,1 | 3,2% | 3,0 | 7,5% | 1,1 | 2,7% |
| Partes de veículos automóveis | 0,0 | 0,0% | 0,4 | 0,9% | 1,0 | 2,4% |
| Preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue | 0,5 | 1,5% | 0,3 | 0,8% | 0,6 | 1,5% |
| Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores | 0,0 | 0,1% | 0,4 | 0,9% | 0,5 | 1,2% |
| Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor | 0,1 | 0,4% | 0,4 | 0,9% | 0,5 | 1,2% |
| Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos | 0,0 | 0,0% | 0,0 | 0,0% | 0,5 | 1,1% |
| Subtotal | 30,1 | 90,8% | 36,9 | 92,4% | 38,7 | 94,8% |
| Outros | 3,1 | 9,2% | 3,0 | 7,6% | 2,1 | 5,2% |
| Total | 33,2 | 100,0% | 39,9 | 100,0% | 40,8 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

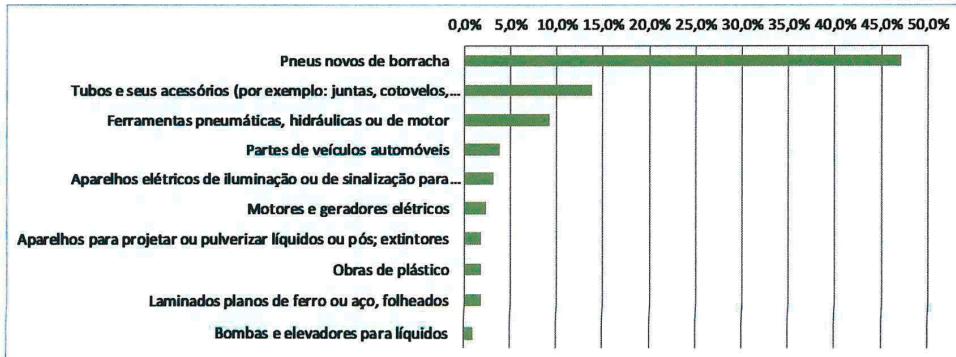


Composição das importações brasileiras originárias da Sérvia (SH4)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|--|-------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Pneus novos de borracha | 5,1 | 29,7% | 4,3 | 16,5% | 10,0 | 47,2% |
| Tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico | 3,1 | 18,1% | 2,8 | 10,7% | 2,9 | 13,7% |
| Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor | 0,9 | 5,3% | 2,2 | 8,4% | 2,0 | 9,3% |
| Partes de veículos automóveis | 0,4 | 2,2% | 0,4 | 1,4% | 0,8 | 3,8% |
| Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis | 0,0 | 0,0% | 0,7 | 2,5% | 0,7 | 3,2% |
| Motores e geradores elétricos | 0,1 | 0,3% | 8,8 | 33,5% | 0,5 | 2,3% |
| Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores | 0,1 | 0,5% | 0,3 | 1,3% | 0,4 | 1,9% |
| Obras de plástico | 0,3 | 1,6% | 0,1 | 0,4% | 0,4 | 1,8% |
| Laminados planos de ferro ou aço, folheados | 0,0 | 0,0% | 0,2 | 0,6% | 0,4 | 1,8% |
| Bombas e elevadores para líquidos | 0,1 | 0,5% | 0,1 | 0,3% | 0,2 | 1,1% |
| Subtotal | 10,1 | 58,3% | 19,8 | 75,7% | 18,3 | 86,1% |
| Outros | 7,2 | 41,7% | 6,3 | 24,3% | 3,0 | 13,9% |
| Total | 17,3 | 100,0% | 26,1 | 100,0% | 21,3 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

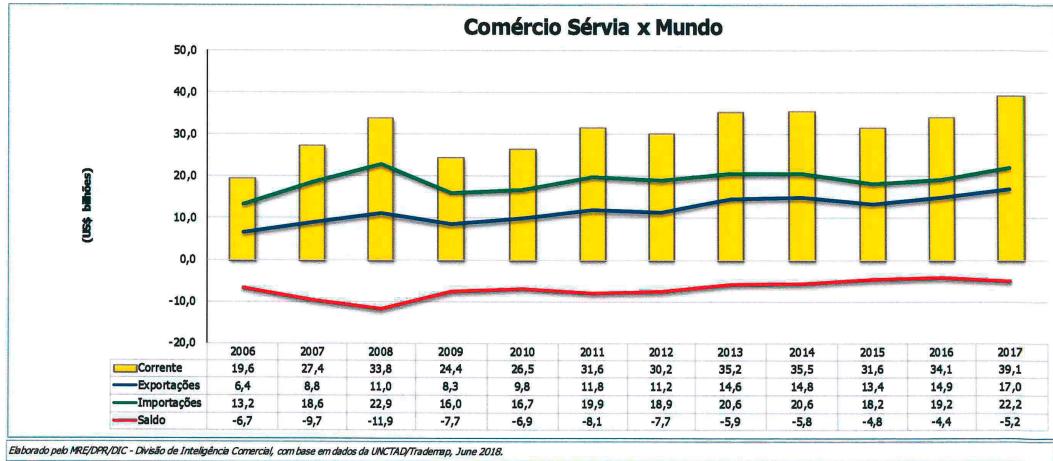


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

| Grupos de produtos (SH4) | 2017 (jan-mai) | Part. % no total | 2018 (jan-mai) | Part. % no total | Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018 |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---|
| Exportações | | | | | |
| Tabaco não manufaturado | 5,11 | 29,9% | 3,54 | 24,2% | Tabaco não manufaturado 24,2% |
| Café solúvel | 3,58 | 20,9% | 3,94 | 26,9% | Café solúvel 26,9% |
| Carnes bovinas congeladas | 2,15 | 12,5% | 2,44 | 16,7% | Carnes bovinas congeladas 16,7% |
| Calçado com sola e parte superior de borracha ou plástico | 0,36 | 2,1% | 1,93 | 13,2% | Calçado com sola e parte superior de borracha ou plástico 13,2% |
| Carnes de frango | 3,89 | 22,7% | 1,21 | 8,3% | Carnes de frango 8,3% |
| Obras de borracha vulcanizada não endurecida | 0,00 | 0,0% | 0,48 | 3,3% | Obras de borracha vulcanizada não endurecida 3,3% |
| Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor | 0,20 | 1,2% | 0,37 | 2,5% | Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor 2,5% |
| Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores | 0,32 | 1,9% | 0,34 | 2,3% | Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores 2,3% |
| Calçado com sola de borracha e parte superior de couro | 0,07 | 0,4% | 0,26 | 1,8% | Calçado com sola de borracha e parte superior de couro 1,8% |
| Conservas de carne, miudezas ou sangue | 0,14 | 0,8% | 0,16 | 1,1% | Conservas de carne, miudezas ou sangue 1,1% |
| Subtotal | 15,83 | 92,5% | 14,67 | 100,4% | |
| Outros | 1,28 | 7,5% | -0,06 | -0,4% | |
| Total | 17,11 | 100,0% | 14,61 | 100,0% | |
| Importações | | | | | |
| Grupos de produtos (SH4) | 2017 (jan-mai) | Part. % no total | 2018 (jan-mai) | Part. % no total | Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018 |
| Pneus novos de borracha | 5,68 | 55,5% | 3,99 | 40,0% | Pneus novos de borracha 40,0% |
| Tubos e seus acessórios (juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico | 1,18 | 11,5% | 2,41 | 24,2% | Tubos e seus acessórios (juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico 24,2% |
| Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor | 0,77 | 7,5% | 0,75 | 7,5% | Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor 7,5% |
| Partes de veículos automóveis | 0,21 | 2,0% | 0,45 | 4,5% | Partes de veículos automóveis 4,5% |
| Bombas de ar ou de vácuo | 0,04 | 0,3% | 0,26 | 2,6% | Bombas de ar ou de vácuo 2,6% |
| Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X | 0,12 | 1,1% | 0,21 | 2,1% | Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X 2,1% |
| Frutas, não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas | 0,09 | 0,9% | 0,18 | 1,8% | Frutas, não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas 1,8% |
| Bombas e elevadores para líquidos | 0,11 | 1,1% | 0,16 | 1,6% | Bombas e elevadores para líquidos 1,6% |
| Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis | 0,30 | 3,0% | 0,15 | 1,5% | Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis 1,5% |
| Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores | 0,15 | 1,5% | 0,12 | 1,2% | Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores 1,2% |
| Subtotal | 8,64 | 84,4% | 8,68 | 87,0% | |
| Outros produtos | 1,60 | 15,6% | 1,30 | 13,0% | |
| Total | 10,23 | 100,0% | 9,98 | 100,0% | |

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEV/Alcweb, Junho de 2018.





25
Parte integrante do Aviso da MSF nº 72 de 2018.

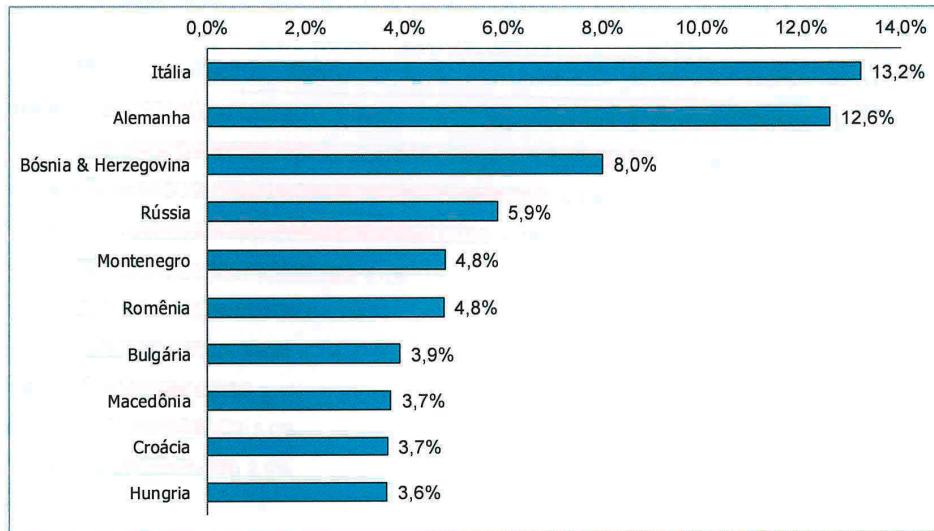
Página 30 de 59



Principais destinos das exportações da Sérvia
US\$ bilhões

| Países | 2017 | Part.% no total |
|---------------------------|--------------|--------------------|
| Itália | 2,24 | 13,2% |
| Alemanha | 2,13 | 12,6% |
| Bósnia & Herzegovina | 1,36 | 8,0% |
| Rússia | 1,00 | 5,9% |
| Montenegro | 0,82 | 4,8% |
| Romênia | 0,81 | 4,8% |
| Bulgária | 0,66 | 3,9% |
| Macedônia | 0,63 | 3,7% |
| Croácia | 0,62 | 3,7% |
| Hungria | 0,62 | 3,6% |
| ... | | |
| Brasil (50º lugar) | 0,01 | 0,1% |
| Subtotal | 10,90 | 64,3% |
| Outros países | 6,06 | 35,7% |
| Total | 16,97 | 100,0% |

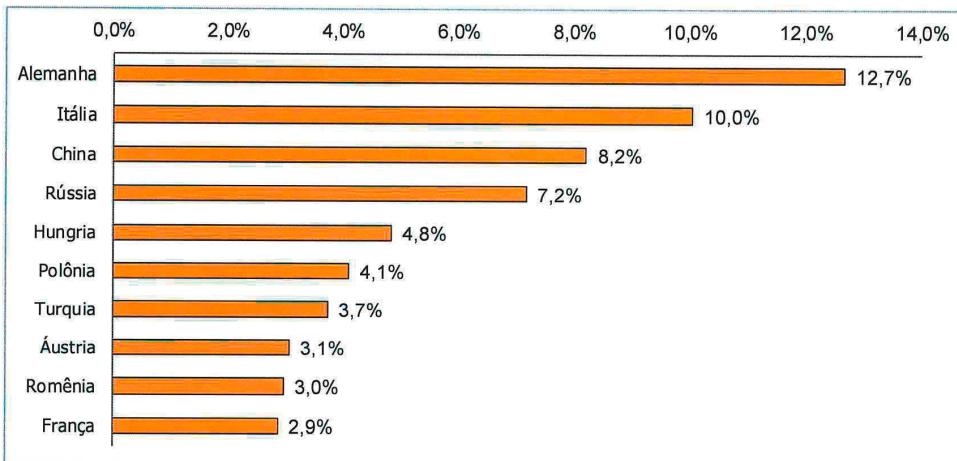
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeRep, June 2018.



Principais origens das importações da Sérvia
US\$ bilhões

| Países | 2017 | Part.% no total |
|---------------------------|--------------|--------------------|
| Alemanha | 2,81 | 12,7% |
| Itália | 2,23 | 10,0% |
| China | 1,82 | 8,2% |
| Rússia | 1,59 | 7,2% |
| Hungria | 1,07 | 4,8% |
| Polônia | 0,91 | 4,1% |
| Turquia | 0,83 | 3,7% |
| Áustria | 0,68 | 3,1% |
| Romênia | 0,66 | 3,0% |
| França | 0,64 | 2,9% |
| ... | | |
| Brasil (35º lugar) | 0,11 | 0,5% |
| Subtotal | 13,34 | 60,2% |
| Outros países | 8,82 | 39,8% |
| Total | 22,16 | 100,0% |

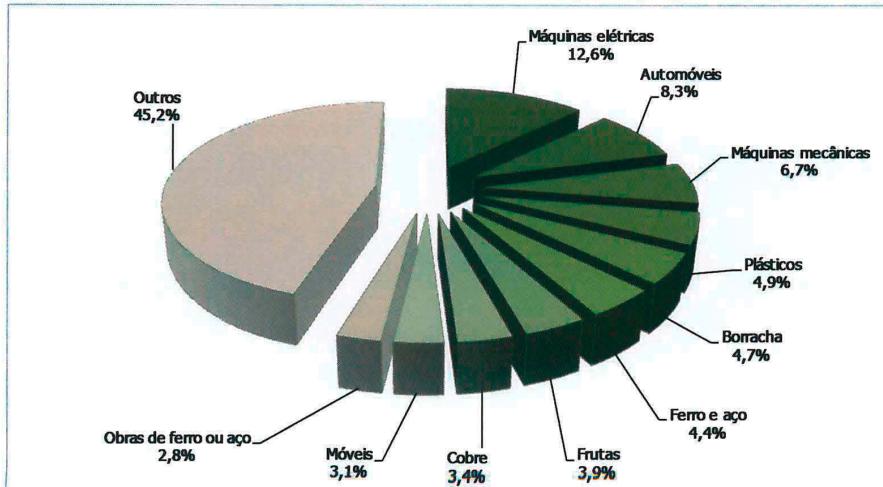
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



Composição das exportações da Sérvia (SH2)
US\$ bilhões

| Grupos de Produtos | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|-----------------------|--------------|-----------------|
| Máquinas elétricas | 2,13 | 12,6% |
| Automóveis | 1,41 | 8,3% |
| Máquinas mecânicas | 1,14 | 6,7% |
| Plásticos | 0,84 | 4,9% |
| Borracha | 0,80 | 4,7% |
| Ferro e aço | 0,75 | 4,4% |
| Frutas | 0,66 | 3,9% |
| Cobre | 0,58 | 3,4% |
| Móveis | 0,53 | 3,1% |
| Obras de ferro ou aço | 0,47 | 2,8% |
| Subtotal | 9,30 | 54,8% |
| Outros | 7,67 | 45,2% |
| Total | 16,97 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

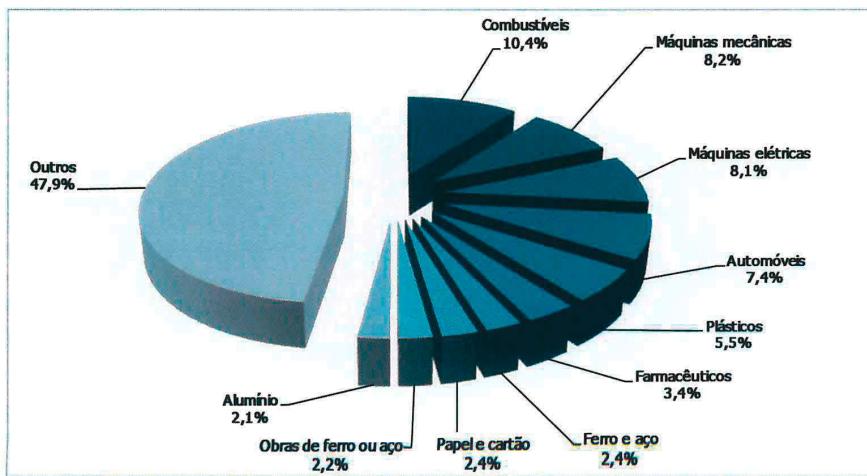


Composição das importações da Sérvia (SH4)
US\$ bilhões

| Grupos de produtos | 2017 | Part.% no total |
|-----------------------|--------------|-----------------|
| Combustíveis | 2,30 | 10,4% |
| Máquinas mecânicas | 1,82 | 8,2% |
| Máquinas elétricas | 1,81 | 8,1% |
| Automóveis | 1,64 | 7,4% |
| Plásticos | 1,21 | 5,5% |
| Farmacêuticos | 0,74 | 3,4% |
| Ferro e aço | 0,54 | 2,4% |
| Papel e cartão | 0,53 | 2,4% |
| Obras de ferro ou aço | 0,49 | 2,2% |
| Alumínio | 0,46 | 2,1% |
| Subtotal | 11,54 | 52,1% |
| Outros | 10,62 | 47,9% |
| Total | 22,16 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos importados



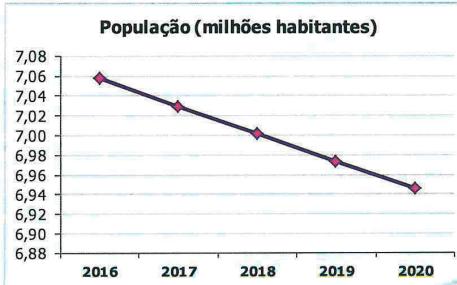
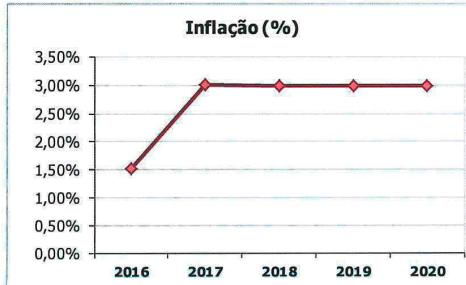
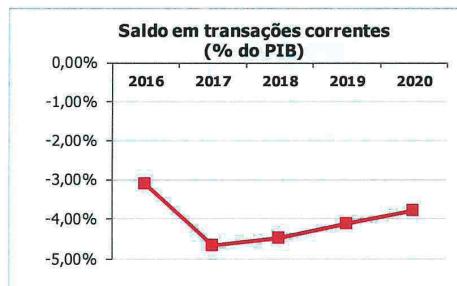
Principais indicadores socioeconômicos da Sérvia

| Indicador | 2016 | 2017 | 2018 ⁽¹⁾ | 2019 ⁽¹⁾ | 2020 ⁽¹⁾ |
|--|--------|--------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Crescimento real do PIB (%) | 2,80% | 1,81% | 3,50% | 3,50% | 4,00% |
| PIB nominal (US\$ bilhões) | 38,30 | 41,47 | 48,28 | 51,30 | 55,11 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 5.426 | 5.899 | 6.895 | 7.356 | 7.934 |
| PIB PPP (US\$ bilhões) | 101,74 | 105,45 | 111,62 | 118,03 | 125,17 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 14.415 | 14.999 | 15.942 | 16.925 | 18.020 |
| População (milhões habitantes) | 7,06 | 7,03 | 7,00 | 6,97 | 6,95 |
| Desemprego (%) | 15,92% | 14,61% | 14,32% | 14,04% | 13,74% |
| Inflação (%) ⁽²⁾ | 1,53% | 3,02% | 3,00% | 3,00% | 3,00% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -3,11% | -4,65% | -4,45% | -4,10% | -3,79% |
| Dívida externa (US\$ bilhões) | 29,60 | 29,50 | 29,13 | 29,96 | 29,00 |
| Câmbio (RSD / US\$) ⁽²⁾ | 117,14 | 99,12 | 101,98 | 98,90 | 100,47 |
| Origem do PIB (2017 Estimativa) | | | | | |
| Agricultura | | | 9,8% | | |
| Indústria | | | 41,1% | | |
| Serviços | | | 49,1% | | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report June 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MONTE NEGRO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2018



| DADOS BÁSICOS | |
|---|--|
| NOME OFICIAL | Montenegro |
| GENTÍLICO | montenegrino |
| CAPITAL | Podgorica |
| ÁREA | 13.810 km ² |
| POPULAÇÃO | 623 mil habitantes |
| LÍNGUA OFICIAL | Montenegrino |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES | Ortodoxismo (72.1%), islamismo (19.1%), catolicismo (3.4%) |
| SISTEMA DE GOVERNO | Parlamentarismo |
| PODER LEGISLATIVO | Unicameral. Parlamento de Montenegro. |
| CHEFE DE ESTADO | Presidente Milo Đukanović |
| CHEFE DE GOVERNO | Primeiro-ministro Duško Marković |
| MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | Srđan Darmanović |
| PIB NOMINAL | US\$ 4.76 bilhões (2017) |
| PIB PPP | US\$ 11,05 bilhões (2017) |
| PIB NOMINAL <i>per capita</i> | US\$ 7.647 (2017) |
| PIB PPP <i>per capita</i> | US\$ 17.736 (2017) |
| VARIAÇÃO DO PIB | 4,20% (2017); 2,95 % (2016); 3,4% (2015) |
| UNIDADE MONETÁRIA | euro |
| IDH | 0,807 (48º lugar) (PNUD) |
| ALFABETIZAÇÃO | 98,7% |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO | 16% |
| EMBAIXADOR NO BRASIL | Não há representação diplomática de Montenegro residente no Brasil. Gordan Stojović (residente em Buenos Aires) |
| COMUNIDADE BRASILEIRA | Tamanho pouco expressivo |

| BRASIL → MONTENEGRO | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 (jan.- mai.) |
|------------------------|------|-------|------|------|------|------|------|-------------------------|
| Intercâmbio | 40,6 | 25,3 | 27,1 | 26,0 | 21,6 | 25,8 | 17,7 | 2,5 |
| Exportações | 40,6 | 25,3 | 26,7 | 25,7 | 21,4 | 25,6 | 17,5 | 2,5 |
| Importações | 0,95 | 0,013 | 0,44 | 0,33 | 0,18 | 0,14 | 0,20 | 0,69 |
| Saldo | 40,6 | 25,3 | 26,2 | 25,3 | 21,2 | 25,5 | 17,3 | 2,4 |



APRESENTAÇÃO

A União Estatal da Sérvia e de Montenegro foi criada em 2003, por meio de acordo bilateral com duração prevista de três anos. Em 2006, Montenegro exerceu o seu direito à independência, proclamando-a formalmente em 3 de junho. O Brasil reconheceu o país em 14 de junho, estabelecendo relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro desse mesmo ano. A Embaixada do Brasil em Belgrado (Sérvia) é responsável por representar, cumulativamente, o governo brasileiro junto a Montenegro.

Podgorica, com população de 156.169 habitantes, ocupa 10,4% do território de Montenegro, abriga 29,9% de sua população e é o centro administrativo, econômico, cultural e educacional do país. Além de Cetinje outras cidades importantes são Niksic, Pljevlja e Bijelo Polje, no interior, e, na costa, o porto de Bar e as cidades histórica/turísticas de Budva, Tivat, Kotor e Herceg Novi.

PERFIS BIOGRÁFICOS

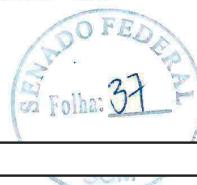
Milo Đukanović

Presidente da República



Milo Đukanović nasceu em 15 de fevereiro de 1962, na cidade de Nikšić. Graduou-se, em 1986, em Economia e Turismo pela Universidade de Podgorica. Casado, tem um filho. Em sua juventude, tornou-se membro da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, agremiação antecessora ao Partido Democrático Socialista (DPS), do qual faz parte até a atualidade.

Em 1991, aos 29 anos, foi eleito primeiro-ministro da República de Montenegro, à época parte integrante da **República Socialista Federativa da**



Iugoslávia. Manteve-se no cargo, por três mandatos, até 1998, quando foi eleito presidente da República, cargo que ocupou até 2002.

Foi importante aliado de Slobodan Milošević entre 1989 (quando se tornou figura central na política montenegrina) e 1997 – momento no qual passou a defender a independência de Montenegro.

Entre 2003 e 2006, atuou novamente como primeiro-ministro de Montenegro. Durante seu mandato, conduziu negociações com a Sérvia para a conversão, em 2003, da República Federal da Iugoslávia em União dos Estados da Sérvia e Montenegro. Liderou também o referendo realizado a 21 de maio de 2006, ocasião na qual os montenegrinos votaram pela independência do país.

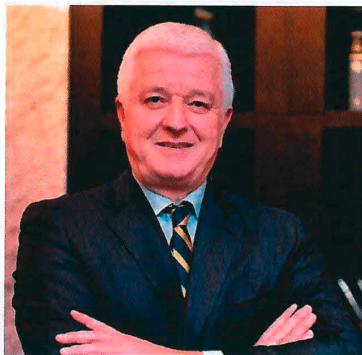
Após renunciar à chefia de governo em 2006, decidiu abandonar a política para dedicar-se a seus negócios pessoais. Em 2008, no entanto, foi eleito novamente primeiro-ministro, cargo que ocupou até 2010.

Em 4 de dezembro de 2012, foi escolhido pela sexta vez primeiro-ministro de Montenegro.

Como candidato do partido governista DPS, venceu as eleições presenciais de 15 de abril de 2018, no primeiro turno, com 53,9% dos votos.

Duško Marković

Primeiro-ministro



Duško Marković, nasceu em Mojkovac, a 6 de julho de 1958. Terminou o ensino fundamental e médio em Mojkovac e se formou em Direito na Universidade de Kragujevac, Sérvia. Assumiu o cargo de primeiro-ministro no ano de 2016 pelo Partido Democrático dos Socialistas.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro do mesmo ano. A embaixada do Brasil, cumulativa com a embaixada em Belgrado, foi criada por decreto do presidente da República em 10 de julho de 2007.

Em razão da recente independência de Montenegro, as relações bilaterais são ainda incipientes. O arcabouço de diplomas legais entre os dois países ainda está por ser negociado.

Em junho de 2014, o primeiro embaixador de Montenegro no Brasil, residente em Buenos Aires, apresentou suas credenciais.

Assuntos consulares

Tendo em vista que a população brasileira em Montenegro é muito pequena – sendo estimada em menos de dez indivíduos –, não há consulados ou consulados honorários brasileiros no território montenegrino.

Montenegro adota, desde 2009, dispensa de vistos para cidadãos brasileiros. Desde julho de 2016, o Brasil também dispensa a exigência de vistos de curta duração para cidadãos montenegrinos, com base no Entendimento Recíproco, por troca de Notas, sobre isenção de vistos de curta duração para nacionais da República Federativa do Brasil e de Montenegro (2016).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos ao governo montenegrino.

POLÍTICA INTERNA

Nas terceiras eleições parlamentares desde a independência, realizadas em 14 de outubro de 2012, a coalizão “Montenegro Europeu”, liderada pelo Partido Democrático Socialista (DPS), cujo líder é o atual presidente Milo Đukanović, obteve 39 deputados dos 81 que compõem o Parlamento. Ranko Krivokapić (do Partido Social-Democrata, sócio minoritário da coalizão vencedora do pleito) foi eleito pela quarta vez presidente do Parlamento, e Đukanović fora encarregado, pela sexta vez, de formar o novo governo como primeiro-ministro. O Parlamento, unicameral, é integrado por oitenta e um deputados eleitos a cada quatro anos.



Milo Đjukanović, líder do maior partido político do país, o Partido Democrático Socialista (DPS), é o político mais influente de Montenegro e, em 2003, conduziu as negociações com a Sérvia para a conversão da República Federal da Iugoslávia em União Estatal da Sérvia e de Montenegro. Đjukanović ocupou, por seis vezes, o cargo de primeiro-ministro e é o atual presidente, mantendo forte influência sobre a vida política montenegrina.

Eleições de 2018

A Comissão Eleitoral de Montenegro anunciou, no dia seguinte às eleições presidenciais diretas, ocorridas em 15/04, o resultado da apuração dos votos da terceira eleição presidencial realizada no país desde sua independência, em 2006.

De acordo com a Comissão, compareceram às urnas 340.462 cidadãos, ou seja, cerca de 63,92% do total de eleitores inscritos, que sagraram, já no primeiro turno, com 53,9% dos votos, o nome de Milo Đjukanović, para o cargo de presidente de Montenegro. O resultado não representou, exatamente, uma surpresa, visto que seu favoritismo se apoiava na sua liderança, há mais de trinta anos, do Partido Democrático dos Socialistas de Montenegro (DPS), a principal e mais forte agremiação política do país. O resultado também deixou clara a fragilidade da oposição no país, extremamente fragmentada, e, portanto, incapaz de fazer frente ao domínio histórico do DPS.

Recorde-se que o DPS foi fundado, em 1991, como sucessor da Liga dos Comunistas de Montenegro (até então o braço local do ex-Partido Comunista Iugoslavo), e, desde então, vem ocupando os principais cargos do governo montenegrino. Atualmente, além da Presidência, o partido mantém o cargo de primeiro-ministro e possui maioria parlamentar na Assembleia Nacional.

O segundo nome mais votado foi o de Mladen Bojanic, candidato independente. Principal figura de oposição, Bojanic não ultrapassou o teto de 33,4%, apesar de ter recebido o apoio do Frente Democrático e do Partido Popular Socialista, entre os principais partidos da oposição; por último, com 8,25% dos votos, classificou-se Draginja Vuksanovic, do Partido Social Democrático.

Quanto à Milo Đjukanović, trata-se de personagem ativo na política montenegrina desde os anos 80, quando ainda ocupava os quadros da juventude comunista. Após a introdução do sistema multipartidário, em 1990, na então Iugoslávia, Đjukanović ocupou, pelo DPS, a Presidência de Montenegro (1998-2002), assim como exerceu o cargo de primeiro-ministro seis vezes (2012-2016;



2008-2010; 2003-2006; 1991-1998). Nos anos pós-independência, tornou-se um dos principais promotores da aproximação, em curso, com a União Europeia, e com a OTAN, ocorrida em 2017.

POLÍTICA EXTERNA

Montenegro é o 192º Estado membro das Nações Unidas. Foi admitido em 28 de julho de 2006, 25 dias após a declaração de independência (apenas o Sudão do Sul foi admitido depois). Sua política externa caracteriza-se pela "afirmação pela integração", princípio consagrado na Constituição: "dedicação à cooperação em pé de igualdade com outras nações e estados e à integração europeia e euro-atlântica".

Integração à OTAN

Montenegro aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2017. Para o país, integrar a organização é, no longo prazo, garantia de estabilidade e segurança nos Balcãs e, portanto, prioridade nacional.

Adesão à União Europeia

Em 16 de junho de 2005, o Parlamento montenegrino adotou declaração em prol da adesão à União Europeia (UE). Em 15 de outubro de 2007, Montenegro assinou Acordo de Estabilização e Associação com o bloco e, em 17 de dezembro de 2010, com base em parecer favorável do Conselho Europeu, foi-lhe concedido estatuto de candidato oficial à UE. As negociações de adesão iniciaram-se em junho de 2012.

Segundo pesquisa do escritório local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em cooperação com o Ministério de Assuntos Estrangeiros e Integração Europeia, 57 % dos 1.000 entrevistados apoiam o acesso à União (na Sérvia, esse índice é de aproximadamente 50%). A pesquisa também apontou que 74,8% dos votantes em eventual referendo sobre o ingresso votariam positivamente. A vereda europeia é tida como certa por grande parte da população: 59,3% dos entrevistados acreditam que Montenegro fará parte da União, independentemente de sua opinião.

Foi bem recebida, em Belgrado e em Podgorica, a adoção, em 6 de fevereiro de 2018, pela Comissão Europeia, de "nova estratégia para os Balcãs Ocidentais". Intitulada "A credible enlargement perspective for and enhanced EU engagement with the Western Balkans", a iniciativa sublinha, entre outros tópicos, as etapas a serem



cumpridas pela Sérvia e por Montenegro, para completar seus respectivos processos de acesso, estabelecendo o ano de 2025 como horizonte provável para o ingresso efetivo de ambos os países ao Bloco europeu.

De maneira geral, a estratégia sinaliza que os países da região dos Balcãs ocidentais devem reforçar o estado de direito e a preservação de direitos fundamentais, bem como ampliar o funcionamento de instituições democráticas. Além disso, devem entregar resultados reais quanto a reformas empreendidas nas áreas da justiça, da administração pública e de combate à corrupção e ao crime organizado.

Organização Mundial do Comércio – OMC

Em 29 de abril de 2012, Montenegro tornou-se membro pleno da Organização Mundial do Comércio.

Relações regionais

Para Montenegro, a cooperação regional e as boas relações com os vizinhos constituem parte essencial da estratégia de aproximação com a União Europeia. O país participa ativamente dos processos políticos coletivos do Sudeste da Europa e busca aprofundar a cooperação regional, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia e na busca de solução para os litígios de fronteira ainda existentes.

Em 18 de janeiro de 2013, o então presidente da Sérvia, Tomislav Nikolić, realizou sua primeira visita oficial a Montenegro, a convite do então presidente Vujanović. Durante a estada em Podgorica, Nikolić encontrou-se também com o então presidente do Parlamento, Ranko Krivokapic, e com o atual presidente Milo Đukanović, à época primeiro-ministro.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Montenegro, em termos gerais, pode ser classificado como um país de economia de pequena escala, baseada no livre comércio, altamente dependente do financiamento externo. Sua atividade econômica concentra-se nos setores de turismo, energia, construção civil ("resorts" turísticos de luxo), serviços e agricultura.

Desde sua independência, em 2006, o país empreendeu importantes reformas na área comercial, adotando política de aproximação aos padrões e princípios vigentes na OMC, bem como na União Europeia, principal referência normativa para



Montenegro. Recorde-se, com respeito àquela última, que o país iniciou, desde 2012, o processo de ingresso à UE.

Com relação ao comércio exterior, 89,2% do total das exportações montenegrinas destinam-se a países europeus (UE e entorno regional dos países agrupados no CEFTA - "Central European Free Trade Agreement"). Montenegro, por sua vez, deles importa 83,6% de produtos. Do total de importações montenegrinas, o continente asiático contribui com 14,2%, dos quais, 9,6% provém da China. O continente americano representa 1,9% do total das importações, dos quais 0,8% provém dos EUA e 0,4%, do Brasil.

De acordo com dados do Instituto de Estatísticas de Montenegro - "MONSTAT" (na sigla, em inglês), o total do comércio exterior de Montenegro foi de EUR 2,674 bilhões, em 2017, registrando aumento de 12%, em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações alcançaram EUR 371,1 milhões, enquanto que as importações foram de EUR 2,303 bilhões. A balança comercial registrou, assim, significativo saldo negativo para o país, de EUR 1,932 bilhão, em 2017.

Em comparação com 2016, as exportações registraram crescimento de 13,9% e as importações de 11,7%. Embora registre-se forte e crônica dependência do país de importações, a cobertura das mesmas, pelas exportações, é de apenas 16,1%. Segundo Relatório do FMI (set/2017), a tendência é de aumento do déficit comercial, em 2018, em razão da expectativa de incremento do preço das "commodities" e do nível das importações de bens atrelados às obras de construção civil.

Cabe notar, também, que, a partir de 2006, Montenegro empreendeu notáveis reformas na área comercial, que o tornaram um país de baixa aplicação de direitos aduaneiros e de Barreiras Não Tarifárias (BNTs). No processo das referidas reformas, aprovou-se, ainda, o seguinte: i) a eliminação de quotas de importação (salvo em áreas específicas); ii) a redução de requisitos e restrições para o licenciamento de importações; iii) a uniformização de práticas aduaneiras; e iv) a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias. Em termos tarifários, por exemplo, as taxas aplicadas variam de zero a 30%, observando, contudo, uma média de 5,88%. Assinala-se que o texto da Lei de Impostos Alfandegários, em vigor desde 2006, já segue as diretrizes e termos da legislação da UE.

Da perspectiva fiscal, deve-se assinalar o elevado nível dos gastos públicos, relacionado, em grande parte, com as estratégicas obras de infraestrutura, em especial, a autoestrada Bar-Boljare. Tal variável, junto com o elemento demográfico, tem contribuído para o acelerado incremento da dívida pública montenegrina nos últimos anos. De acordo com as projeções do Programa de Reformas Econômicas



2018-2020, elaborado pelo Ministério das Finanças de Montenegro, aquela deverá crescer, ainda este ano, em EUR 300 milhões, por meio de empréstimos a bancos estrangeiros, perfazendo, assim, EUR 2,96 bilhões, ou seja, 67,4% do PIB montenegrino.

Os novos créditos deverão servir para o financiamento de obras públicas e a construção de rodovias, incluindo a da citada autoestrada, construída por empresas chinesas, financiadas em 85% pelo Exim Bank e, o restante, pelo governo de Montenegro.

Os Investimentos Diretos Estrangeiros concentram-se no Setor Turístico e Energético (construção de pequenas hidrelétricas e instalação de usinas eólicas), estimulados pelas oportunidades oferecidas pelo governo montenegrino. Em 2017, chegaram a EUR 649,2 milhões, sendo que a maior parte foi absorvida por bancos e empresas estatais. Em 2017, os maiores investidores foram os Emirados Árabes Unidos: EUR 112,6 milhões (setor financeiro e de turismo, principalmente); a Itália: EUR 78,5 milhões (setor de energia elétrica); o Azerbaijão: EUR 66 milhões (setor de turismo); e a Rússia: EUR 41,8 milhões (setor imobiliário, principalmente). O porto de Bar está sendo, igualmente, oferecido para venda a investidores estrangeiros.

O turismo é o principal setor econômico do país, representando cerca de 21% do PIB montenegrino. A soma da contribuição do primeiro ao setor de serviços e ao PIB montenegrino atingiu, ao final de 2017, o patamar de 70,5%, enquanto a Agricultura, 8,3%, e a Indústria, 21,2%. Apesar de sua importância, a renda turística, de mais de EUR 900 milhões em 2017, também não é suficiente para cobrir o déficit comercial montenegrino. Via de regra, o maior número de turistas estrangeiros provêm da Sérvia (373 mil; em 2017), da Rússia (316 mil/2017), da Bósnia e Herzegovina (178 mil/2017), da Alemanha (50 mil/2017) e da França (49 mil/2017).

Os principais itens exportados por Montenegro são matérias primas, em especial o alumínio (EUR 71 milhões, em 2017). Em menor escala, destacam-se as exportações de ferro e aço; outros produtos siderúrgicos; eletricidade; madeira bruta; cortiça; e bebidas. Do lado das importações, há relativa dispersão de peso dos produtos que ingressam no país, com destaque para maquinários e equipamentos (relacionados às obras de infraestrutura em curso); produtos cosméticos; de higiene pessoal; alimentos; e vestimentas.

Segundo o "MONSTAT", os principais destinos das exportações de Montenegro em 2017 foram: Sérvia (EUR 65,9 milhões); Bósnia e Herzegovina (EUR 47,2 milhões); Hungria (EUR 31,6 milhões); Kosovo (EUR 22,6 milhões); Turquia (EUR 22,2 milhões); e Eslovênia (EUR 19,9 milhões).



Do lado das importações, os maiores parceiros comerciais de Montenegro em 2017 foram: Sérvia (EUR 495,4 milhões); China (EUR 221,4 milhões); Alemanha (EUR 196 milhões); Itália (EUR 168,5 milhões); Bósnia e Herzegovina (EUR 152,6 milhões); Grécia (EUR 135,1 milhões); e Croácia (EUR 131,1 milhões).

Quanto ao comércio bilateral Brasil-Montenegro, dados também fornecidos pelo "MONSTAT" indicam que, em 2017, Montenegro importou produtos do Brasil no valor de EUR 9,46 milhões – centrado em carnes e derivados, café cru e outros produtos primários. Montenegro, por sua vez, exportou produtos no valor de apenas EUR 961,00.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|-------------|---|
| 1878 | Independência montenegrina reconhecida em tratados internacionais. |
| 1918 | Depois da Primeira Guerra Mundial, Montenegro torna-se parte do "Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos". |
| 1945 | Sob o comando de Josip Broz Tito, Montenegro torna-se uma das repúblicas da República Federal Socialista da Iugoslávia – juntamente com Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia-Herzegovina. |
| 2006 | No dia 3 de Junho de 2006, Montenegro declarou sua independência à Sérvia, e no dia 5 de Junho, a Sérvia declarou independência, pondo fim ao ex-estado europeu da Sérvia e Montenegro. |
| 2006 | Montenegro torna-se o 192º país-membro da Organização das Nações Unidas. |
| 2016 | Dusho Markovic, do Partido Democrático dos Socialistas, assume o cargo de primeiro-ministro. |
| 2017 | Montenegro torna-se oficialmente o 29º estado membro da OTAN. |
| 2018 | Milo Đukanović é eleito presidente da República. |



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

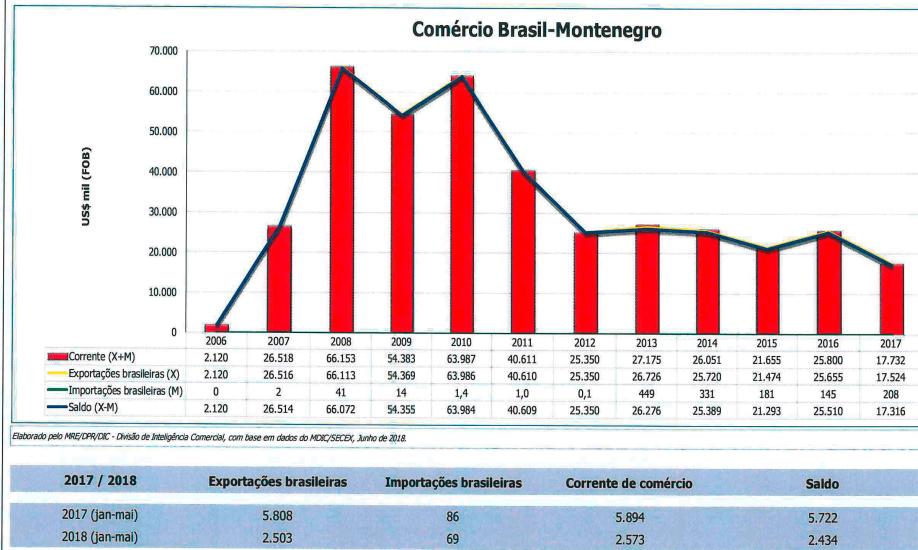
| | |
|------------------------------|--|
| 2003 | Visita ao Brasil do chanceler da então Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, acompanhado de missão empresarial |
| 2003 | Os primeiros-ministros da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Đukanović, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista, onde se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva |
| 14 de junho de 2006 | O Brasil reconhece a independência de Montenegro. |
| 20 de outubro de 2006 | Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Montenegro estabelecem relações diplomáticas plenas |
| Julho/2007 | É criada a Embaixada do Brasil junto ao Governo montenegrino, cumulativa com a Embaixada em Belgrado. |
| Junho/2014 | Abertura da Embaixada de Montenegro em Buenos Aires, cumulativamente responsável pelo Brasil. Apresentação de Credenciais do primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil |

ACORDOS BILATERAIS

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Montenegro sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais (2016), em vigor.



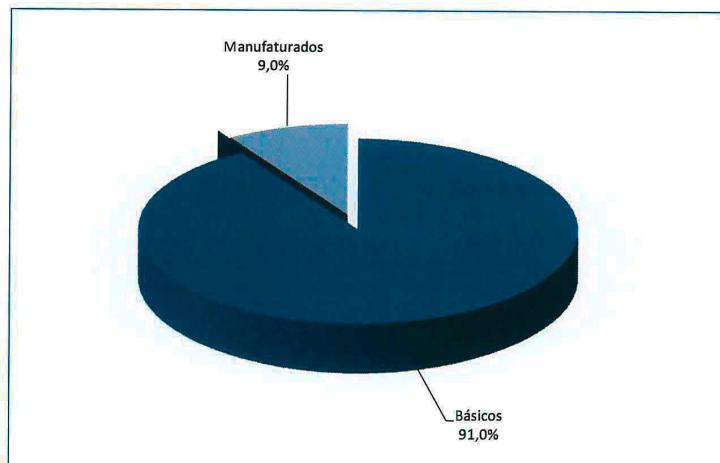
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



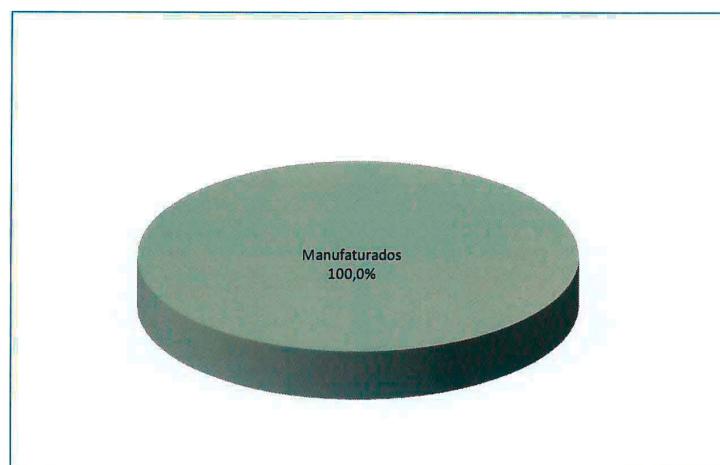
| 2017 / 2018 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|-------|
| 2017 (jan-mai) | 5.808 | 86 | 5.894 | 5.722 |
| 2018 (jan-mai) | 2.503 | 69 | 2.573 | 2.434 |

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, junho de 2018.

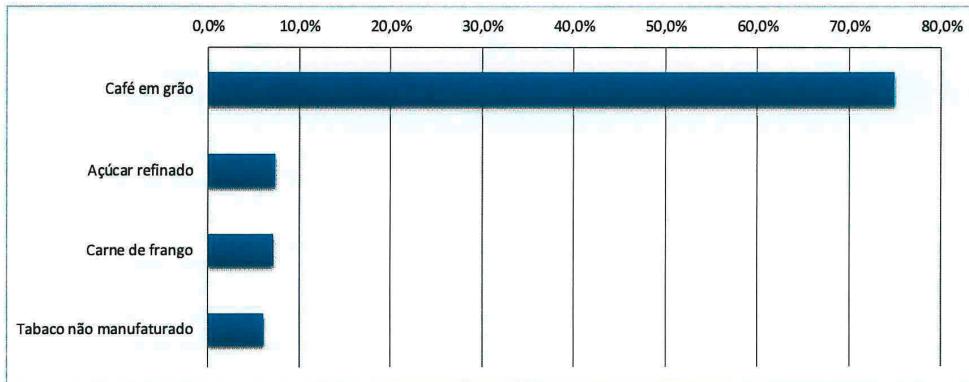


Composição das exportações brasileiras para Montenegro (SH4)
US\$ mil

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|---------------------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Café em grão | 14.679 | 68,4% | 13.272 | 51,7% | 13.129 | 74,9% |
| Açúcar refinado | 4.064 | 18,9% | 1.252 | 4,9% | 1.290 | 7,4% |
| Carne de frango | 2.137 | 10,0% | 1.687 | 6,6% | 1.260 | 7,2% |
| Tabaco não manufaturado | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 1.079 | 6,2% |
| Alumínio em formas brutas | 0 | 0,0% | 8.633 | 33,6% | 0 | 0,0% |
| Subtotal | 20.880 | 97,2% | 24.844 | 96,8% | 16.759 | 95,6% |
| Outros | 594 | 2,8% | 811 | 3,2% | 765 | 4,4% |
| Total | 21.474 | 100,0% | 25.655 | 100,0% | 17.524 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

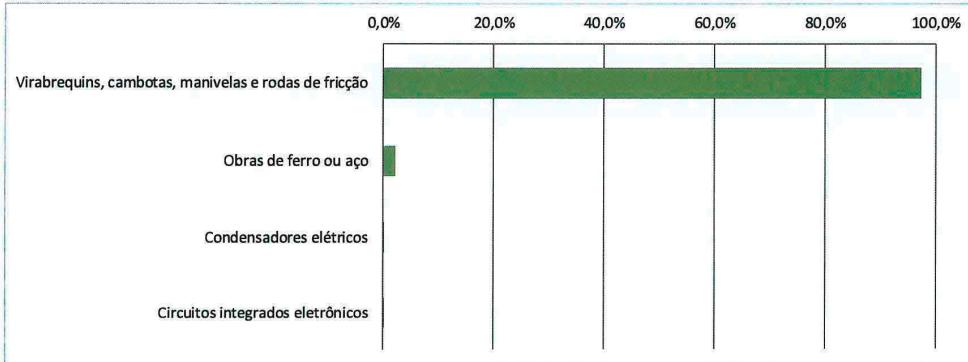


Composição das importações brasileiras originárias de Montenegro (SH4)
US\$ mil

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|--|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção | 181 | 100,0% | 108 | 74,1% | 203 | 97,5% |
| Obras de ferro ou aço | 0 | 0,0% | 29 | 20,2% | 5 | 2,3% |
| Condensadores elétricos | 0 | 0,0% | 0,15 | 0,1% | 0,35 | 0,2% |
| Circuitos integrados eletrônicos | 0 | 0,0% | 0,02 | 0,0% | 0,06 | 0,0% |
| Subtotal | 181 | 100,0% | 137 | 94,4% | 208 | 100,0% |
| Outros | 0 | 0,0% | 8 | 5,6% | 0 | 0,0% |
| Total | 181 | 100,0% | 145 | 100,0% | 208 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

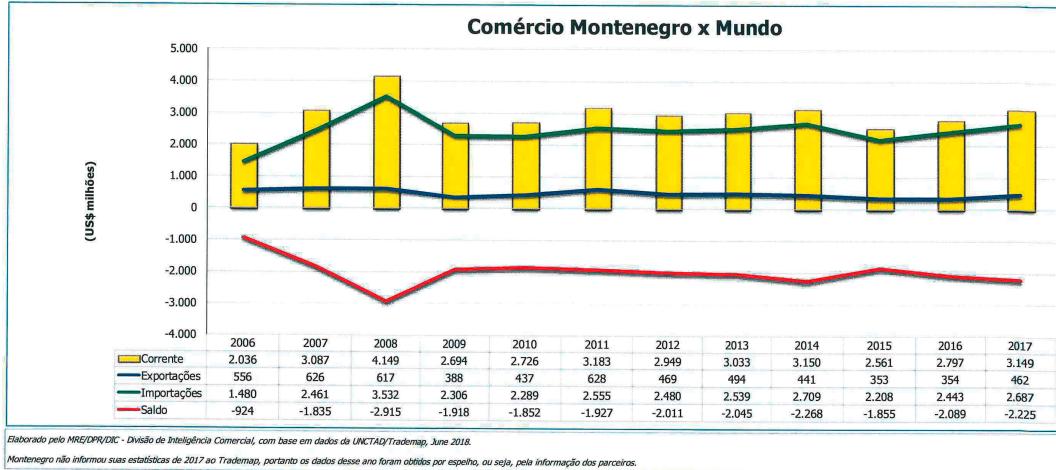


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

| Grupos de produtos | 2017 (jan-mai) | Part. % no total | 2018 (jan-mai) | Part. % no total | Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018 |
|--|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|--|
| Exportações | | | | | |
| Café em grão | 4.589 | 79,0% | 2.037 | 81,4% | Café em grão 81,4% |
| Compostos derivados de amoníacos | 0 | 0,0% | 224 | 8,9% | Compostos derivados de amoníacos 8,9% |
| Calçados de borracha/plástico | 107 | 1,8% | 116 | 4,6% | Calçados de borracha/plástico 4,6% |
| Granito e pedras de construção | 0 | 0,0% | 87 | 3,5% | Granito e pedras de construção 3,5% |
| Carne de frango | 799 | 13,8% | 0 | 0,0% | Carne de frango 0,0% |
| Subtotal | 5.495 | 94,6% | 2.464 | 98,4% | |
| Outros | 313 | 5,4% | 39 | 1,6% | |
| Total | 5.808 | 100,0% | 2.503 | 100,0% | |
| Grupos de produtos | 2017 (jan-mai) | Part. % no total | 2018 (jan-mai) | Part. % no total | Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018 |
| Importações | | | | | |
| Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção | 86 | 99,9% | 68 | 98,4% | Virabrequina, cambotas, manivelas e rodas de fricção 98,4% |
| Subtotal | 86 | 99,9% | 68 | 98,4% | |
| Outros produtos | 0 | 0,1% | 1 | 1,6% | |
| Total | 86 | 100,0% | 69 | 100,0% | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2018.





18

Parte integrante do Aviso da MSF nº 72 de 2018.

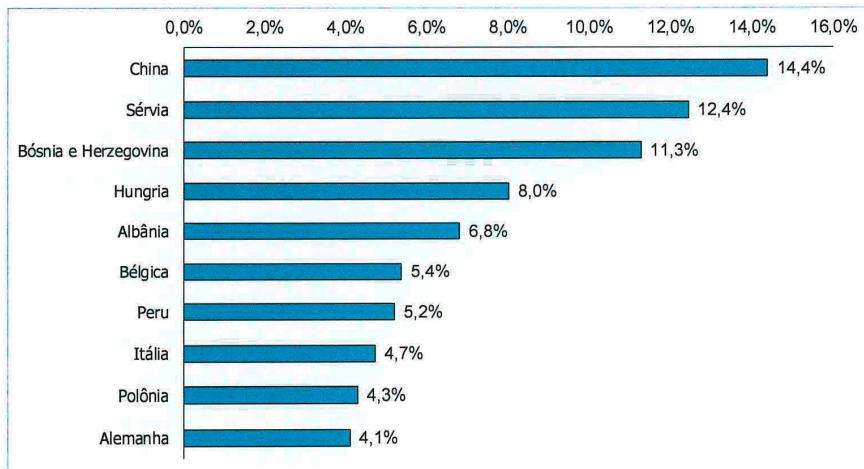
Página 53 de 59



Principais destinos das exportações de Montenegro
US\$ milhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|------------|--------------------|
| China | 67 | 14,4% |
| Sérvia | 58 | 12,4% |
| Bósnia e Herzegovina | 52 | 11,3% |
| Hungria | 37 | 8,0% |
| Albânia | 32 | 6,8% |
| Bélgica | 25 | 5,4% |
| Peru | 24 | 5,2% |
| Itália | 22 | 4,7% |
| Polônia | 20 | 4,3% |
| Alemanha | 19 | 4,1% |
| ... | | |
| Brasil (41º lugar) | 0,2 | 0,05% |
| Subtotal | 355 | 76,8% |
| Outros países | 107 | 23,2% |
| Total | 462 | 100,0% |

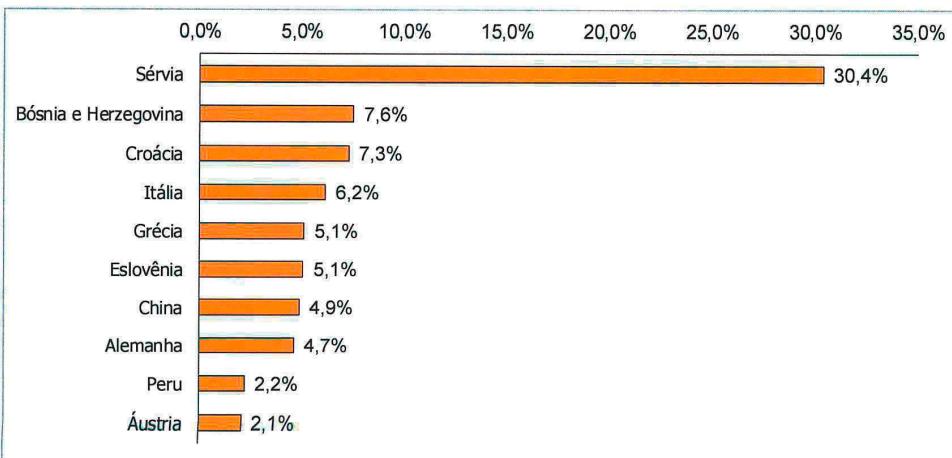
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
Montenegro não informou suas estatísticas de 2017 ao Trademap, portanto os dados desse ano foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



Principais origens das importações de Montenegro
US\$ milhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|--------------|--------------------|
| Sérvia | 817 | 30,4% |
| Bósnia e Herzegovina | 203 | 7,6% |
| Croácia | 196 | 7,3% |
| Itália | 166 | 6,2% |
| Grécia | 138 | 5,1% |
| Eslovênia | 137 | 5,1% |
| China | 132 | 4,9% |
| Alemanha | 125 | 4,7% |
| Peru | 60 | 2,2% |
| Áustria | 56 | 2,1% |
| ... | | |
| Brasil (25º lugar) | 18 | 0,7% |
| Subtotal | 2.047 | 76,2% |
| Outros países | 640 | 23,8% |
| Total | 2.687 | 100,0% |

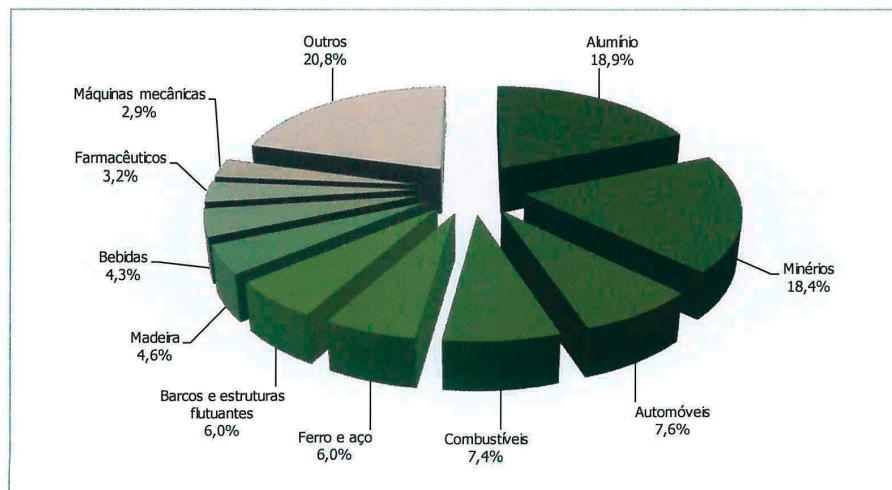
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
 Montenegro não informou suas estatísticas de 2017 ao Trademap, portanto os dados desse ano foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



Composição das exportações de Montenegro (SH2)
US\$ milhões

| Grupos de Produtos | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|--------------------------------|------------|-----------------|
| Alumínio | 87 | 18,9% |
| Minérios | 85 | 18,4% |
| Automóveis | 35 | 7,6% |
| Combustíveis | 34 | 7,4% |
| Ferro e aço | 28 | 6,0% |
| Barcos e estruturas flutuantes | 28 | 6,0% |
| Madeira | 21 | 4,6% |
| Bebidas | 20 | 4,3% |
| Farmacêuticos | 15 | 3,2% |
| Máquinas mecânicas | 14 | 2,9% |
| Subtotal | 366 | 79,2% |
| Outros | 96 | 20,8% |
| Total | 462 | 100,0% |

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
Montenegro não informou suas estatísticas de 2017 ao Trademap, portanto os dados desse ano foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

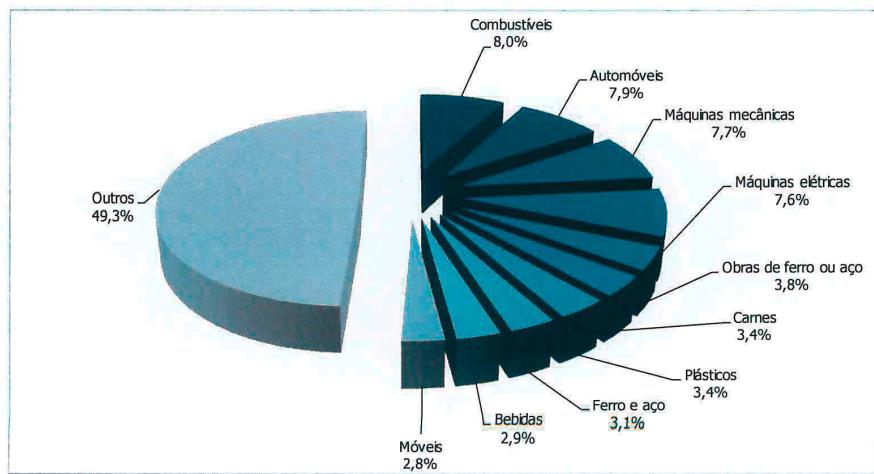


Composição das importações de Montenegro (SH2)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2017 | Part.% no total |
|-----------------------|--------------|-----------------|
| Combustíveis | 214 | 8,0% |
| Automóveis | 213 | 7,9% |
| Máquinas mecânicas | 207 | 7,7% |
| Máquinas elétricas | 205 | 7,6% |
| Obras de ferro ou aço | 103 | 3,8% |
| Carnes | 92 | 3,4% |
| Plásticos | 91 | 3,4% |
| Ferro e aço | 83 | 3,1% |
| Bebidas | 79 | 2,9% |
| Móveis | 76 | 2,8% |
| Subtotal | 1.363 | 50,7% |
| Outros | 1.324 | 49,3% |
| Total | 2.687 | 100,0% |

*Eaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.
Montenegro não informou suas estatísticas de 2017 ao Trademap, portanto os dados desse ano foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Montenegro

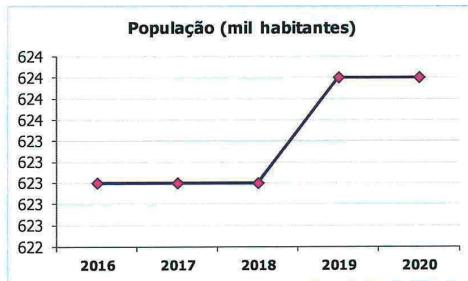
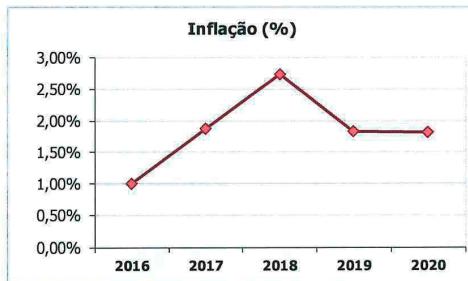
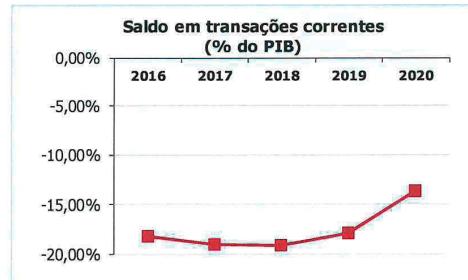
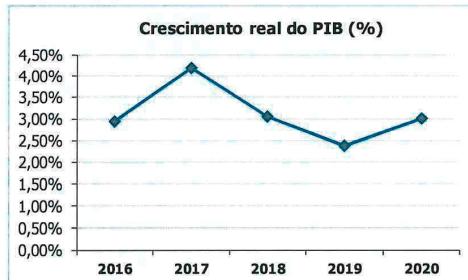
| Indicador | 2016 | 2017 | 2018 ⁽¹⁾ | 2019 ⁽¹⁾ | 2020 ⁽¹⁾ |
|--|---------|---------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Crescimento real do PIB (%) | 2,95% | 4,20% | 3,06% | 2,40% | 3,02% |
| PIB nominal (US\$ bilhões) | 4,38 | 4,76 | 5,55 | 5,86 | 6,21 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 7.028 | 7.647 | 8.898 | 9.397 | 9.956 |
| PIB PPP (US\$ bilhões) | 10,42 | 11,05 | 11,65 | 12,18 | 12,80 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 16.730 | 17.736 | 18.682 | 19.532 | 20.504 |
| População (mil habitantes) | 623 | 623 | 623 | 624 | 624 |
| Inflação (%) ⁽²⁾ | 1,00% | 1,88% | 2,74% | 1,83% | 1,82% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -18,08% | -18,94% | -19,04% | -17,83% | -13,59% |
| Origem do PIB (2013) | | | | | |
| Agricultura | | | 8,3% | | |
| Indústria | | | 21,2% | | |
| Serviços | | | 70,5% | | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e do World Factbook/Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de período.



Aviso nº 354 - C. Civil.

Em 11 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Atenciosamente,


ELISEU PADILHA
Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Nome legível: Eliseu
Rubrica: Eliseu
Data: 12/07/18





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 73, DE 2018

(nº 388/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 388

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Os méritos do Senhor Fernando Apparicio da Silva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de julho de 2018.



EM nº 00162/2018 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO APPARICIO DA SILVA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FERNANDO APPARICIO DA SILVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 355 - C. Civil.

Em 11 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FERNANDO APPARICIO DA SILVA

CPF: 678.357.407-53

ID: 9047 MRE

1959 Filho de Raimundo Benedito Silva e Laura Fidelis Apparicio da Silva, nasce em 14 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1983 Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1988 École Nationale d'Administration (ENA), Paris/FR, Prêmio do IRBr
 1995 CAD - IRBr
 2005 CAE - IRBr, A Implementação do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares: uma Apreciação Crítica.

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1991 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário
 2004 Conselheiro
 2007 Ministro de segunda classe

Funções:

1985 CPCD-IRBr
 1987-91 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1991-95 Embaixada em Paris, segundo-secretário
 1995-97 Embaixada em Moscou, segundo-secretário
 1997-00 Departamento de Organismo Internacionais, assistente
 2000-03 Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário
 2004-09 Secretaria-Geral de Relações Exteriores, assessor
 2004 Embaixada em Porto Príncipe, primeiro-secretário e conselheiro em missão transitória
 2005-06 Missão junto à ONU, Nova York, conselheiro em missão transitória (12 meses)
 Membro da Delegação da Argentina junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas
 2006 (2006), nos termos da Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e da Argentina de 16/10/2003 sobre cooperação e trabalho conjunto no âmbito do referido Conselho
 2009-10 Assessor especial do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
 2011 Subsecretaria-Geral de Política II
 2013 Subsecretaria-Geral de Política III
 2014 Embaixada em Bissau, embaixador

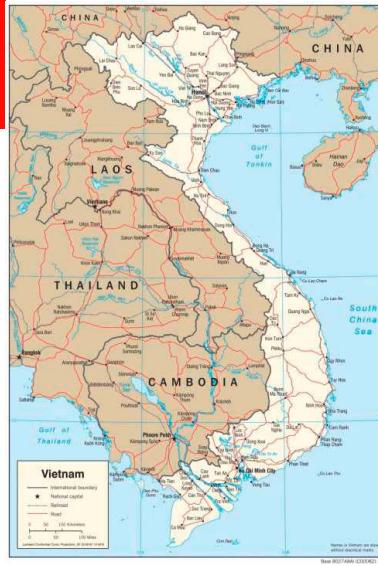
Condecorações:

1986 Prêmio Rio-Branco, Medalha de Vermeil
 2000 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
 2005 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
 2009 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior



VIETNÃ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O VIETNÃ

| | |
|----------------------|--------------------------------|
| NOME OFICIAL: | República Socialista do Vietnã |
| GENTÍLICO: | vietnamita |
| CAPITAL: | Hanoi |
| ÁREA: | 331.210 km ² |
| POPULAÇÃO: | 94,5 milhões |



| | |
|--|--|
| IDIOMA: | vietnamita (oficial) |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Nenhuma religião ou religiões tradicionais vietnamitas (73,2%), budismo (12,2%), catolicismo (6,8%), caodaísmo (4,8%), hoahaoísmo (1,4%), protestantismo (1,5%), outras (0,1%) |
| SISTEMA POLÍTICO: | República socialista parlamentarista |
| PODER LEGISLATIVO: | Unicameral – Assembleia Nacional, composta por 500 membros, eleitos para mandatos de cinco anos |
| CHEFE DE ESTADO: | Presidente Tran Dai Quang (desde 2 de abril de 2016) |
| CHEFE DE GOVERNO: | Primeiro-Ministro Nguyen Xuan Phuc (desde 7 de abril de 2016) |
| MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS: | Vice-Primeiro-Ministro Pham Binh Minh (desde 3 de agosto de 2011) |
| PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017): | US\$ 220,4 bilhões |
| PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017): | US\$ 647,36 bilhões |
| PIB PER CAPITA (2017): | US\$ 2.353,69 |
| PIB PPP PER CAPITA (2017): | US\$ 6.913,12 |
| VARIAÇÃO DO PIB: | 6,8% (2017); 6,21% (2016); 6,68% (2015) |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015): | 0,683/115º de 188 |
| EXPECTATIVA DE VIDA (2015): | 75,9 anos |
| TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2015): | 94,5% |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017): | 2,2% |
| UNIDADE MONETÁRIA: | dong (VND) |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA: | Embaixador Do Ba Khoa |
| BRASILEIROS NO PAÍS: | Há estimativa de 150 brasileiros residentes no Vietnã |

Fontes: FMI (economia); Banco Mundial (população); PNUD (IDH e correlatos)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

| BRASIL → | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 |
|--------------------|------|------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|
| VIETNÃ | | | | | | | | | |
| Intercâmbio | 29,1 | 47,1 | 109,3 | 323,2 | 564,4 | 1.440,9 | 2.333,3 | 3.913,0 | 3.918,7 |
| Exportações | 11,4 | 25,0 | 61,6 | 216,3 | 344,8 | 794,0 | 1.192,3 | 2.124,3 | 1.732,6 |
| Importações | 17,7 | 22,1 | 47,7 | 106,9 | 219,6 | 646,9 | 1.141,0 | 1.788,7 | 2.186,1 |
| Saldo | -6,3 | 2,9 | 13,9 | 109,4 | 125,2 | 147,1 | 51,3 | 335,6 | -453,5 |

Fontes: MDIC; AliceWeb

PERFIS BIOGRÁFICOS

NGUYEN PHU TRONG

Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã





Nasceu em 1944. Bacharel em Literatura e Linguística pela Universidade de Hanói e Doutor em Ciência Política pela Academia de Ciências Sociais da União Soviética. Em 1988, tornou-se membro da seção do Partido Comunista do Vietnã (PCV) voltada a estudos teóricos, posição na qual se destacou como um dos principais formuladores políticos do país. Desde janeiro de 1994 integra o Comitê Central do PCV, havendo ingressado no *Politburo* do Partido em dezembro de 1997. Em 2002, foi eleito pela primeira vez para a Assembleia Nacional, instituição que veio a presidir entre 2006 e 2011.

Em janeiro de 2011, no 11º Congresso Nacional do PCV, ascendeu ao cargo de secretário-geral do Partido, o mais elevado na estrutura política vietnamita. Em janeiro de 2016, durante o 12º Congresso do PCV, tornou-se o primeiro secretário-geral a ser reconduzido ao cargo.

Lidera campanha anticorrupção na estrutura partidária e estatal vietnamita, que já resultou no afastamento de altos dirigentes do país. Seu antecessor, Nong Duc Manh, visitou o Brasil em maio de 2007.

Em 2012, o lado brasileiro cancelou, pouco antes de seu início, sua visita oficial ao Brasil.



TRAN DAI QUANG
Presidente da República Socialista do Vietnã



Nasceu em 1956. Ingressou na Academia da Polícia do Povo em 1972 e estudou na Escola de Línguas e Cultura do Ministério da Segurança Pública. De 1982 a 1986, fez cursos na Academia de Segurança do Povo do Vietnã, instituição que controla a polícia e integra as Forças Armadas nacionais, sob a coordenação do Partido Comunista. Completou mestrado em língua chinesa pela Universidade de Hanói e, em 1997, obteve doutorado em Direito pela Academia Nacional de Administração Pública, onde também fez estudos teóricos de alto nível.

Todas as suas funções públicas foram exercidas no âmbito do Ministério da Segurança Pública, antes denominado Ministério do Interior. Desde 2006, integra o Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã.

Em 2011, passou a integrar o *Politburo* e a exercer mandato como deputado na Assembleia Nacional, renovado em 2016. Também em 2011, foi nomeado ministro de segurança pública, cargo que ocupou até 2016. Em 2012, foi promovido a general (quatro estrelas), patente mais alta na hierarquia militar vietnamita.

Foi nomeado presidente pelo Congresso Nacional do PCV, em janeiro de 2016, e confirmado no cargo, em abril do mesmo ano, pela Assembleia Nacional. Foi a primeira vez em que um ministro da segurança pública ascendeu à presidência do país.

Exerce a função de alterno do Comitê Central Anticorrupção do Partido, abaixo apenas do secretário-geral do PCV. Preside o Conselho Nacional de Defesa e Segurança e lidera o Comitê Central para Reforma do Judiciário. É o chefe das Forças Armadas do Vietnã.



NGUYEN XUAN PHUC
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1954. Formou-se em Economia e Administração na Universidade Nacional de Singapura. Em sua província natal, Quan Nam, exerceu diversas funções administrativas, governamentais e na estrutura do PCV, até ascender a governador, cargo que ocupou até 2001. No mesmo ano, tornou-se membro do Congresso Nacional do PCV e da Assembleia Nacional, onde integrou o Comitê de Economia e Orçamento.

Em 2007, ingressou no Comitê Central do PCV e no *Politburo*. Entre 2011 e 2016, exerceu a chefia do Escritório do Governo (cargo sob a autoridade do Primeiro-Ministro, equivalente a chefe da casa civil) e a função de vice-primeiro-ministro.

Foi nomeado primeiro-ministro em janeiro de 2016, pelo Congresso Nacional do PCV, e confirmado no cargo pela Assembleia Nacional, em abril do mesmo ano.

Ao longo de sua trajetória política, tem-se concentrado em temas relacionados à gestão econômica e orçamentária do país. Nos últimos anos, despontou como um dos principais políticos vietnamitas na interlocução com o setor privado. Defende a adoção de reformas estruturais na economia local, com vistas a abrir o país ao mundo e facilitar a entrada de investimentos estrangeiros.



NGUYEN THI KIM NGAM
Presidente da Assembleia Nacional



Nasceu em 1954. Graduou-se na Universidade de Finanças do Vietnã e obteve o mestrado na mesma instituição. Ingressou no PCV em 1981 e nomeada vice-ministra de Finanças em 1995. De 2002 a 2006 foi secretária do comitê do Partido na província de Hai Duong.

Em 2006 foi nomeada vice-ministra do Comércio e, em 2007, ministra do Trabalho, Inválidos de Guerra e Assuntos Sociais, cargo que ocupou até 2011. No mesmo ano, foi eleita para o Secretariado do Comitê Central do Partido, permanecendo neste cargo até 2013, quando foi nomeada vice-presidente da Assembleia Nacional.

Em março de 2016 foi eleita presidente da Assembleia Nacional, a primeira mulher a ocupar o cargo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Panorama geral

As relações diplomáticas com o Vietnã foram estabelecidas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói, a primeira de um país latino-americano no país, foi aberta em 1994. Em 2000 foi aberta a Embaixada do Vietnã em Brasília.

Do ponto de vista vietnamita, as relações com o Brasil fazem parte de política de diversificação de parcerias. Nesse quadro, o aumento do intercâmbio com atores extrarregionais atende à finalidade de diminuir a dependência econômica do Vietnã com relação a grandes potências tradicionais.

O Vietnã entende ser o Brasil ator global, de peso econômico próprio e política externa independente, com capacidade de influir no encaminhamento de temas regionais e internacionais de seu interesse. Desse entendimento decorre acentuada boa vontade e perceptível desejo de estreitar laços com o Brasil, em todos os níveis e em todos os setores.

São dois os principais mecanismos regulares de diálogo entre o Brasil e o Vietnã: (i) as reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, cuja sexta e



última edição ocorreu em 30 de junho de 2017, em Brasília; e (ii) a Comissão Mista, cuja segunda reunião ocorreu em abril de 2012, também em Brasília.

Cabe menção, ainda, ao Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Vietnã, relançado, pela parte brasileira, em setembro de 2017. A seção brasileira, criada em 20 de abril de 1999, por ato do então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (Resolução nº4/99), é atualmente presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB/MG). Já a seção vietnamita é presidida, desde novembro de 2016, por Nguyen Khac Dinh, membro do Comitê Central do Partido e presidente da Comissão de Leis da Assembleia Nacional. Desde sua formação, o grupo organizou três visitas do Vietnã ao Brasil.

A história relativamente curta das relações bilaterais é positiva e inclui marcos relevantes: em 2007, a visita ao Brasil do então secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh, e, em 2008, a visita ao Vietnã do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a qual se afirmou, em comunicado conjunto, "a determinação de se construir parceria abrangente" entre os dois países. Destaca-se, ainda, a visita ao Brasil, em maio de 2015, da então vice-presidente do Vietnã, Nguyen Thi Doan.

O ano de 2017 foi marcado por intensa revitalização do relacionamento bilateral. Em fevereiro, o então ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, avistou-se, à margem de reunião ministerial do G-20, com o vice-primeiro-ministro e chanceler Pham Binh Minh. Em junho, o vice-ministro Ha Kim Ngoc visitou Brasília, quando liderou a delegação vietnamita à VI Reunião de Consulta sobre Assuntos de Interesse Comum e foi recebido pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira.

Em setembro de 2017, o ministro Aloysio Nunes realizou visita de trabalho a Hanói, ocasião em que se reuniu com o primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc, e com o vice-primeiro-ministro e chanceler, Pham Binh Minh. Assinou-se, na oportunidade, Acordo sobre Transportes Marítimos, que conferirá maior segurança jurídica à navegação marítima entre o Brasil e o Vietnã e facilitará as operações das companhias de navegação dos dois países. Poucas semanas depois, o chanceler vietnamita participou, em Nova York, à margem da 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, da segunda reunião ministerial ASEAN-MERCOSUL, ocasião em que se encontrou, novamente, com o ministro Aloysio Nunes.

Ainda em setembro de 2017, delegação do Partido Comunista do Vietnã (PCV) visitou Brasília, sob a liderança do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Comitê Central do Partido, Hoang Bin Quan. Tratou-se de significativo gesto da cúpula partidária vietnamita em favor da aproximação bilateral, tendo em vista que, em 2012, o lado brasileiro cancelara, abruptamente, encontro entre o secretário-geral

do PCV e a então presidente Dilma Rousseff em Brasília.



O intercâmbio bilateral de autoridades estaduais e municipais também ganhou impulso. Em novembro de 2017, por exemplo, o vice-governador do Maranhão visitou o Vietnã, e o vice-prefeito de Hanói realizou viagem a Brasília.

Mais recentemente, em maio de 2018, após impossibilidade de realização da prevista viagem presidencial ao Vietnã, o chanceler Aloysio Nunes Ferreira fez nova visita a Hanói, onde manteve encontros com o vice-primeiro-ministro Vuong Dinh Hue e, novamente, com seu homólogo vietnamita, o ministro dos Negócios Estrangeiros Pham Binh Minh. Nessa ocasião, foram firmados instrumentos de cooperação sobre treinamento de diplomatas e sobre parceria entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a União das Organizações de Amizade do Vietnã (VUFO).

Entre os dias 2 e 4 de julho próximo, está prevista a vinda ao Brasil do vice-primeiro-ministro Vuong Dinh Hue, ocasião em que também deverão ser assinados instrumentos bilaterais.

Com mais de 90 milhões de habitantes (terceiro país mais populoso do Sudeste Asiático) e tendo registrado expressivo crescimento econômico desde o início das reformas liberais, em 1986, o Vietnã apresenta relevante potencial para a atuação de empresas brasileiras de diversos setores, como alimentos, indústria aeronáutica e de defesa.

As relações distinguem-se pela notável trajetória do comércio bilateral, que saltou de US\$ 47,1 milhões em 2003 para US\$ 3,913 bilhões em 2015. Em 2016, contudo, registrou-se retração de 23% (total de US\$ 3 bilhões), em razão, principalmente, de queda de 34% nas exportações brasileiras. Como resultado, o comércio bilateral, antes superavitário para o Brasil, encerrou o ano de 2016 com déficit de US\$ 201 milhões.

O ano de 2017 registrou resultados mais positivos. A corrente de comércio avançou 30% em relação a 2016, totalizando US\$ 3,918 bilhões, mas o déficit para o Brasil aumentou, chegando a US\$ 453,5 milhões. A pauta segue concentrada, do lado das exportações brasileiras, em produtos de menor valor agregado.

As trocas comerciais permanecem aquém de seu potencial. A importação de produtos básicos pelo Vietnã, por exemplo, deverá seguir tendência de crescimento nos próximos anos, criando oportunidades para incremento das vendas de produtos do agronegócio brasileiro. Nesse contexto, a abertura de adidânciaria agrícola na Embaixada do Brasil em Hanói, em dezembro de 2017, estabelece quadro promissor, em especial no que se refere às tratativas para reconhecimento de certificados sanitários para exportações brasileiras, ainda em negociação. A visita a Hanói, em 2016, do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, constituiu importante marco para o avanço em entendimentos bilaterais.

Em relação aos investimentos, há igualmente amplo campo para expansão. Atualmente ao menos três empresas brasileiras estão em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, *joint-venture* coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para Ásia e EUA.

No momento, a perspectiva de maior aproximação entre o Brasil e o Vietnã beneficia-se, entre outros fatores, de convergência de visões sobre a defesa do livre-comércio. O Vietnã tem sido um dos mais vocais atores, em fóruns globais, contra recrudescimento de sentimentos e tendências protecionistas em algumas das principais nações do mundo.

Há perspectivas igualmente promissoras em outras vertentes do relacionamento bilateral. Está em avaliação, por exemplo, a assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Deverá ser assinado, proximamente, Memorando de Entendimento na Área de Defesa. O diálogo poderá conferir, por exemplo, maior dimensão estratégica ao intercâmbio de militares, que ocorre com certa frequência entre os dois países.

Na vertente cultural e de promoção da língua portuguesa, autoridades locais atribuem importância ao papel desempenhado pelo departamento de português da Universidade de Hanói, que conta com o ativo trabalho de leitora brasileira.

A vertente ambiental também desponta como campo promissor, no qual o Vietnã tem mostrado grande interesse em aumentar a capacitação de seus funcionários encarregados do tema.

Os apoios recíprocos a pleitos e candidaturas de ambos os países confirmam em âmbito multilateral o bom nível tradicionalmente observado no relacionamento bilateral. O Vietnã apoia publicamente o modelo de reforma defendido pelo G-4 e a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança. Além disso, respaldou a candidatura do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O Brasil, por sua vez, prestou apoio à adesão do Vietnã à Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2007, bem como à eleição do país a mandatos eletivos ao Conselho de Segurança (2008-2009) e ao Conselho de Direitos Humanos (2014-2016) da Organização das Nações Unidas (ONU).

POLÍTICA INTERNA

O sistema político é marcado pela primazia do Partido Comunista do Vietnã (PCV), que constitui, por preceito constitucional, “a força que lidera o Estado e a

assegura rotação periódica de altos dirigentes.

As duas instâncias centrais de poder são o Comitê Central do PCV, com cerca de 200 integrantes, e o *Politburo*, com 19 membros. Cabe ao Comitê Central do PCV escolher, entre os membros do *Politburo*, o secretário-geral do PCV.

O governo é chefiado pelo secretário-geral do PCV, Nguyen Phu Truong; pelo presidente, Tran Dai Quang, e pelo primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc. O presidente da República (chefe de estado) e o primeiro-ministro (chefe de governo) têm mandatos de cinco anos, renováveis uma vez.

O poder legislativo é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional, com 500 assentos (atualmente 494 ocupantes) e mandatos de quatro anos. Esse órgão cumpre três funções principais: legislar, decidir sobre questões nacionais importantes e exercer supervisão sobre as atividades do Estado. É responsável, ainda, por eleger, de modo indireto, o presidente da República - que, por sua vez, indica o primeiro-ministro. Na atual legislatura (2016-2020), 473 deputados pertencem ao PCV, enquanto 21 deputados são independentes. Os candidatos são previamente aprovados pela "Frente Patriótica", ligada ao PCV (nas últimas eleições, concorreram 870 candidatos a 500 vagas). As próximas eleições gerais ocorrerão no início de 2021.

Na Assembleia Nacional, 36% dos parlamentares são mulheres, percentual já pouco acima de meta mínima de 35% estabelecida pelas autoridades vietnamitas para a representação feminina. Também são mulheres a vice-presidente da República e a presidente da Assembleia Nacional.

Em janeiro de 2016, organizou-se o XII Congresso Nacional do PCV, reunião quinquenal com objetivo de formar o governo. Renovou-se então o mandato do secretário-geral, Nguyen Phu Trong, visto como político que favorece a tomada de decisões colegiadas e que tem interesse em manter interlocução com diversas alas do Partido. Do mesmo modo, o XII Congresso definiu, no âmbito do sistema de planejamento nacional, as diretrizes prioritárias do país para o próximo quinquênio (2016-2021). Em abril de 2016, a Assembleia Nacional confirmou a indicação de seu presidente, Nguyen Thi Kim Ngan, bem como do primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc, e do presidente, Tran Dai Quang.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1986, no âmbito do processo de abertura econômica, e, mais aceleradamente, a partir de 1991, com o lançamento da política externa de "portas abertas", o Vietnã tem buscado continuamente a ampliação dos laços políticos e econômicos com países de todas as regiões do mundo, independentemente de viés ideológico.

~~O processo consolidou-se com a superação do relativo isolamento internacional~~



em que se encontrava o país até meados dos anos 1990. Destacou-se a normalização das relações com a China, país com que o Vietnã esteve em conflito por mais de dez anos, em razão da invasão vietnamita do Camboja, em 1978, além da reaproximação com os países europeus, tendo à frente a ex-metrópole França, com os Estados Unidos e com o Japão. Também foram promovidas a manutenção das relações com parceiros tradicionais, como a Rússia e Cuba, e a aproximação com novos parceiros, como a Índia.

Os três lemas oficiais da diplomacia vietnamita, acordados no 12º Congresso Nacional do Partido (janeiro de 2016), são: i) o Vietnã "é parceiro e amigo confiável e membro responsável da comunidade internacional"; ii) o Vietnã "contribui de modo proativo e positivo para construir e influenciar mecanismos multilaterais"; e iii) o Vietnã "promove e aprofunda relações com parceiros, em particular parceiros estratégicos e países grandes com papel importante para o desenvolvimento e a segurança nacional".

No caso dos Estados Unidos, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995 e evoluíram, desde então, para o nível de parceria estratégica, nos setores diplomáticos e de defesa, revertendo o clima de discordia da Guerra do Vietnã, encerrada em 1975. Nos últimos anos, o Vietnã tornou-se um dos mais estratégicos parceiros dos EUA no Sudeste Asiático. Do ponto de vista econômico, atualmente o país é o mercado de exportação de mais rápido crescimento para os EUA, tendo a corrente de comércio, nos últimos 20 anos, saltado de US\$ 400 milhões para US\$ 45 bilhões. Uma vez que o saldo comercial é favorável ao Vietnã, o país poderia ser prejudicado por eventuais decisões norte-americanas no sentido de rever laços comerciais com parceiros que mantenham superávits com os EUA. Esse ponto tem impulsionado os esforços diplomáticos por parte do Vietnã.

O Japão é um dos principais parceiros internacionais do país. A parceria estratégica foi estabelecida em 2009 e elevada a "parceria estratégica estendida" (*extensive strategic partnership*) em 2014. Em 2011, o Japão tornou-se o primeiro país do G-7 a reconhecer o Vietnã como economia de mercado. Atualmente, é o maior provedor de assistência ao desenvolvimento (AOD) ao Vietnã, seu segundo maior investidor e quarto maior parceiro comercial. Mais de 1.600 empresas japonesas atuam no país.

As questões territoriais no Mar do Sul da China constituem tema de significativa relevância para o Vietnã. Hanói defende a necessidade de obter solução negociada, além de sublinhar que as partes devam abster-se de quaisquer atos considerados como "provocação" na zona em disputa.

O Vietnã mantém atualmente relações diplomáticas com 188 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 70 organismos regionais e internacionais, com

~~associação para o sistema ONU e para a Associação de Nações do Sudeste Asiático~~

(ASEAN).

Na ONU, o Vietnã ocupou assento não permanente no CSNU, no biênio 2008-2009. Candidatou-se novamente ao mandato 2020-2021 – candidatura apoiada pelo Brasil. Candidato único da região Ásia-Pacífico, deverá ser eleito pela Assembleia Geral das Nações prevista para junho de 2019. Integra, ainda, o Conselho de Direitos Humanos, mandato 2014-2016, novamente com o apoio do Brasil. Aderiu ao FMI em 1993 e, em 2007, após 12 anos de negociações, à OMC, sempre com o apoio brasileiro.

Posição central na diplomacia vietnamita é ocupada pela ASEAN, associação regional criada em 1967, que passou a ter o Vietnã como um de seus membros em 1995. A partir da plataforma da ASEAN, o Vietnã busca intensificar o processo de diversificação de sua rede de relacionamentos políticos e comerciais com países de todo o globo, além de aprofundar as já intensas relações com o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A inserção do Vietnã na economia global traduz-se na estratégia de liberalização econômica por meio de tratados de livre-comércio, que atraem investimentos estrangeiros e promovem a rápida industrialização do país.

Exemplificam essa tendência o acordo de parceria econômica com o Japão, que entrou em vigor em 2009, e o acordo de livre-comércio com o Chile, vigente desde 2014. Também em 2014, o Vietnã concluiu acordos de livre-comércio com a Coreia do Sul e com a União Aduaneira da Eurásia (integrada pela Rússia, por Belarus e pelo Cazaquistão), e obteve concessões dos Estados Unidos em relação a barreiras para a exportação de produtos alimentícios. Em 2015, o país concluiu negociações com a União Europeia.

Juntamente com 10 parceiros que participaram das negociações da *Trans-Pacific Partnership* (TPP), abandonadas pelos Estados Unidos, o governo vietnamita firmou, em março de 2018, o *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP). Em novembro do mesmo ano, ocorreu em Hanoi reunião da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), com a presença dos líderes da China e dos EUA, entre outros.

Atualmente, o Vietnã negocia ALCs com a Associação Europeia de Livre-Comércio (formada pela Suíça, pela Noruega, pela Islândia e por Liechtenstein) e com Israel; e mantém tratativas – como membro da ASEAN – com a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia, no marco da *Regional*

Comprehensive Economic Partnership (RCEP).

Desde 1999 a economia vietnamita registra crescimento acima de 5% ao ano. O Banco Mundial estima que a taxa deverá ser mantida ao redor de 6% ao menos até 2019. Em 2017, a taxa de expansão do PIB foi de 6,8%, acima da meta oficial do governo de 6,7%. No primeiro trimestre de 2018, o crescimento da atividade acelerou ao ritmo de 7,38%, mais significativa taxa registrada nos últimos 10 anos.

Ainda em 2017, o volume de comércio global do país seguiu tendência de crescimento e a balança comercial manteve-se superavitária (US\$ 2,79 bilhões). Pela primeira vez o valor das exportações do país ultrapassou a barreira de US\$ 200 bilhões, totalizando US\$ 214 bilhões – crescimento de 21% em relação a 2016. Os principais produtos da pauta foram telefones móveis e peças associadas. Outros artigos relevantes para a exportação incluíram têxteis, computadores e seus componentes e calçados. Já as importações somaram US\$ 211 bilhões, com expansão de 20,8%. No primeiro trimestre de 2018, o superávit do Vietnã foi de US\$ 1,3 bilhão. Os EUA permanecem o principal mercado para produtos vietnamitas, seguidos da União Europeia, da China, do Japão e da Coreia do Sul. A China mantém o papel de maior exportador para o Vietnã, por meio, principalmente, da venda de bens intermediários para montagem de produtos de exportação. A categoria que lidera a pauta de importações vietnamitas é a de máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos.

Igualmente no ano de 2017, registrou-se o mais alto nível de ingresso de investimento estrangeiro direto (IED) no país, no montante de US\$ 17,1 bilhões (+10,8% em relação a 2016), valor significativo levando-se em conta que o PIB nominal é de cerca de US\$ 198 bilhões.

Observa-se uma estreita relação entre o avanço do investimento estrangeiro direto e a expansão do setor manufatureiro. À medida que aumentam os salários e os custos de operação na China, cresce a atratividade dos investimentos no Vietnã. O ambiente para negócios segue atraente, em razão da estabilidade política e social do país, de sua localização estratégica no Sudeste Asiático e da consistência das ações do governo em favor da promoção do comércio exterior. Cerca de 70% das exportações vietnamitas têm como fonte empresas estrangeiras baseadas no território nacional. Estima-se que apenas a empresa sul-coreana Samsung seria responsável por 30% das vendas externas do país.

Os resultados econômicos do país em 2017 são positivos quando confrontados com qualquer parâmetro, regional ou global. A taxa de desemprego flutua em torno de 2%, enquanto o número de novas empresas abertas no país, 61 mil somente no primeiro semestre daquele ano, ilustra a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros na resiliência da economia vietnamita.



O governo vietnamita empreende contínuo esforço de reformas estruturais, incluindo, por exemplo, programa de privatização. Desde o início da abertura econômica, o Vietnã já reestruturou 5 950 empresas estatais e privatizou 4 460. Até 2020, autoridades vietnamitas planejam privatizar outras 143 empresas — inclusive nos setores financeiro, de infraestrutura (aeroportos) e de recursos naturais (óleo e extração mineral).



CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|----------------------------|--|
| 179 a.C. - 938 d.C. | Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã. |
| 1858 | Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina. |
| 1930 | Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI) |
| 1941 | Invasão japonesa. |
| 1945 | Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã |
| 1946 | Início da guerra de independência contra os franceses. |
| 1954 | Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa. Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul. |
| 1963 | Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita. Queda e assassinato do presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem. |
| 1964 | Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte. |
| 1965 | 200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul. |
| 1968 | Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet). |
| 1969 | Morte de Ho Chi Minh. Início da redução de tropas norte-americanas no Vietnã (“vietnamização”). |
| 1970 | Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris. |
| 1973 | Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA. |
| 1975 | Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul. |
| 1976 | Proclamação da República Socialista do Vietnã. |
| 1979 | Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho. Conflito na fronteira entre China e Vietnã. |
| 1986 | Início da política de abertura econômica inspirada no modelo chinês, conhecida como <i>Doi Moi</i> (Renovação). |
| 1989 | Retirada das tropas vietnamitas do Camboja. |
| 1992 | Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas. |
| 1994 | Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã. |
| 1995 | Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA. Ingresso do Vietnã na ASEAN. |
| 2000 | Visita do presidente dos EUA, Bill Clinton, ao Vietnã. |
| 2005 | Visita do primeiro-ministro Phan Van Khai aos EUA. |
| 2006 | X Congresso do Partido Comunista do Vietnã. Novos presidente e primeiro-Ministro. |
| 2007 | Entrada do Vietnã na OMC (janeiro). Eleição do Vietnã como membro não permanente do CSNU (mandato 2008-2009) |
| 2007 | Presidente Nguyen Minh Triet realiza primeira visita de Chefe de Estado aos EUA desde o fim da Guerra do Vietnã, em 1975 (junho). |
| 2010 | Vietnã exerce a presidência de turno anual da ASEAN. Inscrição da Cidadela Thang Long na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. |
| 2011 | Último Congresso do PCV renova líderes partidários. Eleições gerais para a Assembleia Nacional (maio). XI Congresso do Partido Comunista do Vietnã; eleições para o novo Comitê Central, <i>Politburo</i> e secretário-geral (janeiro). China e Vietnã assinam acordo sobre as disputas do Mar do Sul da China, que inclui troca de informações e um fórum de duas reuniões ao ano (outubro). |



| | |
|-------------|---|
| 2012 | O Parlamento aprova a criação de dispositivo de voto de confiança anual aos principais líderes eleitos do país (novembro) |
| 2013 | Assembleia Nacional aprova revisão constitucional (novembro). |
| 2016 | XII Congresso do Partido Comunista do Vietnã reconduz Nguyen Phu Trong à Secretaria-Geral do Partido, cargo que concentra maior poder e autoridade no sistema político do país. |

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|-------------|--|
| 1989 | Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (maio). |
| 1993 | Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (outubro). |
| 1994 | Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril). Visita do vice-primeiro-ministro Phan Van Khai (junho). Instalação da Embaixada em Hanói (setembro). |
| 1995 | Visita do presidente do Vietnã, Le Duc Anh (outubro). |
| 1997 | Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo. |
| 1998 | Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (maio). |
| 2000 | Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (outubro). |
| 2003 | Visita de missão político-empresarial brasileira chefiada pelo deputado federal Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara (outubro). II Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro). Visita do ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra (novembro). |
| 2004 | Visita do vice-presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã (janeiro). Visita ao Brasil do vice-ministro Le Van Bang e III Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro). Visita ao Brasil do presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (novembro). Realização, em São Paulo, do 1º “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (novembro). |
| 2005 | Criação do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Vietnã |
| 2006 | Visita do presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Nguyen Van An (março). |
| 2007 | Visita do secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (maio). Missão chefiada pelo secretário-executivo do MDIC, Ivan Ramalho (outubro). IV Sessão de Consultas Brasil-Vietnã, em Hanói (novembro). |
| 2008 | Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (fevereiro) Visita do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (março). Visita ao Vietnã do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Heráclito Fortes (março). Visita oficial ao Vietnã do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho). Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler, Pham Gia Khiem, a Brasília, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro). Visita do vice-ministro do Comércio e Indústria do Vietnã, Do Huu Hao, para a reunião de instalação da COMISTA e para Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (novembro). |
| 2009 | Visita do vice-ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Vietnã, Do Huu Hao para I Reunião da Comissão Mista Brasil-Vietnã (maio). Visita do ministro da Cultura, Esportes e Turismo, Hoang Tuan Anh, para participar da celebração dos 20 anos de relações, em Brasília (outubro). |
| 2010 | Visita a Brasília do vice-chanceler, atual titular da pasta, Pham Binh Minh, para chefiar a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas (maio) |



| | |
|-------------|--|
| | Participação do vice-primeiro-ministro e ministro da Educação do Vietnã, Nguyen Thien Nhan, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília (julho). |
| 2011 | Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (junho) |
| 2012 | Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (abril) Criação da seção brasileira da Associação de Amizade e Cooperação Brasil-Vietnã Visita do vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh, chefiando a delegação vietnamita à II Reunião da Comissão Mista (abril) Participação do vice-primeiro-ministro Nguyen Thien Nhan na Rio+20 (junho). Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota (julho). |
| | Visita do vice-ministro-permanente das Finanças do Vietnã, Nguyen Cong Nghiep (novembro). |
| 2013 | Missão de inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Vietnã (março). Visita ao Vietnã do presidente do PC do B, Renato Rabelo, quando manteve encontro com o secretário-geral do Partido Comunista, Nguyen Phu Trong (abril). Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Informação ao Estrangeiro do PCV (julho). |
| 2015 | Visita da vice-presidente vietnamita, Nguyen Thi Doan (maio). Visita do ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (julho). |
| 2017 | Visita do vice-ministro das Relações Exteriores, Ha Kim Ngoc, ao Brasil e realização da VI Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (junho). Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (setembro). |
| 2018 | Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (maio). |



ACORDOS BILATERAIS

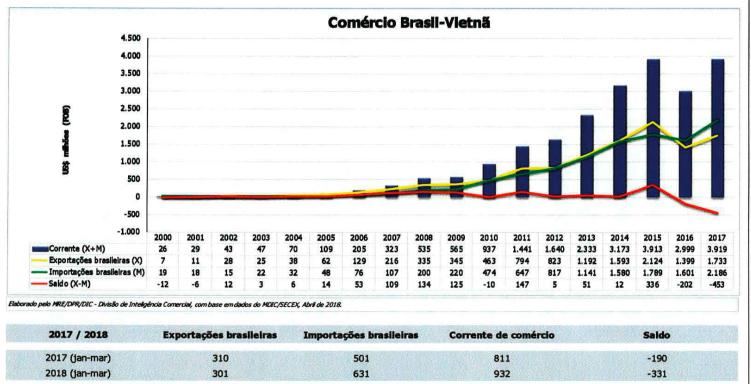
| Título do Acordo | Data de celebração | Entrada em vigor | Publicação |
|--|--------------------|--------------------------------------|------------|
| Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã | 11/09/2017 | Tramitação Ministérios/Casa Civil | --- |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Oficiais ou de Serviço | 24/11/2008 | 07/07/2009 | 18/06/2009 |
| Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã | 10/07/2008 | 01/02/2012 | 13/07/2015 |
| Acordo de Cooperação em Saúde e Ciências Médicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã. | 29/05/2007 | 29/05/2007 | 15/06/2007 |
| Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã | 24/10/2003 | 20/09/2005 | 03/01/2006 |



Página 24 de 35

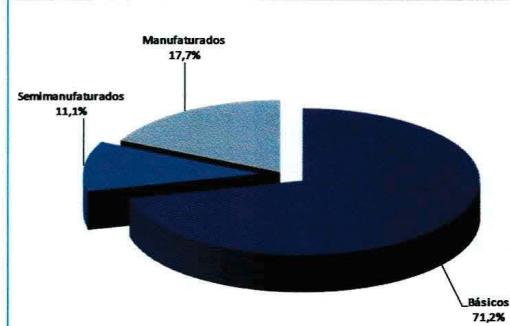
Parte integrante do Avulso da MSF nº 73 de 2018.

19

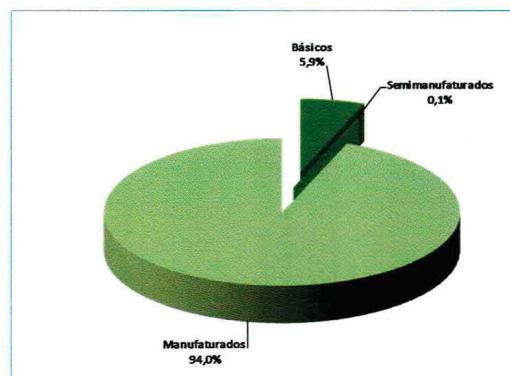


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



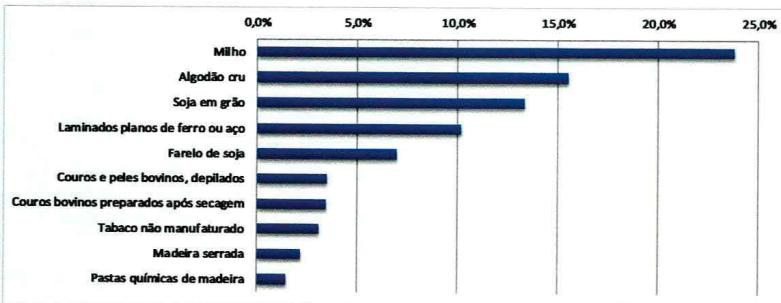
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Vietnã (SH4)
US\$ milhões

| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|--|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Milho | 833 | 39,2% | 479 | 34,2% | 412 | 23,8% |
| Algodão cru | 212 | 10,0% | 162 | 11,6% | 269 | 15,5% |
| Soja em grão | 261 | 12,3% | 108 | 7,7% | 231 | 13,3% |
| Laminados planos de ferro ou aço | 10 | 0,5% | 1 | 0,1% | 176 | 10,2% |
| Farelo de soja | 230 | 10,8% | 98 | 7,0% | 120 | 6,9% |
| Couros e peles bovinos, depilados | 94 | 4,4% | 65 | 4,6% | 60 | 3,5% |
| Couros bovinos preparados após secagem | 59 | 2,8% | 75 | 5,4% | 59 | 3,4% |
| Tabaco não manufaturado | 47 | 2,2% | 55 | 3,9% | 53 | 3,1% |
| Madeira serrada | 22 | 1,0% | 26 | 1,9% | 37 | 2,1% |
| Pastas químicas de madeira | 14 | 0,7% | 29 | 2,1% | 25 | 1,4% |
| Subtotal | 1.782 | 83,9% | 1.098 | 78,5% | 1.442 | 83,2% |
| Outros | 342 | 16,1% | 301 | 21,5% | 291 | 16,8% |
| Total | 2.124 | 100,0% | 1.399 | 100,0% | 1.733 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEx/Alceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



Composição das importações brasileiras originárias do Vietnã (SH4)
US\$ milhões

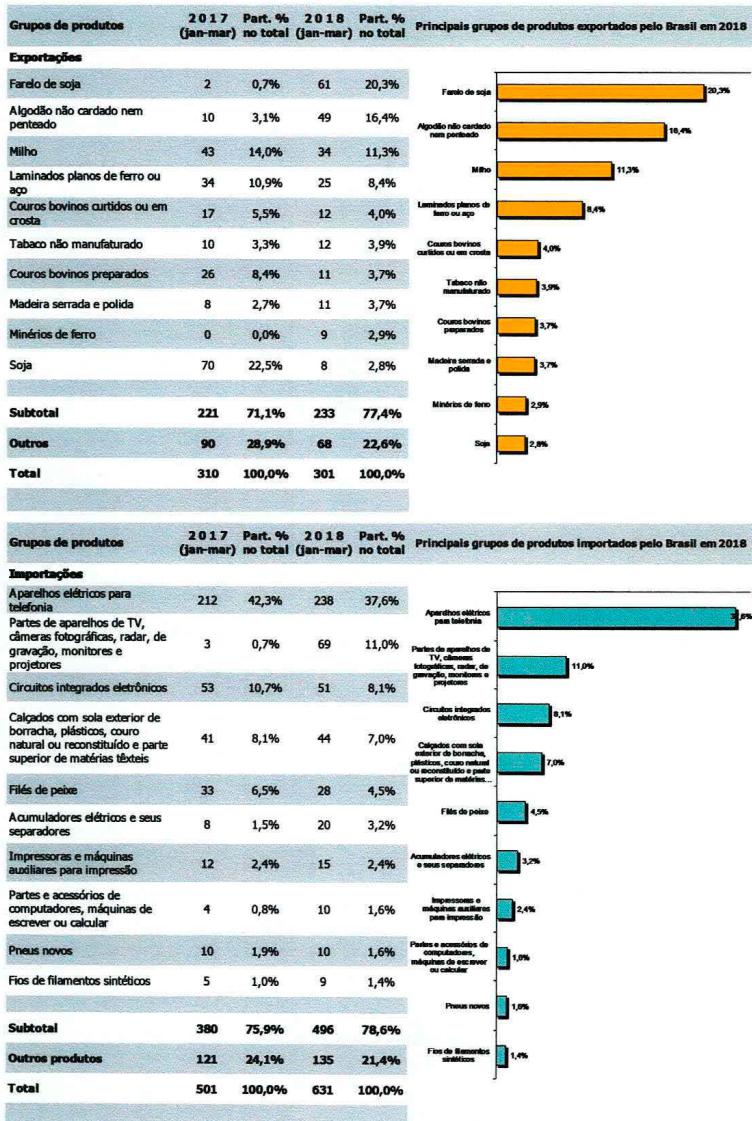
| Grupos de produtos | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|--|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Aparelhos elétricos de telefonia | 629 | 35,2% | 635 | 39,7% | 915 | 41,9% |
| Circuitos integrados eletrônicos | 82 | 4,6% | 185 | 11,6% | 234 | 10,7% |
| Calçado com sola de borracha/plástico e parte superior de matérias têxteis | 179 | 10,0% | 133 | 8,3% | 136 | 6,2% |
| Partes de aparelhos de TV, radar, gravação ou reprodução de som | 3 | 0,2% | 5 | 0,3% | 104 | 4,8% |
| Filés de pescados | 76 | 4,2% | 64 | 4,0% | 101 | 4,6% |
| Impressoras | 50 | 2,8% | 47 | 2,9% | 56 | 2,6% |
| Acumuladores elétricos | 32 | 1,8% | 29 | 1,8% | 41 | 1,9% |
| Pneus novos | 25 | 1,4% | 22 | 1,4% | 39 | 1,8% |
| Fios de filamentos sintéticos | 7 | 0,4% | 16 | 1,0% | 34 | 1,6% |
| Partes e acessórios de máquinas para escritório | 159 | 8,9% | 32 | 2,0% | 33 | 1,5% |
| Subtotal | 1.242 | 69,4% | 1.168 | 73,0% | 1.693 | 77,4% |
| Outros | 547 | 30,6% | 433 | 27,0% | 493 | 22,6% |
| Total | 1.789 | 100,0% | 1.601 | 100,0% | 2.186 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEV/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

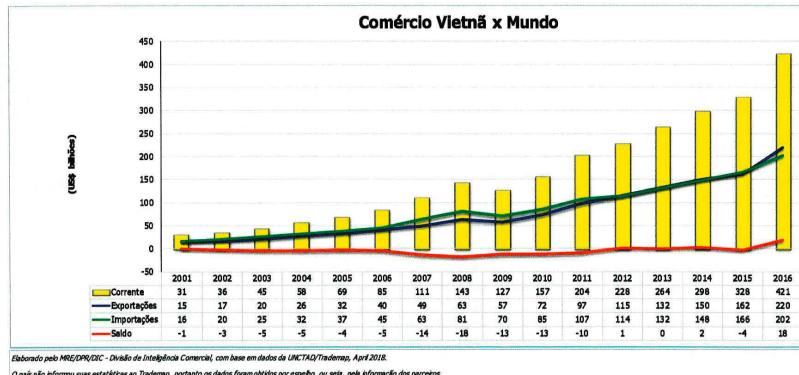


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC/SECO/Mincemb, Abril de 2018.

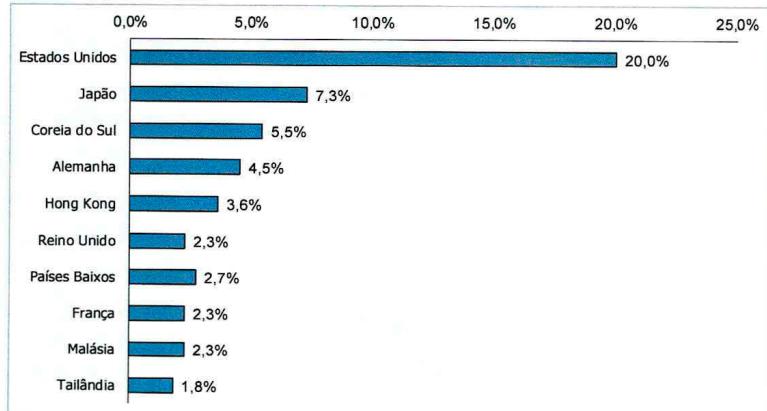
24



Principais destinos das exportações do Vietnã
US\$ bilhões

| Países | 2016 | Part.% no total |
|---------------------------|------------|-----------------|
| Estados Unidos | 44 | 20,0% |
| Japão | 16 | 7,3% |
| Coreia do Sul | 12 | 5,5% |
| Alemanha | 10 | 4,5% |
| Hong Kong | 8 | 3,6% |
| Reino Unido | 5 | 2,3% |
| Países Baixos | 6 | 2,7% |
| França | 5 | 2,3% |
| Malásia | 5 | 2,3% |
| Tailândia | 4 | 1,8% |
| ... | | |
| Brasil (24º lugar) | 2 | 0,7% |
| Subtotal | 117 | 53,0% |
| Outros países | 103 | 47,0% |
| Total | 220 | 100,0% |

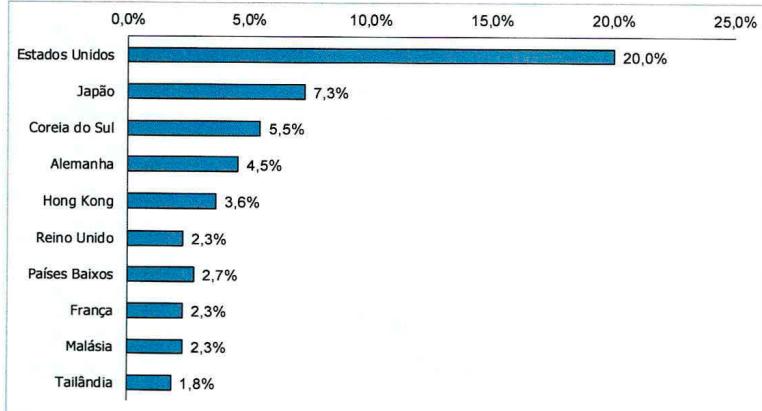
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, April 2018.



Principais destinos das exportações do Vietnã
US\$ bilhões

| Países | 2 0 1 6 | Part.% no total |
|---------------------------|----------------|----------------------------|
| Estados Unidos | 44 | 20,0% |
| Japão | 16 | 7,3% |
| Coreia do Sul | 12 | 5,5% |
| Alemanha | 10 | 4,5% |
| Hong Kong | 8 | 3,6% |
| Reino Unido | 5 | 2,3% |
| Países Baixos | 6 | 2,7% |
| França | 5 | 2,3% |
| Malásia | 5 | 2,3% |
| Tailândia | 4 | 1,8% |
| ... | | |
| Brasil (24º lugar) | 2 | 0,7% |
| Subtotal | 117 | 53,0% |
| Outros países | 103 | 47,0% |
| Total | 220 | 100,0% |

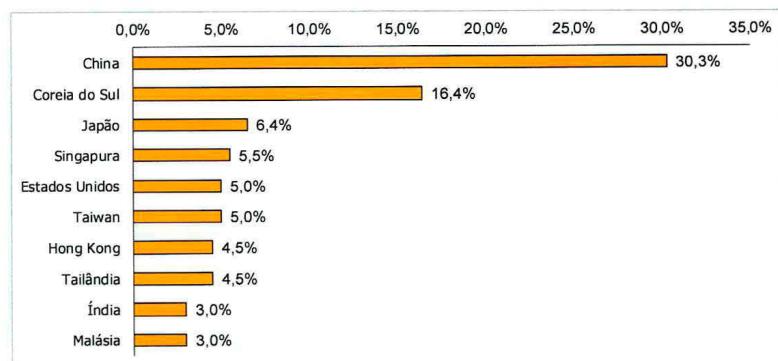
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Principais origens das importações do Vietnã
US\$ bilhões

| Países | 2016 | Part.% no total |
|---------------------------|------------|-----------------|
| China | 61 | 30,3% |
| Coreia do Sul | 33 | 16,4% |
| Japão | 13 | 6,4% |
| Singapura | 11 | 5,5% |
| Estados Unidos | 10 | 5,0% |
| Taiwan | 10 | 5,0% |
| Hong Kong | 9 | 4,5% |
| Tailândia | 9 | 4,5% |
| Índia | 6 | 3,0% |
| Malásia | 6 | 3,0% |
| ... | | |
| Brasil (16º lugar) | 1 | 0,7% |
| Subtotal | 169 | 84,0% |
| Outros países | 32 | 16,0% |
| Total | 202 | 100,0% |

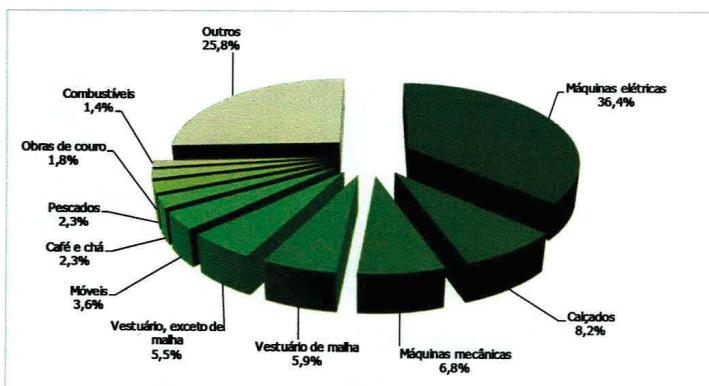
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das exportações do Vietnã (SH2)
US\$ bilhões

| Grupos de Produtos | 2016 | Part.% no total |
|----------------------------|------------|--------------------|
| Máquinas elétricas | 80 | 36,4% |
| Calçados | 18 | 8,2% |
| Máquinas mecânicas | 15 | 6,8% |
| Vestuário de malha | 13 | 5,9% |
| Vestuário, exceto de malha | 12 | 5,5% |
| Móveis | 8 | 3,6% |
| Café e chá | 5 | 2,3% |
| Pescados | 5 | 2,3% |
| Obras de couro | 4 | 1,8% |
| Combustíveis | 3 | 1,4% |
| Subtotal | 163 | 74,2% |
| Outros | 57 | 25,8% |
| Total | 220 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

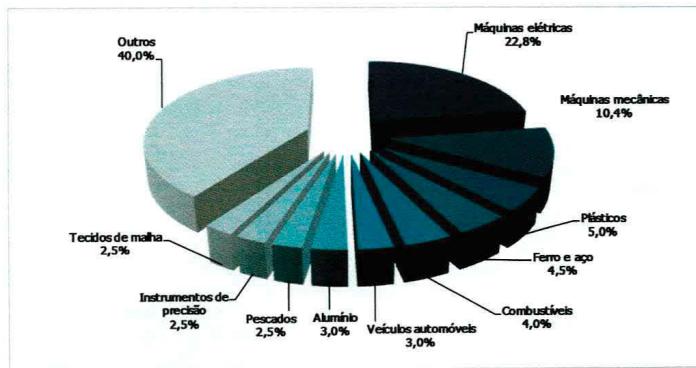


Composição das importações do Vietnã (SH2)
US\$ bilhões

| Grupos de produtos | 2016 | Part.% no total |
|--------------------------|------------|-----------------|
| Máquinas elétricas | 46 | 22,8% |
| Máquinas mecânicas | 21 | 10,4% |
| Plásticos | 10 | 5,0% |
| Ferro e aço | 9 | 4,5% |
| Combustíveis | 8 | 4,0% |
| Veículos automóveis | 6 | 3,0% |
| Alumínio | 6 | 3,0% |
| Pescados | 5 | 2,5% |
| Instrumentos de precisão | 5 | 2,5% |
| Tecidos de malha | 5 | 2,5% |
| Subtotal | 121 | 60,0% |
| Outros | 81 | 40,0% |
| Total | 202 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

10 principais grupos de produtos importados



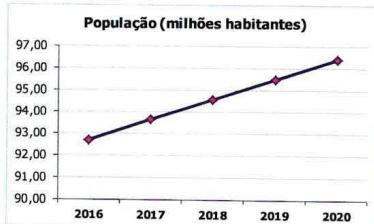
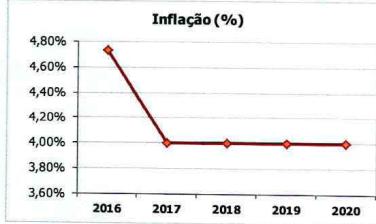
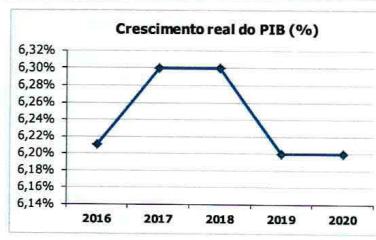
Principais indicadores socioeconômicos do Vietnã

| Indicador | 2016 | 2017 | 2018 ⁽¹⁾ | 2019 ⁽¹⁾ | 2020 ⁽¹⁾ |
|--|--------|--------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Crescimento real do PIB (%) | 6,21% | 6,30% | 6,30% | 6,20% | 6,20% |
| PIB nominal (US\$ bilhões) | 201,31 | 215,96 | 234,69 | 255,67 | 277,79 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 2.172 | 2.306 | 2.482 | 2.677 | 2.881 |
| PIB PPP (US\$ bilhões) | 595,37 | 643,90 | 697,75 | 756,83 | 820,66 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 6.423 | 6.876 | 7.378 | 7.925 | 8.512 |
| População (milhões habitantes) | 92,69 | 93,64 | 94,58 | 95,49 | 96,41 |
| Desemprego (%) | 2,33% | 2,33% | 2,33% | 2,33% | 2,33% |
| Inflação (%) ⁽²⁾ | 4,74% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 4,09% | 1,29% | 1,45% | 0,88% | 0,50% |
| Dívida externa (US\$ bilhões) | 86,95 | 96,64 | 107,54 | 115,93 | 124,20 |
| Câmbio (D / US\$) ⁽²⁾ | 22,74 | 22,69 | 23,25 | 23,74 | 24,00 |
| Origem do PIB (2017 Estimativa) | | | | | |
| Agricultura | | | 15,9% | | |
| Indústria | | | 32,7% | | |
| Serviços | | | 41,3% | | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da ETU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas PMI e ETU.

(2) Média do período.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 74, DE 2018

(nº 389/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 389

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Os méritos da Senhora Glivânia Maria de Oliveira que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de julho de 2018.



EM nº 00164/2018 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, ministra de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 356 - C. Civil.

Em 11 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA

CPF.: 270.547.481-15

ID.: 9067 MRE

1962 Filha de João Teófilo de Oliveira e Zilda Lara de Oliveira, nasce em 19 de janeiro, em Monte Carmelo/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF

1985 CPCD - IRBr

1992 Mestrado em Teoria Política pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido

1996 CAD - IRBr

2007 CAE - IRBr, A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do CSNU.

Cargos:

1986 Terceira-secretária

1991 Segunda-secretária

1999 Primeira-secretária, por merecimento

2003 Conselheira, por merecimento

2007 Ministra de segunda classe, por merecimento

2013 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1987-1990 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, assistente

1988 Embaixada em Bissau, Encarregada de Negócios em missão transitória

1990-1993 Licença Extraordinária

1993-1996 Embaixada em Varsóvia, segunda-secretária

1996-2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, assistente e assessora

1999-2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, chefe, substituta

2000-2001 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente

2001-2004 Embaixada em Londres, primeira-secretária

2004-2008 Divisão das Nações Unidas, chefe

2008-2010 Embaixada em Assunção, ministra-conselheira

2010-2011 Secretaria-Geral, chefe de Gabinete

2011-2013 Diretora do Departamento de Organismos Internacionais

2013-2014 Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores

2015 Consulado-Geral do Brasil em Boston, cônsul-geral

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

2013 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

2013 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

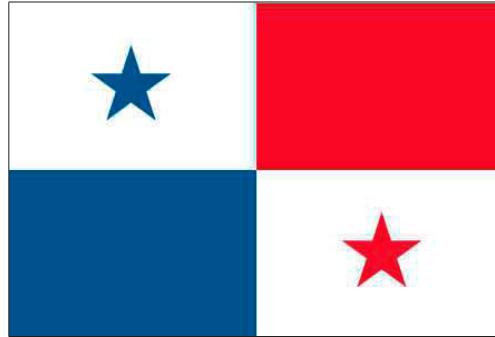
ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe
 Departamento da América Central, do México e do Caribe
 Divisão do México e da América Central

PANAMÁ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2018



DADOS BÁSICOS

| | |
|---|--|
| NOME OFICIAL | República do Panamá |
| GENTÍLICO | Panamenho |
| CAPITAL | Cidade do Panamá |
| ÁREA | 74.340 km ² |
| POPULAÇÃO (2017, FMI) | 4,2 milhões |
| IDIOMAS | Espanhol; inglês |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES | Católicos (85%); protestantes (15%); |
| SISTEMA POLÍTICO | República presidencialista |
| PODER LEGISLATIVO | Unicameral: Assembleia Nacional (<i>Asamblea Nacional de Panamá</i>) com 71 assentos |
| CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO | Juan Carlos Varela (desde julho de 2014) |
| VICE-PRESIDENTE E MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES | Isabel Saint Malo de Alvarado (desde julho de 2014) |
| PIB NOMINAL (2017, FMI est.) | US\$ 56,02 bilhões |
| PIB NOMINAL PER CAPITA (2017, FMI est.) | US\$ 13.441,00 |
| PIB PPP (2017, FMI est.) | US\$ 95,87 bilhões |
| PIB PER CAPITA PPP (2017, FMI est.) | US\$ 23.002 |
| CRESCIMENTO DO PIB (FMI) | 5,4% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015); 6,2% (2014); 8,4% (2013); 10,8% (2012); |
| IDH (PNUD, 2017) | 0,780 (60 ^a posição entre 188 países) |
| EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015) | 77,6 anos |
| ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2015) | 94,1 % |
| DESEMPREGO (FMI, 2017 est.) | 4,5% |
| UNIDADE MONETÁRIA | Balboa (US\$ 1 = 1 \$B, paridade por lei) |
| EMBAIXADOR NO PANAMÁ | Flavio Helmold Macieira |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA | Edwin Emilio Vergara Cárdenas |
| COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA | Estimada em 2000 pessoas |

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

| Brasil-Panamá | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|-------|-------|-------|-------|
| Intercâmbio | 416,3 | 220,6 | 382,0 | 439,2 | 413,4 | 4.434,7 | 371,3 | 313,5 | 317,1 | 643,0 |
| Exportações (FOB) | 391,3 | 210,2 | 367,2 | 418,7 | 397,4 | 4.423,1 | 361,9 | 304,7 | 308,6 | 633,0 |
| Importações (FOB) | 25,0 | 10,4 | 14,8 | 20,5 | 16,0 | 11,6 | 9,4 | 8,8 | 8,5 | 10,0 |
| Saldo | 366,3 | 199,8 | 352,4 | 398,2 | 381,4 | 4.411,5 | 352,5 | 295,9 | 300,1 | 623,0 |

Informação elaborada em 05/04/2018 pelo SS Antonio Bidart e revisada pelo Cons. Marcio Rebouças e pelo SS Daniel Ferreira Magrini.



APRESENTAÇÃO

A República do Panamá ocupa o extremo sul do istmo da América Central, conectando as duas massas continentais da América. Essa característica geográfica molda a estrutura econômica do país, que tem como base as receitas do Canal do Panamá e o rápido desenvolvimento do aeroporto de Tocumen como *hub* de conexões para voos regionais. O país tem se destacado pelo rápido crescimento econômico, baseado em modelo de economia aberta com crescentes fluxos internacionais, ao lado de significativo investimento em infraestrutura, entre os quais se destaca a inauguração do novo conjunto de eclusas do canal.

PERFIL BIOGRÁFICO

Juan Carlos Varela – Presidente



Juan Carlos Varela nasceu na Cidade do Panamá e estudou no *Georgia Institute of Technology*, nos Estados Unidos, onde recebeu o título de bacharel em Engenharia Industrial, em 1985. No setor privado, exerceu a vice-presidência da empresa *Varela Hermanos*, de propriedade de sua família, entre 1985 e 2008. Iniciou a vida política na década de 1970 e participou de diversas campanhas presidenciais. Em 2004, liderou o movimento renovador no *Partido Panameñista*, que preside desde 2006. Foi vice-presidente do governo de Ricardo Martinelli (2009-2014), tendo também exercido o cargo de ministro das Relações Exteriores de julho de 2009 a agosto de 2011. Venceu as eleições



presidenciais de maio de 2014 e assumiu a presidência do Panamá em julho do mesmo ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil realizou, ainda em 1903, gestões junto à Argentina e ao Chile para o reconhecimento imediato da independência panamenha. Em 1907, o primeiro representante diplomático brasileiro junto ao governo do Panamá, Antonio da Fontoura Xavier, entregou suas credenciais. No ano seguinte, o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro foi nomeado.

O presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a primeira visita presidencial brasileira ao Panamá, em 2002, em reciprocidade à visita oficial da presidente Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, ocasião em que foram assinados memorandos de entendimento sobre temas financeiros e acordos de cooperação científica, penal e diplomática. Em 2000, ambos os presidentes se encontraram por ocasião da Cúpula Ibero-Americana, realizada na cidade do Panamá.

O presidente Martin Torrijos veio ao Brasil duas vezes em 2004 e uma vez em 2007, quando foram assinados acordos sobre serviços aéreos e cooperação turística, além de memorandos sobre cooperação cultural, esportiva e científica.

O presidente Luis Inácio Lula da Silva visitou a Cidade do Panamá, ainda em 2007, ocasião em que se firmaram três tratados sobre matéria penal. O presidente Torrijos veio mais uma vez ao Brasil, em 2008, para a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Em 2009, Ricardo Martinelli, ainda na condição de presidente eleito, encontrou-se com o então presidente Lula em Brasília. Finalmente, em 2015, o Panamá sediou a VII Cúpula das Américas, com a presença da presidente Dilma Rousseff.

Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.

A importância que o Panamá adquiriu como economia dinâmica e base logística de comércio e serviços justifica o empenho do Brasil na consolidação dos laços entre os dois países.

O presidente Juan Carlos Varela definiu a área social como prioridade de seu governo e vem implementando diversos programas nessa área. Juan Carlos Varela defende uma "democracia funcional", com plena e efetiva garantia dos



direitos dos cidadãos. O Brasil tem experiência no combate à pobreza, e há espaço para o estabelecimento de cooperação e diálogo com o Panamá em áreas sociais.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1º de março de 1983. A última reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica foi realizada em dezembro de 2010.

Em razão do quadro de restrições orçamentárias da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a partir do ano 2011, o programa de cooperação com o Panamá teve significativa redução em sua execução.

No início de 2017, a Embaixada do Brasil manifestou interesse na reativação do programa. A ABC respondeu favoravelmente à solicitação e aguarda a oficialização das áreas de interesse dos projetos para início das tratativas com as instituições brasileiras.

Classificação do Panamá como “País de Tributação Favorecida”

O Panamá integra a lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil (RFB). O tema é objeto de gestões do governo panamenho, que pleiteia a exclusão do país. De acordo com a RFB, em informação transmitida ao lado panamenho em dezembro de 2017, o Panamá deve assinar um Acordo de Autoridade Competente (CAA) e rever suas alíquotas de tributação para que o Brasil possa retirá-lo da lista de países com tributação favorecida.

O Panamá participa do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias (FG) do G20/OCDE, em cujo âmbito manifestou compromisso com a melhoria do seu sistema tributário e com a implementação, até 2018, de mecanismos para troca automática de informações tributárias com outros países.

Em fevereiro de 2018, o governo panamenho emitiu lista de 20 países que praticariam “discriminação” contra interesses econômico-financeiros panamenhos, por definirem o país como paraíso fiscal. O Brasil está incluído na lista, ao lado de Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Peru, Uruguai, Venezuela, Croácia, Eslovênia, Estônia, França, Grécia, Lituânia, Polônia, Portugal, Cameroun, Geórgia, Rússia e Sérvia. Após divulgar essa lista, o



governo panamenho procederia a negociações diplomáticas com os países citados. Em caso de insucesso nas negociações, o Panamá indicou que estudará a adoção de medidas retaliatórias contra interesses fiscais daqueles países.

Assuntos Consulares

A embaixada do Brasil na Cidade do Panamá é a responsável pelos serviços consulares brasileiros no país. A comunidade brasileira no Panamá é estimada em cerca de 2000 cidadãos, divididos em três grupos principais: mulheres brasileiras casadas com panamenhos que estudaram no Brasil; executivos de empresas brasileiras ou de empresas multinacionais com operações no Panamá; e profissionais que chegam ao Panamá em busca de emprego.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há operações vigentes de financiamento brasileiros no Panamá.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma república presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder. A imprensa é livre, e as organizações sociais manifestam-se com vigor.

O Panamá realizou as últimas eleições gerais em maio de 2014. Para o cargo de presidente da República, foi eleito Juan Carlos Varela, do Partido Panameñista. Também foram renovados os 71 assentos da Assembleia Nacional, escolhidos 77 prefeitos e eleitos 20 deputados ao Parlamento Centro-Americano.

As eleições consagraram a divisão política do país em três blocos, correspondentes aos três grandes partidos políticos. A divisão também se refletiu no compartilhamento do poder: o Partido Panameñista obteve a presidência e a prefeitura da capital; o Partido Revolucionário Democrático (PRD) conquistou a maioria dos cargos executivos municipais; e o Câmbio Democrático (CD), partido do ex-presidente Ricardo Martinelli, manteve maioria na Assembleia.

Juan Carlos Varela venceu as eleições com 39% dos votos contra 32% do candidato do governo, José Domingo Arias, e 27,5% de Juan Carlos Navarro, do PRD. Embora tenha sido vice-presidente e chanceler (durante a primeira metade do mandato) de Martinelli, Juan Carlos Varela rompeu com o presidente e



transformou-se em seu principal opositor.

O presidente Varela tem enfatizado a importância da institucionalidade e da transparéncia e do combate à corrupção como diretrizes de seu governo. Nesse sentido, propôs uma reforma constitucional, que tem sido adiada em vista das dificuldades de obter apoio na Assembleia Nacional.

Varela tem manifestado preocupação com a área social, promovendo eventos para divulgar ações de caráter social no âmbito dos Objetivos do Milênio e do Desenvolvimento Sustentável, como o programa "Biocomunidade", de atenção multissetorial a comunidades carentes. Além disso, o governo tem investido na infraestrutura e base logística do país, com projetos como a reurbanização de Colón e a expansão do metrô.

Em 5 de maio de 2019 serão realizadas eleições gerais, com mandatos que cobrirão o período 2019-2024 (5 anos). O presidente Juan Carlos Varela tenciona promover série de inaugurações de obras que deverão incluir dois grandes projetos a cargo da construtora Odebrecht: o terminal dois do aeroporto de Tocumen e a linha 2 do Metropolitano da capital.

Processo Judicial contra o ex-Presidente Ricardo Martinelli

Em votação unânime, durante sessão extraordinária realizada em janeiro de 2015, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) acatou pedido de abertura de processo judicial contra o ex-presidente Ricardo Martinelli, com base em acusações de crimes contra a administração pública relacionados ao Fundo de Investimento Social, atual Programa de Ajuda Nacional (PAN).

A defesa do ex-presidente apresentou recurso ao TSJ sustentando que somente o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), do qual Martinelli é membro, poderia suspender o foro privilegiado de que goza o ex-presidente. Ricardo Martinelli declarou-se vítima de perseguição política por parte do governo panamenho e partiu para os EUA. Martinelli foi preso em Miami em junho de 2017, tendo sido extraditado de volta ao Panamá em junho de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia panamenha tem empreendido esforços para alçar o país à condição de centro regional de diplomacia multilateral, favorecendo a instalação, no país, de escritórios de agências do sistema ONU e de organismos latino-americanos. Nesse contexto, o Panamá sediou diversos eventos regionais,



como a Cúpula Ibero-Americana, em 2013, o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em 2014, e a VII Cúpula das Américas, em 2015. Em 2019, organizará a Jornada Mundial da Juventude.

O país também ambiciona consolidar-se como centro de negócios internacionais e elo logístico para a América Latina. Desse modo, tem procurado ampliar sua participação no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como estratégia de inserção e ampliação de sua influência na região. O Panamá também concluiu, em 2012, processo de adesão à ALADI, convertendo-se no 13º país-membro da Associação. A adesão à Aliança para o Pacífico tem sido promovida como um dos principais objetivos de política externa do país.

O Panamá considera a OEA um fórum político primordial da região, no qual os temas de interesse comum devem ser debatidos independentemente de sua discussão em outros agrupamentos regionais.

A exemplo do restante da América Central, a agenda bilateral panamenha com os EUA também contempla temas de segurança e de combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro. A expansão do Canal do Panamá representa elemento de interesse comum.

Em Junho de 2012, o Panamá assinou o Acordo de Associação União Europeia (UE)-América Central. O acordo prevê diálogo político, cooperação e a formação de uma área de livre comércio. A UE representa um dos principais mercados de destino das exportações panamenhas.

O país também possui acordos de livre comércio em vigor com o Chile e, desde maio de 2012, com o Peru. Em 2015, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio (TLC) com o México, que deverá possibilitar a participação do Panamá na Aliança do Pacífico.

Estabelecimento de Relações Bilaterais com a China

O principal evento recente de política externa no Panamá foi o reconhecimento da China continental em julho de 2017, com o consequente rompimento de relações com Taiwan. Em novembro de 2017, Juan Carlos Varela inaugurou a embaixada do Panamá em Pequim. Varela reafirmou o respeito panamenho à política de uma só China. Foram assinados cerca de 20 instrumentos, além do anúncio de estudo conjunto de viabilidade de acordo de livre comércio. Anunciou-se o estabelecimento de linha aérea regular entre Pequim e o Panamá. Um dos acordos prevê a instalação de sede regional do Banco de Desenvolvimento da China no Panamá para financiamento de projetos de infraestrutura. Um novo consulado em Xangai poderá registrar navios sob



bandeira panamenha.

Relações com a Venezuela

À medida que se aprofunda a crise venezuelana, nota-se evolução na perspectiva panamenha relativa ao tema, anteriormente mais inclinada à manutenção de relacionamento cordial com o regime de Maduro. Em março de 2018, o presidente Varela demonstrou preocupação com o influxo de migrantes daquele país. Estimou que seu país hospeda cerca de 100 mil venezuelanos e alertou para a possibilidade de desastre humanitário. No mês seguinte, o Panamá decretou "sanções" contra 55 pessoas físicas e 16 pessoas jurídicas venezuelanas – decisão que lhe angariou medidas retaliatórias de Caracas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. No quinquênio 2011-2016, cresceu em média 8,4% anuais, registrando índices superiores a 10% em 2011 e 2012 (FMI).

Em 2017, a economia do Panamá cresceu 5,4% e deverá se expandir 5,6% em 2018. As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram: o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil e o investimento público.

Embora a economia panamenha se mantenha como a de maior crescimento na região, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais. O exercício de 2017 foi o quarto ano consecutivo com aumento marginal do desemprego (6%); ao passo que nos primeiros três anos e meio da administração de Varela, a dívida do setor público não-financeiro (SPNF) aumentou em US\$ 5.827 bilhões. Cifras do ministério de Economia e Finanças indicam que, em 2015, a dívida pública alcançava US\$ 10.289 bilhões.

O crescimento panamenho tem sido impulsionado por investimentos governamentais em infraestrutura. Entre os novos projetos, destacam-se: o terminal 2 do aeroporto de Tocumen; as linhas 2 e 3 do metrô; a recuperação física da cidade portuária de Colón; a ampliação da Carretera Panamericana; a Quarta Ponte sobre o Canal; a linha de transmissão elétrica Colômbia-Panamá e o porto de Corozal. Recentemente, foi concluída a ampliação do Canal do



Panamá.

Os investimentos governamentais visam à transformação do Panamá em polo de comércio, serviços, negócios e ecoturismo. O presidente Varela tem reafirmado, nesse contexto, a vocação panamenha de centro mundial de transportes e logística. As zonas francas de Colón e Panamá Pacífico têm fundamental importância nessa estratégia, pois oferecem incentivos logísticos, fiscais, burocráticos, jurídicos, migratórios e trabalhistas.

Em seu relatório de revisão, o FMI avaliou positivamente o desempenho macroeconômico e o crescimento do Panamá, mas alertou para a vulnerabilidade do país a choques externos e enfatizou a importância da adoção de medidas de fortalecimento fiscal, em equilíbrio com esforços de estabilidade financeira e crescimento sustentável e inclusivo.

Ainda no que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com escassa produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do canal e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento - com forte contraste entre a evolução da renda e da produção - age para prevenir, matizar ou, mesmo, mascarar situações de crise nos setores econômicos desconectados diretamente das atividades do Canal de Panamá.

Comércio Bilateral

Em 2017, o comércio entre Brasil e Panamá totalizou US\$ 643,0 milhões, resultado 102,8% superior ao registrado em 2016 (US\$ 317,1 milhões). As exportações brasileiras somaram US\$ 633,0 milhões, o que equivale a 98,4% do total da corrente de comércio. Em 2016, as exportações atingiram US\$ 308,6 milhões.

As importações brasileiras totalizaram US\$ 10,0 milhões em 2017, cifra 17,6% superior à registrada em 2016 (US\$ 8,5 milhões). A balança bilateral é marcadamente favorável ao Brasil, com superávit de US\$ 623,0 milhões em 2017.

As exportações brasileiras para o Panamá são compostas principalmente por produtos manufaturados, também responsáveis pela maior parte das importações oriundas do Panamá em 2015. As principais exportações brasileiras são petróleo, máquinas e equipamentos, sementes, combustíveis e lubrificantes para aeronaves e chapas de alumínio. As principais importações são resíduos de alumínio, peixes congelados, memórias digitais e equipamentos eletrônicos.



Investimentos Bilaterais

Diversos indicadores internacionais posicionam o Panamá como um dos melhores países na América Latina para a realização de negócios e investimentos. Os fatores atrativos para investimentos no Panamá relacionam-se à sua posição geográfica, à boa conectividade, ao elevado grau de abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica, bem como à existência de centro financeiro internacional.

Empresas brasileiras mantêm participação ativa na modernização da infraestrutura do país. Entre elas, destacam-se Cugnier, Eletrobras, Galores, Ibope, OAS, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e a Odebrecht. Essa última mantém grande carteira de obras no país e, em 2017, assinou acordo de leniência com o Ministério Público panamenho, em agosto de 2017, pelo qual se compromete a pagar US\$ 220 milhões, após a admissão de pagamentos irregulares a altos funcionários da administração pública do Panamá. A empresa devolveu a concessão da hidrelétrica de Chan II e deverá abster-se de disputar novas obras no país centroamericano no futuro próximo.



CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ

| | |
|------|---|
| 1501 | Descoberta do território, que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas. |
| 1519 | Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila (“Pedrarias”). |
| 1671 | A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio. |
| 1673 | Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original. |
| 1821 | Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo. |
| 1826 | O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar. |
| 1848 | A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA. |
| 1855 | Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá. |
| 1881 | Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps. |
| 1889 | Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal. |
| 1899 | Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores. |
| 1902 | Fim da Guerra dos Mil Dias. |
| 1903 | Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA. |
| 1914 | Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá. |
| 1936 | Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA. |
| 1948 | Criação da Zona Franca de Colón. |
| 1955 | A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá pelo arrendamento do Canal. |
| 1964 | Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o governador da |



| | |
|------|--|
| | Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para reprimir as manifestações. |
| 1965 | Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa. |
| 1968 | Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo general Omar Torrijos. |
| 1977 | Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração do Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país. |
| 1981 | O general Omar Torrijos morre em acidente aéreo. |
| 1989 | O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alcçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusaçao de tráfico internacional de drogas. |
| 1992 | Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército. |
| 1994 | Ernesto Pérez Balladares é eleito presidente. |
| 1999 | Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá. |
| 2004 | Martín Torrijos, filho do general Omar Torrijos, é eleito presidente. |
| 2009 | Ricardo Martinelli é eleito presidente. |
| 2014 | Juan Carlos Varela é eleito presidente. |
| 2016 | Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá. |

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ

| | |
|------|--|
| 1904 | Reconhecimento da independência do Panamá pelo governo brasileiro |
| 1907 | Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao governo do Panamá, residente em Havana. |
| 1908 | Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, presidente da República. |
| 1944 | Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce. |



| | |
|------|--|
| 1947 | Entrada em vigor do Convênio Cultural. |
| 1954 | Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá. |
| 1956 | Participação do presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá |
| 1989 | Invasão do Panamá pelos EUA. O governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha. |
| 2000 | presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826. |
| 2001 | Visita oficial da presidente Mireya Moscoso ao Brasil. |
| 2002 | Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá. |
| 2003 | Celebração do centenário da independência do Panamá. O senador Eduardo Suplicy representou o presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à presidência, ao Brasil. |
| 2004 | Posse do presidente Martín Torrijos. O vice-presidente José Alencar representou o presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como presidente eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo EMBRAER-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais. |
| 2006 | Visita do ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial. |
| 2007 | Visita do presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Visita do presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto. |
| 2008 | Missão do IPHAN ao Panamá. Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo senador Heráclito Fortes. Visita do presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe. |
| 2009 | Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de presidente eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o presidente Lula da Silva. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, representou o presidente da República na cerimônia de posse de Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas. |



| | |
|------|---|
| 2010 | Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber. |
| 2011 | Visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da União Interparlamentar. |
| 2012 | Visita do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano. |
| 2013 | O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano |
| 2014 | Juan Carlos Varela é eleito presidente em maio. O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). |
| 2015 | A vice-ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da presidente Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da presidente Dilma Rousseff. |
| 2016 | Em dezembro, a embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá. Em dezembro, representantes dos Ministérios Públicos dos dois países anunciam entendimento relativo à assistência judiciária. |
| 2018 | Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo. |

ATOS BILATERAIS

| Título | Assinatura | Vigência | Publicação no DOU |
|---|------------|----------|-------------------|
| Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais | 10/08/2007 | Em Vigor | 12/07/2013 |
| Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal | 10/08/2007 | Em Vigor | 03/11/2011 |
| Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a | 10/08/2007 | Em Vigor | 20/05/2010 |



| | | | |
|---|------------|----------|------------|
| República do Panamá | | | |
| Acordo de Cooperação na Área do Turismo | 25/05/2007 | Em Vigor | 31/03/2009 |
| Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá | 25/05/2007 | Em Vigor | 26/10/2009 |
| Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países | 21/08/2001 | Em Vigor | 11/11/2005 |
| Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado | 21/08/2001 | Em Vigor | 23/10/2001 |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico | 10/04/2000 | Em Vigor | 14/07/2000 |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns | 10/04/2000 | Em Vigor | 09/06/2000 |
| Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá. | 09/04/1981 | Em Vigor | 03/12/1982 |
| Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá. | 06/03/1944 | Em Vigor | 13/09/1946 |



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

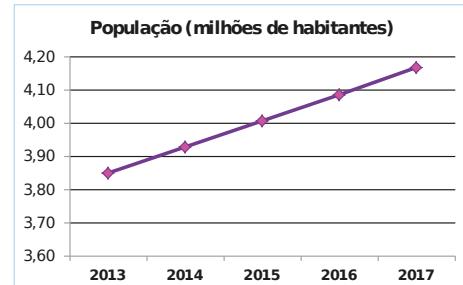
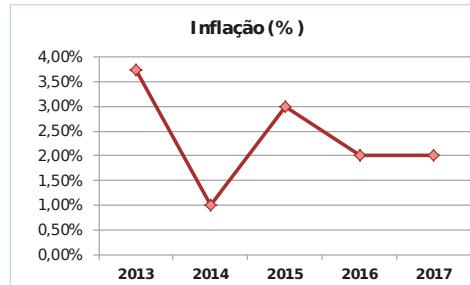
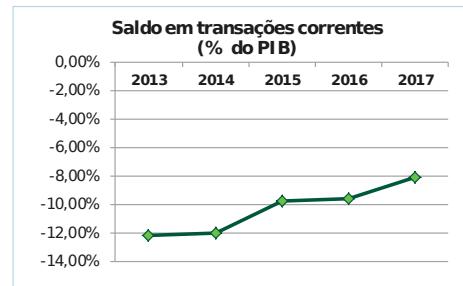
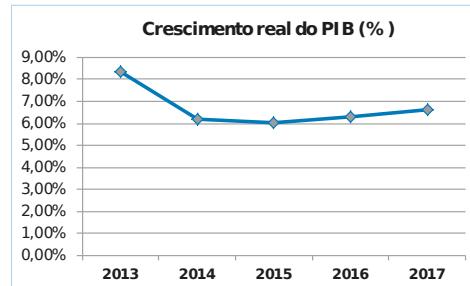
Principais indicadores socioeconômicos do Panamá

| Indicador | 2013 | 2014 | 2015 ⁽¹⁾ | 2016 ⁽¹⁾ | 2017 ⁽¹⁾ |
|--|---------|---------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Crescimento real do PIB (%) | 8,37% | 6,19% | 6,01% | 6,30% | 6,60% |
| PIB nominal (US\$ bilhões) | 40,39 | 43,78 | 47,47 | 51,53 | 56,03 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 10.489 | 11.146 | 11.850 | 12.609 | 13.441 |
| PIB PPP (US\$ bilhões) | 71,12 | 76,77 | 82,18 | 88,40 | 95,88 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 18.470 | 19.546 | 20.512 | 21.632 | 23.002 |
| População (milhões de habitantes) | 3,85 | 3,93 | 4,01 | 4,09 | 4,17 |
| Desemprego (%) | 4,10% | 4,82% | 4,50% | 4,50% | 4,50% |
| Inflação (%) ⁽²⁾ | 3,74% | 1,01% | 3,00% | 2,00% | 2,00% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -12,18% | -12,01% | -9,79% | -9,61% | -8,12% |
| Dívida externa (US\$ bilhões) | 16,47 | 18,38 | 20,02 | 21,74 | 23,27 |
| Câmbio (B / US\$) ⁽²⁾ | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Origem do PIB (2015 Estimativa) | | | | | |
| Agricultura | | | 3,0% | | |
| Indústria | | | 20,0% | | |
| Serviços | | | 77,0% | | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



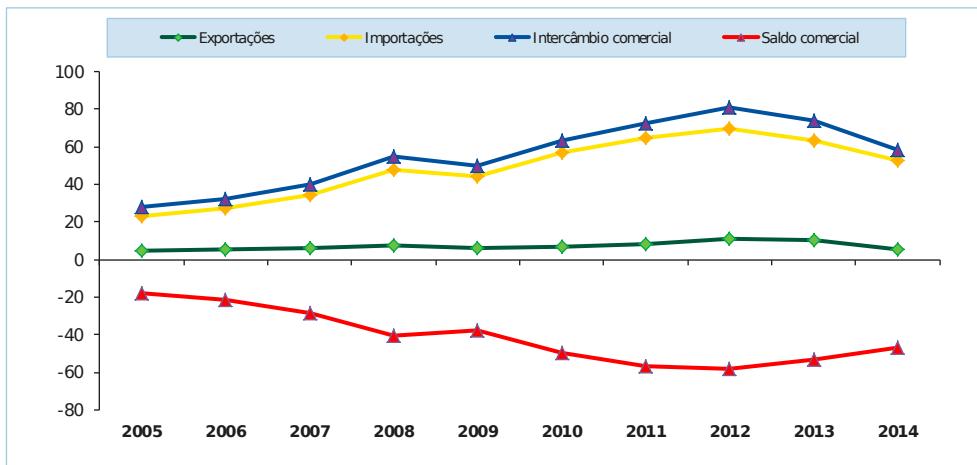
Evolução do comércio exterior do Panamá
US\$ bilhões

| Anos | Exportações | | Importações | | Intercâmbio comercial | | Saldo comercial |
|-------------------------|--------------|-----------------------------------|---------------|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------|
| | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | |
| 2005 | 4,81 | 39,1% | 23,05 | 18,6% | 27,86 | 21,7% | -18,24 |
| 2006 | 5,48 | 14,0% | 27,05 | 17,4% | 32,53 | 16,8% | -21,57 |
| 2007 | 5,83 | 6,4% | 34,01 | 25,7% | 39,84 | 22,5% | -28,18 |
| 2008 | 7,38 | 26,6% | 47,67 | 40,2% | 55,05 | 38,2% | -40,29 |
| 2009 | 6,28 | -15,0% | 43,87 | -8,0% | 50,15 | -8,9% | -37,60 |
| 2010 | 6,75 | 7,5% | 56,58 | 29,0% | 63,32 | 26,3% | -49,83 |
| 2011 | 8,11 | 20,2% | 64,59 | 14,2% | 72,70 | 14,8% | -56,48 |
| 2012 | 11,17 | 37,7% | 69,67 | 7,9% | 80,84 | 11,2% | -58,50 |
| 2013 | 10,33 | -7,6% | 63,60 | -8,7% | 73,92 | -8,6% | -53,27 |
| 2014 | 5,70 | -44,8% | 52,84 | -16,9% | 58,54 | -20,8% | -47,14 |
| Var. % 2005-2014 | 18,5% | -- | 129,3% | -- | 110,2% | -- | n.c. |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



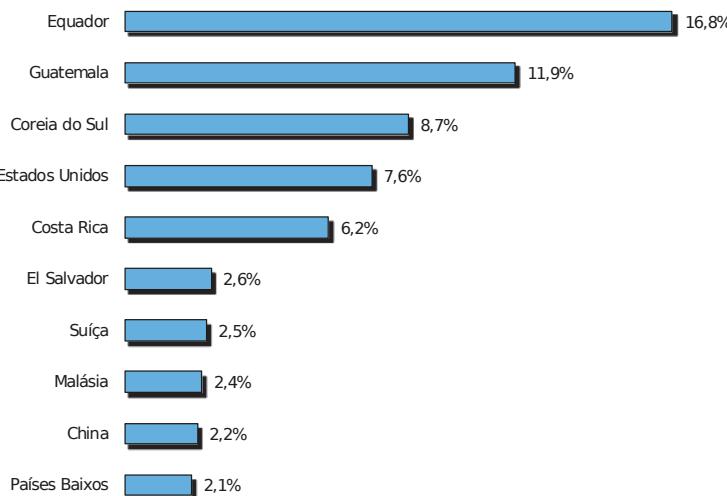
Direção das exportações do Panamá
US\$ bilhões

| Países | 2014 | Part.% no total |
|-----------------------------|-------------|-----------------|
| Equador | 0,96 | 16,8% |
| Guatemala | 0,68 | 11,9% |
| Coreia do Sul | 0,50 | 8,7% |
| Estados Unidos | 0,43 | 7,6% |
| Costa Rica | 0,36 | 6,2% |
| El Salvador | 0,15 | 2,6% |
| Suíça | 0,143 | 2,5% |
| Malásia | 0,135 | 2,4% |
| China | 0,13 | 2,2% |
| Países Baixos | 0,12 | 2,1% |
| ... | | |
| Brasil (55ª posição) | 0,01 | 0,2% |
| Subtotal | 3,60 | 63,1% |
| Outros países | 2,10 | 36,9% |
| Total | 5,70 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



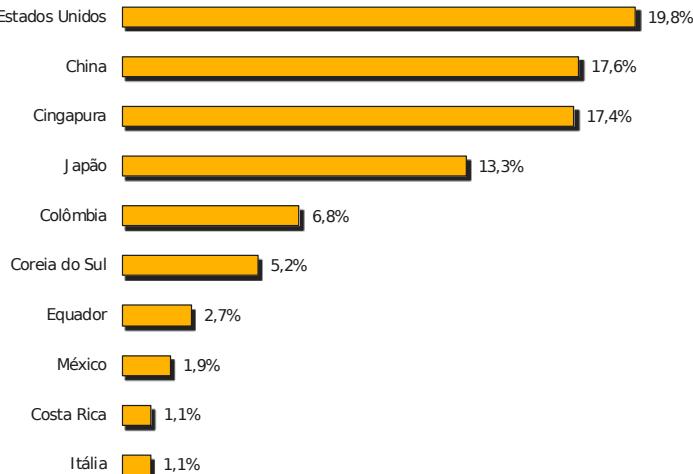
Origem das importações do Panamá
US\$ bilhões

| Países | 2 0 1 4 | Part.% no total |
|-----------------------------|--------------|--------------------|
| Estados Unidos | 10,46 | 19,8% |
| China | 9,31 | 17,6% |
| Cingapura | 9,21 | 17,4% |
| Japão | 7,01 | 13,3% |
| Colômbia | 3,62 | 6,8% |
| Coreia do Sul | 2,77 | 5,2% |
| Equador | 1,41 | 2,7% |
| México | 0,99 | 1,9% |
| Costa Rica | 0,59 | 1,1% |
| Itália | 0,58 | 1,1% |
| ... | | |
| Brasil (14ª posição) | 0,40 | 0,7% |
| Subtotal | 46,34 | 87,7% |
| Outros países | 6,50 | 12,3% |
| Total | 52,84 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



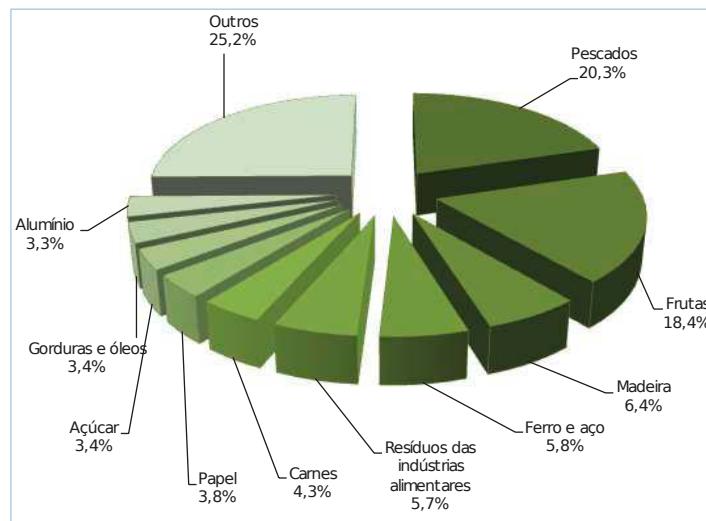
Composição das exportações do Panamá
Em %

| Grupos de Produtos | Part.% no total |
|-------------------------------------|--------------------|
| Pescados | 20,3% |
| Frutas | 18,4% |
| Madeira | 6,4% |
| Ferro e aço | 5,8% |
| Resíduos das indústrias alimentares | 5,7% |
| Carnes | 4,3% |
| Papel | 3,8% |
| Açúcar | 3,4% |
| Gorduras e óleos | 3,4% |
| Alumínio | 3,3% |
| Subtotal | 74,8% |
| Outros | 25,2% |
| Total | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



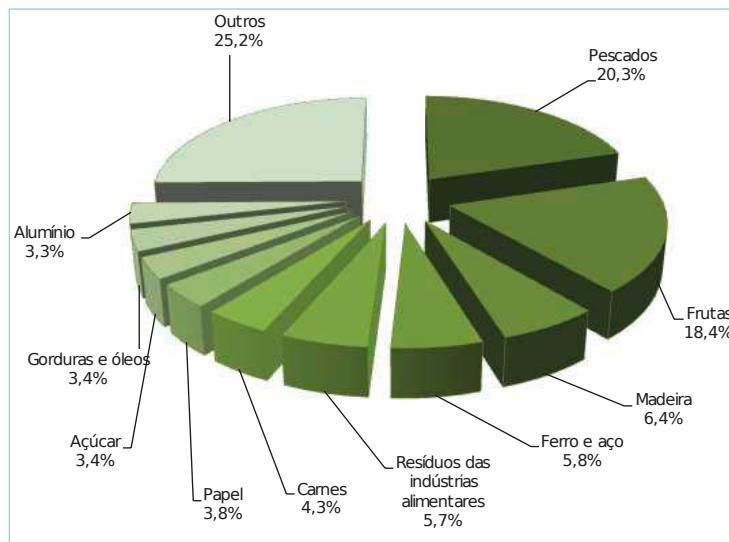
Composição das exportações do Panamá
Em %

| Grupos de Produtos | Part.% no total |
|-------------------------------------|--------------------|
| Pescados | 20,3% |
| Frutas | 18,4% |
| Madeira | 6,4% |
| Ferro e aço | 5,8% |
| Resíduos das indústrias alimentares | 5,7% |
| Carnes | 4,3% |
| Papel | 3,8% |
| Açúcar | 3,4% |
| Gorduras e óleos | 3,4% |
| Alumínio | 3,3% |
| Subtotal | 74,8% |
| Outros | 25,2% |
| Total | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



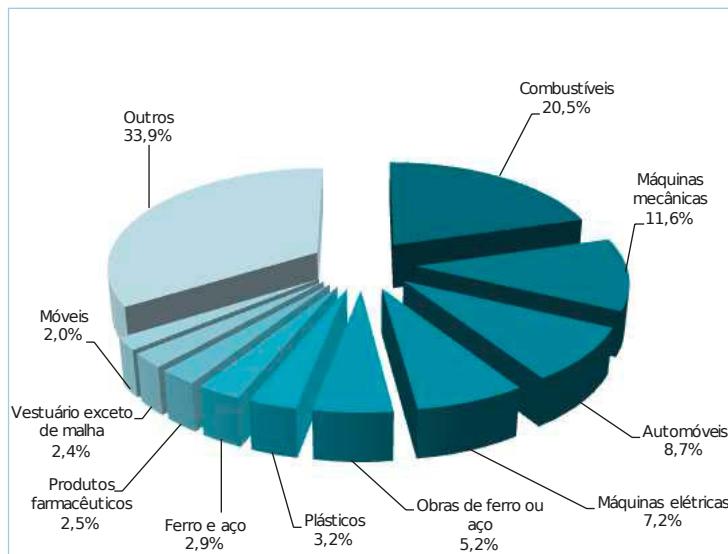
Composição das importações do Panamá
Em %

| Grupos de produtos | Part.% no total |
|---------------------------|--------------------|
| Combustíveis | 20,5% |
| Máquinas mecânicas | 11,6% |
| Automóveis | 8,7% |
| Máquinas elétricas | 7,2% |
| Obras de ferro ou aço | 5,2% |
| Plásticos | 3,2% |
| Ferro e aço | 2,9% |
| Produtos farmacêuticos | 2,5% |
| Vestuário exceto de malha | 2,4% |
| Móveis | 2,0% |
| Subtotal | 66,1% |
| Outros | 33,9% |
| Total | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados

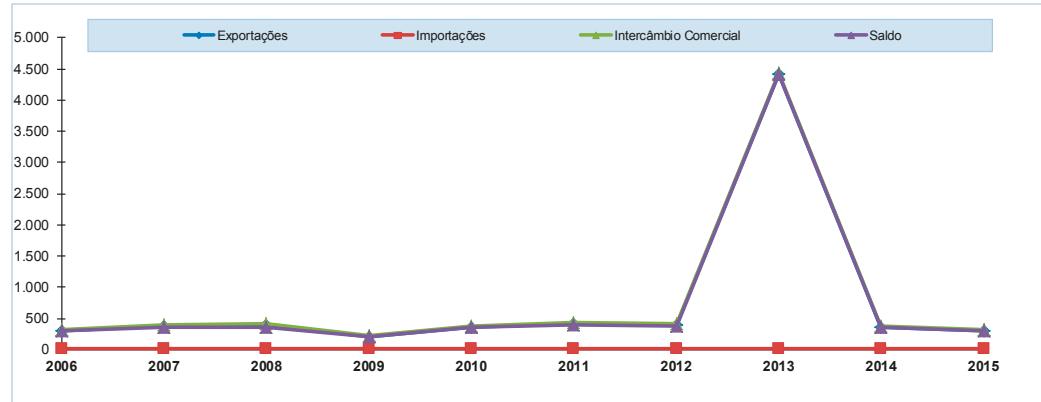


Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Panamá
US\$ milhões

| Anos | Exportações | | | Importações | | | Intercâmbio Comercial | | | Saldo |
|-----------------------------|--------------|--------|----------------------------------|---------------|--------|----------------------------------|-----------------------|--------|----------------------------------|-------|
| | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | |
| 2006 | 306 | 9,9% | 0,22% | 12,84 | -5,5% | 0,01% | 319 | 9,2% | 0,14% | 293 |
| 2007 | 383 | 25,1% | 0,24% | 16,84 | 31,2% | 0,01% | 400 | 25,3% | 0,14% | 366 |
| 2008 | 391 | 2,2% | 0,20% | 25,03 | 48,6% | 0,01% | 416 | 4,1% | 0,12% | 366 |
| 2009 | 210 | -46,3% | 0,14% | 10,44 | -58,3% | 0,01% | 221 | -47,0% | 0,08% | 200 |
| 2010 | 367 | 74,7% | 0,18% | 14,86 | 42,4% | 0,01% | 382 | 73,2% | 0,10% | 352 |
| 2011 | 419 | 14,0% | 0,16% | 20,48 | 37,9% | 0,01% | 439 | 14,9% | 0,09% | 398 |
| 2012 | 397 | -5,1% | 0,16% | 15,98 | -21,9% | 0,01% | 413 | -5,9% | 0,09% | 381 |
| 2013 | 4.423 | (+) | 1,83% | 11,55 | -27,7% | 0,00% | 4.435 | 972,8% | 0,92% | 4.412 |
| 2014 | 362 | -91,8% | 0,16% | 9,40 | -18,6% | 0,00% | 371 | -91,6% | 0,08% | 353 |
| 2015 | 305 | -15,8% | 0,16% | 8,75 | -6,9% | 0,01% | 313 | -15,6% | 0,09% | 296 |
| 2016 (janeiro) | 16,40 | -2,4% | 0,15% | 0,39 | -74,3% | 0,00% | 16,80 | -8,4% | 0,08% | 16,01 |
| Var. % 2006-2015 | -0,4% | -- | -- | -31,8% | -- | -- | -1,7% | -- | n.c. | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(+) Variação superior a 1.000%.

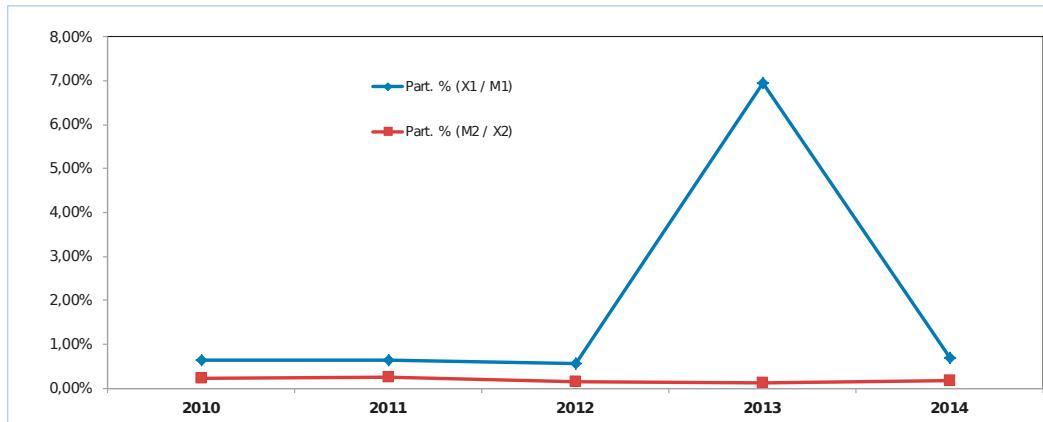
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio do Panamá
US\$ milhões

| Descrição | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var. % 2010/2014 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|---------------------|
| Exportações do Brasil para o Panamá (X1) | 367 | 419 | 397 | 4.423 | 362 | -1,4% |
| Importações totais do Panamá (M1) | 56.579 | 64.590 | 69.669 | 63.598 | 52.840 | -6,6% |
| Part. % (X1 / M1) | 0,65% | 0,65% | 0,57% | 6,95% | 0,68% | 5,5% |
| Importações do Brasil originárias do Panamá (M2) | 14.86 | 20,48 | 15,98 | 11,55 | 9,40 | -36,7% |
| Exportações totais do Panamá (X2) | 6.745 | 8.110 | 11.170 | 10.325 | 5.701 | -15,5% |
| Part. % (M2 / X2) | 0,22% | 0,25% | 0,14% | 0,11% | 0,16% | -25,1% |

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Panamá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

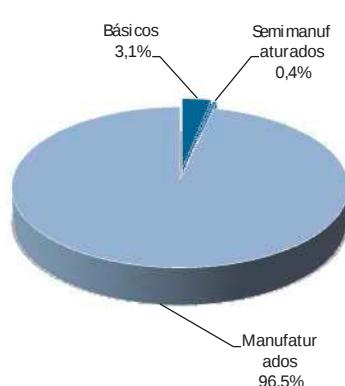


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

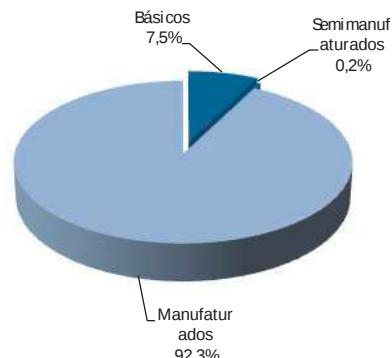
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

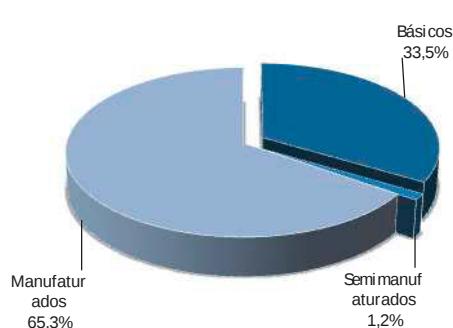


2015

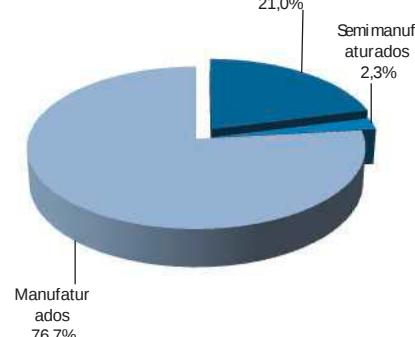


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

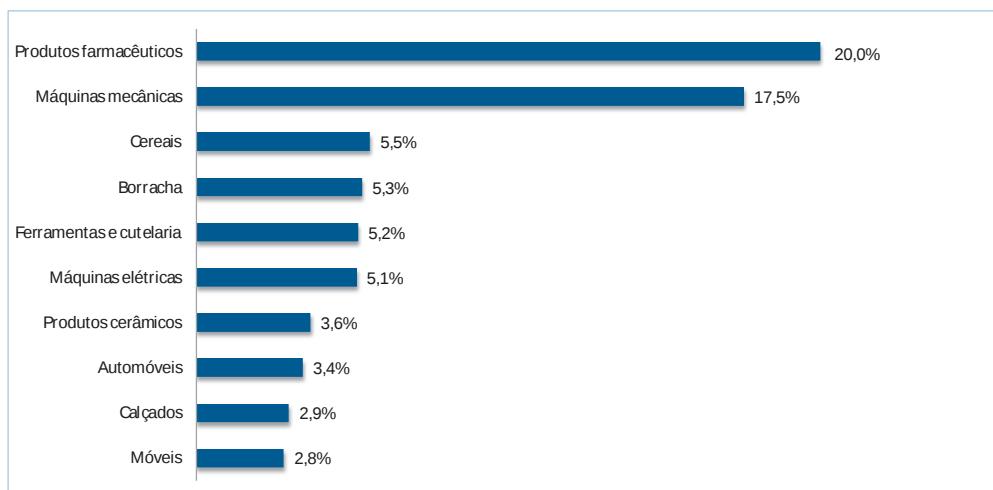
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Panamá
US\$ milhões

| Grupos de Produtos | 2013 | | 2014 | | 2015 | |
|-------------------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Produtos farmacêuticos | 50,0 | 1,1% | 60,4 | 16,7% | 60,8 | 20,0% |
| Máquinas mecânicas | 86,0 | 1,9% | 65,5 | 18,1% | 53,4 | 17,5% |
| Cereais | 34,6 | 0,8% | 4,7 | 1,3% | 16,8 | 5,5% |
| Borracha | 7,9 | 0,2% | 13,3 | 3,7% | 16,1 | 5,3% |
| Ferramentas e cutelaria | 25,8 | 0,6% | 27,0 | 7,4% | 15,7 | 5,2% |
| Máquinas elétricas | 54,7 | 1,2% | 41,1 | 11,4% | 15,5 | 5,1% |
| Produtos cerâmicos | 7,4 | 0,2% | 9,1 | 2,5% | 11,0 | 3,6% |
| Automóveis | 13,5 | 0,3% | 6,9 | 1,9% | 10,3 | 3,4% |
| Calçados | 10,5 | 0,2% | 10,6 | 2,9% | 8,9 | 2,9% |
| Móveis | 6,1 | 0,1% | 7,9 | 2,2% | 8,5 | 2,8% |
| Subtotal | 297 | 6,7% | 246,6 | 68,1% | 217,1 | 71,2% |
| Outros produtos | 4.127 | 93,3% | 115,4 | 31,9% | 87,7 | 28,8% |
| Total | 4.423 | 100,0% | 361,9 | 100,0% | 304,7 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

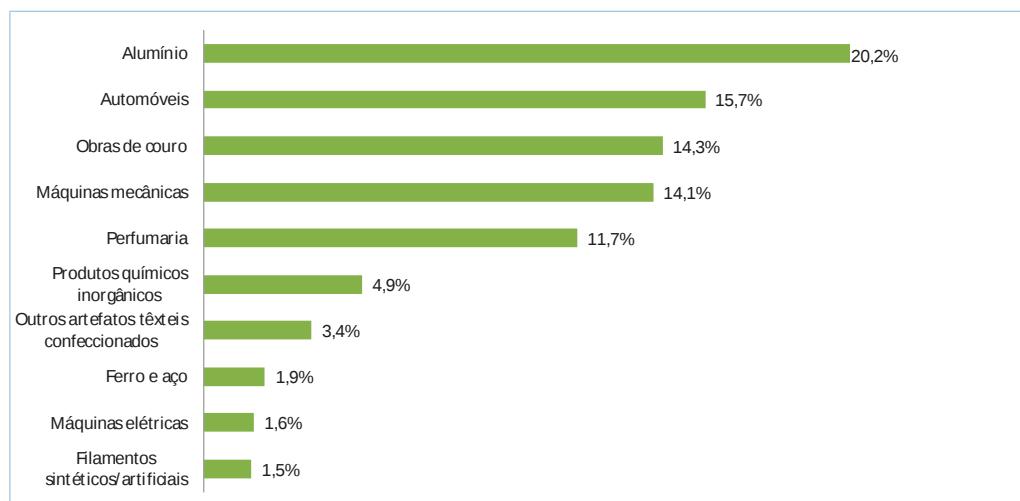


Composição das importações brasileiras originárias do Panamá
US\$ milhões

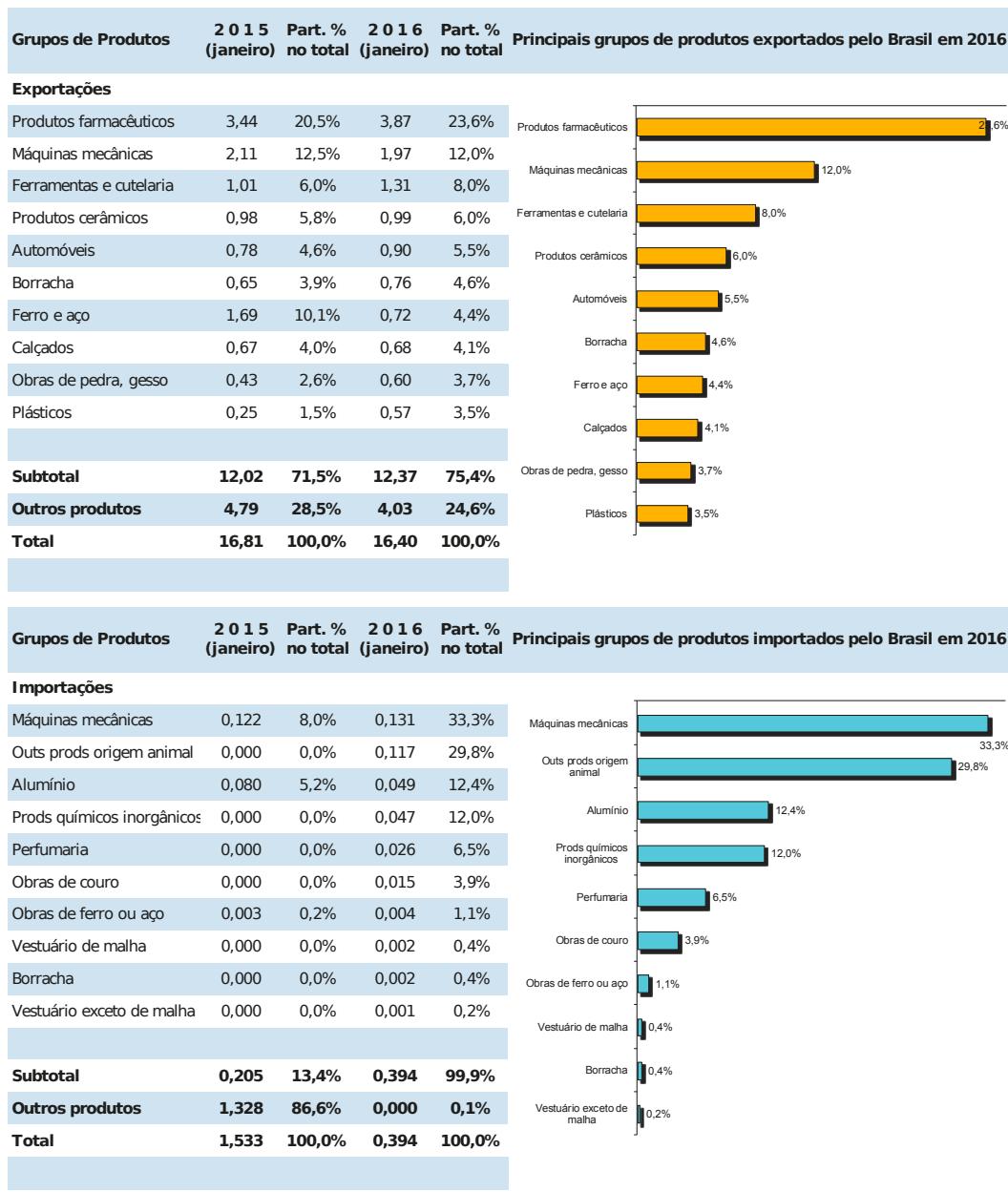
| Grupos de Produtos | 2013 | 2014 | 2015 | | | |
|---|--------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|------------------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Alumínio | 1,53 | 13,2% | 2,03 | 21,6% | 1,77 | 20,2% |
| Automóveis | 0,20 | 1,7% | 0,01 | 0,1% | 1,37 | 15,7% |
| Obras de couro | 0,24 | 2,0% | 0,61 | 6,4% | 1,26 | 14,3% |
| Máquinas mecânicas | 1,82 | 15,7% | 1,41 | 14,9% | 1,23 | 14,1% |
| Perfumaria | 4,06 | 35,1% | 1,22 | 13,0% | 1,02 | 11,7% |
| Produtos químicos inorgânicos | 0,10 | 0,9% | 0,52 | 5,6% | 0,43 | 4,9% |
| Outros artefatos têxteis confeccionados | 0,10 | 0,9% | 0,03 | 0,3% | 0,29 | 3,4% |
| Ferro e aço | 0,10 | 0,9% | 0,07 | 0,8% | 0,17 | 1,9% |
| Máquinas elétricas | 0,39 | 3,4% | 0,29 | 3,1% | 0,14 | 1,6% |
| Filamentos sintéticos/artificiais | 0,51 | 4,4% | 0,27 | 2,9% | 0,13 | 1,5% |
| Subtotal | 9,04 | 78,3% | 6,46 | 68,7% | 7,80 | 89,2% |
| Outros produtos | 2,51 | 21,7% | 2,95 | 31,3% | 0,95 | 10,8% |
| Total | 11,55 | 100,0% | 9,40 | 100,0% | 8,75 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.



Ofício da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

À Publicação
Em 12/7/18

-1 publicado
8m 12/07/18
RP

Ofício nº 826/2018/SGM/P

Brasília, 11 de julho de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
 Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **Comissão Representativa do Congresso Nacional.**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em Sessão realizada nesta data, a Câmara dos Deputados elegeu, conforme relação anexa, os Deputados que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal (período de 18 a 31 de julho de 2018).

Atenciosamente,

RODRIGO MAIA
 Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 76983 - 2

24.579 (OUT/17)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Representativa do Congresso Nacional prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal (período de 18 a 31 de julho de 2018)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------|
| MDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/PSDC/PATRI/PRTB | |
| BENITO GAMA (PTB) | CARLOS ANDRADE (PHS) |
| HILDO ROCHA (MDB) | CELSO JACOB (MDB) |
| MARCELO ARO (PHS) | CLEBER VERDE (PRB) |
| PEDRO CHAVES (MDB) | PAES LANDIM (PTB) |
| ROBERTO BALESTRA (PP) | RODRIGO GARCIA (DEM) |
| RODRIGO MAIA (DEM) | SANDES JÚNIOR (PP) |
| VITOR PAULO (PRB) | VALTENIR PEREIRA (MDB) |
| PT/PSD/PR/PROS/PCdoB | |
| FELIPE BORNIER (PROS) | DELEGADO EDSON MOREIRA (PR) |
| JOÃO RODRIGUES (PSD) | ERIKA KOKAY (PT) |
| JOSÉ ROCHA (PR) | JOSÉ GUIMARÃES (PT) |
| PAULO PIMENTA (PT) | ROGÉRIO ROSSO (PSD) |
| RUBENS OTONI (PT) | WELITON PRADO (PROS) |
| PSDB/PSB/PPS/PV | |
| EVANDRO GUSSI (PV) | NILSON LEITÃO (PSDB) |
| GONZAGA PATRIOTA (PSB) | TADEU ALENCAR (PSB) |
| IZALCI LUCAS (PSDB) | 1 vaga(s) |
| PDT | |
| FLÁVIA MORAIS | ANDRÉ FIGUEIREDO |
| PSL | |
| PROFESSOR VICTÓRIO GALLI | CARLOS MANATO |

Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 339, DE 2018

Cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.

AUTORIA: Senador Pedro Chaves (PRB/MS)

DESPACHO: Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2018

SF/18615-35956-38

Cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, de natureza contábil e financeira, com a finalidade de captar recursos financeiros com o objetivo de conceder a alunos carentes bolsas de estudos em cursos de graduação presencial e à distância de instituições de ensino superior privadas.

§ 1º As bolsas de estudos previstas no caput serão destinadas a brasileiros não portadores de diploma de graduação cuja renda familiar *per capita* não exceda o valor de 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º Os alunos a serem beneficiados pelas bolsas de estudos previstas no caput serão pré-selecionados por meio do perfil socioeconômico e da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, observadas as seguintes condições:

I – obtenção de nota superior a 400 pontos em cada uma das áreas examinadas; e

II – obtenção de nota superior a zero na redação.

§ 3º Após a pré-seleção de que trata o § 2º, as instituições de ensino serão responsáveis por aferir as informações socioeconômicas por eles prestadas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

SF/18615:35956-38

§ 4º Os alunos contemplados com as bolsas de estudos previstas no *caput* farão jus a oportunidades de nivelamento acadêmico, se necessário, oferecidas pelas instituições de ensino em que forem matriculados, sem custo para o aluno.

§ 5º A manutenção da bolsa de estudos pelo aluno beneficiário observará o prazo médio para a conclusão do curso e dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico estabelecidos em regulamento.

§ 6º Os alunos beneficiários das bolsas de estudos previstas no *caput* serão regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos aplicáveis aos demais alunos da instituição em que estiverem matriculados.

Art. 2º As bolsas de estudos a serem concedidas nos termos do art. 1º desta Lei poderão abranger cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, desde que devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

§ 1º As bolsas de estudos previstas nesta Lei:

I – corresponderão a 60% (sessenta por cento) dos encargos educacionais regularmente cobrados para o respectivo curso, respeitando o teto das bolsas de estudo mencionado no parágrafo 2º e na forma de semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, devendo os 20% (vinte por cento) restantes serem cobertos pela instituição de ensino, a título de abatimento e 20% (vinte por cento) pelo aluno.

II – serão pagas diretamente ao aluno beneficiário, na forma de *voucher* nominal à instituição de ensino superior, numerado e intransferível, a ser utilizado no pagamento de encargos educacionais, nos termos do inciso I e do regulamento.

III – o *voucher* subsequente ao entregue para o aluno somente será liberado com a comprovação do pagamento da mensalidade anterior.

§ 2º Será definido por regulamento o valor máximo das bolsas de estudo para cursos em instituições de ensino presencial e à distância.

Art. 3º Constituem recursos do FIFS:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

- I – recursos orçamentários da União a ele destinados;
- II – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- III – contribuições de entidades e organismos de cooperação nacionais, estrangeiros ou internacionais;
- IV – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do Fundo; e
- V – outros recursos que lhe vierem a ser destinados na forma da lei.

§ 1º A aplicação dos recursos do FIFS será supervisionada por um conselho deliberativo, que contará com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

§ 2º O regulamento disporá sobre a composição do conselho deliberativo, o órgão gestor, o grupo de assessoramento técnico e demais características pertinentes ao funcionamento do FIFS.

§ 4º É vedada a utilização dos recursos do FIFS para pagamento de dívidas e cobertura de déficits fiscais de órgãos e entidades de qualquer esfera de governo.

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá anualmente, para fins de cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 2000, a fonte e a dotação de recursos que garantam a existência do FIFS.

Art. 4º A partir do quarto ano da publicação desta Lei, o Poder Executivo facultará:

I – às pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real o uso das deduções estabelecidas no art. 5º desta Lei;

II – às pessoas físicas o uso das deduções estabelecidas no art. 6º, observada a limitação percentual de que trata o art. 7º, todos desta Lei.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Art. 5º O § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 13.

.....
 § 2º

.....
 IV – as efetuadas aos Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computadas as deduções de que trata este parágrafo.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

.....
 IX – as doações feitas ao Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS;

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV e IX não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

.....” (NR)

Art. 7º O art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I, II, III e IX do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, fica limitada a 6% (seis por cento) do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor:

I – a partir do quarto ano da sua publicação, em relação aos arts. 4º a 7º;

II – na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

JUSTIFICAÇÃO

SF/18615:35956-38

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir um mecanismo inovador para apoiar a concessão de bolsas de estudos para alunos carentes nas instituições privadas de ensino superior no País.

O modelo do Programa Universidade para Todos (Prouni), que opera a partir de isenções tributárias federais para as instituições participantes, foi bem-sucedido na ampliação do acesso a esse nível de ensino no passado recente, mas parece ter chegado a certo limite. Nesse sentido, é passada a hora de se criar um novo fundo, o qual chamamos de Fundo de Incentivo à Formação Superior, ou simplesmente FIFS, que capte não só recursos orçamentários, mas também doações de pessoas físicas e jurídicas, mediante incentivos fiscais, para que se possa avançar ainda mais na oferta de oportunidades de ensino superior para a população mais pobre.

O fato é que, hoje, o setor privado responde por cerca de 75% do total de alunos matriculados em cursos de graduação. A forte expansão da matrícula verificada ao longo das últimas décadas, quando praticamente quadruplicamos o número de alunos nas faculdades e universidades, só foi possível pela parceria constante das instituições privadas, que, em 2016, registraram mais de 6 milhões de alunos, em um universo de 8 milhões de matrículas. A despeito desse avanço, ainda hoje pouco menos de 18% dos jovens de 18 a 24 anos têm acesso ao ensino superior, quando a meta do Plano Nacional de Educação é chegar a 33% desse público.

Além disso, a despeito de algumas iniciativas para democratizar o acesso às instituições de ensino superior públicas, é o setor privado que abriga a maioria dos alunos de baixa renda. De fato, é notória a inversão que se dá no sistema educacional brasileiro, em que os mais ricos estudam em escolas privadas ao longo da educação básica, mas vão para o ensino superior público, justamente por terem obtido uma melhor formação de base. Já os alunos mais carentes, que frequentam a escola pública no ensino fundamental e médio, têm menos chances de ingresso nas universidades públicas e muitas vezes concretizam o sonho do diploma superior graças à presença do setor privado.

É por essa razão que apresentamos o presente projeto de lei. Propomos aproveitar parte dos avanços obtidos na discussão dos fundos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

patrimoniais, que tramitou nesta Casa na forma do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 16, de 2015, para delinear um mecanismo de financiamento de bolsas de estudos para alunos carentes em instituições privadas. Neste projeto, mantivemos aspectos importantes, já negociados com o Poder Executivo na citada proposição, como a postergação dos incentivos fiscais às doações por quatro anos a partir da publicação da lei, quando a recuperação econômica já deve estar a pleno vapor. Ademais, o limite de dedução desses incentivos, tanto no imposto de renda das pessoas físicas, quanto no imposto de renda das pessoas jurídicas, não é ampliado, sendo criada apenas mais uma possibilidade para aqueles que desejem abraçar esse ato de generosidade e essa nobre causa.

SF/18615-35956-38

Introduzimos, ainda, alguns condicionantes importantes, como a exigência de critério de renda e desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para elegibilidade dos beneficiários das bolsas de estudos previstas, tal como hoje ocorre no Prouni. Além disso, determinamos o compromisso de que a instituição de ensino em que os bolsistas se matriculem promova programas de nivelamento acadêmico, quando necessário, e concedam abatimento de 20% nos encargos educacionais cobrados, de modo a maximizar os recursos aplicados pelo FIFS na concessão de bolsas.

Cientes da necessidade imperiosa de continuar avançando no acesso à educação superior no País, conclamamos os ilustres Pares a votarem pela aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senador PEDRO CHAVES

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9249>
 - parágrafo 2º do artigo 13
- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9250/95
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9250>
 - inciso I do artigo 12
 - inciso II do artigo 12
 - inciso III do artigo 12
 - inciso IX do artigo 12
- Lei nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997 - LEI-9532-1997-12-10 - 9532/97
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9532>
 - artigo 22
- Lei nº 9.870, de 23 de Novembro de 1999 - Lei da Mensalidade Escolar - 9870/99
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9870>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 340, DE 2018

Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2018

Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

SF/18195-37967-53

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inscreva-se o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

João Cândido Felisberto, conhecido como “Almirante Negro”, foi um militar da Marinha de Guerra do Brasil e líder da Revolta da Chibata.

Nascido em 24 de junho de 1880, em Encruzilhada do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, João Cândido Felisberto, filho dos ex-escravos João Felisberto e Inácia Cândido Felisberto, mudou-se para Porto Alegre aos dez anos de idade, sob tutela do Almirante Alexandrino de Alencar, então patrão de seu pai e amigo da família.

Em depoimento ao Museu da Imagem e do Som realizado em 1968, João Cândido afirmou ter lutado na Revolução Federalista como soldado do General Pinheiro Machado. Aos quatorze anos de idade, apresentou-se na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul, sob recomendação especial do Almirante Alexandrino de Alencar. O baixo escalão da Marinha do Brasil era composto por dois grupos: pelos jovens marinheiros da Escola de Aprendizes e pelos de jovens excluídos e marginais da sociedade indicados pela polícia.

Em 1895, João Cândido foi transferido para compor o quadro dos marinheiros da Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais do Rio de Janeiro. Destacou-se devido ao seu espírito de liderança e foi rapidamente promovido a cabo, embora tenha sido rebaixado posteriormente por mau comportamento. Aos vinte anos de idade, já era instrutor de aprendizes-marinheiros e, no ano de 1900, fez parte da missão em que o Brasil disputou com a Bolívia o então território do Acre.

João Cândido teve uma carreira extensa durante os mais de quinze anos na ativa na Marinha de Guerra, com viagens de instrução no Brasil e no exterior. A sua ficha registra dez elogios por bom comportamento, tinha bom trânsito entre os oficiais, profunda admiração de seus pares e eram notórias suas habilidades como timoneiro.

Durante uma missão brasileira para a Inglaterra em 1909, a bordo do navio de guerra Minas Gerais, João Cândido e os demais marinheiros tiveram contato com os marinheiros ingleses, que estavam entre os grupos mais organizados e politizados do proletariado. Lá, tomaram conhecimento também do movimento revolucionário de marinheiros russos por melhores condições de trabalho, ocorrido em 1905.

O uso da chibata na Marinha Brasileira havia sido proibido em 1889, pelo Presidente Marechal Deodoro da Fonseca. No entanto, o castigo cruel continuava a ser aplicado, a critério dos oficiais, em um contingente de marinheiros formado em sua grande maioria por negros e mulatos. Somavam-se ao quadro as péssimas condições de trabalho, alimentação e remuneração.

Após infrutíferas tentativas de negociações, entre elas uma audiência de João Cândido no Palácio de Governo com o então Presidente Nilo Peçanha, sob a influência dos movimentos dos marinheiros ingleses e

SF/18195-37967-53

russos, e com a pressão insustentável decorrente do castigo do marinheiro Marcelino Menezes com 250 chibatadas em 21 de novembro de 1910, estourou em 22 de novembro do mesmo ano a Revolta da Chibata.

Por quatro dias, os encouraçados Minas Gerais - liderado por João Cândido, São Paulo, Bahia e Deodoro apontaram seus canhões para a Baía da Guanabara. A tensão terminou com o compromisso do Governo de dar fim ao emprego das chibatas bem como de anistia aos revoltosos. No entanto, em uma visível quebra ao acordo aprovado pelo Senado e assinado pelo Presidente Hermes da Fonseca, o Governo promulgou um decreto permitindo a expulsão dos marinheiros que representassem risco.

SF/18195-37967-53

João Cândido, que havia voltado a exercer sua profissão no encouraçado Minas Gerais, passou a sofrer um infundável processo de perseguição. Acusado de conspiração, foi expulso da marinha e ficou preso por dois anos na Ilha das Cobras. Assim que chegou ao presídio, foi posto em uma cela onde quase todos seus companheiros morreram em razão da asfixia por cal. Embora inocentado das acusações após defesa do futuro advogado criminalista Evaristo de Moraes, contratado pela Ordem de Nossa Senhora do Rosário e dos Homens Pretos, foi expulso da corporação.

Após o seu banimento, trabalhou na marinha mercante, mas, diante das perseguições de oficiais da Marinha, viu-se obrigado a atuar como pescador e como estivador na Praça XV, no Rio de Janeiro. Na década de 1930, encantou-se com os ideais da Ação Integralista Brasileira e decidiu fazer parte do movimento fundado por Plínio Salgado.

O Almirante Negro, como foi batizado pela imprensa à época da Revolta, faleceu aos 89 anos, em 6 de dezembro de 1969, vítima de câncer de intestino. Dentre as várias homenagens a João Cândido, destaca-se a música “O Mestre-Sala Dos Mares”, de autoria de Aldir Blanc e João Bosco, lançada na voz de Elis Regina e censurada durante o período do governo militar.

A Lei nº 11.756, de 23 de julho de 2008, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedeu anistia póstuma a João Cândido Felisberto e aos demais participantes da Revolta da Chibata.

João Cândido, o Almirante Negro, militar brasileiro, revolucionário, líder da Revolta da Chibata, foi morador de São João de

Meriti, Rio de Janeiro. Cidade que o homenageia com a inscrição do seu nome em ruas, espaços culturais, bibliotecas, ciep's, onde até hoje vivem seus netos/as e bisnetos/as e onde viveu seus últimos anos de vida.

Deixa legados importantes para o movimento negro, para a família.

Para a família, segundo declarações da própria filha, D. Zeelândia Cândido, à época, à Fundação Perseu Abramo: “Ele deixou para a família a noção de que este mundo era desigual e isto ele sentiu na pele com a Revolta da Chibata. Ele dizia na comunidade de marinheiros que não deviam se rebaixar e se humilhar. E isso ele passou para todos os filhos também. Eu aprendi e fui à luta, participei nas associações de moradores, no movimento negro e de mulheres. Parada eu não fico. A lição que meu pai deixou é que se a gente tem um ideal, e não se sente bem com uma situação e se puder reverter essa situação, que não devemos esperar pelos outros, temos que arregaçar as mangas e lutar para mudar. Com luta ou com diálogo, vamos nós mesmos tomando as rédeas do nosso destino, porque abaixo de Deus nós temos esta condição. Não podemos esperar que a solução dos nossos problemas venha só de cima.”

Para o Movimento Negro, ele representa a luta de um negro por Justiça, Direitos Humanos e Igualdade. Na Marinha, Um Negro Acabou com a Chibata. Num momento em que as lutas por cidadania, igualdade social, combate ao racismo e por direitos humanos ganhavam corpo e se fortaleciam. Foi uma luta (literalmente) contra o racismo institucional, numa das mais poderosas instituições militares. Ele a expôs publicamente, a face escondida do racismo institucional, estrutural, sistêmico. Seus ideais e de seus companheiros, inspiraram e serviram de exemplo para o movimento negro, colaborando para a criação de ferramentas (leis, pactos, estatutos, etc.) e equipamentos públicos para o enfrentamento do racismo.

Apesar de toda a sua contribuição, João Cândido morreu sem o justo reconhecimento na história, sem patente, e na miséria.

Inspirado nessa mesma lógica sobre João Cândido, e buscando contribuir com a campanha por visibilidade dos nossos heróis negros, a Casa da Cultura, membro do Movimento Negro em São João de Meriti e do Conselho Municipal da Igualdade Racial, ratifica a urgente necessidade de

SF/18195-37967-53



inscrição no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, do nome de João Cândido Felisberto.

Importante ressaltar que um museu, em sua homenagem, foi autorizado pelo Decreto 6.129/2018 e servirá como repositório da memória deste herói nacional. A iniciativa já conta com suporte da Associação dos Amigos do Museu João Cândido.

De acordo com a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

SF/18195-37967-53

Diante disso, tendo em vista sua história de trabalho e de dedicação em prol de nosso povo e, especialmente, de luta contra as injustiças que lhe foram e lhe são cometidas, não se pode deixar de incluir o nome de João Cândido Felisberto no Livro que homenageia os heróis e as heroínas da pátria.

Sendo assim, conclamo os nobres colegas a apoiarem esta iniciativa que ora apresento, como justa homenagem a esse grande herói brasileiro.

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:decreto:2018;6129](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;6129)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;6129>
- [Lei nº 11.597, de 29 de Novembro de 2007 - LEI-11597-2007-11-29 - 11597/07](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11597)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11597>
- [Lei nº 11.756, de 23 de Julho de 2008 - LEI-11756-2008-07-23 - 11756/08](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11756)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11756>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 341, DE 2018

Acrescenta o § 6º ao art. 611-A; e o art. 605-B; à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar, mediante assembleia geral, a expressa e prévia anuênciam do empregado, para desconto da contribuição sindical, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Lindbergh Farias

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

SF/18327-35046-59

Acrescenta o § 6º ao art. 611-A; e o art. 605-B; à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar, mediante assembleia geral, a expressa e prévia anuênciia do empregado, para desconto da contribuição sindical, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 611-A.

.....

§ 6º A expressa e prévia anuênciia exigida no art. 597 e no inciso XXVI do art. 611-B desta Consolidação, será dispensada quando houver decisão nesse sentido, em assembleia geral, convocada especificamente para esse fim e observadas as disposições estatutárias, de toda a categoria representada, no caso de convenção coletiva de trabalho, ou de todos os trabalhadores de empresas signatárias, no caso de acordo coletivo de trabalho, independentemente de associação e sindicalização.” (NR)

.....

“Art. 605-B. A dispensa de expressa e prévia anuênciia para o desconto de contribuição sindical prevista no inciso XXVI do art. 611-B, e nos artigos 578, 579, 582, 583 e 602 desta Consolidação, compete



à assembleia geral de toda a categoria representada, convocada especificamente para esse fim e observadas as disposições estatutárias, independentemente de associação ou sindicalização.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 13.467 foi criada para realizar complexa e grande mudança no sistema de relações de trabalho e na representação sindical. Desde meados de novembro, quando a Reforma Trabalhista entrou em vigor, há muita especulação sobre a extensão, profundidade e os impactos da nova legislação.

Nunca é demais lembrar que a Reforma é uma imposição do Legislativo e do governo federal aos trabalhadores, sem qualquer diálogo e estudo que dimensionasse impactos sociais, econômicos e institucionais. Aliás, evitar mensuração e debate fazia parte da estratégia, pois assim ficariam ocultas as consequências das mudanças, pretendidas, desde o início, pelos formuladores da nova lei.

É importante registrar que qualquer trabalho de mensuração envolvendo uma mudança desse tamanho exigiria grande e cuidadoso esforço de prospecção, para dar conta de todas as questões suscitadas. Mais ainda: seria necessário imaginar as múltiplas possibilidades de inter-relação entre diversos aspectos e os diferentes efeitos e/ou entendimentos.

Como a Reforma foi imposta, agora, o trabalhador simplesmente foi inserido em uma nova situação no mundo laboral, na qual estará muito mais submisso do que antes. Os impactos da lei serão primeiros sentidos, e só depois e mensurados. Registros administrativos e pesquisas (domiciliares, nas empresas, nas ruas) deverão ser iniciados ou alterados para captar situações, conceitos e categorias criados.

A Justiça, o sindicato, os direitos serão reestruturados, terão novas características, assumindo outras funções. É dentro desse contexto que se alterou a regra celetista relativa ao denominado “imposto sindical” para permitir os descontos somente com autorização expressa dos sindicalizados, nos termos da nova redação dada ao art. 578 da CLT, pela Lei nº 13.467, de 2017.

SF/18327-35046-59



 SF/18327-35046-59

Uma alteração com tal impacto, em nosso entendimento, fere a disposição contida no art. 8º inciso I, segundo a qual é **vedado ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical**. Na prática foi isso o que houve, uma intervenção e uma interferência brutais em todo o sistema de garantias sindicais e trabalhistas. Tudo para beneficiar supostos “investidores”, que não gostam de trabalho e preferem a especulação bancária.

Tal “reforma” fragiliza sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais e, no que se refere às contribuições sindicais, introduz problemas sérios de ética e solidariedade coletiva. Da forma como está a CLT, os sindicalizados (cerca de 20% dos trabalhadores no Brasil) pagaráo pela defesa dos direitos de todos. Por sua vez, os não sindicalizados “optam” por pagar ou não pelos custos da campanha salarial, com a possibilidade de fugir dos riscos e despesas do movimento reivindicatório. Os demais trabalhadores ficam numa posição de aparente conforto, considerando-se que as normas coletivas podem obter ou assegurar direitos que, individualmente, os trabalhadores não alcançariam em ação individual.

Nossa proposta pretende devolver aos sindicatos e associações sindicais a autonomia que estão tentando tirar deles. Mediante decisão de assembleia geral, devidamente convocada para esse fim e dentro das disposições estatutárias, a coletividade poderá suprir ou dispensar a expressa e prévia anuênciia dos membros da categoria, para o desconto da contribuição sindical. Dessa forma, os individualistas poderão se beneficiar das negociações coletivas mesmo sem participação, e irão colaborar com sua parte nas lutas da categoria.

Não cremos que um trabalhador consciente pretenda fugir da contribuição sindical, que pouco impacta na sua renda, apenas por rejeitar as reivindicações da categoria. Os empregadores e seus representantes nos poderes instituídos apostam na divisão e enfraquecimento dos trabalhadores. Isso só irá redundar em reduções salariais e perdas de direitos.

Por fim, registre-se, são os instrumentos normativos coletivos (acordos e convenções) que garantem aos empregadores segurança jurídica nas relações de trabalho. Negociações coletivas não são apenas conflitos, são principalmente conciliações, também no interesse dos empregadores. É uma ilusão supor que uma categoria pulverizada pode ser positiva para as empresas, que não terão com quem negociar.



A modernização das relações sindicais no Brasil, então, não implica aceitação do caos e do neoliberalismo. Empregados e empregadores devem atuar juntos para o crescimento econômico, com repartição da renda e dos benefícios do progresso. Não será benéfico para a cidadania a sua substituição pela contratação do trabalho desorganizado, instável e substituível.

Com a nossa proposta, os trabalhadores poderão ir às assembleias, nas quais serão esclarecidos sobre os custos e benefícios das contribuições sindicais, além de ter acesso e poder fiscalizador sobre o uso dos recursos.

Espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação deste Projeto, até porque ele representa uma medida conciliatória, enquanto aguardamos as discussões que envolvem o Estatuto do Trabalho e a retomada de direitos injustamente cassados pela Reforma Trabalhista.

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIA**

SF/18327-35046-59
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- artigo 578

- Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017 - Reforma Trabalhista - 13467/17

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13467>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 342, DE 2018

Acrescenta o§ 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Lindbergh Farias

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2018

SF/18122.01348-79

Acrescenta o§ 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 4º-C.

.....
§ 3º. São assegurados aos empregados da empresa prestadora de serviços a condomínios, desde que haja identidade de funções, os mesmos direitos dos empregados da contratante.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo humanizar o trabalho terceirizado em condomínios, mediante a extensão, aos empregados da empresa prestadora dos serviços, dos mesmos direitos dos empregados da contratante, desde que, entre os referidos trabalhadores, haja identidade de funções.

Concretiza-se, com isso, o postulado da isonomia, previsto no art. 5º, *caput*, da Carta Magna, garantindo que a todo labor igual seja paga a mesma remuneração.

Não se afigura justo que colegas de trabalho que laboram diariamente um ao lado do outro percebam remunerações distintas, tão somente em face de sua qualificação jurídica perante o condomínio contratante.

A proposição em comento, ao corrigir a mencionada distorção, colabora para a valorização do trabalho humano, pilar da República Federativa do Brasil, consoante disposto no art. 1º, IV, da Carta Magna.

Espera-se contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a sua aprovação.

SF/18122.01348-79

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.019, de 3 de Janeiro de 1974 - Lei do Trabalho Temporário - 6019/74
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974;6019>

- artigo 4º-B





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 343, DE 2018

Veda a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Lindbergh Farias

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Veda a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais.

SF/180/8-13247-41

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É vedada a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo vedar a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais.

O projeto garante que os postos de trabalho nestes locais sejam ocupados por empregados, e não por terceirizados, titulares de empregos estáveis e protegidos contra as investidas notoriamente protagonizadas pelo empresariado contra as suas fontes de sustento.

A substituição de trabalhadores subordinados por terceirizados compromete a dignidade inerente ao ser humano, pois os priva do labor

essencial para a satisfação das mais basilares necessidades, próprias e de sua família. Deve ser, portanto, combatida por este Parlamento, mediante a apresentação de projetos de lei que a desestimulem.

Trata-se, como se nota, de proposição que melhora as condições em que o trabalho é prestado no Brasil, motivo por que se espera contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a sua aprovação.

SF/180/8-13247-41

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 344, DE 2018

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.

AUTORIA: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2018

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para limitar em dois dias úteis o prazo para que o estabelecimento comercial ou prestador de serviço receba os valores da venda com cartão de crédito.

SF/18139-20504-54

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Insira-se o seguinte art. 7º-A na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013:

“**Art. 7º-A** O instituidor de arranjos de pagamento e a instituição de pagamento deverão transferir para o estabelecimento comercial ou para o prestador de serviços o valor da venda com cartões de crédito em até dois dias úteis após a venda, com os descontos devidos, nos termos do regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor um ano após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apresento este Projeto de Lei do Senado (PLS) com o objetivo de corrigir uma anomalia existente no mercado de cartões de crédito no Brasil. Aqui, o lojista e o prestador de serviço têm de esperar trinta dias para receber o valor correspondente à venda realizada por meio de cartão de crédito. Na linguagem de mercado, os recursos são transferidos em D + 30. Nas audiências da CPI do Cartão de Crédito, a qual tive a honra de presidir, ficou claro que temos um modelo único no mundo. Em todos os países, o estabelecimento comercial recebe o valor de suas vendas em D + 1 ou, no máximo, D + 2.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Ataídes Oliveira


 SF/18139-20504-54

O lógico seria que também tivéssemos esse prazo de um ou dois dias para pagamento ao lojista. O motivo é simples. O consumidor demora, em média, em torno de 25 dias entre a compra do bem e o pagamento da fatura. Ou seja, é como se ele recebesse um empréstimo sem juros, pelo prazo de 25 dias. E quem financia esse empréstimo?

No Brasil, é o lojista, o que não faz o menor sentido. Afinal, se o consumidor paga sua fatura em 25 dias e o banco transfere os recursos para o lojista em 30 dias, o lojista está financiando não somente o consumidor, por 25 dias, como também o banco, por 5 dias, computando-se, claro, os 2 dias que as credenciadoras têm para repasse dos recursos.

O correto seria lojista e prestador de serviços se ocuparem de sua atividade fim, que é vender. Empréstimos deveriam ser fornecidos por bancos, que, supostamente, têm vantagens comparativas nessa atividade.

O que ocorre, na prática, é que os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, para fazer capital de giro, acabam tendo de ir ao mercado para antecipar os recebíveis com cartão de crédito, aumentando seus custos financeiros.

Como dizia o famoso economista e Prêmio Nobel Milton Friedman, não existe almoço grátis. Esses 25 dias de empréstimos aparentemente sem juros, que os consumidores recebem, acabam se refletindo em custos mais altos para o comerciante que, inevitavelmente, são repassados para os preços.

Se, no mérito, não temos dúvida de que o pagamento ao lojista deve ser feito em D + 2, de acordo com as melhores práticas internacionais, reconhecemos que temos de ser cautelosos na forma de implementar a medida.

Em primeiro lugar, o mercado de cartão de crédito é complexo, com vários participantes como emissores, credenciadores (ou adquirentes) e instituidores do arranjo de pagamentos (popularmente conhecidos como “bandeira”), além dos consumidores e lojistas. Nesse modelo, o emissor (que





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

é quem recebe o pagamento da fatura) transfere recursos para o adquirente que, por sua vez, transfere os valores para os lojistas.

Como há mais de um agente envolvido, entendemos que é o regulamento que deve estipular como serão as transações entre o momento da compra e D + 2, quando o lojista deverá receber o valor da venda. Por exemplo, o emissor pode transferir os recursos para o adquirente em D + 1, e o adquirente transferi-los para o lojista em D + 2. Pode ser também que as duas transferências se deem em D + 2. Alternativamente, o adquirente pode pagar o lojista em D + 2, mas receber do emissor somente em, digamos, D + 28. Esse fluxo dependerá da tecnologia, da disponibilidade de recursos, da regulação prudencial e de vários outros fatores que podem variar ao longo do tempo, e compete ao órgão regulador analisar qual é o melhor formato. Dessa forma, as especificidades de como será feito o pagamento devem ser objeto de regulamentação infralegal.

Também entendemos que o modelo atual, de pagamento ao lojista em D + 30, gerou todo um sistema de controle, uma infraestrutura de informática e precificação por parte de adquirentes e emissores que não podem ser alterados com rapidez. Para que possa haver uma transição suave e segura de um modelo para outro, estamos propondo que a nova lei entre em vigor somente um ano após sua publicação.

Espero contar com o apoio dos ilustres Pares para aprovar essa matéria, que é da mais alta relevância para o Brasil.

Sala das Sessões,

Senador Ataídes Oliveira



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.865, de 9 de Outubro de 2013 - LEI-12865-2013-10-09 - 12865/13
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12865>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 345, DE 2018

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lindbergh Farias

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2018

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais.

SF/18981-38915-00

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O Capítulo I do Título III – Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho -, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com o acréscimo da seguinte Seção VII-A:

“SEÇÃO VII-A – Dos Serviços em Condomínios Residencial ou Comercial

Art. 253-A. As instalações sanitárias à disposição exclusiva dos empregados em condomínios residencial ou comercial devem atender às dimensões mínimas essenciais de conforto exigível, estar localizadas próximas ao local das atividades dos empregados, bem como ser submetidas a processo permanente de higienização, de sorte que sejam mantidas limpas e desprovidas de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho.

Parágrafo único. O lavatório deverá ser provido de material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos, proibindo-se o uso de toalhas coletivas.

Art. 253-B. Sempre que a atividade exija troca de roupas ou seja imposto o uso de uniforme ou guarda-pó aos trabalhadores, haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais.

Art. 253-C. É assegurado aos trabalhadores condições suficientes de conforto para as refeições em local que atenda aos requisitos de limpeza, arejamento, iluminação e fornecimento de água potável.



Parágrafo único. Na hipótese de o trabalhador trazer a própria alimentação, o condomínio deve garantir condições de conservação e higiene adequadas e os meios para o aquecimento em local próximo ao destinado às refeições.

Art. 253-D. Os condomínios que concederem o benefício da alimentação aos seus empregados poderão inscrever-se no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, do Ministério do Trabalho, obedecendo aos dispositivos legais que tratam da matéria.

Art. 253-E. Em todos os locais de trabalho, deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de recipientes coletivos.

§ 1º Os bebedouros deverão ser de jato inclinado e guarda protetora, proibida sua instalação em pias ou lavatórios.

§ 2º Os condomínios devem garantir, nos locais de trabalho, suprimento de água potável e fresca em quantidade superior a 1/4 (um quarto) de litro (250ml) por hora/homem trabalho.

§ 3º Quando não for possível obter água potável corrente, essa deverá ser fornecida em recipientes portáteis hermeticamente fechados, de material adequado e construídos de maneira a permitir fácil limpeza.

Art. 253-F. Todos os equipamentos que são utilizados na área do condomínio, bem como as condições ambientais de trabalho e organização do trabalho, devem estar adequados às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

Art. 253-G. As guaritas de segurança do condomínio deverão ter condições salubres e de segurança obedecendo a um nível elevado de no mínimo 1 (um) metro de altura do nível do solo, arejada, de sistema de comunicação via interfone e conterá instalação sanitária.

Art. 253-H. Os sindicatos de trabalhadores que tiverem conhecimento de irregularidades quanto ao cumprimento destas normas, poderão denunciá-las ao Ministério do Trabalho e solicitar a fiscalização dos respectivos órgãos regionais.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Após conversas com sindicatos de empregados em edifícios e condomínios residenciais e comerciais, constatou-se que, em vários



condomínios, o local de trabalho é precário ou não oferece condições mínimas para que os trabalhadores possam exercer suas funções com qualidade.

Exemplo disso são banheiros longe do posto de trabalho, falta de agua de qualidade, móveis inadequados, cadeiras impróprias, guaritas pequenas ou mal localizadas, falta de local adequado para fazer as refeições com tranquilidade (em sua maioria, os trabalhadores fazem na portaria ou salão de festas do condomínio, quando este está desocupado).

Constatou-se ainda situações vexatórias e humilhantes, como trabalhadores fazendo sua refeição sentado no vaso sanitário, em casa de máquinas, depósito de produtos de limpeza, entre outras.

Em resposta às reivindicações dessa valorosa classe de trabalhadores, estamos apresentando o presente projeto de lei visando a equacionar tais problemas, assegurando-lhes, por meio de normas especiais, ambiente de trabalho adequado para realização de suas funções.

Por se tratar de proposta de grande alcance social, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**

SF/18981-38915-00
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 346, DE 2018

Dispõe sobre distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Lindbergh Farias

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2018

Dispõe sobre distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica.

SF/18184-25417-80

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica proibida a distribuição e venda de bebidas formuladas industrialmente que contenham açúcar ou edulcorantes em seus ingredientes, tais quais, refrigerantes, néctares, refrescos, chás prontos para o consumo, bebidas lácteas, nas escolas de educação básica públicas e privadas.

Art. 2º Os sistemas de ensino deverão estabelecer as normas e procedimentos para o cumprimento desta Lei no âmbito de suas respectivas redes de ensino.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) representam barreiras para a diminuição da pobreza no mundo e para o desenvolvimento sustentável. As DCNTs são responsáveis por aproximadamente 70% das mortes no mundo, sendo que a maioria das mortes por essas doenças (75%), incluindo as prematuras (82%), ocorre nos



países em desenvolvimento. Em 2012 houve 38 milhões de mortes por conta de doenças crônicas não transmissíveis no mundo e este número pode chegar a 52 milhões em 2030. Câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas representam 82% das mortes por doenças crônicas não transmissíveis.

A alimentação inadequada e não saudável e a falta de atividades físicas estão diretamente relacionadas com a obesidade, que é um dos fatores de risco de muitas doenças crônicas não transmissíveis.

SF/18184-25417-80

Não apenas os refrigerantes possuem quantidades elevadas de açúcares, mas também demais bebidas açucaradas como sucos artificiais, bebidas isotônicas, compostos de bebidas lácteas, entre outros. As bebidas adoçadas com edulcorantes e açúcares artificiais (dietéticas) também são produtos que merecem atuação e regulação do Estado, por meio de ações dos três Poderes, frente a seus impactos na saúde pública e individual.

O consumo de altos níveis de “açúcares livres” – assim entendidos como os monossacarídeos e dissacarídeos adicionados aos alimentos pelo fabricante, pelo cozinheiro ou pelo consumidor, além dos açúcares naturalmente presentes no mel, nos xaropes, nos sucos de frutas e nos concentrados de sucos de frutas - é preocupante na medida em que influencia na obesidade e em fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis, quando associado com uma dieta inadequada.

Há uma preocupação crescente em relação ao fato de que a ingestão de açúcares livres — sobretudo na forma de bebidas açucaradas — aumenta a ingestão calórica geral e pode reduzir a ingestão de alimentos que contêm calorias mais adequadas do ponto de vista nutricional, ocasionando um regime alimentar nocivo, ao aumento de peso e a um maior risco de

contração de doenças não transmissíveis. Ainda, as doenças dentárias são as doenças não transmissíveis mais prevalentes do mundo e o consumo de açucares livres está relacionado às cárries dentárias.

O consumo de açucares também é uma questão que envolve diretamente os direitos das crianças e adolescentes à saúde e proteção do Estado. Crianças que apresentam ingestão mais elevada de bebidas açucaradas têm uma maior probabilidade de apresentar sobrepeso ou obesidade que crianças com uma ingestão mais baixa.

SF/18184-25417-80

A proibição de venda de bebidas adoçadas nas escolas é medida necessária para garantir o direito à saúde individual e coletiva, previsto nos arts. 6º, 196 e seguintes da Constituição Federal e o direito humano à alimentação adequada e saudável, reconhecido pelo art. 2º da Lei 11.346/06, pelo art. 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, pelo art. 12 do Protocolo de San Salvador e pela Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial.

Por fim, a proibição da venda de bebidas adoçadas nas escolas públicas e privadas é medida fundamental para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, previstos no art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente - segundo o qual as crianças e adolescentes têm prioridade absoluta na efetivação de seus direitos e na formulação de políticas públicas.

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 227

- urn:lex:br:federal:lei:1906;11346

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1906;11346>

- artigo 2º



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 419, DE 2018

Requer, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, a partir de 12/07/2018, por 4 dias.

AUTORIA: Senador Benedito de Lira (PP/AL)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador BENEDITO DE LIRA

Defeito nos termos
do art. 41 do Regime
Internacional.

Cm 12/7/2018
JUL

REQUERIMENTO N° 419, DE 2018

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador BENEDITO DE LIRA

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, a partir de 12/07/2018, por 4 dias, conforme o laudo de inspeção de saúde anexo.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2018.

Senador Benedito de Lira
(PP - AL)

Página: 1/1 11/07/2018 19:45:05

2e455cb5b29ee81da199e1e2593cab7c1b7fa74f

RECEBIDO EM 12/07/2018
HORA 14:53

Antonio Hollanda Junior Mat. 225803





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 420, DE 2018

Requer, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, a partir de 16/07/2018, por 117 dias.

AUTORIA: Senador Benedito de Lira (PP/AL)



[Página da matéria](#)



RQS
00420/2018

Deferido nos
termos do art. 41
do Regimento
Interno e serão feitos
procedimentos
necessários para
corroboração do
sinalizado.

REQUERIMENTO N° 420 DE 2018

SF/18463.34132-74 (LexEdit)

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, a partir de 16/07/2018, por 117 dias.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2018.

Senador Benedito de Lira
(PP - AL)

Página: 1/1 11/07/2018 19:34:23

9af770f67ca4467b112030b1daee22cae2bf34881

RECEBIDO EM 16/07/2018
HORA 12:53

Antonio Hoffsta Junior Mat. 225803





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 421, DE 2018

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e combinado com o arts. 215, I, a e 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Exmo. Sr. Ministro De Estado Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Pedro Colnago Jr, acerca dos reajustes que vêm sendo praticados pela GEAP em 2016, 2017 e 2018.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2018

SF/18262-34698-04

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e combinado com o arts. 215, I, a e 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao **Exmo. Sr. Ministro De Estado Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Pedro Colnago Jr**, acerca dos reajustes que vêm sendo praticados pela GEAP em 2016, 2017 e 2018.

Ante o exposto, requer as informações e documentos pertinentes às seguintes questões:

1. Cópias dos contratos e eventuais aditivos firmados com a assessoria jurídica “Nelson Wilians” e quanto ele gerou de despesas entre 2015 e 2018 e quanto isso representa no orçamento da GEAP;
2. Cópias dos contratos e eventuais aditivos firmados com o plano de assistência odontológica e quanto vem sendo dispendido mensalmente a título de despesas com esta empresa;
3. Informações sobre o que impede a GEAP de fechar acordo nas ações judiciais em trâmite, já que afirmado em audiência pública que caso elas não existissem os reajustes anuais praticados seriam menores e se tem conhecimento de que está parada a negociação com pelo menos uma entidade representativa dos servidores públicos federais;
4. Informações sobre quais os valores e percentuais mensais e anuais que a União e demais patrocinadoras transferem de recursos para a GEAP,





SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

em comparação com os valores pagos pelos beneficiários do plano de saúde;

5. Que medidas o conselho de Administração tem adotado no sentido de buscar o reajuste da per capita de modo a equacionar a conta apresentada na audiência pública, que confirma que 85% do que GEAP precisa para se manter é custeado pelos servidores públicos federais beneficiários do plano de saúde, especialmente se considerado que o plano é gerido na modalidade de autogestão multipatrocínadas e que os últimos três reajustes praticados se deram por meio do voto de minerva do presidente do Conselho, escolhido pela União Federal como seu representante..

SF/18262-34698-04
|||||

JUSTIFICAÇÃO

Os reajustes que vêm sendo praticados pela GEAP em 2016, 2017 e 2018, cujos percentuais anunciados perfazem 37,55% (Resolução nº 99/2015); 23,44% (Resolução nº 168/2016) e 19,94% (Resolução 269/2017).

Tais reajustes anunciados representaram acréscimos na mensalidade paga pelos titulares do plano que oscilaram entre 40,66% e 1.332,09% no ano de 2016; 27,70% e 312,11% e em 2018 22,78% e 79,53%.

No ano de 2018, um servidor que ganha até R\$ 1.499,00, com 59 anos ou mais, precisa dispender R\$ 991,14 para pagar seu plano de saúde, o que lhe daria R\$ 508,00 para quitar todas as demais despesas da vida cotidiana.





SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Tais fatos ocorrem num contexto de denúncias de fraudes e irregularidades que vêm ocorrendo dentro da entidade, inclusive tendo sido colocado em xeque despesas na ordem de 14,5 milhões de reais, uma média de 2 milhões de reais por mês com a terceirização da assessoria jurídica da entidade, quando seria possível gastar próximo de 400 mil reais mensais com advogados da casa em processos judiciais, ou seja, 1,6 milhão a menos do que a despesa média com o escritório terceirizado.

SF/18262-34698-04
|||||

Existem suspeitas de irregularidades também no contrato firmado com a Prevent Assistência Odontológica Ltda e Brasil Dental Serviços Compartilhados Ltda.

O índice de inflação oficial fechou em 2,95% e o índice autorizado pela ANS para os planos de saúde individuais e familiares não ficou nos últimos 2 anos no patamar de 13%.

Desde 2016 até o presente momento já se desligaram do plano cerca de 152.000 beneficiários.

Sala das Sessões,

Senador Lindbergh Farias



Término de prazo



Encerrou-se em 11 de julho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 334-Complementar, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



RESOLUÇÃO



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 19, DE 2018

Autoriza a concessão de garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a concessão de garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

§ 1º Os recursos da operação de crédito de que trata o **caput** destinam-se a financiar parcialmente o “Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos – Programa Inovar para Crescer”.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato de garantia, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência da Finep quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: Mecanismo de Financiamento Flexível;

VI – prazo de desembolsos: o prazo original de desembolsos será de 5 (cinco) anos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do garantidor;



VII – cronograma estimativo de desembolsos: US\$ 104.420.000,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, US\$ 162.200.000,00 (cento e sessenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 158.960.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 87.210.000,00 (oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US\$ 87.210.000,00 (oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VIII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira em até 66 (sessenta e seis) meses e a última em até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX – juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na **Libor** para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

X – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

XI – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato;

XII – despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de julho de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 28

| | | | | |
|-----------------|-----------------------|------------------|----------------------------|---|
| RQM nº 502/2018 | Jader Barbalho | RISF Art. 13 | 04/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 503/2018 | Zeze Perrella | RISF Art. 13 | 03/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 504/2018 | Garibaldi Alves Filho | RISF Art. 43, I | De 03/07/2018 a 07/07/2018 | Licença saúde. |
| RQM nº 505/2018 | Fernando Collor | RISF Art. 13 | 03/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 506/2018 | Roberto Muniz | RISF Art. 13 | 03/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 507/2018 | Acir Gurgacz | RISF Art. 13 | De 03/07/2018 a 05/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 508/2018 | Randolfe Rodrigues | RISF Art. 13 | 04/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 509/2018 | Marta Suplicy | RISF Art. 13 | 05/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 510/2018 | Paulo Paim | RISF Art. 13 | 11/07/2018 | Atividade parlamentar. Participar de palestra no Sindicato dos Telefônicos e de Audiência Pública no Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas, no município de Pelotas, Rio Grande do Sul. |
| RQM nº 511/2018 | Aécio Neves | RISF Art. 13 | 03/07/2018 e 04/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 512/2018 | José Maranhão | RISF Art. 13 | 03/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 513/2018 | Rodrigues Palma | RISF Art. 43, I | De 04/07/2018 a 06/07/2018 | Licença saúde. |
| RQM nº 514/2018 | Edison Lobão | RISF Art. 43, II | De 03/07/2018 a 05/07/2018 | Licença Particular. |
| RQM nº 515/2018 | Eduardo Braga | RISF Art. 13 | 15/05/2018 | Atividade parlamentar. Presença na Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. |
| RQM nº 516/2018 | Elmano Férrer | RISF Art. 13 | 15/05/2018 | Atividade parlamentar. Presença na Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal e na Sessão Conjunta do Congresso Nacional. |
| RQM nº 517/2018 | Garibaldi Alves Filho | RISF Art. 13 | 15/05/2018 | Atividade parlamentar. Presença na Sessão Conjunta do Congresso Nacional. |
| RQM nº 518/2018 | Raimundo Lira | RISF Art. 13 | 15/05/2018 | Atividade parlamentar. Presença na Sessão Conjunta do Congresso Nacional. |
| RQM nº 519/2018 | José Serra | RISF Art. 13 | 15/05/2018 | Atividade parlamentar. Presença na Sessão Conjunta do Congresso Nacional. |
| RQM nº 520/2018 | Paulo Paim | RISF Art. 13 | 10/07/2018 | Atividade parlamentar. Participar de Audiência Pública para debater o Novo Estatuto do Trabalho em Palmares do Sul/RS. Visita ao Hospital Municipal de São José do Norte/RS. |



| | | | | |
|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------------|------------------------|
| RQM nº 521/2018 | Ataídes Oliveira | RISF Art. 13 | 10/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 522/2018 | Wilder Morais | RISF Art. 13 | 10/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 523/2018 | Romário | RISF Art. 13 | 26/06/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 524/2018 | Aécio Neves | RISF Art. 13 | 03/07/2018 e 04/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 525/2018 | Gleisi Hoffmann | RISF Art. 13 | 11/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 526/2018 | Humberto Costa | RISF Art. 13 | 12/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 527/2018 | Cássio Cunha Lima | RISF Art. 13 | 10/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 528/2018 | Armando Monteiro | RISF Art. 13 | 10/07/2018 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 529/2018 | Cássio Cunha Lima | RISF Art. 43, I | 05/06/2018 e 06/06/2018 | Licença saúde. |



Requerimentos de Missão sem Ônus. Total:

| Requerimento | Parlamentar | Dispositivo | Período | Evento |
|--------------|-------------|-------------|---------|--------|
| | | | | |



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - José Amauri** (S)

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Reditario Cassol* (S)
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PV - Rudson Leite** (S)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19
MDB-18 / PROS-1

| | |
|--------------------------|-----------|
| Airton Sandoval. | MDB / SP |
| Dário Berger. | MDB / SC |
| Edison Lobão. | MDB / MA |
| Eduardo Braga. | MDB / AM |
| Eunício Oliveira. | MDB / CE |
| Fernando Bezerra Coelho. | MDB / PE |
| Garibaldi Alves Filho. | MDB / RN |
| Hélio José. | PROS / DF |
| Jader Barbalho. | MDB / PA |
| João Alberto Souza. | MDB / MA |
| José Maranhão. | MDB / PB |
| Marta Suplicy. | MDB / SP |
| Renan Calheiros. | MDB / AL |
| Roberto Requião. | MDB / PR |
| Romero Jucá. | MDB / RR |
| Simone Tebet. | MDB / MS |
| Valdir Raupp. | MDB / RO |
| Waldemir Moka. | MDB / MS |
| Zeze Perrella. | MDB / MG |

Bloco Social Democrata - 17
PSDB-12 / DEM-5

| | |
|-----------------------|-----------|
| Aécio Neves. | PSDB / MG |
| Antonio Anastasia. | PSDB / MG |
| Ataídes Oliveira. | PSDB / TO |
| Cássio Cunha Lima. | PSDB / PB |
| Dalírio Beber. | PSDB / SC |
| Davi Alcolumbre. | DEM / AP |
| Eduardo Amorim. | PSDB / SE |
| Flexa Ribeiro. | PSDB / PA |
| José Agripino. | DEM / RN |
| José Serra. | PSDB / SP |
| Maria do Carmo Alves. | DEM / SE |
| Paulo Bauer. | PSDB / SC |
| Ricardo Ferraço. | PSDB / ES |
| Roberto Rocha. | PSDB / MA |
| Ronaldo Caiado. | DEM / GO |
| Tasso Jereissati. | PSDB / CE |
| Wilder Morais. | DEM / GO |

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 13

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1
PODE-5 / PV-1

| | |
|---------------------------|------------|
| Alvaro Dias. | PODE / PR |
| Antonio Carlos Valadares. | PSB / SE |
| Cristovam Buarque. | PPS / DF |
| João Capiberibe. | PSB / AP |
| José Amauri. | PODE / PI |
| José Medeiros. | PODE / MT |
| Lídice da Mata. | PSB / BA |
| Lúcia Vânia. | PSB / GO |
| Randolfe Rodrigues. | REDE / AP |
| Romário. | PODE / RJ |
| Rose de Freitas. | PODE / ES |
| Rudson Leite. | PV / RR |
| Vanessa Grazziotin. | PCdoB / AM |

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12
PT-9 / PDT-3

| | |
|-------------------|----------|
| Acir Gurgacz. | PDT / RO |
| Ângela Portela. | PDT / RR |
| Fátima Bezerra. | PT / RN |
| Gleisi Hoffmann. | PT / PR |
| Humberto Costa. | PT / PE |
| Jorge Viana. | PT / AC |
| José Pimentel. | PT / CE |
| Kátia Abreu. | PDT / TO |
| Lindbergh Farias. | PT / RJ |
| Paulo Paim. | PT / RS |
| Paulo Rocha. | PT / PA |
| Regina Sousa. | PT / PI |

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11
PP-6 / PSD-5

| | |
|-------------------|----------|
| Ana Amélia. | PP / RS |
| Benedito de Lira. | PP / AL |
| Ciro Nogueira. | PP / PI |
| Gladson Cameli. | PP / AC |
| Lasier Martins. | PSD / RS |
| Omar Aziz. | PSD / AM |
| Otto Alencar. | PSD / BA |
| Raimundo Lira. | PSD / PB |
| Reditario Cassol. | PP / RO |
| Roberto Muniz. | PP / BA |
| Sérgio Petecão. | PSD / AC |

Bloco Moderador - 8

PTB-1 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

| | |
|----------------------|----------|
| Armando Monteiro. | PTB / PE |
| Eduardo Lopes. | PRB / RJ |
| Fernando Collor. | PTC / AL |
| Magno Malta. | PR / ES |
| Pedro Chaves. | PRB / MS |
| Rodrigues Palma. | PR / MT |
| Vicentinho Alves. | PR / TO |
| Wellington Fagundes. | PR / MT |

S/Partido - 1

| | |
|----------|----|
| Reguffe. | DF |
|----------|----|

| | |
|---|-----------|
| Bloco da Maioria. | 19 |
| Bloco Social Democrata. | 17 |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania. | 13 |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. | 12 |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista. | 11 |
| Bloco Moderador. | 8 |
| S/Partido. | 1 |
| TOTAL | 81 |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

| | | |
|--|---------------------------------------|--------------------------------------|
| Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO) | Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC) | Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS) |
| Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG) | Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR) | Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB) |
| Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP) | Hélio José* (Maioria-PROS-DF) | Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP) |
| Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR) | Humberto Costa* (Bloco-PT-PE) | Reditario Cassol* (Bloco-PP-RO) |
| Ana Amélia* (Bloco-PP-RS) | Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA) | Regina Sousa* (Bloco-PT-PI) |
| Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR) | João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA) | Reguffe** (-S/Partido-DF) |
| Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG) | João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP) | Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL) |
| Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE) | Jorge Viana* (Bloco-PT-AC) | Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES) |
| Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE) | José Agripino* (Bloco-DEM-RN) | Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA) |
| Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO) | José Amauri** (Bloco-PODE-PI) | Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR) |
| Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL) | José Maranhão** (Maioria-MDB-PB) | Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA) |
| Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB) | José Medeiros* (Bloco-PODE-MT) | Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT) |
| Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI) | José Pimentel* (Bloco-PT-CE) | Romário** (Bloco-PODE-RJ) |
| Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF) | José Serra** (Bloco-PSDB-SP) | Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR) |
| Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC) | Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO) | Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO) |
| Dário Berger** (Maioria-MDB-SC) | Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS) | Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES) |
| Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP) | Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA) | Rudson Leite** (Bloco-PV-RR) |
| Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA) | Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ) | Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC) |
| Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE) | Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO) | Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS) |
| Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM) | Magno Malta* (Bloco-PR-ES) | Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE) |
| Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ) | Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE) | Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO) |
| Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE) | Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP) | Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM) |
| Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN) | Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM) | Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO) |
| Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE) | Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA) | Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS) |
| Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL) | Paulo Bauer* (Bloco-PSD-SC) | Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT) |
| Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA) | Paulo Paim* (Bloco-PT-RS) | Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO) |
| Garibaldis Alves Filho* (Maioria-MDB-RN) | Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA) | Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG) |

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

| | | |
|---|--|---|
| Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19 Líder Simone Tebet - MDB (142,162) Líder do MDB - 18 Simone Tebet (142,162) Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141) Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155) | Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferreira (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (104) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51) | Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Ciro Nogueira - PP (165) Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49) Líder do PP - 6 Benedito de Lira (106) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116) Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163) | Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 13 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Grazziotin (17,22,157) Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,146,164) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,157) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152) Líder do PV - 1 Rudson Leite (167) | Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 8 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Líder do PTB - 1 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69) |
| Governo Líder Romero Jucá - MDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (132,151) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147) | Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114) | |

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).



66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2º vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2º vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4º vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acrílio Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-GLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).



130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2º vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB).
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| MDB | |
| Senador Dário Berger (3) | 1. Senador Eduardo Braga (3) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (3) | 2. Senador Valdir Raupp (3) |
| Senador Roberto Requião (3) | 3. Senador Airton Sandoval (6) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador José Pimentel (PT-CE) (1) | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) | 1. |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) | 1. |
| Senador Wilder Moraes (DEM-GO) (5) | 2. |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) | |
| | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2) | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2) |

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR).
5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).



5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Majoria | |
| VAGO | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| VAGO | 1. |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾ | |
| | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| VAGO | 1. VAGO |

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



**7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) | 1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) | 2. |
| | 3. Senador Romário (PODE-RJ) |

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins
(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1) | 1. |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1) | 2. |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) | 3. |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1) | 4. |

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| MDB | |
| Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾ | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾ |
| Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾ | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) | |

Notas:

- * Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.
- 1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
- 3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
- 4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- 5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).
- 6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3) CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



4)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco da Maioria (MDB, PROS) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6) | 1. Senador Zeze Perrella (MDB-MG) (6,7,9) |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,7) | |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4) | 1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (11) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (5,12) | 1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (5) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Reditario Cassol (PP-RO) (1,10,13) | 1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (1) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3) | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2) | |

Notas:

- Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Moraes e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
- Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
- Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPCD).
- Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
- Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
- Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
- Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
- Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).
- Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
- Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).
- Em 12.06.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 042/2018-BLPRD).
- Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 36/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| MDB | |
| Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (5,25) | 1. Senador Eduardo Braga (5,8) |
| Senador Roberto Requião (5,8) | 2. Senador Romero Jucá (5) |
| Senador Garibaldi Alves Filho (5) | 3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (5) |
| Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (5,20) | 4. Senador Waldemir Moka (5) |
| Senadora Simone Tebet (5) | 5. Senador Airton Sandoval (16,19,24) |
| Senador Valdir Raupp (5) | 6. |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (19) | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1) | 1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,28,33) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (1) | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1) |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (1) | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) (1) | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1) | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1) |
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1,12,14,33) | 6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,11) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3) | 1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,21,22,27) | 2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3,22,23,26,27) |
| Senador José Serra (PSDB-SP) (3) | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5) | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5) |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (5) | 5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2) | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2) | 2. Senador José Medeiros (PODE-MT) (2) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2) | 3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (15) | 1. Senador Rudson Leite (PV-RR) (18,30) |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | 3. (7,15) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4) | 1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4) |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4) | 2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (4,9,10,32) |
| VAGO (4,13,31) | 3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (4,29) |

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves(Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-GLBPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPRD).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (OF. nº 45/2018-BLOMOD).
33. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-GLBPRD)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Maioria | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| VAGO | 1. |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾ | |
| | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| VAGO | 1. |

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



**1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE
LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| MDB | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) (8) | 1. Senador Garibaldi Alves Filho (8) |
| Senador Waldemir Moka (8,11) | 2. Senador Valdir Raupp (8) |
| Senadora Marta Suplicy (8) | 3. Senador Romero Jucá (8) |
| Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8,14) | 4. Senador Edison Lobão (8) |
| Senador Airton Sandoval (8,12) | 5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (14) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1) | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (1) | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (1) | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1) | 4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1) | 5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6) |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6) | 2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6,18,19,20,21) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9) | 3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9) |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9) | 4. Senador Wilder Morais (DEM-GO) (9,24) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3) | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3) |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3,15,16) | 2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10,22) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾ | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4) | 1. Senador Romário (PODE-RJ) (4) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5) | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (7,23) | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7) |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7) | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7) |

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM)

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾ |
| Senador Airton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾ | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾ |
| Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾ | 3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾ | 4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾ |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾ | 5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
 2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
 3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).
- *. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

| TITULARES | | Suplentes |
|---|--|--|
| Maioria ⁽⁵¹⁾ | | |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾ | | 1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾ |
| Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾ | | 2. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,55) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾ | | 3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,50,53) |
| Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾ | | 4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾ |
| Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾ | | 5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾ |
| Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾ | | 6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾ |
| Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾ | | 7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾ | | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾ | | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾ | | 3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19) |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17) | | 4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾ | | 5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27) | | 6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | | |
| Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33) | | 1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47) |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾ | | 2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾ |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26) | | 3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾ |
| Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48) | | 4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48) |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾ | | 5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | | |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾ | | 1. Senador Reditario Cassol (PP-RO) ^(5,56) |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾ | | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46,57,58) | | 3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39,57,58) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾ | | |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52) | | 1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34) |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30) | | 2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾ |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾ | | 3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | | |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾ | | 1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(2,16,54) |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10) | | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾ | | 3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40) |

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).
58. Em 09.07.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, passando a ocupar vaga de suplente, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 39/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| MDB | |
| Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12) | 1. Senador Valdir Raupp (7) |
| Senador Dário Berger (7) | 2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7) |
| Senadora Marta Suplicy (7) | 3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15) |
| Senador José Maranhão (7) | 4. Senadora Simone Tebet (18) |
| Senador Edison Lobão (7,15,18) | 5. |
| Senador João Alberto Souza (7) | 6. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4) | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4) | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4) | 4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4) | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4) |
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4,29) | 6. |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1) | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1) | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6) |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19) | 3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21) |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6) | 4. |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (6) | 5. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador José Medeiros (PODE-MT) (5) | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5) |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5) | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5) | 3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17) | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2) | 1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27) |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19) |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2) | 3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3) | 1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3) |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8) | 2. Senador Rudson Leite (PV-RR) (3,25,28) |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3) | 3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24) |

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. nº 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).
29. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 46/2018-BLPRD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| MDB | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) (11) | 1. Senador Airton Sandoval (11,14) |
| Senador Romero Jucá (11,23,24) | 2. Senador Dário Berger (11) |
| Senador João Alberto Souza (11) | 3. |
| Senador Valdir Raupp (11,14) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (6) | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6) | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6) | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6) | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4) | 1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4) | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7,9) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,9) | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (8,22) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1) | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1) |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1,10) | 2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾ | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2) |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3) | 2. Senador Rudson Leite (PV-RR) (2,21,27) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5,15) | 1. VAGO (5,17,18,26) |
| Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,25) | 2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,12,16) |

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPD).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPD).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

| TITULARES | | Suplentes |
|--|--|---|
| MDB (21) | | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22) | | 1. Senador Valdir Raupp (6) |
| Senadora Marta Suplicy (6) | | 2. |
| Senador Hélio José (PROS-DF) (6) | | 3. |
| VAGO (6,9) | | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,30,32) | | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4) | | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4) | | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4) | | 4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28,29,33) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | | |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19) | | 1. |
| Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25) | | 2. |
| VAGO (1,12) | | 3. |
| VAGO (7,14) | | 4. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | | |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24) | | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3) |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20) | | 2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17) | | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2) | | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31) |
| Senador Romário (PODE-RJ) (2) | | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | | |
| Senador Magno Malta (PR-ES) (5) | | 1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,34) |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15) | | 2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26) |

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- 13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | | SUPLENTES |
|---|--|------------------|
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | | |
| VAGO | | 1. VAGO |
| VAGO | | 2. VAGO |
| Majoria | | |
| VAGO | | 1. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | | |
| VAGO | | 1. VAGO |

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| MDB | |
| Senador Valdir Raupp (2) | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) (2) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (2) | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) (1) | |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2) | 1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2) |

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- ** Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| MDB | |
| | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) | |
| Senador Romário (PODE-RJ) | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) | |

Notas:

* Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Angela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|--|
| MDB | |
| Senador Edison Lobão (7) | 1. Senador Airton Sandoval (7,13,25,26) |
| Senador João Alberto Souza (7) | 2. Senador Valdir Raupp (7) |
| Senador Roberto Requião (7,13) | 3. Senador Hélio José (PROS-DF) (7) |
| Senador Romero Jucá (7) | 4. Senadora Marta Suplicy (17,21,22) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (21) | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5) | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5) |
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,16,24) | 2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5) |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (5) | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5) | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2) | 1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2) |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2) | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12,23) | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11) |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (8) | 4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6) | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6) |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6) | 2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾ | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4) | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4) |
| Senador Rudson Leite (PV-RR) (4,18,27) | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3) | 1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,10,14,15,19) |
| Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3) | 2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3) |

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPD).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------|
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾ | 2. |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾ | 3. |
| Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3) | 4. |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾ | 5. |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾ | 6. |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾ | 7. |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾ | 8. |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾ | 9. |
| Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾ | 10. |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾ | 11. |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾ | 12. |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾ | 13. |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾ | 14. |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾ | 15. |
| Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾ | 16. |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾ | 17. |

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).
 2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).
 3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).
- *. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| MDB | |
| VAGO (7,30,35,37) | 1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7) |
| Senador Eduardo Braga (7) | 2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15) | 3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7) |
| Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7) | 4. Senador Jader Barbalho (7) |
| Senador Valdir Raupp (7,27) | 5. Senador Garibaldi Alves Filho (10,27,37) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3) | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3) |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (3) | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3) |
| Senador José Pimentel (PT-CE) (3) | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3) | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3) | 5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2) | 1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25) | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18) |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2) | 3. |
| Senador Wilder Moraes (DEM-GO) (6,28) | 4. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4) | 1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36) | 2. Senador Reditario Cassol (PP-RO) (4,34) |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4) | 3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17) | |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21) |
| Senador Rudson Leite (PV-RR) (1,16,32) | 2. |
| VAGO (14,18) | 3. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5) | 1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22) |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5) | 2. VAGO (5,12,13,33) |
| Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,26,31,38) | 3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5) |

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
34. Em 19.06.2018, o Senador Redentor Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDB).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).
37. Em 03.07.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor a comissão como titular passando a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 80/2018-GLPMDB).
38. Em 03.07.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. nº 46/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) | 1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) |
| Maioria | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) | 1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Wilder Morais (DEM-GO) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| MDB | |
| Senador Hélio José (PROS-DF) (8,14) | 1. Senador Romero Jucá (8) |
| Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8) | 2. Senadora Simone Tebet (8,14) |
| Senador Waldemir Moka (8,10) | 3. Senador Valdir Raupp (8) |
| Senador João Alberto Souza (8) | 4. Senador Dário Berger (8) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12) | 1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,12,24) |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4) | 2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4) | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4) | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5) |
| VAGO (5,11) | 2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7,15,21) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15) | 3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3) | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3) |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3) | 2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (17,27) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾ | |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1) | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (19,22,23,26,30) |
| Senador Rudson Leite (PV-RR) (2,18,28) | 2. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6) | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6) |
| VAGO (6,16,25,29) | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6) |

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| MDB | |
| Senador Waldemir Moka (6) | 1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6) |
| Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (6) | 2. Senador Romero Jucá (6) |
| Senador Valdir Raupp (6) | 3. |
| Senador Dário Berger (6) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1) | 1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1) |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1) | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1) | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1) | 4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4) | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4) |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (4) | 2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7) |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7) | 3. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3) | 1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3) |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3) | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾ | |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2) | 1. |
| (2,9) | 2. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5) | 1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,10,11) |
| Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,13) | 2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5) |

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| MDB (22) | |
| Senador Waldemir Moka (8) | 1. Senador Airton Sandoval (10) |
| VAGO (8,12) | 2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11) |
| Senador Valdir Raupp (8) | 3. Senador Dário Berger (16) |
| Senador João Alberto Souza (8) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23) | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1) |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) (1) | 3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1) | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4) | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7) |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20) | 2. |
| Senador José Agripino (DEM-RN) (7) | 3. |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2) | 1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2) | 2. Senador Reditario Cassol (PP-RO) (2,24) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9) | 1. Senador Rudson Leite (PV-RR) (3,18,25) |
| | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| VAGO (5,13,19,21) | 1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5) |
| Senador Magno Malta (PR-ES) (5) | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5) |

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
25. Em 04.07.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 50/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| MDB | |
| Senador Valdir Raupp (3) | 1. VAGO (6,14) |
| Senador Hélio José (PROS-DF) (3) | 2. |
| Senador João Alberto Souza (3,6,9) | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1) |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1) | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (1) | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4) | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4) |
| VAGO (7,12) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) (11) | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (11) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾ | |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2) | 1. |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5) | 1. VAGO (5,10) |

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

| TITULARES | Suplentes |
|---|---|
| MDB | |
| VAGO (10,21) | 1. Senadora Simone Tebet (18) |
| Senador Airton Sandoval (10) | 2. Senador Garibaldi Alves Filho (18) |
| Senador Dário Berger (10) | 3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (18) |
| Senador Romero Jucá (10) | 4. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) | |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4) | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4) | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4) |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4) | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4) | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5) | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6) |
| Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5) | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7) |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6) | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7,20) |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9) | 1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17) |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9) | 2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) (17) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾ | |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3) |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13) | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3) |
| Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) | |
| Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (8,15,16,22) | 1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16) |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14) | 2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (23) |

Notas:

- *. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|---------------------------------|-----------------------|
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) | CORREGEDOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

11^a Eleição Geral: 30/05/2017

TITULARES

MDB

Senador Airton Sandoval (SP)

Senador João Alberto Souza (MA)

Senador Romero Jucá (RR)

Senador Hélio José (PROS-DF) (16)

SUPLENTES

1. Senador Jader Barbalho (PA)

2. Senador Eduardo Braga (AM)

3. VAGO (15)

4. (1)

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)

2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)

Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)

Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)

1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)

2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)

Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

REDE

PRB

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 08/02/2017

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

MDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****MDB****PT****PSDB****PSB****PDT****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PRB****REDE****PTC****PODE****PROS****PRTB****Atualização:** 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|---------|-----------------|
| VAGO | MDB |
| VAGO | MDB |
| VAGO | PT |
| VAGO | PSDB |
| VAGO | PSD |

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(*Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013*)

| SENADOR | CARGO |
|---------|-------------|
| | PROCURADORA |

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

| SENADOR | CARGO |
|----------------------------------|---------------|
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) | OUVIDOR-GERAL |

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)***Número de membros: 17 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS**MDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC**PODE**

Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PROS

REDE

PSC

PRB

PTC

PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):****MEMBROS****DEM****MDB****PCdoB****PDT****PPS****PP****PRTB****PRB****PROS****PSC****PSD****PSB****PTB****PTC****PR****PSDB****PT****PODE****REDE**

18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

PCdoB

PDT

MDB

PP

PPS

PR

PRB

PSB

PSD

PSDB

PT

PTB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

DEM

MDB

PCdoB

PDT

PPS

PP

PRB

PROS

PSD

PSB

PTB

PTC

PV

PR

PSDB

PT

PODE

REDE



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(*Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016*)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

MDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

